

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento
anarquista em São Paulo (1892-1908)**

**Clayton Peron Franco de Godoy
Orientador: Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr.**

Versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no
CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa em História) da FFLCH.

**São Paulo
2013**

CLAYTON PERON FRANCO DE GODOY

**Ação direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento
anarquista em São Paulo (1892-1908)**

**Tese apresentada ao Departamento de
Sociologia da Faculdade de Filosofia,
letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como
requisito para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.**

Orientador: Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr.

Versão corrigida

De acordo, _____

Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr.

**São Paulo
2013**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G589a Godoy, Clayton Peron Franco de
Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908) / Clayton Peron Franco de Godoy ; orientador Brasílio João Sallum Junior. - São Paulo, 2013.
247 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Anarquismo. 2. Conflito Social. 3. Movimentos Sociais. 4. Primeira República. 5. São Paulo. I. Sallum Junior, Brasílio João , orient. II. Título.

Godoy, Clayton Peron Franco de. **Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908).**

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Profº Dr. _____ . Instituição: _____
Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Profº Dr. _____ . Instituição: _____
Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Profº Dr. _____ . Instituição: _____
Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Profº Dr. _____ . Instituição: _____
Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Profº Dr. _____ . Instituição: _____
Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Em memória dos meus avós, Guerino Peron e Narciza Janunzzi Peron, que sofreram o diabo nas mãos dos fazendeiros de café do interior de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, que com dedicação e profissionalismo muito me auxiliaram no acesso à documentação necessária para essa pesquisa. No mesmo tom e intensidade, manifesto meu reconhecimento ao trabalho competente desempenhado pelos funcionários do CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP e do AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Estendo meus agradecimentos ao professor Bráilio Sallum Junior pela orientação.

Sou grato também aos professores Sedi Hirano e Angela Alonso, do Departamento de Sociologia da USP, pelas sugestões concedidas durante o Exame de Qualificação.

Agradeço aos meus pais, Oscar e Zilda, pelo carinho e pela presença constante ao longo de toda uma vida.

Às amigas Cecília Turatti e Michele Asmar Fanini, que em momentos diferentes foram interlocutoras preciosas dessa pesquisa. Michele, que acompanhou o processo desde o projeto, leu pacientemente o texto do Exame de Qualificação e concedeu-me dicas teóricas valiosas. Cecília, que acompanhou a reta final com interesse, disponibilizando seu tempo para conversar a respeito da minha investigação. À Carolina Turatti, obrigado pela ajuda com o resumo em inglês.

Agradeço aos integrantes da *Biblioteca Terra Livre* por me concederem acesso a diversas obras libertárias, sem as quais não teria sido possível realizar essa pesquisa. O ambiente generoso e cordial de troca de ideias e de opiniões no "Grupo de Estudos do Movimento Operário Autônomo" foi de fundamental importância para a confecção desse trabalho. Obrigado aos camaradas: Rodrigo Rosa da Silva, Adriano Skoda, Vitor Ahagon, Eduardo Souza Cunha, Rafael Serrao, Crystiane Peres, Augusto Portugal e Felipe Correa.

Sou especialmente grato à Marly Rodrigues. Nossas longas conversas sobre a história da cidade de São Paulo foram de capital importância para que eu compreendesse o clima de época no qual os ativistas se inseriram.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a realização dessa pesquisa não teria sido possível.

Lis Bassi, que dizer? Obrigado por tudo... Pelo carinho, pela compreensão, pelo auxílio, pelos sorrisos, pela escuta, pela paciência e por esses olhos sempre brilhantes.

RESUMO

Godoy, Clayton Peron Franco de. **Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)**. 2013. 238fl. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

A tese tem como objetivo investigar a dinâmica de formação do ativismo anarquista na cidade de São Paulo entre os anos de 1892 e 1908, relacionando-a com certas dimensões transnacionais do mesmo. Caracterizando o anarquismo como um movimento social, utiliza o instrumental sociológico com a finalidade de captar a articulação entre sua ação pública como desafiante frente ao regime e ao campo econômico emergentes e a sua atuação submersa junto às classes populares. Com isso, pretende demonstrar que o anarquismo foi simultaneamente um dos atores responsáveis pela atualização do repertório de confronto político na nascente República e um personagem importante na construção de uma cultura autônoma e de resistência entre as classes populares. O argumento central da pesquisa é o de que a compreensão da sustentação e das opções estratégicas do movimento anarquista em São Paulo ao longo desse período só é plenamente apreendida quando se lança luz, simultaneamente, sobre o contexto político e social e sobre as ligações entre os grupos locais e o anarquismo transnacional. A formação do movimento foi dividida em três períodos. Entre os anos de 1892 e 1897, no contexto de construção do regime republicano, os ativistas participaram da montagem do campo socialista como referência política, estabeleceram seus quadros interpretativos e foram reconhecidos como atores sociopolíticos por aliados e opositores. Entre 1898 e 1903, na conjuntura de consolidação do regime republicano, os anarquistas obtiveram êxito na constituição de estruturas de mobilização, no estabelecimento de uma cultura libertária e na conservação de sua identidade coletiva. Finalmente, entre 1904 e 1908, no contexto de pressão popular sobre o regime republicano e o campo econômico, os grupos anarquistas instituíram decisivamente suas orientações estratégicas. O movimento diversificou-se internamente sem dismantelar sua identidade coletiva. Seus grupos estabeleceram uma especialização do trabalho do ativismo, mas seguiram norteados por quadros interpretativos comuns e mantiveram coordenadas suas ações nas dimensões visível e latente do movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo, conflito social, movimentos sociais, Primeira República, São Paulo (SP)

ABSTRACT

Godoy, Clayton Peron Franco de. **Direct Action: transnationalism, visibility and latency in anarchist movement formation in São Paulo (1892-1908)**. 2013. 238fl. Thesis (Doctorate) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

This thesis is for the purpose of investigating the dynamics of anarchist activism formation in the city of São Paulo between the years of 1892 and 1908, relating it to certain transnational dimensions of anarchism. By characterizing anarchism as a social movement, the sociological instruments are used aiming at grasping the relationship between its public action as a challenger against the emergent regime and economic field and its concealed actions together with popular classes. Thereby, the intention is to demonstrate that anarchism was simultaneously one of the actors responsible for updating the repertoire of political contention in the rising Republic and an important character in structuring an autonomous, resistance culture among popular classes. The central argument of the research is that comprehension of the grounds and strategic options of anarchist movement in São Paulo throughout this period is fully achieved only when both the political and social setting and the connections between local groups and transnational anarchism are elucidated. Movement formation was divided into three periods: Between the years of 1892 and 1897, in the setting of republican regime structuring, the activists participated in the institution of the socialist field as political reference, established their interpretive frames and were acknowledged as sociopolitical actors by allies and oppositionists. Between 1898 and 1903, in the setting of republican regime consolidation, anarchists were successful in constituting mobilization structures, in establishing a libertarian culture and in preserving the movement's collective identity. At last, between 1904 and 1908, in the setting of popular pressure on the republican regime and economic field, anarchist groups decisively instituted their strategic guidelines. The movement has internally diversified, but not dismantling its collective identity. Its groups established a division of the activism work, but proceeded guided by common interpretive frames and kept their actions coordinated in the visible and latent dimensions of the movement.

KEYWORDS: Anarchism, social conflict, social movements, First Brazilian Republic, São Paulo (SP)

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Ano de chegada de ativistas anarquistas em São Paulo (1890-1897).....	87
TABELA 2. Ano de nascimento de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897).....	88
TABELA 3. Locais de nascimento de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897).....	89
TABELA 4. Ocupações profissionais de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897)	91
TABELA 5. Naturalidade dos ativistas anarquistas em São Paulo (1898-1903).....	133
TABELA 6. Ano de chegada de ativistas anarquistas em São Paulo (1898-1903).....	134
TABELA 7. Década de nascimento de ativistas anarquistas residentes em São Paulo (1898-1903)...	135
TABELA 8. Ocupações profissionais de ativistas anarquistas residentes em São Paulo (1898-1903) .	136
TABELA 9. Grupos anarquistas existentes na cidade de São Paulo, por ano (1898-1903).....	151
TABELA 10. Grupos anarquistas existentes na cidade de São Paulo, por ano (1904-1908).....	192

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1892-1897).....	97
QUADRO 2. Exemplares recebidos pelo Gli Shiavi Bianchi, 1892-1893	98
QUADRO 3. Origem e destino de mensagens divulgadas no periódico L'Avvenire (1895).....	100
QUADRO 4. Formas de ação do movimento anarquista em São Paulo (1890-1897)	113
QUADRO 5. Temas das ações do movimento anarquista em São Paulo (1890-1897).....	115
QUADRO 6. Calendário de ações anarquistas na cidade de São Paulo (1890-1897).....	116
QUADRO 7. Constituição de grupos anarquistas na cidade de São Paulo (1898-1903)	150
QUADRO 8. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1898-1903).....	153
QUADRO 9. Origem e destino de mensagens divulgadas em periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1898-1903).	154
QUADRO 10. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão latente, por categoria e tipo (1898-1903).....	167
QUADRO 11. Locais de realização de festas e de encenações libertárias na cidade de São Paulo (1902-1903)	170
QUADRO 12. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão visível, por categoria e tipo (1898-1903)	177
QUADRO 13. Demonstrações públicas do movimento anarquista em São Paulo, por tipo e localização (1898-1903).....	180
QUADRO 14. Temas das demonstrações públicas do movimento anarquista em São Paulo, por tema e tipo (1898-1903).....	181
QUADRO 15. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1904-1908).....	194
QUADRO 16. Origem e destino de mensagens divulgadas em periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1904-1908)	196
QUADRO 17. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão visível, por categoria e tipo (1904-1908)	213
QUADRO 18. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão submersa, por categoria e tipo (1904-1908).....	217

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e por categoria (1892-1897)	122
GRÁFICO 2. Evolução das formas de ação do movimento anarquista em São Paulo segundo as dimensões de latência e visibilidade (1892-1897)	128
GRÁFICO 3. Evolução de associações sindicais, grupos anarquistas e SMS no município de São Paulo, por ano de constituição (1898-1903)	144
GRÁFICO 4. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão latente, por ano e categoria (1898-1903).....	166
GRÁFICO 5. Formas de ações de difusão empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1898-1903)	169
GRÁFICO 6. Formas de ações de mobilização empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1898-1903)	172
GRÁFICO 7. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e categoria (1898-1903).....	176
GRÁFICO 8. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e tipo (1898-1903)	179
GRÁFICO 9. Evolução de associações sindicais, grupos anarquistas e SMS no município de São Paulo, por ano de constituição (1904-1908)	191
GRÁFICO 10. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e categoria (1904-1908).....	211
GRÁFICO 11. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e tipo (1904-1908)	214
GRÁFICO 12. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão latente, por ano e categoria (1904-1908).....	216
GRÁFICO 13. Formas de ações de difusão empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1904-1908)	218
GRÁFICO 14. Formas de ação de mobilização empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1904-1908)	219
GRÁFICO 15. Formas de ações empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e dimensão (1904-1908).....	221

LISTA DE SIGLAS

ADS	Aliança Internacional da Democracia Socialista
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
CGT	Confédération Générale du Travail
COB	Confederação Operária Brasileira
FOA	Federação Operária Argentina
FORA	Federação Operária Regional Argentina
FORB	Federação Operária Regional Brasileira
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FORU	Federação Operária Regional Uruguaia
FOSP	Federação Operária de São Paulo
FSM	Federação Socialista Municipal
IWW	Industrial Workers of the World
PLDI	Partido dos Trabalhadores Italianos
PRP	Partido Republicano Paulista
PSI	Partido Socialista Italiano
SMS	Sociedades de Mútuos Socorros
SPD	Partido Social Democrata da Alemanha

Sumário

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - REPOSICIONANDO O ANARQUISMO COMO FENÔMENO TRANSNACIONAL.....	36
1.1. Movimentos sociais e transnacionalismo.....	37
1.2. A Hidra Negra.....	42
1.2.1. Hýbris Anarchica	51
1.2.2. A política da ralé	57
1.3. Difusão transnacional e mobilidade internacional.....	62
CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO (1890-1908).....	66
2.1. Formação do Estado Liberal Oligárquico e Movimentos Sociais	67
2.2. São Paulo por volta de 1900	72
2.3. Regime republicano e repertório de confronto político.....	78
CAPÍTULO 3 - O PERÍODO 1892-1897.....	80
3.1. Uma chuva no teatro.....	80
3.2. Gli anarchici.....	85
3.2.1 Perfil dos ativistas	85
3.2.2 Periódicos e redes.....	93
3.3. Construindo o conflito	102
3.4. Gli anarchici em ação.....	117
3.5. Uma geração trágica.....	129
CAPÍTULO 4 - O PERÍODO 1898-1903.....	132
4.1. Novos ativistas, novas orientações	132
4.2. Associativismo popular e espaços livres.....	141
4.3. Campos de confronto e identidade coletiva.....	156
4.4. Entre festas e manifestações	166
4.4.1 Pela propaganda	166
4.4.2 "Por ruas y largos de esta capital..."	176
4.4.3 Polinice Mattei.....	182
4.4.4 Primeiro de Maio de 1903	184
CAPÍTULO 5 - O PERÍODO 1904-1908.....	186
5.1. Sindicalistas e Insurrecionalistas.....	189
5.1.1. Sindicalistas	198

5.1.2. Insurrecionalistas	206
5.2. Fábricas, fazendas e a questão social	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
APÊNDICE METODOLÓGICO	227
REFERÊNCIAS	235
1. Arquivos Consultados	235
2. Fontes	235
2.1. Periódicos	235
2.2 Sites.....	236
3. Bibliografia consultada	237

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a dinâmica de formação do ativismo anarquista na cidade de São Paulo entre os anos de 1892 e 1908, relacionando-o com certas dimensões transnacionais do mesmo. Caracterizando-o como um movimento social, utilizo o instrumental sociológico com a finalidade de captar a articulação entre sua atuação pública como opositor frente ao regime emergente e o desempenho de atividades junto às classes populares. Com isso, pretendo demonstrar que o anarquismo foi simultaneamente um dos atores responsáveis pela atualização do repertório de confronto político na nascente República e um personagem importante na construção de uma cultura autônoma e de resistência das classes populares. Argumento que a compreensão de sua sustentação e de suas opções estratégicas ao longo desse período só é plenamente apreendida quando se lança luz sobre suas ligações com o anarquismo transnacional.

Para atingir o objetivo geral, é necessário recorrer a alguns deslocamentos em relação às pesquisas já realizadas. Essas pequenas inovações referem-se a três aspectos: a introdução do conceito de movimento social, a referência à dimensão transnacional e o desenvolvimento de uma proposta de periodização para a formação do movimento anarquista em São Paulo. Tratarei desses três aspectos separadamente.

*

O anarquismo durante a Primeira República tem sido essencialmente um objeto de historiadores. Desde meados da década de 1970, a produção historiográfica a respeito desse tema revelou duas tendências principais de investigação.

A primeira delas caracterizou-se pela tentativa de explicar a predominância e o tipo de influência do anarquismo como ideologia no movimento operário da Primeira República. Nessa tarefa, foram enfatizados como elementos explicativos os fatores *estruturais* da sociedade e foi privilegiada a dimensão *estratégica* de suas relações com outros atores sociopolíticos. A segunda tendência assumiu como empreitada uma postura mais interpretativa, pretendendo compreender a experiência anarquista em si mesma. Lançou

luzes sobre os elementos *culturais* do anarquismo e focalizou a sua relação com as classes populares.

No primeiro caso, associou-se diretamente o anarquismo ao tema da formação das classes sociais no Brasil, em geral, e à organização do movimento sindical, em particular. Há um espectro de abordagens a esse respeito, desde aquelas que qualificaram de efêmera a predominância ideológica do anarquismo nesse movimento até aquelas que tentaram identificar as contribuições positivas do ideário ácrata para a sua conformação.

Nos anos 1970, sob a influência do marxismo estruturalista, foi introduzida a tese da debilidade endêmica do anarquismo, em maior (FAUSTO, 1976; DULLES, 1980) ou menor grau (MARAM, 1979; MAGNANI, 1982; TRENTO, 1988). Em comum, essas pesquisas identificaram uma tibieza organizacional no movimento operário do período. Essa fragilidade seria economicamente dependente de uma infraestrutura econômica industrial fraca (porquanto subordinada ao núcleo dinâmico da economia cafeeira) e politicamente tributária dos limites e equívocos voluntaristas da ideologia política defendida pelo que seria o seu “núcleo dirigente” (FAUSTO, 1976; DULLES, 1980). Essa ideologia, o anarquismo, corresponderia necessariamente a essa fase de desenvolvimento capitalista até então alcançado (com indústrias de baixa complexidade e unidades fabris de pequeno ou médio porte dispersas pelo território nacional).

Além dessas determinações econômicas, a imigração e a configuração do sistema político teriam fornecido as oportunidades e os limites para a organização da classe operária e para a predominância do anarquismo como ideologia hegemônica em seu interior.

Os conflitos étnicos, a alta mobilidade geográfica da força de trabalho, as disposições psicossociais e a inexperiência prévia com lutas sociais da maioria imigrante - composta por famílias de agricultores -, foram apontados como obstáculos à criação de laços de solidariedade e conseqüente participação dos trabalhadores em organizações que defendessem seus interesses como classe (TRENTO, 1988; MARAM, 1979).

As condições políticas nacionais, nomeadamente o isolamento político da classe operária, a manutenção de uma política não intervencionista no tocante às relações entre capital e trabalho e o padrão repressivo de relacionamento do Estado com a classe operária teriam impedido respostas positivas do sistema político às suas pressões. Dessa maneira, para essa literatura, é ponto consensual que a ausência de formas de incorporação política da classe operária mediante canais institucionalmente legítimos de participação forneceram

a chave para a aproximação entre setores do proletariado e as correntes anarquistas (MAGNANI, 1982).

Mas, sob outro ângulo, os fatores demográfico e político teriam atuado no sentido de possibilitar a emergência e sustentação do anarquismo como ideologia hegemônica no movimento sindical. O argumento implícito é o do "encaixe" ou "adequação" entre o contexto estrutural e o movimento anarquista. Assim, por um lado, a imigração teria propiciado o ingresso de ativistas estrangeiros em solo brasileiro, responsáveis pela introdução e pela dinamização do movimento anarquista nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por outro lado, sua retórica internacionalista e a caracterização do Estado como entidade inerentemente repressora e excludente teriam encontrado pontos de apoio e de razoabilidade, sob a ótica da classe operária, justamente nessa configuração oligárquica do Estado e entre a maioria imigrante que compunha a classe operária (MARAM, *op. cit.*; MAGNANI, *idem*).

Apesar da virulência verbal e doutrinária, a atuação do movimento anarquista teria se orientado praticamente por um sentido reformista, procurando promover, no campo econômico, a melhoria das condições de vida da classe operária e, no plano político, liderando as batalhas pela extensão dos direitos civis (MAGNANI, 1982). Ainda de acordo com essa perspectiva analítica, apesar de terem participado ativamente da criação de organizações de classe, de estabelecerem métodos de propaganda eficazes, de contribuírem para a constituição a imprensa operária e de serem, eles mesmos, trabalhadores, os ativistas anarquistas teriam pecado pelos limites impostos por sua própria doutrina voluntarista e espontaneísta. A pobreza e a estereotipia de suas análises da conjuntura brasileira os teria impedido de avaliar corretamente as conjunturas, levando-os a cometer erros táticos tais como incitar greves em meio a contextos economicamente desfavoráveis e a não orientar a classe operária em momentos politicamente críticos (MARAM, 1979; TRENTO, 1988; DULLES, 1980).

O mérito dessa perspectiva analítica foi o de delinear os fatores estruturais que compuseram o cenário do ativismo anarquista. Contudo, como se nota, essas análises canônicas e de nível macro em geral apresentam uma propensão, se for permitido assim me expressar, de adotar um olhar "astigmatizado" a respeito do movimento. Em outras palavras, apesar de, em alguns casos, as investigações terem assumido como premissa o estudo do movimento anarquista, terminaram por se dedicar ao estudo dos fatores

estruturais que conformaram o próprio movimento operário, em termos de sua composição, suas correntes ideológicas e suas ações coletivas – em especial, o papel dos sindicatos nas greves das conjunturas de 1905-1907 e de 1917-1919 – movimento analítico no qual o anarquismo acabou sendo posto de escanteio, avaliado e julgado como o sujeito social que não soube ou foi incapaz de aproveitar as oportunidades políticas oferecidas ao movimento sindical pela situação¹. Ou, então, o movimento anarquista, como objeto, foi deslocado e subsumido ao que se esperava – teoricamente - do movimento operário e, por vezes, automaticamente indiferenciado da ação de classe.

Esse enquadramento estático a respeito da associação entre estrutura socioeconômica e ação política foi amplamente difundido e aceito até meados dos anos 1970 - e vez por outra reiterado desde então. A partir dos anos 1990, outro conjunto de investigações propôs o estudo da dimensão estratégica do anarquismo via requalificação do ambiente político no qual o movimento travou seus embates com os demais atores sociais (SEIXAS, 1992; TOLEDO, 1993; FELICI, 1994; TOLEDO, 2004).

O tipo de pesquisa privilegiado nesses casos foi o estudo de trajetória de ativistas e de grupos de ativistas, focalizados de um ângulo étnico (FELICI, 1994) ou analisados em contraste com o socialismo e o sindicalismo (SEIXAS, 1992; TOLEDO, 1993; TOLEDO, 2004). Há quem, inclusive, relativize a influência do anarquismo sobre o movimento operário durante a Primeira República, considerando que este teria sido hegemônico, na verdade, pelo sindicalismo revolucionário, que seria uma corrente ideológica diferenciada (TOLEDO, 2002; TOLEDO, 2004).

Essa abordagem trouxe à boca de cena os atores políticos perante os quais o movimento anarquista da Primeira República se posicionou e se definiu. Por privilegiar o mundo do trabalho como o espaço por excelência de sua atuação, o movimento teria se posicionado contrariamente ao reformismo socialista, ao sindicalismo e ao comunismo. A importância dessa abordagem reside no reconhecimento da não identidade imediata entre anarquismo e movimento sindical. A relação entre ambos é focalizada como produto em um campo de tensões e disputas com outros atores sociais portadores de seus próprios

¹ Deixo à imaginação do leitor a conclusão sobre as razões do destaque dado pela literatura de matriz marxista, acima referida, ao “fracasso” e às “insuficiências” do movimento anarquista justamente nessas duas conjunturas.

estoques de recursos e estratégias. Todavia, como a abordagem anterior, manteve o movimento anarquista atrelado exclusivamente ao universo sindical.

Uma perspectiva alternativa contou com o revigoramento dos estudos sobre a classe operária a partir do final dos anos 1970. Esse revigoramento foi impulsionado pela multiplicação de fontes acessíveis em arquivos históricos e pela introdução de novas formas analíticas, nomeadamente de matriz thompsoniana e de história cultural. O interesse pela formação da classe operária e dos movimentos populares no período republicano anterior ao Estado Novo teve como principal motor a desconfiança com relação à tese da passividade política das massas populares antes de sua incorporação ao Estado.

Esse tipo de abordagem caracterizou-se pela ampliação do exame a respeito da atuação do anarquismo. Não mais apenas o movimento sindical, mas diversos campos da vida social: educação, cultura, habitação, moral e trabalho. A premissa compartilhada pelas pesquisas desse tipo pode ser sintetizada pelas palavras de Eric Gordon, o primeiro historiador acadêmico a analisar o movimento anarquista na República Velha a partir dessa ótica. Criticando a visão anteriormente apresentada pela sua ênfase excessiva na métrica da "questão operária", Gordon argumentou que "outros critérios podem também ser empregados para medir o 'sucesso' anarquista: participação em comícios e benfeitorias educacionais; matrículas em escolas dos anarquistas; circulação de jornais e a difusão parcial das ideias anarquistas entre círculos não anarquistas" (GORDON, 1978, p. 56).

As pesquisas desenvolvidas em conformidade com essa orientação enfatizaram o anarquismo como tendência ideológica e como estilo de vida (GORDON, 1978; RAGO, 1984; ANDRADE, 2009) ou analisaram a sua produção cultural (HARDMAN, 1984; LUIZETTO, 1984; LIMA & VARGAS, 1986; FACCIO, 1991; LEAL, 1999). Em ambos os casos, sublinharam seus traços teóricos gerais e sua adaptação às condições sociais brasileiras.

Toda a gama de práticas e concepções anarquistas foi interpretada como atitude de resistência, isto é, o ativismo anarquista teria assumido uma postura reativa frente ao projeto republicano. Este último foi caracterizado como uma estratégia global, ainda que desarticulada, de moralização e domesticação das classes trabalhadoras. Em contraste com a perspectiva anterior, que ressaltou a existência de táticas sindicais como greves e sabotagens, essa abordagem "culturalista" privilegiou o estudo das táticas adaptadas às esferas da vida social em escrutínio. Em termos gerais, foi capaz de identificar a tentativa, por parte do ativismo anarquista, de tecer, a partir dos materiais da cultura popular e da

cultura das classes dominantes, uma ação pedagógica que fosse capaz de despertar a energia revolucionária das classes subalternas, aprofundando o fosso cultural que as separava do universo burguês.

A literatura anarquista seria um exemplo dessa duplicidade. O romance social e os folhetins publicados na imprensa operária tentariam circular em determinados campos sociais - respectivamente o campo intelectual e a educação popular - e, assim, atingir diferentes públicos. No caso do romance social, intentava-se introduzir as ideias anarquistas em círculos sociais mais elitizados; no que respeita aos folhetins, de internalizar entre os trabalhadores as concepções anárquicas e de envolvê-los na própria produção artística. Em ambos, tratava-se sempre de "literatura útil" (HARDMAN, 1984; LUIZETTO, 1984; LEAL, 1999).

As iniciativas culturais e educacionais do movimento anarquista no período - talvez suas experiências mais estudadas - seriam indicativas de seu sucesso nessa quadra histórica e de sua contribuição para a formação e dinamização de organizações populares autônomas. Foram submetidas ao estudo as experiências de organização das escolas racionalistas e modernas, dos centros de cultura social e dos centros ou bibliotecas de estudos sociais, que promoveram acentuadamente o ensino mútuo, a instrução e alfabetização de jovens, adultos e crianças, a introdução de classes mistas etc. (LUIZETTO, *op. cit.*; MORAES, 1999; ANDRADE, 2009). Por sua vez, o teatro social e as "festas de propaganda" também seriam elementos a compor o arsenal do proselitismo anarquista, sua "política cultural" direcionada às massas populares, tal como a definiu Francisco Foot Hardman (1984). Os artefatos e as performances culturais resultantes dessas atividades seriam norteados pela mesma concepção tática que a "literatura útil". E também estariam sujeitos às mesmas tensões, por situarem-se entre duas formas culturais (HARDMAN, *idem*; LIMA & VARGAS, 1986; FACCIO, 1991).

Se a perspectiva anterior destacou a debilidade da classe operária em termos estruturais e políticos, a abordagem "culturalista" pautou-se pela análise dos padrões de experiência dessa classe. Forte ou fraca, não importa: o que interessou foi deter-se analiticamente sobre os modos de apropriação da dupla experiência de dominação e de exploração a que a classe operária esteve submetida em seus anos de formação. A segregação a que estaria sujeita essa classe na Primeira República seria mais vasta e intrincada do que simplesmente política: seria também social, espacial e cultural. É a partir

desse referencial que o movimento anarquista foi caracterizado: privilegiou-se a sua relação com o contexto dominante e sua ação como mediador dessa experiência para a classe operária.

Todavia, ao conectá-lo exclusivamente com o universo cultural, essa perspectiva perdeu de vista os elementos contextuais que constrangeram ou facilitaram a adoção ou substituição das táticas ao longo do tempo. À explosão dos campos da vida social submetidos à ação dos anarquistas não correspondeu uma leitura política sobre a variação tática empregada pelos mesmos no enfretamento público de seus opositores.

A partir dos anos 2000, a produção acadêmica a respeito do movimento anarquista na República Velha assistiu ao declínio definitivo da perspectiva estrutural e à adoção generalizada, em maior ou menor escala, de abordagens analíticas que privilegiaram ou as dimensões estratégicas ou as culturais. Tematicamente, os recortes se diversificaram: as investigações examinaram as representações culturais de grupos específicos de ativistas (BIONDI, 2002; LEITE, 2007; OLIVEIRA, 2008), debruçaram-se sobre a repressão estatal (SAMIS, 2002; LOPREATO, 2003; LEAL, 2006) ou sobre a atuação do movimento em conjunturas críticas e episódios históricos como a Greve Geral de 1917 (LOPREATO, 2000). Foi grande a profusão de estudos biográficos e de trajetórias de ativistas anarquistas (NASCIMENTO, 2000; ROMANI, 2002; BIONDI, 2006; SAMIS, 2009)². Ao mobilizar um grande volume de material empírico e tratá-lo com destreza descritiva, o grande trunfo das pesquisas historiográficas foi o de efetivamente atrelar o movimento anarquista a uma série de campos sociais, destacando alguns dos recursos materiais e simbólicos que os dominados ou destituídos de poder possuíram, em determinado contexto histórico, para fazer frente a certas situações de conflito político ou de mudança social.

Entretanto, ainda permanece nas sombras a maneira como se *relacionaram* a efervescência cultural de base e a luta política manifestada na dimensão pública. A trama complexa de relações sociais que enredou uma heterogeneidade de atores nas ações de construção de modelos culturais alternativos e em interações com competidores, aliados e opositores políticos não foi objeto de pesquisa sistemática. Igualmente, permanecem

² Também a partir de 2000 assistiu-se a um aumento do interesse dos estudos da área de Educação sobre o anarquismo na Primeira República. Nesse caso, o interesse manifesto foi pelo estudo teórico da pedagogia libertária desenvolvida nas experiências anarquistas durante a Primeira República no Brasil, bem como pela trajetória de educadores libertários envolvidos nessas iniciativas. cf. PERES, 2004; SANTOS, 2009; MARTINS, 2010; SOARES, 2011.

intocados os pontos de passagem e os mecanismos de conversão e reconversão entre uma dimensão e outra.

Naturalmente, a conclusão mais imediata é a de que seria necessário associar fatores estratégicos e culturais para dar conta do relacionamento entre essas dimensões. O problema passa a ser, então, o de urdir uma forma de fazê-lo.

De que modo dar outra inteligibilidade – no caso, propriamente sociológica - a esse problema? A partir das constatações anteriores, formulei alguns questionamentos: em princípio, não estão contidos, nos elementos apresentados, temas tão caros às teorias dos novos movimentos sociais, tais como a identidade do movimento, a politização da vida cotidiana e a defesa de estilos de vida inegociáveis (CALHOUN, 1995)? Ou, ainda, o próprio movimento anarquista não introduziu formas não convencionais - no sentido de ausentes das rotinas políticas legítimas do período – e mesmo disruptivas de protesto e de resistência, como querem as teorias do processo político (TARROW, 2009)? Assim, a adoção de ferramentas analíticas diferenciadas desenvolvidas ao longo dos anos pelos estudos a propósito dos movimentos sociais parece inicialmente dar conta desse problema³.

Sendo assim, admito que uma saída proveitosa seja tentar apreender o anarquismo como um movimento social. Por movimento social compreendo "uma *rede de interações informais* entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, engajadas em *conflitos políticos ou culturais*, com base em uma *identidade coletiva* compartilhada" (DIANI, 1992, p. 13 - grifos adicionados)⁴. Procedo à especificação dos elementos que constituem essa definição.

³ A clivagem identificada entre as perspectivas historiográficas também existe no interior das teorias dos movimentos sociais. O debate sobre a precedência de aspectos estratégicos ou culturais para a explicação da ação coletiva dominou esse campo de estudos até recentemente. Os aspectos estratégicos e os fatores estruturais foram privilegiados pelas chamadas Teorias de Mobilização de Recursos e pelas Teorias do Processo Político, que contaram com expoentes como Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais endossou a predominância dos aspectos culturais. Entre seus teóricos, encontram-se Alberto Melucci e Alain Touraine. Para a síntese dessa discussão, remeto o leitor aos excelentes balanços bibliográficos executados ao longo dos anos: JOHNSTON E KLANDERMANS, 1995; POLLETTA, 1997; JASPER, 1997; GOHN, 2007. Existe atualmente um consenso crescente a respeito da necessidade de considerar a interação desses aspectos no estudo dos movimentos sociais. Apesar da convergência de diagnóstico e da formulação de algumas alternativas, não há ainda modelos sistematizados a respeito da influência recíproca desses aspectos. Dessa maneira, ao longo da tese recorri aos *insights* e propostas de alguns autores, devidamente identificados, bem como à adaptação das formulações dos teóricos dessas perspectivas clássicas que sejam aptas para descrever essa interação.

⁴ Atualmente, essa formulação é amplamente aceita no estudo dos movimentos sociais (SAUNDERS, 2007), tal como se pode observar na definição bem próxima efetuada por Sidney Tarrow, em obra cuja primeira edição é de 1993: "O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por

Com efeito, o conflito é aqui compreendido como uma interação entre atores em oposição que possuem interesses nos mesmos objetos materiais ou simbólicos. Tais objetos são mutuamente reivindicados - apesar de cada ator poder conferir-lhes valores diferentes. A concessão, captura, conversão, manutenção ou apropriação desses objetos por um deles implica necessariamente afetar os interesses do outro. Essa interação toma a forma de confronto político quando se insere em um contexto de reprodução de assimetrias de poder. Vale dizer, quando as partes envolvidas ocupam posições desiguais no espaço sociopolítico, de modo que em um polo estejam os detentores legítimos do poder ou aqueles que com eles mantêm ligações estreitas, enquanto que no outro polo situem-se as "pessoas comuns" (TILLY, 2008) ou os "sem poder" (SCOTT, 2000).

O desafio lançado no confronto político assume uma forma simultaneamente material e simbólica. Pode também tanto reiterar a lógica subjacente à disputa como constituir uma oposição que se esforça por contestá-la, demonstrando a possibilidade de instauração de um modelo alternativo de interação. Nesse sentido, o desafio pode contestar padrões e modelos culturais estabelecidos de ações e de relações sociais (CALHOUN, 1995).

O confronto necessita ser simbolicamente construído como tal, a fim de incentivar as pessoas para a participação e sustentar a prática social da ação coletiva. Esse ajuste é propriamente um trabalho sociocognitivo e discursivo de construção de quadros interpretativos que definem a situação (os problemas a serem enfrentados, as suas causas, os antagonistas, os aliados potenciais e os campos e arenas de confronto) (JOHNSTON E KLANDERMANS, 1995).

Estar atento a esse enquadramento cultural implica o entendimento de que a própria estabilidade dos arranjos institucionais e das estruturas sociais repousa, entre outros fatores não menos importantes (como a posse de recursos ou a capacidade material para o enfrentamento), na produção de significados potencialmente contestáveis. Com isso, não se perde de vista a modelagem cultural das estruturas, das arenas de interação e da própria racionalidade estratégica (POLLETTA, 1997).

O confronto sempre ocorre em um setor particular de disputa, isto é, os objetos concretos ou simbólicos reivindicados pertencem a um campo social cuja leitura pode ser

densas redes e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social" (TARROW, 2009, p. 18).

realizada em termos de espaço sociopolítico. Razão pela qual utilizarei a denominação de "campo de confronto" para me referir a esses setores⁵.

As formas de ação contenciosas possuem uma dimensão pública, manifestam-se publicamente. Podem ser reivindicativas ou contestatórias, convencionais ou não convencionais. Podem ocorrer por vias institucionais ou não institucionais. Podem envolver meios violentos ou pacíficos, ações legais ou ilegais. Em determinada época e lugar, são limitadas, constituindo um repertório de confronto político, isto é, um "conjunto de ferramentas para as pessoas envolvidas" (TILLY, 2008, p. 45). Enquanto tais, servem a mais de uma finalidade e podem ser usadas por mais de um ator. Em todo caso, são dependentes tanto do potencial de criação e mobilização de meios e recursos como da capacidade para acionar e manejar diferencialmente esses ativos em situações de enfrentamento.

Potencial e capacidade que, por sua vez, são compostos por diversos aspectos. A adoção de determinada estratégia de ação por um movimento social é um fenômeno complexo. Envolve o cálculo circunstanciado sobre a oportunidade de sucesso em determinado contexto sociopolítico demarcado por recursos, regras, instituições, expectativas e respostas em relação à ação de outros atores. Os movimentos sociais não podem redefinir de maneira ilimitada as suas estratégias de ação. Existem constrangimentos e oportunidades no ambiente social, político e cultural que facilitam ou inibem a possibilidade de adoção de determinada estratégia de ação ou de variação tática no interior da mesma estratégia. Por outro lado, o leque de possibilidades estratégicas é afetado pelos resultados da interação com os outros atores nesse ambiente, resultando numa dependência de trajetória em que os resultados das interações passadas afetam as possibilidades de ação no presente.

Mas a escolha por determinada forma ou linha de ação não corresponde somente a essa avaliação do ambiente político. A definição das estratégias e das formas de ação também envolve valores, crenças, orientações e volições a respeito da própria ação. Não há uma "vontade de protesto" que derive automaticamente do pertencimento a grupos

⁵ A noção de "campo", derivada da teoria bourdieusiana, aplica-se de maneira mais efetiva ao meu argumento do que, por exemplo, o conceito de "sistema". Nick Crossley enumera quatro vantagens para sua importação para o estudo dos movimentos sociais: 1. campos são "lugares de ações estratégicas e inovadoras", nas quais as regras são apenas balizas para a efetivação do "jogo" entre os atores; 2. são "hierarquicamente diferenciados", ou seja, os atores ocupam posições e encontram oportunidades diferenciadas devido à organização própria do campo; 3. são intrinsecamente "competitivos e conflituosos"; 4. o que significa que as relações ali estabelecidas entre os atores são relações de poder e de dominação. cf. CROSSLEY, 2002, p. 179 e ss.

excluídos, oprimidos ou dominados. Não são grupos que estão imediatamente dispostos a agir, aguardando somente uma oportunidade para tanto. Essa disposição precisa ser construída, material e simbolicamente. Materialmente, pela aquisição de recursos e pela constituição de estruturas organizacionais que tornem possível a ação coletiva. Simbolicamente, por meio de enquadramentos da situação e de quadros interpretativos que indiquem a necessidade de agir coletivamente. Mesmo a oportunidade para agir necessita ser reconhecida e validada como tal. De maneira similar, a decisão estratégica e as opções táticas também estão subsumidas a crenças e valores que interdita ou incentivam, normativamente, a adoção de certa linha estratégica ou de alguma forma de ação disponível no interior do repertório de confronto político em determinado tempo histórico. A racionalidade da ação, em vez de comportar uma razão calculadora orientada por critérios abstratos de eficiência, eficácia e efetividade, é sempre algo como uma "racionalidade enraizada" em dimensões cognitivas, afetivas e morais que a motivam e a canalizam (JASPER, 1997). Cálculo circunstanciado e racionalidade enraizada compõem as balizas da dimensão da *agency* dos movimentos sociais⁶.

Mantendo essa linha de raciocínio, é possível compreender que os movimentos sociais não existem somente quando emergem no espaço público em performances confrontacionais⁷. Existe um anteparo que antecede esses momentos de visibilidade, constituído por estruturas de micromobilização - organizações e redes sociais. Conforme recorda Melucci, a configuração típica de um movimento social é a de

uma rede de pequenos grupos submersos na vida cotidiana que exigem um envolvimento pessoal em experimentar e praticar a inovação cultural. Eles emergem apenas em questões específicas, como por exemplo as grandes mobilizações para a paz, para o aborto, contra a política nuclear, etc. A rede

⁶ Certamente que as mudanças de rumo e de táticas são amplamente afetadas pela configuração do contexto político ou pela racionalidade formal a respeito de sua eficácia. Mas a opção pela adoção de uma ou outra estratégia de ação não depende exclusivamente de um critério de adequação ao contexto ou de relação entre meios e fins. Ou antes: a própria definição do que é ou não "adequado" é informada pelas dimensões afetivas, cognitivas e morais. É o que explica que, entre as mais variadas formas de ação disponíveis no repertório de confronto político de uma determinada época, algumas delas estejam interdidas de saída - não importando o quanto sejam "objetivamente", do ponto de vista do analista, mais adequadas à correlação de forças e à configuração do contexto político. Certas ações *não são praticáveis* por certos movimentos - ainda que existam recursos materiais e "oportunidades políticas objetivas" para tanto (JASPER, 1997).

⁷ Charles Tilly chegou a definir os movimentos sociais somente nessa dimensão, como um "complexo de performances" que articula campanhas de reivindicação de determinados programas de mudança política e o emprego de um repertório de ação distintivo com exibições públicas de merecimento, de unidade, de comprometimento e de número de pessoas envolvidas (TILLY, 2008, p. 72; e também páginas 120 e ss).

submersa, embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informação circulam ao longo da rede; algumas organizações [...] fornecem certa unidade (MELUCCI, 1985, p. 800).

Essa rede submersa promove a participação (em suas múltiplas dimensões: recrutamento, motivação, envolvimento e engajamento), a solidariedade, a cultura do movimento. É nessa dimensão submersa cotidiana que são produzidos seus artefatos culturais, tais como nomes, rituais, símbolos, vestimentas e estilos verbais (POLLETA & JASPER, 2001). Estes são ao mesmo tempo modos de expressividade do grupo no espaço sociopolítico e formas internas de reconhecimento e de produção de solidariedade e de comprometimento. Também é nessa dimensão latente, e nos seus espaços e relações correspondentes, que são produzidos os quadros interpretativos sobre a situação política e são discutidas e formuladas as estratégias de ação. Artefatos culturais, valores e quadros interpretativos constituem o universo simbólico dos movimentos sociais: um conjunto nem sempre articulado e coerente que sedimenta habilidades, representações, desejos e hábitos que configuram, junto com as estratégias de ação, o estilo ou a fisionomia de determinado movimento social (SWIDLER, 1986; JASPER, 1997).

Tal "fisionomia" dos movimentos sociais é mais bem apreendida pelo conceito de identidade coletiva, ferramenta analítica disponível para o tratamento dos problemas teóricos relativos aos processos de construção de um dispositivo de ações por parte de uma rede complexa de agentes que compartilham quadros interpretativos e linguagens não necessariamente unificados e coesos, relacionados a determinado campo de confronto⁸.

Como construção social, a identidade coletiva refere-se a práticas sociais e atividades sociocognitivas de posicionamento e reposicionamento no espaço sociopolítico. Esses posicionamentos e reposicionamentos ocorrem de maneira *contrastiva*. Movimentos sociais constroem suas posições *relativas* em um campo de confronto; portanto, posicionam-se simultaneamente como *desafiantes* do sistema sociopolítico de dominação e como *aliados* ou *competidores* na disputa pela representação daqueles a que se propõem ser os porta-vozes. São bem sucedidos nessa construção da identidade coletiva quando, conforme os

⁸ Nas palavras de Alberto Melucci: "A identidade coletiva é uma *definição* interativa e compartilhada por vários indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) e relaciona-se com as *orientações da ação* e com o *campo de oportunidades e restrições* no qual a ação ocorre. Por 'compartilhada e interativa' quero me referir a uma definição que deve ser concebida como um processo, porque é construída e negociada através de uma ativação repetida das relações que ligam indivíduos (ou grupos)" (MELUCCI, 1995, p. 44 - grifos adicionados).

critérios estabelecidos por Melucci, apresentam continuidade temporal apesar de suas adaptações ao ambiente, unidade (isto é, demonstram capacidade para delimitar-se frente aos demais) e habilidade para reconhecerem e serem reconhecidos no campo de confronto (MELUCCI, 1995).

A identidade coletiva se cristaliza em formas organizacionais, em códigos de valores e de crenças e em padrões de relacionamento entre pessoas e instituições. As organizações funcionam, então, como ancoragem institucional e como condição para a reiteração e recorrência dos vínculos associativos (TAYLOR & WHITTIER, 1995; POLLETTA, 1999). Não são, porém, algo como o "lado de fora" da cultura do movimento, um fundamento puramente material sobre o qual a dimensão simbólica se apoia para se erigir. Os próprios tipos de organização a que cada movimento social recorre possuem uma dimensão normativa: são produtos da cultura do movimento, "fins em si mesmos" (POLLETTA, 2004, p. 107).

Por sua vez, as redes dos movimentos sociais constituem-se em padrões de relacionamento entre atores, através dos quais circulam as informações, os recursos, os artefatos culturais, os quadros interpretativos e os repertórios de ação. Essas estruturas conectivas são resultado e pré-condição para a ativação e a sustentação da mobilização e das ações coletivas. São importantes porque vinculam os atores do movimento que agem nos mais diversos campos de confronto. Assim, juntamente com a identidade coletiva, as redes sociais fornecem balizas para a conformação das fronteiras do movimento, sua coesão e sua coordenação interna (SAUNDERS, 2007).

Os vínculos entre atores e organizações que compõem um movimento social podem ser de diferentes naturezas: comunicativos, afetivos, colaborativos etc. Podem ser observados tanto nas manifestações públicas ou na promoção conjunta de campanhas, formatando suas redes visíveis, como nas redes submersas do cotidiano do movimento (participação de indivíduos em mais de uma organização, laços de amizade entre indivíduos ou de intercâmbio de informações entre organizações etc.) (DIANI, 1995). As redes sociais contribuem para imprimir uma dinâmica interna particular ao movimento, responsável pela sua sustentação e por sua capacidade de resposta nos diferentes campos de confronto.

É certo que estratégia e cultura constituem domínios particulares: "a estratégia geralmente envolve esforços para transformar o mundo social; a cultura tenta compreendê-lo" (JASPER, 1997, p. 44). Reconhecer essas particularidades não traz como consequência que devam ser consideradas domínios analítica e mutuamente estanques. Considero que a

definição de movimento social assumida como norteadora da pesquisa se apresenta como uma possibilidade para a resolução do problema de investigação a respeito desse relacionamento. Essa resolução – e essa é minha hipótese teórica – deve necessariamente passar pela apreensão de diferentes níveis de profundidade analítica, que permitem distinguir e transitar por planos diferentes do movimento social: redes visíveis e submersas ou dimensões de visibilidade e de latência. Os termos são de Melucci, que assim os define:

Pode-se falar de um modelo bipolar: latência e visibilidade tem duas funções diferentes. A latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes. [...] A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição à lógica que leva à tomada de decisão com relação à política pública. Ao mesmo tempo, a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico está ligado à lógica geral do sistema e também que modelos culturais alternativos são possíveis (MELUCCI, 1989, p. 61).

O mesmo autor define a forma assumida pelas relações mútuas entre essas dimensões:

Esses dois polos, visibilidade e latência, são reciprocamente correlacionados. A latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para a mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa (MELUCCI, 1989, p. 62).

Uma vez aceita essa visão, os conceitos sumariamente apresentados e outros correlatos serão esclarecidos no decorrer do trabalho, contextualmente.

**

As perspectivas historiográficas apresentadas ao longo dessa introdução fizeram uma caracterização essencialmente “nacional” do movimento anarquista da Primeira República. Com efeito, em relação a este aspecto, os estudos citados tomaram dois rumos. Por um

lado, alguns deles definiram como circunscrição para a análise exclusivamente o Estado-nação, sopesando unicamente os fatores estruturais (políticos e econômicos) que, no interior dessa circunscrição, afetaram a formação e a dinâmica do movimento (FAUSTO, 1976; DULLES, 1980; RAGO, 1984; ANDRADE, 2009; HARDMAN, 1984; LUIZETTO, 1984). Outros relacionaram o movimento anarquista diretamente com a imigração – e as suas vicissitudes são atribuídas às mudanças na composição étnica das classes sociais. Nesse segundo caso, a influência dos fatores externos ou internacionais pareceu esgotar-se na “importação de ativistas”: uma vez que estes adentraram o país, os fatores externos cessaram seus efeitos como balizadores da dinâmica adotada pelo movimento no contexto brasileiro (MARAM, 1979; MAGNANI, 1982; TRENTO, 1988; GORDON, 1978; TOLEDO, 1993; TOLEDO, 2004). Em ambos os casos, perdeu-se de vista a influência do *relacionamento* – e, portanto, do intercâmbio, no *interior* do movimento – entre a escala local e a escala transnacional do anarquismo.

Há que se notar que o anarquismo, enquanto uma rede mais ou menos articulada de ativistas ao redor do globo, configurava-se, na quadra histórica de referência, como um movimento transnacional. A esse respeito, Calhoun recorda que, já no século XIX, o campo dos movimentos sociais “era inerentemente internacional, ligando participantes em diferentes países não somente pelas comunicações, mas por um padrão de migração em que as pessoas literalmente mudavam-se de um país para outro sem sair do contexto de seus movimentos” (CALHOUN, 1995, p. 177).

Ter isto no horizonte traz consequências importantes para a investigação. A circulação de ideias, de artefatos culturais, de notícias, de formas de ação e de modelos organizacionais, bem como a mobilidade constante de ativistas, indicam o compartilhamento da noção de pertencimento a um mesmo projeto transnacional, produzindo laços entre organizações e ativistas de vários países, alimentando redes que sustentavam o movimento e criando ligações simbólicas entre episódios políticos ocorridos em diferentes localidades do globo (DIANI, 2003)⁹.

⁹ “A través da imprensa, pessoas em lugares tão longínquos como Messina e Varsóvia, São Petersburgo e Pequim podiam imaginar-se não só como italianos, poloneses, russos e chineses, mas também como jacobinos e *sans-cullotes*, radicais e comunistas e seus inimigos locais como vassalos e rentistas, aristocratas e capitalistas” (TARROW, 2009, p. 71). O movimento anarquista em São Paulo durante a Primeira República utilizou intensivamente as suas organizações de imprensa e seus grupos de afinidade para produzir essas ligações simbólicas, com a finalidade de fomentar o internacionalismo entre as classes populares: pôs em circulação obras libertárias de diversos origens, promoveu o engajamento em campanhas de protesto e de

Reconhecer esse relacionamento implica um deslocamento de perspectiva que realce as relações entre o local e o global, em vez de postular uma configuração nacional do movimento anarquista naquela quadra histórica. A formação e a dinâmica do movimento anarquista em São Paulo foi bem diferente daquela encontrada no Rio de Janeiro, em Curitiba ou em Porto Alegre, para citar somente alguns potenciais contrastes. Assim, considerar a escala local, espacialmente definida, significa, entre outras coisas, enxergar a configuração nacional do movimento não como um dado, mas como algo potencialmente construído pelos agentes sociais ao longo do tempo.

Igualmente, os ativistas anarquistas do período pensavam, organizavam-se e agiam em termos locais, regionais e globais - a escala nacional sendo um fator de segunda ordem para a sustentação do movimento. Em segundo lugar porque, sociologicamente falando, é nessa escala local que é possível verificar a interação dinâmica entre estrangimentos estruturais, bases culturais, fluxos e redes sociais responsáveis pela produção relacional das identidades e confrontos. E é no contexto local que as escolhas e práticas políticas adquirem seu sentido imediato. Conforme propõe Philippe Cooke, as fronteiras locais em grande parte coincidem com determinadas práticas dos grupos dominantes que podem ser diretamente contestadas cultural, econômica e politicamente pelos grupos dominados (COOKE, 1990).

Tendo isso em mente, escolhi como unidade espacial local a cidade de São Paulo. Minha hipótese é que, para além de polo de referência para os grupos locais e regionais que se constituíram ao longo da Primeira República no interior do estado ou em outras partes do país, a cidade de São Paulo, nesse período, pode ser concebida como um ponto de largos circuitos de atuação e de mobilidade dos ativistas do movimento anarquista transnacional. Esses circuitos foram construídos por diversos “ramos”, cuja propriedade essencial era a língua ou a vinculação de origem: ramo italiano, ramo espanhol, ramo português etc. Esse elemento não funcionava como uma barreira, mas como um recurso facilitador e dinâmico para a difusão e sustentação do movimento transnacional. Dessa maneira, São Paulo conectava-se externamente a outras cidades tais como Buenos Aires, Montevideu, Nova Iorque, Patterson, Madri, Lisboa, Turim e Livorno. Outras cidades do país também integraram esses circuitos, e vincularam-se a São Paulo internamente: Santos, Curitiba, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Jaú, Campinas, Sorocaba etc.

solidariedade transnacionais, incitou à comemoração de datas festivas próprias do proletariado mundial ou do movimento anarquista transnacional.

Assim, com relação àquele conjunto de problemas derivados da escala de observação, minha hipótese é a de que a vinculação com o movimento anarquista transnacional é um vetor fundamental para explicar a atuação dos ativistas no nível local, seja em termos de aplicação de formas modulares de ação já consolidadas no movimento¹⁰, seja em termos de adaptação ou produção de novas formas de ação que, uma vez postas em prática e em circulação na rede transnacional do movimento, vieram a se incorporar ao seu repertório de ação globalmente considerado. Inversamente, a transposição, para o nível local, de um repertório de ação coletiva modular e internacionalizado teve efeitos de inovação no próprio estoque local do repertório de confronto político. O mesmo argumento é válido para outros elementos constituintes do movimento social: recursos, quadros interpretativos, modelos de organização e artefatos culturais. Ainda que fuja às minhas possibilidades reais de pesquisa reconstruir essas redes transnacionais, mantê-las como referencial para a análise da escala local do fenômeno permitirá compreender a formação e a dinâmica do movimento.

A maior parte das pesquisas realizadas debruçou-se sobre um período cronologicamente indefinido, tratando o movimento anarquista dentro do grande lapso temporal do que se convencionou chamar de Primeira República (FAUSTO, 1976; DULLES, 1980; HARDMAN, 1984; RAGO, 1984; TRENTO, 1988; FACCIO, 1991; TOLEDO, 2004). Outras pesquisas indicaram como marco cronológico o período de 1890 a 1920 sem, no entanto, justificar explicitamente essa datação (GORDON, 1978; MARAM, 1979). Seja como for, a própria sustentação do movimento anarquista como ator político e social ao longo de um período tão amplo é um fato em si mesmo notável e merecedor de uma análise mais detida. Entre os resultados apresentados pela historiografia, salta aos olhos o grau de capilaridade e diversidade do movimento.

¹⁰ Formas modulares de ação coletiva, que podem inclusive articular-se ao ponto de conformar um repertório modular de ação, são definidas como aquelas rotinas-chaves de protesto que possuem poder de difusão, ou seja, são passíveis de serem utilizadas em diferentes ambientes e circunstâncias por diferentes grupos que não necessariamente possuam alguma relação entre si. Cf. TARRROW, 2009. Afirimo que o anarquismo, como movimento transnacional, foi um movimento dotado de um repertório de ação modular, questão a ser tratada no decorrer da pesquisa.

Em ambos os casos, a ideia subjacente parece ser a de extrair desse enquadramento delineado em contornos gerais um sentido abrangente para a experiência anarquista. Com toda a certeza, essas pesquisas foram capazes de esboçar o repertório de ação e os estoques simbólicos do movimento. Porém, por abraçarem um período histórico relativamente longo, deixaram de iluminar satisfatoriamente a constituição do movimento.

Optei por empregar meu esforço de investigação justamente na delimitação do que seria um período de formação do anarquismo como movimento social na cidade de São Paulo. Essa formação possui uma dimensão interna e uma externa ao movimento, articuladas pelo estabelecimento de uma identidade coletiva. Do ponto de vista de sua dinâmica interna, evidenciaram-se os processos de construção de suas redes de interações informais, de produção do seu estoque simbólico e de suas estruturas de mobilização. Nessa dimensão, articularam-se cultura e formas de ação de difusão e de mobilização do movimento. Externamente, ou seja, em relação com seu ambiente sociopolítico local, o movimento anarquista estabeleceu um conjunto de orientações estratégicas e um repertório de formas de ação públicas que possibilitaram sua constituição como ator sociopolítico relevante e reconhecido, engajado em conflitos políticos e culturais em determinados campos de confronto.

Sugiro que esse período de formação recobre o intervalo de tempo entre os anos de 1892 e 1908. Durante esses dezesseis anos, os diversos grupos locais de ativistas anarquistas tiveram que realizar diferentes investimentos simbólicos, adaptar, formular e alternar estratégias e formas de ação nas dimensões visível e latente. Essas inflexões tiveram um papel essencial no processo de maturação do anarquismo como movimento social na cidade de São Paulo. Foram duplamente definidas: pela interação dos grupos de ativistas com o ambiente político e social local e pelo intercâmbio com o movimento anarquista transnacional.

A aplicação desse ponto de vista me permitiu reconhecer três períodos desse processo de formação. Em um primeiro momento, entre os anos de 1892 e 1897, os grupos anarquistas constituíram-se em São Paulo em um contexto absolutamente repressivo, de construção do regime republicano. Compostos completamente por ativistas italianos, esses grupos participaram da montagem do campo socialista como referência política, tendo como principais aliados os socialistas democráticos italianos. Nesse período, estabeleceram os quadros interpretativos comuns do movimento e foram reconhecidos, conquanto

negativamente, como atores sociopolíticos. Entre 1898 e 1903, na conjuntura de consolidação do regime republicano, novos grupos de ativistas se formaram na cidade. Compostos por italianos, brasileiros, espanhóis e portugueses, obtiveram êxito na constituição de estruturas de mobilização e no estabelecimento de uma cultura libertária. Finalmente, entre 1904 e 1908, no contexto de pressão popular sobre o regime republicano, os grupos anarquistas estabeleceram definitivamente suas orientações estratégicas. O movimento se diversificou internamente, mas constituiu uma identidade coletiva. Os diversos grupos articularam quadros interpretativos comuns e mantiveram suas ações visíveis e submersas coordenadas, mas estabeleceram uma divisão e especialização do trabalho de ativismo.

Considero que a análise da formação do ativismo anarquista como movimento social na Primeira República permite lançar luz sobre o fenômeno mais geral do associativismo popular desenvolvido no quadro do liberalismo oligárquico brasileiro. Longe de uma apatia política generalizada por parte dos dominados, este posto de observação torna possível visualizar a grande atuação societária e extra institucional dessa parcela da sociedade.

Como um de seus pilares, o ativismo anarquista contribuiu significativamente para compor a cultura de protesto no período. Organizou-se em redes visíveis e submersas, atuando no nível societário em vez de no nível institucional. Seus ativistas instituíram orientações de ação condizentes com uma concepção de mundo que regionalizava o espaço sociopolítico de um modo particular, identificando nele campos de confronto, nos quais detectaram a presença de modelos de autoridade e de dominação a serem contestados. Expuseram uma crítica contundente às formas sociais de controle e sustentaram a necessidade de elaboração de ações de resistência e de contramodelos de organização social.

Correlatamente, o movimento introduziu e desenvolveu um vocabulário político tendo por referência a experiência de vida operária e popular, contribuindo para ressignificar, naquela quadra histórica, as relações entre dominantes e dominados e a concepção do mundo social a elas subjacente.

Ao promoverem a organização sindical, participarem de agitações populares, fundarem centros de convivência e escolas nos bairros populares, produzirem material de propaganda e imprimirem jornais, prepararem greves, rebelarem-se contra a violência policial, proporem a reorganização de condutas morais, perseguidos e reprimidos pelas

forças públicas, os anarquistas destacaram-se por comportamentos e por formas de ação que negavam a ordem constituída e tentaram fundar uma contracultura autônoma de classe. Alimentaram uma cultura radical que, embora não tenha se espreado, foi suficiente para dinamizar os confrontos entre dominantes e dominados por fora e contra a política institucionalizada.

O entendimento histórico desse associativismo popular representado pelo movimento anarquista sublinha outro aspecto, até mais fundamental, muitas vezes esquecido por análises panorâmicas ou por perspectivas neutras e higienizadas a respeito da natureza do Estado. Trata-se da ideia de que a própria institucionalização da arena institucional é uma realidade social que precisa ser construída como tal. A incorporação das massas a um regime de dominação é um processo extremamente violento. Envolve a construção da posição de mediadores políticos legítimos, a exclusão e a extinção (política, quando não física) dos radicais, a propedêutica das ações legítimas e adequadas. Os canais institucionais abertos à participação no sistema político são resultados de um jogo de forças extremamente desigual.

Estando claras as ferramentas conceituais e teóricas mais gerais, cabe agora indicar rapidamente o trajeto da pesquisa e a organização da tese. Em primeiro lugar, fugi deliberadamente da ideia de realizar uma narrativa sem fissuras. Preferi indicar as lacunas documentais, contextualizar os resultados que foram obtidos com base nelas, não forçar conclusões precipitadas que não pudessem estar pautadas por evidências, mesmo que parciais.

Para a realização da pesquisa utilizei como fontes primárias os periódicos anarquistas impressos ao longo do período mencionado. Previamente à sua análise, consultei o extenso volume de material empírico compilado nas pesquisas historiográficas. Secundariamente, quando foi o caso, servi-me da grande imprensa do período, a fim de triangular informações.

Essas fontes prestaram-se, fundamental mas não exclusivamente, ao propósito de fornecer informações para a reconstrução das ações, da identidade coletiva e dos grupos anarquistas. Também utilizei-as para reconstruir de maneira indicativa o que seriam as redes sociais de sustentação do movimento.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da pesquisa referiu-se à obtenção de informações e fontes primárias sobre os ativistas anarquistas. Felizmente, nos últimos anos foram produzidas algumas biografias de ativistas de alto nível historiográfico. Além disso, pude contar com os materiais memorialísticos do movimento editados por Edgar Rodrigues, Edgard Leuenroth e Everardo Dias, incansáveis compiladores dessa história submersa, afastada dos salões e dos centros de decisão política. Aliei a esses dois tipos de materiais algumas compilações documentais organizadas por pesquisadores do movimento operário e anarquista (relatórios policiais e sociais, produção literária anarquista etc.).

Finalmente, procurei respeitar os critérios de publicidade científica, em dois sentidos. O primeiro deles diz respeito à clareza da linguagem. Um relatório de pesquisa, mesmo que em nível doutoral, é isso: um relatório de pesquisa. Sua finalidade é comunicar uma trajetória de investigação e apresentar seus resultados. Assim, pretendi tornar sua leitura mais agradável, empregando uma linguagem simples e objetiva - ainda que inspirada pela intenção do rigor. Espero ter conseguido. Em segundo lugar, a publicidade científica exige a demonstração clara dos procedimentos empregados, a fim de indicar os limites dos resultados e prover a assistência com a possibilidade de apresentar contraprovas e réplicas. Preparei um apêndice metodológico ao final da tese, para não sobrecarregar em demasia os capítulos com informações técnicas que podem ser acessadas separadamente, sem prejuízo do entendimento. Espero que o resultado esteja à altura da finalidade.

Quanto às traduções de textos estrangeiros, salvo indicação em contrário, são todas minhas. Adotei como critério a tradução literal dos trechos dos textos teóricos utilizados, sempre remetendo à sua localização no texto original, como foi feito nessa apresentação. No que respeita aos textos dos anarquistas, preferi compartilhar com o leitor a experiência da polifonia de um movimento transnacional. Mantive no corpo da tese os textos originais. Conservei a redação tal como encontrada nos periódicos, respeitando os eventuais erros tipográficos e a ortografia da época. Minhas traduções livres dos textos dos periódicos escritos em outras línguas foram depositadas em notas de rodapé.

No capítulo 1, apresento o movimento anarquista como fenômeno transnacional. Descrevo sua formação e principais aspectos e traço, de maneira expedita, o fluxo de atividades de colaboração e de informação em sua rede transnacional. Enfatizo, ainda, sua relação com a grande emigração europeia de fins do século XIX e início do século XX,

fornecendo as bases para o entendimento das redes sociais que se estabeleceram entre algumas cidades americanas e europeias.

O segundo capítulo é dedicado à descrição do cenário sociopolítico em que os ativistas anarquistas atuaram. Ressalto os aspectos relacionados ao regime político e sua interação com os movimentos sociais durante o período sob análise. Forneço também uma descrição da situação local no município de São Paulo.

Cada um dos capítulos subsequentes é dedicado a um dos intervalos temporais em que dividi o processo de formação do ativismo anarquista na capital paulista: 1892-1897, 1898-1903 e 1904-1908.

As considerações finais fornecem uma visão global dos resultados da pesquisa, articulando-os com a retomada da proposta de interpretação para o ativismo anarquista. Ao final, sugiro indicações para futuros aprofundamentos.

CAPÍTULO 1 - REPOSICIONANDO O ANARQUISMO COMO FENÔMENO TRANSNACIONAL

*"Nostra patria è il mondo intero
nostra legge è la libertà
ed un pensiero
ribelle in cor ci sta".
Stornelli d'esilio, Pietro Gori (1895)¹¹*

Entre os dias 24 de novembro e 21 de dezembro de 1898, na cidade de Roma, na Itália, ocorreu uma reunião secreta entre delegações de 21 países europeus. Além do país anfitrião, estiveram representados Portugal, Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Rússia, Austro Hungria, entre outros. A "*Conferência Internacional de Roma para a Defesa Social contra o Anarquismo*", tal como foi denominada, teve como motivação básica o enfrentamento do chamado terrorismo anarquista, acusado dos magnicídios recentes do primeiro-ministro espanhol Antonio Cánovas del Castillo, em 8 de agosto de 1897, e da imperatriz Elisabeth da Áustria, em 10 de setembro de 1898. Atentados anarquistas à base de explosivos também haviam ultimamente atingido lugares de frequência pública burguesa e popular, como teatros e restaurantes, contribuindo para o adensamento de um clima de insegurança social - principalmente em Barcelona e em Paris. Os 54 participantes presentes na conferência - diplomatas, burocratas e chefes de polícia - dividiram-se em diversos comitês, a fim de debater os três temas do programa: a definição de um conceito de anarquismo, a adoção de disposições legislativas de combate ao movimento e a orquestração de medidas administrativas e policiais de prevenção e de punição de atentados anarquistas.

A conferência averbou em seus registros oficiais a definição do "ato anarquista" como "qualquer ato tendo como seu objetivo a destruição, por meios violentos, de toda a organização social" e, conseqüentemente, definiu o anarquista como o indivíduo praticante de tal ato (*apud* JENSEN, 1981, p. 327). O protocolo final da reunião manifestou em suas resoluções a necessidade de adoção de medidas legislativas nacionais que coibissem a divulgação de propaganda anarquista, o amparo aos seus ativistas ou a filiação às suas associações; que proibissem e punissem a posse e o uso de explosivos em atos violentos;

¹¹ "Nossa pátria é o mundo inteiro/nossa lei é a liberdade/e um pensamento rebelde/ existe no meu coração". *Versos do Exílio*, Pietro Gori (1895).

que enquadrassem criminalmente a expressão de apoio ou a execução de atos anarquistas. Entre as medidas administrativas e policiais a serem concretizadas indicou a instalação de agências nacionais para a vigilância dos anarquistas, a necessidade de intensificação do fluxo comunicacional entre as polícias europeias e a adoção de práticas preventivas e punitivas que deveriam recobrir desde métodos de identificação criminal até a extradição de ativistas por crimes políticos (JENSEN, *op. cit.*; JENSEN, 2009; DEFLEM, 2005).

Embora não possuísse efeitos vinculantes e tenha apresentado poucos resultados práticos no que concerne à efetiva colaboração internacional, a Conferência de Roma pode ser computada como uma das muitas tentativas de articulação de uma cooperação sistemática entre vários Estados nacionais para fazer frente ao movimento anarquista no período pós-Comuna de Paris.

Trago o episódio à tona para indicar que essa tentativa internacional implicou, logicamente, o reconhecimento do anarquismo como ator sociopolítico para além de fronteiras nacionais. Em outras palavras, o acontecimento é indicativo do prestígio alcançado pelo movimento mesmo entre seus adversários contemporâneos: uma rede amorfa e indefinida que cruzava fronteiras e que, portanto, necessitava de estratégias concertadas por parte dos estados-nação para combatê-la. A própria dificuldade em estabelecer um solo comum, internacional, ao enfrentamento do ativismo anarquista é um índice significativo da ausência de instâncias transnacionais capazes de lidar com essa realidade do movimento.

Esse capítulo é dedicado à exposição dessa dimensão do anarquismo entre os anos de 1890 e a primeira década do século XX. A primeira seção apresenta alguns conceitos atinentes aos processos e características transnacionais dos movimentos sociais. A segunda seção expõe o anarquismo através das lentes do conceito de movimento social com o qual estou trabalhando, destacando os seus traços gerais. A última seção dá conta das linhas gerais dos processos de difusão do movimento que interessam à análise realizada nessa tese.

1.1. Movimentos sociais e transnacionalismo

Nas teorias sobre os movimentos sociais, os termos 'transnacional', 'transnacionalismo' e 'transnacionalização' têm sido empregados para fazer referência a pelo

menos duas dimensões afeitas ao entendimento da desterritorialização de interações contenciosas, que ficavam obscurecidas pelas perspectivas exageradamente centradas na interação desses atores com os Estados nacionais. Em um primeiro sentido, mais óbvio, os termos remetem aos atributos próprios de atores coletivos, instituições ou arenas de interação - isto é, às suas *características* intrínsecas. Este sentido usualmente sublinha a existência de atores e lugares que não são locais, nacionais ou internacionais (termo reservado para o tratamento das interações entre estados). Esses atores e lugares podem ser tanto empresas e organizações não governamentais como fóruns ou instituições multilaterais. Mas os termos também podem aludir à *escala* geográfica planetária em que determinado processo ou interação em estudo ocorre. Segundo esse entendimento, referem-se a tipos e qualidades relacionais dos vínculos estabelecidos entre atores domésticos e atores externos a determinados contextos nacionais, sejam estes de outros países ou vinculados a espaços institucionais não nacionais.

Apesar de ser tema de interesse de pesquisa recentemente redivivo - de maneira mais enfática e sistemática, a partir de meados dos anos 1990 -, as dimensões transnacionais dos movimentos sociais não são fenômenos sociais novos. Desde o século XVIII movimentos sociais apresentaram características e processos transnacionais, a exemplo das mobilizações abolicionista e antiescravista ou, mais tarde, já no século XIX, os movimentos operário, sufragista, feminista e socialista (CALHOUN, 1995; SIMÉANT, 2010). Conexões complexas entre diversos atores organizados em diferentes níveis - local, regional, nacional ou transnacional -, compartilhando uma mesma identidade e mobilizando-se em torno de pautas comuns ou bastante próximas caracterizaram esses movimentos, que também tencionaram alterações nos padrões globais das estruturas de dominação vigentes (KOUKI & ROMANOS, 2011). Visto sob o prisma transnacional, o movimento abolicionista, por exemplo, que atuava nacionalmente mirando o fim da escravidão, na verdade articulava-se com uma série de atores em redes transnacionais de defesa de causa (*transnational advocacy networks*), responsáveis por campanhas antiescravistas em escala mundial (DAVID, 2007). O mesmo pode ser dito do movimento socialista em sua luta contra o sistema capitalista.

Os movimentos sociais propagam-se transnacionalmente por meio de difusão, internalizam-se através de adaptações a contextos locais e articulam-se de forma sustentada mediante redes de contatos informais e de mobilizações supranacionais - dependendo do

grau de coordenação tática. Nisso, são facilitados pela modularidade de seus quadros interpretativos, de seus modelos organizacionais e de suas formas de ação. Apesar das propriedades modulares desses elementos, sua aplicação a outro movimento ou a um espaço político diverso (em termos de escala ou de localização) não é um procedimento automático. Sua transposição envolve aprendizado político coletivo, experimentação prática, adaptação contextual e o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes (CHABOT, 2010). Assim, ainda que sejam emuladas, não é infrequente que essas formas modulares estejam sujeitas a reinvenções capazes de produzir inovações incrementais, substanciais ou radicais nos repertórios de confronto político em cada nível considerado.

Para fins analíticos, Donatella Della Porta e Sidney Tarrow propuseram a descrição de três processos básicos de transnacionalização: internalização, externalização e difusão (DELLA PORTA & TARROW, 2005)¹². Desses, apenas a difusão não depende necessariamente do estabelecimento de conexões entre atores.

Formas de ação específicas (ou mesmo repertórios inteiros), quadros interpretativos e modelos organizacionais podem ser difundidos de um lugar para outro ou de um movimento para outro (DELLA PORTA & TARROW, 2005; CHABOT, 2010). A difusão é um processo multidimensional: pode ocorrer diretamente, através de mecanismos relacionais, ou indiretamente, por meio de mecanismos de mediação ou mesmo de mecanismos não relacionais (GIVAN *et all*, 2010; TARROW, 2005).

No caso dos mecanismos relacionais, possuem especial relevância as redes interpessoais ou os vínculos organizacionais entre atores situados em diferentes localidades. Laços de confiança construídos pela origem comum, pela proximidade geográfica, pela amizade, por pertencimento familiar, pela participação mútua no mesmo movimento, nas mesmas organizações ou nos mesmos eventos de protesto são canais de comunicação nos quais aqueles elementos podem facilmente circular e ser enfim adotados em locais distantes de sua origem.

A mediação (*brokerage*) também é um mecanismo de difusão atuante no interior das redes dos movimentos sociais. Contudo, diferentemente dos mecanismos relacionais diretos, supõe a presença de um terceiro ator, que funciona como elo entre dois atores ou

¹² Os autores argumentam que um quarto tipo de processo, a "ação coletiva transnacional", seria exclusiva da configuração do cenário mundial da virada do século XXI. Definem essa ação coletiva transnacional como "campanhas internacionais coordenadas por redes de ativistas contra atores internacionais, outros estados ou instituições internacionais" (DELLA PORTA & TARROW, 2005, p. 2-3).

lugares que não estão diretamente conectados. Por estar conectado diretamente aos outros dois atores, esse mediador (*broker*) ocupa uma posição-chave, mantendo ativos os canais de comunicação de quadros interpretativos, modelos organizacionais e de formas de ação entre lugares e atores que de outra maneira não estariam conectados (GIVAN *et all*, 2010; TARROW, 2005).

De maneira não relacional, a difusão pode ocorrer pela adoção, adaptação ou transmissão de quadros interpretativos, formas de ação e modelos organizacionais sem a existência de conexões entre os atores das diferentes localidades. Nesse caso, os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental como veículos da difusão. Através dos vários suportes relacionados ao padrão tecnológico próprio da época (imprensa, rádio, telégrafo, televisão, internet etc.), informações, notícias e ideias de determinado movimento ou sobre determinado movimento podem circular e ser acessadas por atores sem qualquer relação direta com o foco de origem. Esses condutos também permitem a circulação de teorizações a respeito tanto dos movimentos sociais como de situações de confronto político. Essas teorizações possuem os mais diversos graus de formalização, desde as mais populares até as mais sofisticadas ou eruditas. O importante é que a circulação dessas teorizações, juntamente com aquelas das informações, notícias e ideias, possibilita a emulação, a experimentação, a adaptação ou a reinvenção das formas de ação, dos modelos organizacionais e dos quadros interpretativos em outros lugares.

Os processos de internalização e de externalização efetivamente conectam a escala local ou nacional à escala transnacional, se bem que com sinais trocados. A internalização é o desdobramento, na escala local ou nacional, de confrontos ou de pressões cuja origem se situa externamente - em instituições internacionais, supranacionais ou em outros estados. A externalização é o processo exatamente oposto: o desenrolar, em escala transnacional, de confrontos ou pressões procedentes do nível local ou nacional. Nesse caso, os atores domésticos provocam atores externos para intervirem no confronto político. Em ambos os processos são utilizadas como expedientes as estratégias de enquadramento e de reenquadramento do confronto e da situação política doméstica ou global e os mecanismos relacionais, não relacionais e de mediação já apresentados quando da descrição do processo de difusão (DELLA PORTA & TARROW, 2005; TARROW, 2005).

A ação singular ou combinada de um ou mais dos processos apresentados está na base da dinâmica e da trajetória dos movimentos sociais transnacionais em cada conjuntura

considerada. Enquanto a difusão é um processo, por assim dizer, horizontal (já que se refere primordialmente à disseminação através de fronteiras), a internalização e a externalização são processos verticais, que propiciam o trânsito entre escalas de confronto político, aos quais correspondem níveis diferentes de atividade¹³.

Mudanças no ambiente internacional ou nos contextos nacionais e locais afetam o desempenho desses processos, constringendo-os ou favorecendo-os. Integração política ou econômica, desenvolvimento do capitalismo, *state building*, alterações no grau e no tipo de migrações entre fronteiras, configuração dos sistemas políticos nacionais, maior ou menor repressão política e acessibilidade aos meios de comunicação são alguns dos fatores estruturais mencionados pela literatura de referência para delinear os elementos que compõem as circunstâncias no interior das quais os movimentos sociais atuam.

Porém, avaliar o ambiente, reconhecer os obstáculos e as facilidades, saber tirar proveito da configuração do ambiente político e social ou render-se a ele são dimensões da *agency* dos movimentos sociais. Assim, à existência das balizas estruturais do contexto associa-se necessariamente a dimensão simbólica ou cognitiva dos agentes, cujas escolhas também têm efeitos sobre o fluxo, a continuidade e a trajetória daqueles processos. Dito de uma maneira econômica, o cálculo circunstanciado e a racionalidade enraizada estão presentes ao longo desses processos e mecanismos.

Por esse motivo, é crucial estar atento ao papel desempenhado pelos atores no desencadeamento dos processos transnacionais de internalização, difusão e externalização. Organizações ou indivíduos podem desempenhar o papel de mediadores (*brokers*); com maior ou menor sucesso podem emplacar novos quadros ou enquadrar o confronto político em termos globais; são capazes (ou não) de identificar e de reconhecer oportunidades e

¹³ Tarrow (2005) refinou e ampliou essa tipologia, ao propor que os processos fossem agrupados em três conjuntos, de acordo com a escala em que ocorrem e com a variedade de temas que abarcam. No nível doméstico, a internalização (ou domesticação) estaria acompanhada do processo de enquadramento global (*global framing*), definido como "o uso de símbolos externos para orientar as reivindicações locais ou nacionais", promovendo assim uma ligação simbólica entre atores e causas domésticas e externas (TARROW, 2005, p. 60). Compartilham o nível transitório os processos de difusão e de mudança de escala (*scale shift*); este último compreendido como "a coordenação da ação coletiva em um nível diferente do qual se iniciou", de maneira ascendente ou descendente (*Idem, Ibid*, p. 32). No nível internacional, Tarrow situa a externalização e a formação de coalizões transnacionais, entendidas como arranjos colaborativos entre organizações de diferentes nações ou organizações supranacionais. Dependendo do grau de cooperação e de sua duração, essas coalizões podem ser instrumentais, federativas, de eventos ou de campanhas (cf. *Idem, Ibid.*, p. 167 e ss.).

obstáculos à adoção de certa estratégia ou à variação tática; podem ainda ser responsáveis pela inovação ou pela rotinização de um repertório de ação.

Há ainda que se considerar que organizações e indivíduos agem diferencialmente em determinados níveis ou em campos de confronto diversos, em razão de inúmeros fatores (desde recursos e capacidades estocadas até o acesso a certas arenas, passando pelas habilidades de manejo das redes sociais e pelo tipo de socialização política e de trajetória social). Alguns desempenham o papel de atores exclusivamente domésticos; outros, transnacionais. A mobilidade de ativistas é um fenômeno que faz parte da dimensão transnacional dos movimentos sociais. Tarrow define como “cosmopolitas enraizados” (*rooted cosmopolitans*) aqueles “indivíduos e grupos que mobilizam recursos e oportunidades nacionais e internacionais para promover reivindicações em nome de atores, contra adversários externos, ou em favor de objetivos que têm em comum com os aliados transnacionais” (TARROW, 2005, p. 29). Os “ativistas transnacionais” (*transnational activists*) são definidos como “pessoas e grupos que estão enraizados em contextos nacionais específicos, mas que se dedicam a atividades políticas confrontacionais que os envolvem em redes transnacionais de contatos e conflitos” (*Idem, Ibid.*).

No interior das redes transnacionais dos movimentos sociais também circulam elementos necessários à sua reprodução material e simbólica, quais sejam, recursos e artefatos culturais. A existência dessas redes de contatos propicia a construção de uma identidade coletiva transnacional, que reforça e é reforçada pela mobilidade de ativistas e pela circulação desses elementos materiais e simbólicos.

1.2. A Hidra Negra

No período compreendido entre os anos de 1870 e 1914, assistiu-se a um renovado expansionismo imperialista europeu, ao surgimento de movimentos nacionalistas, à manifestação de movimentos pela independência em colônias americanas e asiáticas, à unificação e integração política de estados nacionais europeus e alhures, a novos patamares de centralização, burocratização e hierarquização estatais. Além disso, observou-se um incremento substancial do livre comércio mundial concomitante a uma maior concentração de capitais e à expansão do capitalismo e da indústria para novas áreas do planeta. A circulação do racionalismo e do conhecimento científico foi intensificada nos ambientes

políticos radicais ligados às classes populares. Essas mudanças foram acompanhadas por avanços notáveis nas tecnologias disponíveis de meios de transporte e de comunicação e pela elevação dos níveis de imigração interfronteiras e transatlânticas de trabalhadores (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009; ANDERSON, 2005). Nessa quadra histórica, o movimento anarquista constituiu-se como uma relativa novidade no cenário político europeu - assim como, em geral, todos os movimentos sociais autônomos declaradamente baseados nas clivagens de classe. Foi, segundo Benedict Anderson, "o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifúndio e ao imperialismo" (ANDERSON, 2005, p. 54).

O anarquismo afirmou-se como um movimento social primeiramente entre os anos de 1868 e 1872, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a Primeira Internacional - ela mesma uma organização transnacional. A partir do quarto congresso da AIT, realizado na Basileia, Suíça, em setembro de 1869, os grupos defensores de posições federativas e antiparlamentares - os "antiautoritários" - firmaram posição contra a ala "autoritária", favorável à formação de partidos políticos e à centralização do movimento operário - e, por extensão, à ampliação dos poderes do Conselho Geral da AIT, sob seu controle. Estes "antiautoritários" - em sua maioria mutualistas proudhonianos radicalizados e coletivistas bakuninistas - eram favoráveis à abolição do Estado e à coletivização da economia. Reafirmando o caráter revolucionário da AIT, colocavam-se dessa forma também contra os sindicalistas britânicos, os mutualistas reformistas e a minoria republicana radical. Representantes das seções italiana, francesa, espanhola, belga e do Jura suíço da Internacional formavam o grupo "antiautoritário".

Após a expulsão de Mikhail Bakunin e seus correligionários e da transferência do Conselho Geral da AIT de Londres para Nova Iorque, foi organizado um novo congresso em Saint-Imier no ano de 1872, na tentativa de fundar uma Internacional exclusivamente antiautoritária. Em 1873, tendo como justificativa a suspensão da Federação do Jura pela AIT, as federações italiana, espanhola, belga e holandesa romperam definitivamente com a organização e compareceram ao congresso antiautoritário de Genebra. Nesse congresso foram debatidos temas como as estratégias revolucionárias de greve geral e de greve parcial e a necessidade de estender e aprofundar a propaganda socialista. Entre os anos de 1873 e 1877 foram realizados ainda outros três congressos antiautoritários (Bruxelas, Berna e Verviers), nos quais se decidiu pela autonomia das federações e dos grupos e pela instalação

de um escritório geral de coordenação de correspondência internacional, sem autoridade ou funções executivas. Após 1877, a Internacional antiautoritária permaneceu perenemente inativa - o mesmo tendo ocorrido pouco antes com a própria AIT, dissolvida formalmente em 1876. Não obstante, tinha-se delineado as linhas gerais do movimento anarquista¹⁴.

Simultaneamente ao desdobramento dos acontecimentos no interior da AIT - e um dos fatores a influenciar o seu rumo - foi fundada em outubro de 1868 a Aliança Internacional da Democracia Socialista (ADS), mais tarde renomeada como Aliança dos Revolucionários Socialistas, a fim de diferenciar-se da "democracia social", termo apropriado pelos grupos "autoritários" da AIT. Os aliancistas pertenciam à AIT e entre eles contavam-se, inicialmente, revolucionários russos e italianos, aos quais se somaram em seguida franceses e espanhóis, além de operários suíços, espanhóis, poloneses, franceses e italianos. A ADS caracterizou o seu programa como "socialista revolucionário", defendendo a coletivização dos meios de produção, o federalismo, o ateísmo e o antiestatismo. Sua atuação direcionava-se por uma concepção iluminista, que enxergava na propaganda oral e escrita dos princípios da economia política e do racionalismo entre as classes populares uma forma de garantir um clima de agitação social constante. Os aliancistas atuavam de modo a promover a organização das classes populares, formando seções da AIT e da própria ADS em diversos países europeus. A ADS solicitou o reconhecimento de seus estatutos e sua filiação como ramo da AIT no final de 1868, mas o Conselho Geral a negou, sob a justificativa de que sua atuação paralela viria a desorganizar a própria AIT. Isto precipitou os acontecimentos relacionados à expulsão de Bakunin da AIT e a dissolução da ADS (GUILLAUME, 2009; NETLAU, 2008).

Outro marcador histórico bastante expressivo para a constituição do movimento anarquista foi a Comuna de Paris (1871). Apesar de sua derrocada, a experiência de autogoverno e o papel exercido pelos aliancistas internacionalistas franceses durante os dois meses do levante franqueou a ascensão do anarquismo como movimento social. Isso, seja pela experiência em sentido estrito, seja pela sua apropriação simbólica como um de seus mitos fundadores nas narrativas do próprio movimento.

¹⁴ Para uma descrição detalhada do cisma no interior da AIT, cf. JOLL, 1977; WOODCOCK, 2008; NETLAU, 2008. Para um levantamento minucioso da documentação relacionada aos congressos, bem como a interpretação de uma testemunha contemporânea, cf. GUILLAUME, 2009.

Entre os anos de 1872 e 1881 o anarquismo amadureceu como protagonista sociopolítico no cenário europeu. Em 14 de julho de 1881, por iniciativa de grupos anarquistas da Bélgica, foi realizado um congresso anarquista em Londres. No dia e mês da queda da Bastilha; dez anos após a Comuna. O evento reuniu 45 delegados, representando 60 federações e quase o mesmo número de grupos independentes de países europeus (Bélgica, Inglaterra, Rússia, Holanda, Itália, Alemanha, Turquia, Espanha e França) e da América do Norte (Estados Unidos e México). Ativistas já ilustres, como Errico Malatesta, Piotr Kropotkin, Émile Pouget e Louise Michel compareceram ao evento. A "Internacional Negra" ratificou a "propaganda pelo feito", a adoção de táticas não institucionais e a coexistência entre organizações públicas e secretas de ação direta (WOODCOCK, 2008)¹⁵.

A vinculação do anarquismo aos movimentos operário e socialista caracterizou-o como um movimento anticapitalista e pautado pela luta de classes. Tendo germinado a partir da confluência de respostas de um sem número de grupos radicais no interior dos movimentos socialista e operário, situados em diferentes países europeus, o anarquismo encontrou nas condições socioeconômicas geradas pelo capitalismo um problema social a enfrentar e na desilusão republicana um solo fértil sobre o qual investir.

Os problemas sociais emoldurados pela perspectiva anticapitalista de luta de classes permitiram ao anarquismo construir uma imagem da sociedade contemporânea marcada pela desigualdade e pela injustiça sociais. O combate a essa configuração social seria essencialmente um combate à propriedade privada. Assim, os antagonistas foram personificados em inimigos de classe - capitalistas e proprietários de terras. A Igreja e o Estado - com seus respectivos agentes, o clero, a burocracia estatal e os dirigentes políticos - operariam, por um lado, como instituições de suporte e de reforço do domínio de classe. Mas, por outro, constituiriam em si mesmas formas hierárquicas de exercício de poder moral e repressor de uma minoria sobre a maioria.

O quadro anticapitalista também foi manejado pelo movimento para identificar os sujeitos sociais submetidos à exploração econômica e à dominação política. Estes seriam as classes populares e trabalhadoras, identificadas não só como o proletariado urbano e rural, mas também como o campesinato e as diversas camadas de trabalhadores urbanos desqualificados.

¹⁵ Outro congresso internacional anarquista do mesmo porte e importância só foi realizado novamente em 1907, em Amsterdam, como terei a oportunidade de expor.

Para modificar a configuração social de injustiça social, as classes populares deveriam se auto-organizar democraticamente de forma a não promover o controle das suas ações coletivas por mediadores políticos que ocupassem posições estruturalmente hierárquicas. A luta de classes deveria ser conduzida pela ação direta e autônoma das próprias classes populares, em oposição ao aparato estatal. O engajamento nesse tipo de confronto – anticapitalista e antiestatista - a partir de ações não institucionais foi o que mobilizou os ativistas e os grupos anarquistas durante o final do século XIX e início do século XX. Na definição sintética de Michael Schmidt e Lucien van der Walt:

A luta de classes a partir de baixo, assumindo uma forma radicalmente democrática e ocorrendo fora e contra o Estado, visando substituir o capitalismo e o Estado pela propriedade coletiva dos meios de produção, a tomada de decisões coletiva e participativa, e um sistema socialista de autogestão federal, internacional, estão no cerne do anarquismo (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009, p. 56-57).

Na primeira década do século XX o movimento já havia logrado difundir-se em praticamente todas as partes do globo: Américas, Ásia e África. Essa difusão ocorreu principalmente nos centros urbanos mais dinâmicos e industrializados de cada país¹⁶. Nas zonas rurais, atingiu igualmente localidades que apresentavam ou não algum grau de desenvolvimento capitalista¹⁷.

¹⁶ Em Portugal, o anarquismo difundiu-se primeiramente nos centros urbanos e regionais de Lisboa, Coimbra e Porto. Foi a partir de Lisboa, cidade mais industrializada do país ao final do século XIX, que o anarquismo penetrou nas organizações de classe portuguesas (cf. SAMIS, 2009). Na Itália, além de Roma, o anarquismo deitou raízes em importantes centros industriais do norte, nas regiões do Vêneto (Veneza), Emília-Romanha (Bolonha), Ligúria (Gênova), Lombardia (Milão), Toscana (Livorno e Florença) e Piemonte (Turim). Madri e Barcelona foram as primeiras cidades espanholas a apresentarem grupos anarquistas. Em ambas foram fundadas sessões da AIT ligadas ao coletivismo bakuninista, sob a influência de Giuseppe Fanelli, emissário de Bakunin na região. Na França pós-Comuna, o anarquismo adquiriu um caráter mais dinâmico sobretudo em Paris e em Lyon. Nos Estados Unidos, os grupos anarquistas intensificaram sua presença em cidades como Chicago, Nova Iorque e Paterson, essa última cidade localizada em Nova Jersey (cf. WOODCOCK, *op. cit.*). No Brasil, o anarquismo enraizou-se primeiramente nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, para só então espalhar-se para outros municípios (cf. MARAM, 1979). Na Argentina, ainda no final do século XIX, o movimento instalou-se principalmente nas cidades de Buenos Aires e de Rosario de Santa Fe, notórios centros urbanos e industriais já em fins do século XIX (cf. SURIANO, 2001).

¹⁷ Nas zonas rurais de Florença, situada no centro da Itália, o anarquismo encontrou receptividade principalmente entre os *braccianti*, trabalhadores rurais diaristas, logo em fins da década de 1870 (cf. ROMANI, 2002). Em Nápoles, sul da Itália, o anarquismo também difundiu-se nas zonas rurais. Parte desse enraizamento pode ser creditada às incursões preliminares de Bakunin nas duas regiões: o russo morou em 1864 em Florença e entre 1865 e 1867 em Nápoles (cf. JOLL, 1977). Outro exemplo conhecido é o da região da Andaluzia, na Espanha. Em 1872, as excursões de propaganda do internacionalista Anselmo Lorenzo tiveram sucesso entre os trabalhadores rurais sem terra e os camponeses andaluzes (cf. WOODCOCK, *op. cit.*).

Segundo Schmidt e van der Walt, a maior parte dos ativistas anarquistas foi recrutada entre as classes populares: trabalhadores assalariados semiqualeificados ou não qualificados das zonas urbanas e rurais (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009). O que não significa que o movimento não tenha angariado ativistas em outras camadas sociais. Atraíu adeptos oriundos do campesinato, de camadas burguesas ligadas aos campos artístico e intelectual e de camadas empobrecidas envolvidas com o comércio, o artesanato e o trabalho qualificado (ANDERSON, 2005). De todo modo, a composição social específica dos seus grupos sempre ficou sujeita às vicissitudes e características locais.

O modelo organizacional dos grupos anarquistas variou em função das conjunturas políticas, de suas finalidades e de acordo com a região e a época. Seus grupos inspiraram-se tanto em modelos de organizações públicas e inclusivas como naqueles de organizações secretas e restritas. A variação tática entre uma forma e outra teve relação direta tanto com as estratégias adotadas quanto com as variações contextuais no grau de repressão política. Em geral, o movimento apresentou uma preferência pela utilização de formatos descentralizados e não hierárquicos que, na prática, prefigurassem um tipo de sociabilidade consistente com as suas aspirações de uma sociedade futura. O que não descartava a organização interna em torno de papéis a serem exercidos ou funções rotativas a serem desempenhadas, de acordo com a finalidade do grupo: edição de periódicos, experiências comunitárias, células insurrecionais, grupos de propaganda ou de afinidade. Esses grupos eram responsáveis por uma variedade de iniciativas. Frequentemente, por mais de uma delas: organização de sindicatos; instalação de centros sociais; fundação e manutenção de escolas racionalistas e de bibliotecas populares; proselitismo cultural e político; redação de periódicos; edição, tradução e circulação de obras e opúsculos anarquistas; organização de campanhas e de demonstrações públicas; atentados; assassinatos; revoltas armadas; protagonismo em ações de sabotagem etc.

Preferencialmente organizados autonomamente no nível local, os ativistas anarquistas chegaram, entretanto, a experimentar alguma forma de organização de base regional, nacional ou mesmo transnacional¹⁸. Da mesma maneira, congressos e encontros funcionaram como arenas de interação do movimento nesses diferentes níveis.

¹⁸ Sem a pretensão de ser exaustivo, e restringindo-me ao período histórico entre 1870 e 1914, cito como exemplos: na Espanha, a Federação Anarquista da Região Espanhola (1888); na Itália, a fundação do Partido Socialista Anarquista Revolucionário Italiano durante o Congresso de Capolago, em 1891; na Alemanha, a Federação Anarquista Alemã (1903); em Portugal, a Federação Anarquista da Região Sul de Portugal (1911); na

Os grupos anarquistas recorreram também ao uso de organizações alheias ao movimento para funcionarem como estruturas de mobilização, utilizando-se de associações comunitárias, culturais, étnicas e de classe. A partir do início do século XX, as associações de classe tornaram-se as principais estruturas de mobilização externas ao movimento, ao lado de eventos de protesto conduzidos por setores populares ou movimentos a eles relacionados¹⁹.

Há quem tenha visto nesse estilo de organização um indicativo da descontinuidade congênita do movimento, consistente com suas repentinas manifestações públicas seguidas de repressão estatal e desaparecimento. Contudo, a busca por estruturas impessoais duradouras sedimentadas em organizações públicas com alta institucionalização e burocratização - próprias dos partidos social democratas da mesma época - é a responsável por essa falsa impressão de descontinuidade do movimento. Análises desenvolvidas a partir de concepções organizacionais centralistas, formais e rígidas, melhor adaptadas à aplicação em estudos sobre movimentos reformistas e de base nacional, são incapazes de apreender aquilo que Davide Turcato chamou de "opacidade" do anarquismo (TURCATO, 2007). O instrumental metodológico deve estar apto a captar formas de sustentação de um movimento social que não se restrinjam exclusivamente à natureza de suas organizações, mas que também contemplem padrões de relacionamento entre seus componentes.

Com efeito, os ativistas anarquistas do final do século XIX e da primeira década do século XX apostaram muito mais nas redes sociais como estruturas básicas de mobilização²⁰.

França, a Aliança Comunista Anarquista (1911) e a Federação Comunista Revolucionária Anarquista (1913) (cf. WOODCOCK, *op. cit.*; MADRID, 2004; SAMIS, *op. cit.*).

¹⁹ Ainda no século XIX, pode-se perceber o uso das estruturas de mobilização das federações e seções nacionais vinculadas à AIT. Ou, então, a disputa pela orientação a ser imprimida na própria AIT. Os ativistas anarquistas alcançaram grande influência sobre as Bolsas de Trabalho francesas fundadas em 1888, adquirindo ascendência decisiva na Federação das Bolsas de Trabalho, fundada em 1892. Isso refletiu-se, ainda que não explicitamente, na orientação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, fundada em 1895 (cf. WOODCOCK, *op. cit.*). Outros exemplos poderiam ser citados: a Federação Regional Espanhola (FRE) aderiu explicitamente ao anarquismo em 1881, ao ser refundada como Federação de Trabalhadores da Região Espanhola (FTRE) (cf. MADRID, 2004).

²⁰ O argumento a seguir foi concebido por Turcato (*op. cit.*). Apenas o desenvolvo, relacionando-o com as teorias dos movimentos sociais. O autor também cunhou a imagem que deu nome a essa seção: "o anarquismo italiano era uma hidra de muitas cabeças, não uma fênix que morria e renascia" (TURCATO, 2007, p. 410). A imagem da hidra não é somente uma metáfora acadêmica. Foi também um elemento simbólico mobilizado pelo próprio movimento para se autodefinir. Encontrei um periódico denominado *L'Hydre Anarchiste*, cujo primeiro número foi publicado em Lyon em 24 de fevereiro de 1884. No editorial de apresentação, "Notre but" ("Nosso objetivo"), seus redatores esclareceram: "En prenant pour titre: *L'Hydre Anarchiste* nous avons voulu bien définir que, malgré les tracasseries et les persécutions, nous continuerons quand même, le campagne que nous avons entreprise, pareil à l'Hydre de la fable, quand on lui coupait une tête il lui en repoussait une autre, quand on nous aura supprimé sous un titre et emprisonné beaucoup des nôtres, il se trouvera de nouveaux

Não que as organizações não tivessem importância. Apenas que, em vez de disputarem o exercício de uma "liderança organizacional", investiam na criação e manutenção de "relações densas" entre si (BENNETT, 2005, p. 224). O adensamento dos vínculos dessas redes foi propiciado pelo aproveitamento das melhorias tecnológicas disponíveis, que permitiram a circulação contínua e eficaz de informações, a mobilidade internacional de ativistas e uma economia de recursos (em decorrência do barateamento relativo dos valores das passagens de trens e navios, de prensas e tipógrafos, de tarifas postais etc.).

Sob a aparente fluidez organizacional de seus grupos instalaram-se redes complexas, heterogêneas e policêntricas de contatos pessoais ou interorganizacionais, responsáveis pela circulação de recursos, de informações e, eventualmente, pela coordenação e pela colaboração em ações ou eventos políticos. Do ponto de vista da dinâmica interna do movimento, as mudanças de escala em suas ações - local, nacional, regional ou transnacional - mantiveram-se muito mais dependentes do grau e da qualidade desses vínculos do que da estruturação de organizações complexas em cada escala que se considere²¹. Representavam, assim, um verdadeiro desafio à territorialidade do Estado-nação.

As redes do ativismo anarquista incluíam os grupos de afinidade, os centros sociais, os sindicatos de orientação sindicalista revolucionária ou declaradamente anarquistas, os grupos de propaganda e, principalmente, periódicos e indivíduos²². Particularmente os periódicos extrapolaram suas funções usuais de veículos de propaganda, convertendo-se, nos dizeres de Turcato, em verdadeiros "comitês de correspondência" e "centros de discussão" internacionais. Não raro eram produzidos em uma localidade tendo em vista sua distribuição e circulação em outros países, como no caso de certos periódicos em italiano

adhérents, pour continuer la propagande entreprise par les premiers" ("Ao tomarmos o título *A Hidra Anarquista* queríamos definir que, apesar dos assédios e das perseguições, vamos continuar de qualquer maneira a campanha que temos empreendido; como a Hidra da fábula, que quando cortaram uma cabeça ela reagiu com outra, quando nos suprimirem um título e aprisionarem muitos dos nossos, encontraremos novos adeptos para continuar a propaganda realizada pelos primeiros"). "(Notre but". *L'Hydre Anarchiste*, nº 1, 24/02/1884).

²¹ Como afirma Siméant (2010): "Nem todas as organizações que contribuem para os movimentos sociais transnacionais são estruturas transnacionais. A ação coletiva transnacional tem também, e algumas vezes especialmente, lógicas locais, não apenas microssociais, mas referindo-se a espaços políticos nacionais. Também são as redes locais, a densidade de vínculos de sociabilidade cotidiana, que explicam o desenvolvimento das mobilizações de maior escala e permitem a disseminação da informação e a coleta de recursos" (SIMÉANT, 2010, p. 133).

²² Ainda está para ser contada a história dessas relações em escala global ou mesmo regional. Um caminho promissor de investigação seria a aplicação de instrumentos metodológicos formais de análise de redes sociais, a fim de capturar as diferentes redes ou diversos circuitos que compuseram o movimento anarquista nesse período histórico.

produzidos nos Estados Unidos que, apesar de submetidos a um público leitor local, eram feitos para circularem pela Itália durante o período repressivo instalado após a ascensão de Umberto I (TURCATO, *op. cit.*).

Diferentes padrões de colaboração, de divisão do trabalho e de integração do movimento puderam ser acionados pelos ativistas através dessas redes. Os fluxos de recursos entre indivíduos e entre grupos anarquistas tinham por finalidade, entre outros objetivos, subsidiar *tours* de propaganda de ativistas, auxiliar presos políticos de outras localidades ou suas famílias e contribuir para a manutenção de periódicos. A colaboração se estendia também a eventos políticos ou à promoção de campanhas permanentes, tais como campanhas antimilitaristas, pela abstenção eleitoral etc.

A cultura internacionalista sob a qual o anarquismo nasceu alimentou a construção e a manutenção desses mecanismos relacionais. O internacionalismo não permaneceu restrito à sua retórica ou aos seus artefatos culturais; foi vivenciado nessas práticas cotidianas. Foi um componente tático na dinâmica do movimento. A consolidação de um calendário e de uma agenda de protestos em nível global com toda a certeza exerceu um efeito dinamizador no uso das redes sociais pelo movimento. Além disso, a partir de contatos facilitados pela origem ou língua comum, ou pelo reconhecimento de pertencimento a um mesmo movimento, a mobilidade de ativistas transnacionais e a trajetória de migração de ativistas locais compuseram suportes importantes para o anarquismo, conectando localidades tão distantes quanto Buenos Aires, Patterson, Barcelona e Milão. A galeria de grandes mediadores (*brokers*) transnacionais é incontável: Errico Malatesta, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Émile Pouget, Pietro Gori, Adrián del Valle, Johann Most e Luigi Galleani foram alguns deles.

Assim, mantendo como referência a dualidade própria de todo movimento social, a ausência de manifestações públicas ou de organizações de grande porte em determinada localidade não deveria ser indicada como sinônimo de inatividade, mas sim contrastada com as atividades submersas de redes de ativistas e de grupos. Até porque a aparente inatividade em um ponto de uma rede transnacional pode significar um investimento em ações em outros pontos da mesma rede. Conforme conclui Turcato:

A aparência de descontinuidade, espontaneísmo e falta de organização pode ter sido, em parte, a contrapartida necessária e intencional da realidade da ação coletiva eficaz. Em resumo, táticas de ação direta,

opacidade da organização e transnacionalismo juntos ajudam a fornecer um padrão alternativo de explicação para os padrões de avanço-e-recuo ou de aparecimento-desaparecimento (TURCATO, 2007, p. 443).

As táticas e formas de ação absorvidas, acionadas ou formuladas pelo movimento anarquista durante toda a primeira década do século XX foram tributárias de diferentes orientações de grupos anarquistas autônomos, que datam pelo menos do final da década de 1860. Ao longo dos anos elas foram recusadas, adaptadas ou aprimoradas por diversos grupos anarquistas ao redor do globo, resultando em duas estratégias gerais diferenciadas, cujas feições começaram a se delimitar somente na última década do século XIX.

1.2.1. *Hýbris Anarchica*

Pouco tempo antes da realização da "Internacional Negra", Piotr Kropotkin publicou as seguintes palavras no periódico suíço *La Révolté*, em dezembro de 1880: "Revolta permanente pela palavra, oral ou escrita, pelo punhal, pela espingarda, pela dinamite... Tudo aquilo que cai fora da alçada da lei é bom para nós" (*apud* JOLL, 1977, p. 147).

O incentivo ao uso de ações ilegais e clandestinas por ativistas anarquistas - a "revolta permanente" mencionada por Kropotkin - converteu-se em um conjunto de formas de ação direta que Michael Schmidt e Lucien van der Walt agruparam sob a rubrica de "anarquismo insurrecionalista". Elas têm em comum a negação de participação em qualquer movimento de massas organizado e reivindicativo, já que quaisquer reformas seriam, por definição, ilusórias, pois não proporcionariam ganhos autênticos para as classes populares e seriam inúteis para o projeto revolucionário. Segundo esse entendimento, a promoção da rebelião social, com a consequente revolução social violenta pelas massas, seria a única via possível para a mudança social (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009).

Conforme a fórmula kropotkiana exhibe, para a estratégia insurrecionalista a instigação do espírito de rebelião nas massas possui dois condutos: a "propaganda pela palavra" e a "propaganda pelo feito". Expedientes de difusão e de demonstração pública tais como *tours* de propaganda, comícios e conferências foram amplamente utilizados por essa estratégia para tentar influenciar as massas a adotarem uma orientação revolucionária em suas ações coletivas. A outra maneira de inflamar as massas seria através do exemplo. Ações

que atacassem violenta e diretamente a ordem estabelecida seriam capazes de demonstrar às massas os tipos de ações de caráter revolucionário a serem adotadas. Assim, o assédio contínuo às lideranças das instituições políticas ou aos representantes da sociedade capitalista promoveria a revolta social por meio da ação direta.

O uso da violência contra autoridades ultrapassava o movimento anarquista na época. Atentados e assassinatos de lideranças políticas foram perpetrados por grupos ou indivíduos politicamente radicais no final do século XIX e início do século XX. Podem ser citados, no contexto europeu, o assassinato do czar Alexandre II em 1881 pelos *narodniks* russos, e do Lorde Frederick Cavendish por nacionalistas irlandeses em 1882.

Mas antes de Kropotkin assim expressá-la ou do Congresso de 1881 a promovê-la, a “propaganda pelo feito” já vinha se delineando em várias localidades. Grupos anarquistas participaram das Revoltas Cantonalistas da Espanha em 1873. Errico Malatesta, Andrea Costa e Carlo Cafiero organizaram revoltas populares insurrecionais em regiões rurais da Bolonha (1874) e de Nápoles (1876).

Nutrindo-se de tradições carbonárias dos países europeus de origem latina, das fórmulas camponesas de amotinação e dos exemplos de práticas de atentados levados a cabo por indivíduos ou grupos radicais, ativistas anarquistas foram capazes de modelar novas formas para o uso da violência pelo seu movimento.

As formas de ação violentas e ilegais empregadas pelos ativistas insurrecionalistas contemplavam basicamente o magnicídio, o atentado à bomba, a rebelião urbana e rural, a sabotagem e a expropriação²³. É impossível quantificar e discernir, nesse registro geral em que estou trabalhando, quais desses atos, e em quais contextos, foram realmente obras de grupos ou de ativistas anarquistas e quais foram deliberadamente provocados por agentes policiais como justificativa para persegui-los e reprimi-los. O fato é que tais ações, ainda que

²³ Revoltas camponesas e urbanas contaram com a agitação e a participação de grupos anarquistas também na década de 1890. Em janeiro de 1892, no município de Jerez, região espanhola da Andaluzia, ativistas anarquistas participaram da revolta camponesa contra as condições de trabalho e os altos preços dos mantimentos. O general Arsenio Martinez Campos reprimiu a revolta declarando estado de sítio e prendendo diversos ativistas. Alguns foram condenados à prisão perpétua, outros a trabalhos forçados, mas quatro foram executados em fevereiro de 1892, acusados de professarem o anarquismo. No início de 1894, revoltas populares também ocorreram na região da Sicília, em decorrência dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O governo italiano reagiu de forma similar à do general espanhol, reprimindo os manifestantes. Contudo, ativistas anarquistas organizaram milícias armadas para enfrentar as tropas do governo. O enfrentamento resultou em várias prisões e mortes de ativistas na cidade de Carrara, até que as autoridades conseguissem silenciar as milícias (JOLL, 1977; JENSEN, 2004).

isoladamente, aconteceram em diversos países europeus, americanos e asiáticos no final do século XIX e início do século XX, atribuídas acertadamente ou não ao movimento.

O uso de ações armadas e violentas e sua repercussão foram agudizados na década de 1890. Quando explicitamente assumidas foram, em geral, realizadas por pequenos grupos com formato de células conspiratórias ou por indivíduos que se autoproclamavam partidários ou simpatizantes do movimento²⁴.

Alguns elementos do ambiente social e político tornaram esse tipo de ação factível. O primeiro deles, certamente, foi a violenta repressão política dos estados aos grupos anarquistas. Na França pré-Comuna, as seções parisienses da Internacional foram postas na ilegalidade no final de 1868; atitudes repressivas vieram em ondas logo após o término da Comuna (GUILLAUME, 2009). Na Itália, a vigilância e as prisões de anarquistas foram intensificadas a partir de 1877, em resposta às revoltas camponesas. Em 1879 o país promulgou uma lei criminalizando as associações de trabalhadores, de socialistas e de anarquistas (WOODCOCK, *op. cit.*; JOLL, *op. cit.*). Leis antissocialistas foram implementadas na Alemanha, em 1878 (SEDLMAIER, 2007)²⁵.

O segundo elemento refere-se ao desenvolvimento dos meios de destruição - como a invenção e popularização da dinamite - e de comunicação - que tanto amplificaram notícias

²⁴ A França, a Espanha e a Itália foram os países que concentraram o maior número e variedade de ações violentas registradas pela historiografia a respeito do anarquismo. Os atentados a dinamite tiveram alvos diversos. Em Paris, as explosões miraram a Câmara dos Deputados (ação perpetrada por Auguste Vaillant em 1893), os escritórios da *Société des Mines de Carmaux* e o *Café Teminus*, no hotel de mesmo nome (ambos obra de Emile Henry, respectivamente em 1893 e 1894). Vale destacar também a repercussão das ações de expropriação e os atentados a bomba em residências de representantes do poder judiciário, cometidos por François-Claudio Koëningstein, conhecido como Ravachol, em 1892. Na Espanha, Santiago Salvador lançou explosivos no meio da plateia presente na Ópera do Liceu de Barcelona, em 1893. Entre os magnicídios, além daqueles já mencionados de Cánovas (morto a tiros por Michele Angiolillo Lombardi) e de Elisabeth da Áustria (morta a facadas por Luigi Lucheni), podem também ser citados os do presidente francês Marie François Sadi Carnot em junho de 1894 (esfaqueado por Sante Geronimo Caserio), de Umberto I, da Itália, em julho de 1900 (por Gaetano Bresci), e do presidente norte-americano William McKinley, por Leon Czolgosz em setembro de 1901. Estes dois últimos foram mortos a tiros. Para uma compilação de algumas dessas ações na Europa, conferir os trabalhos de JOLL (1977), ANDERSON (2005) e JENSEN (2004 E 2009).

²⁵ Vários dos magnicídios e atentados foram perpetrados como forma de retaliação a ações anteriormente executadas por autoridades políticas. Daí muita vezes o emprego do termo “justiçamento” por integrantes do movimento para a qualificação desses atos. O presidente francês Carnot foi justificado devido à execução de Ravachol em 1892. O atentado que tirou a vida do primeiro-ministro espanhol Cánovas, em 1897, foi motivado pela forte repressão que seu governo exerceu sobre os ativistas anarquistas no ano anterior. Paolino Pallás atentou contra a vida do general Martinez Campos em setembro de 1893, sem sucesso, devido à atuação do militar contra as rebeliões camponesas em Jerez (JOLL, 1977; JENSEN, 2004).

sobre atos violentos em diferentes lugares como permitiram maior rapidez no contato entre ativistas de diferentes localidades²⁶.

Como fator interno ao movimento, encontra-se a recusa da atuação no campo institucional, o que gerava apoio a ações ilegais. Além disso, as maneiras como tais fatores foram absorvidos e interpretados por grupos e indivíduos ligados ao movimento aceleraram a adoção das ações violentas. Não é de se desprezar também a visão de segmentos do movimento a respeito da violência do próprio regime de produção e de consumo sociais. Alexander Sedlmaier argumenta que os anarquistas partidários de estratégias insurrecionalistas polarizavam a sociedade em dois campos: possuidores (a burguesia ociosa, considerada “parasita da humanidade”) e despossuídos (os trabalhadores, reais produtores da riqueza social, sem acesso ao consumo). Os últimos, violentados pela fome e pela negação do consumo sustentadas pela ordem social e pelo estilo de vida dos primeiros, apenas deveriam reagir a essa situação de imposição violenta da penúria (SEDLMAIER, 2007).

Essas ações foram utilizadas simbolicamente tanto pelo movimento anarquista como pelas autoridades políticas dedicadas à sua repressão. Os próprios ativistas anarquistas tendiam a saudar esses tipos de ação em sua imprensa - ou pelo menos não as condenavam. Por sua vez, as autoridades políticas as utilizavam como indícios de práticas criminosas dos movimentos revolucionários. Assim, foi posta em circulação, de maneira unânime, a imagem de uma *hýbris anarchica*, simbolizada pela dinamite. A partir de então e durante um lapso temporal muito largo, grupos libertários opuseram à criminalização, à patologização, à desumanização e à ridicularização da figura do anarquista propagadas pela imprensa oficial e as autoridades públicas os contornos de uma estampa nobre, altiva, romântica e moralmente superior dessa mesma figura.

Os periódicos anarquistas inicialmente trataram os praticantes das ações violentas como “mártires”, no duplo sentido de revolucionários dispostos ao sacrifício em nome da causa e de vítimas das engrenagens violentas da sociedade capitalista e do Estado nacional. Em anos posteriores, esses ativistas continuaram a ser lembrados, em uma atitude de

²⁶ A circulação de manuais como o *Revolutionäre Kriegswissenschaft* (“Ciência da Guerra Revolucionária”), de Johann Most, ativista alemão sediado nos Estados Unidos, proporcionava o acesso ao aprendizado de procedimentos básicos para a fabricação de explosivos caseiros, fundamentados na experiência profissional de seu autor. Todavia, as dificuldades relacionadas ao perigo inerente à fabricação, manuseio, acondicionamento e transporte dos artefatos desencorajavam a maior parte dos ativistas insurrecionalistas a adotar essa solução (JENSEN, 2004; SELDMAIER, 2007).

respeito e veneração, mas o tipo de ato por eles praticado deixou de ser uma alternativa taticamente viável.

Os periódicos europeus e norte-americanos, à sombra das posições tomadas no Congresso Anarquista de Londres e das ações praticadas durante o início dos anos 1890, emplacaram no campo da opinião pública uma associação imediata e bem-sucedida entre anarquismo e terrorismo. As ações de expropriação, de justificação, os atentados e as revoltas populares urbanas e rurais, embora diminutas em número e em amplitude de vítimas fatais, tiveram seus significados amplificados nos noticiários. Esse processo de amplificação foi influenciado por pelo menos três fatores. O primeiro foi a posição social das vítimas dos magnicídios. O segundo, a migração geográfica real desses atos, que passaram a ser executados cada vez menos em cidades pequenas e periféricas, e cada vez mais em capitais da Europa central. E, finalmente, foi uma consequência da própria reestruturação do campo da opinião pública. Richard Jensen (2004) sublinha a coincidência da ocorrência das ações violentas do movimento anarquista com o início do que denomina de “era do jornalismo de massas”, em que um novo modelo de jornalismo se consolidou – pautado pelo sensacionalismo, pelo imediatismo e por análises superficiais voltadas para o consumo de massas.

O resultado da convergência desses fatores foi a instauração de um clima de medo e de terror. Os ativistas responsáveis pelos magnicídios foram pintados com predicados como a frieza, a impulsividade e a violência. Em um efeito de transposição, essas características pessoais tornaram-se atributos coletivos do movimento. Atos isolados foram articulados simbolicamente em um grande e poderoso conluio anarquista, criando o mito do anarquismo terrorista. Efetivou-se a imagem de uma “Internacional Negra”, conspiração internacional tão organizada como teria sido a AIT, constituindo uma ameaça tão grande como esta teria sido na época da Comuna de Paris, segundo a opinião da grande imprensa (JENSEN, 2004). Um efeito inesperado dessa manobra executada no campo da opinião pública foi o de que a publicidade dada aos atos anarquistas violentos, divulgados com alto grau de detalhamento descritivo e sob estrondoso sensacionalismo, também permitiram o

conhecimento e a emulação, em outras partes do globo, dos atos praticados em certas localidades²⁷.

No campo político, essas imagens a respeito dos anarquistas e do anarquismo conformaram as bases cognitiva e emocional para a edição e aceitação pública de seguidas leis de repressão aos ativistas do movimento. Funcionaram do mesmo modo para a identificação do anarquista e de seus atos, como as definições propostas pela Conferência Internacional de Roma demonstraram.

Não foi somente no campo da opinião pública ou no campo político que foi travada a disputa em torno da imagem do ativista anarquista. Durante o final do século XIX e no início do século XX - portanto, ainda sob o impacto da "era dos atentados" - os ativistas anarquistas foram alvo de inúmeras tentativas de definição física e moral pela Antropologia Criminal. Não foi o anarquismo, enquanto corrente política, linha filosófica, movimento político ou postura ideológica que foi focalizado, mas o anarquista, em suas motivações, caráter e até mesmo em sua compleição física.

Trago à tona um exemplo desse embate. No campo científico, pelo menos dois trabalhos de renomados pesquisadores tiveram como objeto o ativista anarquista e suas motivações: a monografia de Cesare Lombroso, de 1894, intitulada "*Os anarquistas*", e o tratado sobre "crimes e anomalias mentais" dos doutores Auguste Forel e Albert Mahaim, de 1902. No primeiro, os anarquistas foram qualificados como uma categoria especial de loucos - há um subcapítulo especialmente dedicado ao absurdo da proposta anarquista - e de criminosos - devido aos inúmeros atentados e magnicídios por eles praticados. Entre as características psicofísicas e emocionais dos anarquistas, Lombroso encontrou a hiperestesia, a epilepsia psíquica, a histeria, o altruísmo exagerado, a crueldade, a neofilia e o lirismo (LOMBROSO, 1977). Já o tratado dos cavalheiros Forel e Mahaim abre-se com um capítulo a respeito dos anarquistas, chamados a exemplificar os distúrbios da "impulsividade". Os autores subscrevem no geral as conclusões de Lombroso, em especial ao caracterizar os anarquistas como lunáticos obcecados que, embora não tenham um "instinto perverso", são dominados por uma tendência irresistível a cometer atos violentos (FOREL & MAHAIM, 1902).

²⁷ JENSEN (2004) exemplifica esses efeitos com o fato de que Czolgosz, o verdugo do presidente norte-americano McKinley, dormiria, no período que precedeu seu ato de justificação, com um recorte de jornal que descrevia o assassinato de Umberto I sob seu travesseiro.

O sociólogo Augustin Frederic Hamon, ele mesmo um escritor e ativista anarquista, publicou em 1895 um livro intitulado "*Psicologia do anarquista-socialista*". Seu principal objetivo foi o de contradizer a imagem negativa dos ativistas de maneira qualificada, acatando a disputa no campo do conhecimento científico. A obra de Hamon apresenta o indivíduo anarquista como pertencente aos tipos "unificado" e "reflexivo". Unificado porque sua harmonia psíquica seria o resultado da subordinação de todas as suas tendências a uma predominante: a "paixão social". Reflexivo porque o ativista anarquista teria um "espírito desperto", sendo detentor de qualidades tais como "espírito de exame, amor próprio, sentido lógico e curiosidade pelo conhecimento" (HAMON, s/d). Essa capacidade própria do anarquista o conduziria a investigar incessantemente tanto seu mundo interior como o exterior, com especial ênfase nos fenômenos sociais. Para Hamon, o anarquista seria senhor de si mesmo até quando fazia uso da violência. A operação aqui é clara: a contra-imagem produzida pelos ativistas anarquistas utiliza o mesmo campo - o científico - como fonte de sua legitimidade e dá ao uso da violência um caráter racional.

A estratégia insurrecionalista abandonou o uso de formas de ação violenta como tática principal de ação política nos anos iniciais do século XX. O sucesso das ações repressivas dos Estados nacionais que se seguiram à "era dos atentados" e a ineficácia dos atos para produzir os efeitos esperados tenderam a minimizar a presença de ações violentas no conjunto do repertório de ação do movimento. Magnicídios, rebeliões urbanas e rurais, assassinatos e atentados foram suplantados por outras formas de ação, tais como ataques à propriedade (expropriação e sabotagem) e, principalmente, formas de ação englobadas pela tática da "propaganda pela palavra". Os grupos insurrecionalistas concentraram suas ações na difusão de ideias de rebelião e de revolta entre as massas. Nessa tarefa, tiveram que se haver com duas outras estratégias que se apresentaram como competidoras: a estratégia eleitoral, "por dentro do Estado", desenvolvida pela socialdemocracia, e a estratégia "por fora do Estado", desenhada pelo anarquismo de massas.

1.2.2. A política da ralé

Paralelamente ao desenvolvimento do insurrecionalismo, grupos anarquistas aprimoraram uma estratégia devotada à ação organizada entre as classes populares. Como visto, a vinculação com outros movimentos sociais já havia sido defendida por Bakunin

durante a época da ADS. Foi endossada por Kropotkin onze anos após aquelas suas palavras de estímulo às formas de ação insurrecionais. Ele escreveu no mesmo *La Révolte*, em março de 1891: "Se o desenvolvimento do espírito revolucionário ganha imensamente com os atos heroicos individuais, não é menos verdade (...) que não é com atos heroicos que se fazem as revoluções. (...) A revolução, antes de tudo, é um movimento popular (...)" (*apud* SAMIS, 2009, p. 115).

Além do próprio Kropotkin, entre o final dos anos 1880 e meados dos anos 1890 outros defensores (como o ex-*communard* Élisée Reclus) e mesmo vários dos praticantes da estratégia insurrecionalista (Pietro Gori, Francisco Ferrer, Sébastien Faure e Errico Malatesta) a abandonaram em prol de uma abordagem mais próxima das lutas desenvolvidas pelas classes populares. O "anarquismo de massas", tal como foi alcunhado por Michael Schmidt e Lucien van der Walt, tinha por objetivo estimular a radicalização dos movimentos sociais populares devotados inicialmente a reivindicações de reforma social e política. Tratava-se de promover a cultura e os quadros interpretativos anarquistas nesses movimentos, incentivando neles a incorporação de formas de ação direta e de experiências autogestionárias (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009).

Modulado por esses objetivos, o anarquismo de massas orientou-se pelo desenvolvimento de uma contracultura de base popular que fosse avessa às estruturas e aos valores do Estado, da Igreja e do Capital. Entendendo essa construção como simultaneamente simbólica e prática, a estratégia do anarquismo de massas fomentou a difusão do anarquismo entre os movimentos sociais populares e a constituição de estruturas de mobilização no nível societário e no campo econômico, aptas a funcionarem como focos de resistência e como prefigurações da sociedade anarquista futura.

Propaganda e organização foram as táticas desposadas por grupos e ativistas adeptos dessa estratégia. Em um nível mais fundamental, suas ações consistiram na ativação de espaços de convivência e de educação popular (escolas, centros de estudos, bibliotecas sociais etc.). Os ativistas atuaram também no interior de organizações alheias, principalmente aquelas de caráter classista e em associações de vizinhança. Seus principais objetivos nessas organizações não-anarquistas foram influenciar seus modelos organizacionais para que assumissem um formato não-hierárquico ou não-exclusivista (aqui, a defesa da "tolerância" às diferentes opiniões ou filiações étnicas era a pedra de toque) e a realização da "propaganda" das ideias libertárias (o termo tinha a função de demarcar uma

diferença clara em relação à ideia de “doutrinação”). O fundamental para a estratégia de massas foi impulsionar a criação de redes de grupos e instituições que se pautassem por um modelo que internamente incentivasse a participação e a livre iniciativa e que externamente se orientasse pela tática da ação direta e autônoma.

Grupos e ativistas devotados à estratégia de massas engajaram-se na vida comunitária e nos conflitos das classes populares, fossem eles econômicos ou sociais²⁸. Taticamente, dedicaram-se também a formas de ação que envolveram a organização de eventos de protesto, além de manterem e desenvolverem formas de ação direcionadas para a difusão e a mobilização do movimento: *tours* de propaganda, conferências, lançamento de periódicos etc. O uso de formas violentas de ação não foi extinguido pelos adeptos dessa estratégia, mas requalificado: a organização de revoltas urbanas e rurais e de milícias populares foram justificadas como reações coletivas aos contextos social e político e como formas de promoção da revolução social.

Posições e experiências divergentes se consolidaram a respeito dos campos sociais nos quais a ação anarquista seria mais eficaz. Grupos divergiram sobre os campos apropriados para a ação anarquista, principalmente em relação ao campo econômico. Alguns negaram categoricamente a efetividade de ação nesse campo; outros consideraram a ação válida, desde que não fosse por meio das instituições sindicais; outros defenderam a necessidade de ação no campo econômico, principalmente tendo como foco os sindicatos. Essas divergências acarretaram o estabelecimento de diversas formas de ação: a ocupação direta dos locais de trabalho, as greves gerais, as greves de reivindicação, a sabotagem, os boicotes etc. (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009).

A manifestação em favor da atuação no campo econômico partiu do princípio de que reformas e ganhos imediatos forneceriam aos trabalhadores o tempo livre e os recursos materiais necessários para que pudessem dedicar-se à instrução revolucionária. Por isso, a defesa intransigente de uma pauta essencial: o aumento salarial e a diminuição das horas de trabalho. Foi mesmo a questão sindical que gerou os debates mais intensos no interior do

²⁸ De acordo com Alexandre Samis, ativistas anarquistas franceses defensores da greve geral organizaram nos anos 1890 as “Ligas dos Antipatriotas e Antiproprietários”: “As ações caracterizavam-se por mudanças-relâmpagos, feitas sob a forma de mutirão, burlando a vigilância do proprietário. Uma vez que o ocupante devia alguns meses de aluguel, restava-lhe fugir à penhora de seus escassos bens através de escapadas espetaculares patrocinadas pelos libertários. Em cada ação eram ovacionados pelos demais inquilinos esperançosos estes de, uma vez em condições semelhantes, verem-se atendidos pelo grupo” (SAMIS, 2009, p. 212). A questão habitacional também foi objeto de ações anarquistas em cidades do continente americano: Havana em 1900, Buenos Aires e Rio de Janeiro em 1907, São Paulo em 1909.

anarquismo de massas'. Basicamente, no decorrer dos anos 1900, diferenciaram-se três posições a respeito das relações entre anarquismo e sindicatos: o antissindicalismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário.

O antissindicalismo desenvolvido no interior da estratégia de massas foi diferente do antissindicalismo defendido pelos adeptos da estratégia insurrecional. Da perspectiva insurrecionalista, a própria ação organizada entre os movimentos populares era uma quimera, não importando se desenvolvida no campo econômico ou em outro qualquer. Na visão dos antissindicalistas adeptos da estratégia de massas, ou a ação no campo econômico estava fadada ao fracasso, sendo necessário desviar as energias para outras formas de organização que promovessem a revolução social, ou deveria ser desenvolvida sem os sindicatos, avaliados como naturalmente reformistas. No máximo, os sindicatos eram vistos como lugares potenciais para o exercício do proselitismo anarquista, para a difusão do movimento, mas não como estruturas potencialmente transformadoras.

Diferentemente, os defensores dos sindicatos enxergaram nessas estruturas a possibilidade de unificação entre ação econômica e ação política (em sentido lato, isto é, não restrito ao universo institucional do sistema político). Por um lado, a associação dos trabalhadores exclusivamente no campo econômico em vez de no político-institucional respondia a finalidades revolucionárias e estratégicas: deter o avanço do socialismo eleitoral dos partidos socialdemocratas e impossibilitar que questões políticas, nacionais e religiosas intercedessem negativamente, dividindo os trabalhadores. Por outro lado, a própria dinâmica interna e externa dos sindicatos constituiria, em si mesma, um aprendizado político. Os trabalhadores aprenderiam as vantagens da ação direta e criariam laços de solidariedade que promoveriam a autonomia de classe. Nesse sentido, essas estruturas poderiam funcionar como núcleos para a revolução social e como embriões para o funcionamento da sociedade futura. Os sindicatos e as demais organizações populares estariam na base do processo de construção de um universo político verdadeiramente popular²⁹.

²⁹ Bakunin era um entusiasta da ação sindical. Em 14 de agosto de 1869, o revolucionário russo afirmou no periódico *L'Egalité* que: "O meio mais eficaz é a emancipação pela prática, definida como a luta solidária dos trabalhadores contra os patrões e seu caráter fundamental: *a organização e a federação dos sindicatos de resistência*" (BAKUNIN, 2008 – grifos no original). Uma semana antes, em 7 de agosto do mesmo ano, proclamou: "Até esse momento, desde o início da história, ainda não houve uma política do povo, entendido como as pessoas comuns, *a ralé trabalhadora* que compõe o mundo do trabalho. Não houve outra política do que a das classes privilegiadas" (*Idem; Ibid*, - grifos no original).

Essencialmente, o que dividiu sindicalistas revolucionários e anarcossindicalistas foi uma questão de vinculação explícita ou não ao movimento anarquista. Os anarcossindicalistas responderam positivamente ao desafio dessa explicitação. Por sua vez, os sindicalistas revolucionários declararam-se apolíticos. Esse “apoliticismo” dos sindicatos funcionou como uma defesa da radicalidade da política que personificavam frente às pretensões de colonização do universo econômico pela política partidária, tal como propugnado pelos socialistas ou por qualquer outro tipo de corrente política. Assim, a ligação com a tradição anarquista foi obscurecida, de maneira deliberada e tática por alguns, ou permaneceu eclipsada mesmo para vários dos defensores de seus princípios (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009, p. 142 e ss).

Ativistas anarquistas dedicaram-se à criação ou consolidação de estruturas sindicais e econômicas que refletissem o padrão radical do movimento. Fernand-Léonce Émile Pelloutier foi o secretário geral da Federação das Bolsas de Trabalho a partir de 1895 (cf. nota 19). A *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa, fundada nesse mesmo ano, teve como secretário geral entre os anos de 1901 e 1908 o ativista Émile Pouget. A Carta de Amiens, declaração produzida por essa central sindical em 1906, continha entre seus princípios básicos a autonomia sindical, o apoliticismo sindicalista revolucionário e a defesa da diminuição das horas de trabalho e do aumento salarial. Da mesma forma, a *Industrial Workers of the World* (IWW), fundada em 1905 na cidade de Chicago foi declaradamente uma organização sindicalista revolucionária (PORTIS, 2004).

Ainda no continente americano, já no início do século XX, ativistas anarquistas conduziram a criação e a orientação de federações sindicais de base nacional: os exemplos mais reconhecidos foram o Centro Geral de Trabalhadores Organizados do México, a Federação Operária Regional Argentina (FORA) e a Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU). Fundada em 1901, com a participação de Pietro Gori, a Federação Operária Argentina (FOA) adotou o nome de FORA em 1904 e declarou-se abertamente favorável ao anarquismo em 1905. A FORU foi fundada nesse mesmo ano, adotando a mesma orientação, que ficou conhecida como "finalismo forista" (COLOMBO, 2004).

O sucesso alcançado pelas táticas sindicalistas revolucionárias e anarcossindicalistas foi defendido com tal ênfase por grupos e ativistas que se chegou à posição segundo a qual as estruturas sindicais bastariam por si mesmas como instrumentos da revolução social. O grande debate que opôs Pierre Monatte e Errico Malatesta no Congresso Anarquista

Internacional de Amsterdã, em agosto de 1907, teve como ponto da discórdia exatamente a necessidade ou não de manutenção de estruturas de mobilização especificamente anarquistas. Em sua exposição, Monatte defendeu que os anarquistas ingressassem nos sindicatos, verdadeiros e únicos núcleos da luta de classes e da sociedade futura (MONATTE, 1981). Malatesta, por sua vez, não endossou a conclusão de que os sindicatos fossem intrinsecamente revolucionários, aptos a prefigurarem como estruturas básicas da sociedade futura ou como correias de transmissão da revolução social. Para o ativista italiano, os anarquistas deveriam continuar o trabalho de proselitismo nos sindicatos, quando mais não seja para poder manter o vínculo direto com as classes populares. Mas sem descuidar das estruturas de mobilização próprias do anarquismo (MALATESTA, 1981).

A ascensão da estratégia de massas foi um dos elementos geradores das legislações repressivas contra as associações de trabalhadores e organizações populares na Europa e no continente americano. Foram seguidamente editadas leis contra a liberdade de associação e de expressão nas democracias ocidentais. Tendo amadurecido paralelamente à estratégia insurrecional, o anarquismo de massas foi um dos alvos politicamente mais visados pelas autoridades públicas. No processo repressivo, foi diligentemente apensado à imagem do terrorismo anarquista e ao mito da “Internacional Negra”.

1.3. Difusão transnacional e mobilidade internacional

Ainda que não totalmente concertadas, as táticas dos Estados nacionais no combate ao anarquismo foram bastante similares e coetâneas. No plano legislativo, algumas regulamentações tinham a finalidade específica de impedir a mobilidade dos ativistas e a difusão do movimento. Além da restrição às liberdades políticas, foram criadas legislações severas que previam a expulsão ou extradição de ativistas: a lei italiana que direcionou a pena de *domicilio coatto* para crimes políticos data de 1894; Portugal editou leis específicas para coibir e expulsar anarquistas em 1896; leis de residência foram aprovadas no início do século XX nos Estados Unidos (1901), na Argentina (1902) e no Brasil (1907). No campo diplomático, outro protocolo secreto internacional a respeito dos anarquistas foi assinado em 1904 por dez países europeus – além da Turquia, participaram somente países de origem eslava, germânica e escandinava. O “Protocolo de São Petersburgo” previa o estreitamento da comunicação entre as autoridades policiais nacionais e especificava procedimentos para a

expulsão de ativistas. Como o protocolo de 1898, este tampouco apresentou resultados práticos do ponto de vista da efetiva cooperação internacional (JENSEN, 1981).

Governos também emulam uns aos outros. As ações de prevenção e de punição e a criminalização da ação direta e do protesto político também apresentaram características modulares. Essas formas de ação espelharam o processo de centralização política, deram os contornos institucionais para os sistemas políticos nacionais e prescreveram as formas aceitáveis de interação entre campo social e sistema político. Assim, nas palavras de Johana Siméant, “os repertórios não podem ser pensados fora de sua interação com as estratégias das autoridades” (SIMÉANT, 2010, p. 143).

Às formas de ação incorporadas no repertório de ação política próprio de um determinado movimento social correspondem outras tantas táticas de enfrentamento por parte de seus oponentes - autoridades públicas e grupos sociais poderosos -, configurando-se um repertório de confronto político. Na definição de Charles Tilly, as formas de ação empregadas por atores em interação apresentam um caráter performático, na medida em que determinadas ações e reações são *possivelmente* esperadas, devido ao aprendizado mútuo a respeito do, por assim dizer, jogo que está sendo jogado. O autor descreve a formação dos repertórios de confronto político da seguinte maneira:

Performances se aglomeram em repertórios de rotinas reivindicatórias que se aplicam aos mesmos pares de reclamante-objeto: patrões e trabalhadores, camponeses e latifundiários, facções nacionalistas rivais e muito mais. A existência de um repertório significa que um determinado reclamante tem mais de uma forma para fazer reivindicações coletivas sobre o objeto. [...] A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido, mas ainda assim improvisado, das interações entre as pessoas enquanto fazem e recebem reivindicações umas das outras. Reivindicar usualmente lembra o jazz e a *commedia dell'arte*, em vez do ritual de leitura de escrituras sagradas. Como um trio de jazz ou um grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam na política confrontacional normalmente tem várias peças em que podem atuar, mas não uma infinidade delas [...]. No interior dessa matriz limitada, os atores podem escolher quais peças irão desempenhar aqui e agora, em qual ordem (TILLY, 2008, p. 14).

Assim, a introdução de novas formas ou a alteração de formas existentes podem alterar ou gerar novas rotinas de interação que, se certificadas ou toleradas, passam a fazer parte do repertório de confronto político.

Como ficou patente durante a exposição, as táticas para o enfrentamento dos desafiantes também incluem a promoção do descrédito das formas de ação por eles mobilizada. Tão importante quanto a eficácia das contratáticas empregadas pelas autoridades públicas é a corrosão de imagem dos desafiantes perante a audiência, no interior dos processos de construção da opinião pública (BENNET, 2005). O modelo de oposição empregado pelos movimentos sociais deve conter, necessariamente, táticas e quadros interpretativos que possam ser utilizados para tentar converter essas imagens construídas no campo da opinião pública.

Em condições estruturais semelhantes, repertórios de confronto político circunscrevem performances confrontacionais limitadas e proporcionam a reprodução de contextos de ação análogos (DELLA PORTA & TARROW, 2005). Para além da convergência entre as condições estruturais e os contextos de ação, é necessário que essa similaridade entre duas situações diferentes seja percebida na interação contenciosa. É uma competência própria dos agentes a atribuição de similaridade que identifique essa “equivalência estrutural” – bem como a equivalência estrutural de sua respectiva posição na interação. Só desse modo é que a difusão e a emulação de formas de ação, de quadros interpretativos e de modelos de organização têm condições de ocorrer.

Mecanismos relacionais e não relacionais estiveram presentes na difusão global do movimento anarquista. Na virada para o século XX, as redes interpessoais e a atuação de mediadores (*brokers*), de ativistas transnacionais e de cosmopolitas enraizados parecem ter sido os fatores de maior importância na difusão transatlântica do anarquismo. Foram secundados pela produção e circulação de informações e de teorizações, em escala internacional, efetivada por periódicos produzidos pelo próprio do movimento.

A difusão do movimento anarquista do universo europeu para o continente americano foi uma consequência, em grande medida, de uma verdadeira diáspora de ativistas, provocada pelas medidas repressivas adotadas pelos estados europeus no nível doméstico. Um fator estrutural absolutamente facilitador dessa diáspora foi a grande onda emigratória que varreu o continente europeu entre os anos 1890 e 1910. Essas correntes foram aproveitadas pelos ativistas perseguidos em seus países de origem e, posteriormente, quando eventualmente precisavam trocar de país, em decorrência de novas perseguições nos países de primeiro destino.

Não foi à toa que a conferência de 1898 foi organizada pela Itália. Os três magnicídios da década de 1890 foram cometidos por italianos. O Rei Umberto I sofreu dois atentados, também pelas mãos de conterrâneos, antes de finalmente ser morto por Gaetano Bresci³⁰. As seguidas ondas repressivas de 1894 e de 1898 geraram uma onda de expulsões de anarquistas, que se exilaram em países europeus menos propensos a ações repressivas (como a Suíça e a Inglaterra, na qual podiam contar com grupos locais bastante ativos) ou seguiram os traçados da grande emigração italiana.

Turcato observou que "a difusão do anarquismo italiano nos Estados Unidos seguiu a tendência geral da imigração italiana, tanto cronológica como geograficamente" (TURCATO, 2007, p. 417). O mesmo parece ser válido para certas localidades da América do Sul, que podem ser consideradas como componentes do ramo italiano das correntes difusoras do anarquismo e de mobilidade internacional de ativistas. De modo geral, pode-se conceber que anarquistas italianos foram os responsáveis pela implantação dos primeiros núcleos e grupos libertários em cidades como Buenos Aires, Montevideú e São Paulo³¹.

Cada um desses destinos apresentava um cenário particular que facilitava ou dificultava as operações de atribuição de similaridade, identificação de equivalência estrutural, enquadramento global, internalização ou transferência política. É preciso compreender esse contexto local para o caso de São Paulo antes de continuar a investigação.

³⁰ Em novembro de 1878, aos 29 anos, o cozinheiro anarquista da região de Basilicata, Giovanni Passannante, tentou esfaquear o rei durante um cortejo em Nápoles. Em abril de 1897 foi a vez do ferreiro anarquista Pietro Acciarito, de 26 anos, natural da região do Lascio, também tentar a sorte, usando um instrumento similar. Ambos foram condenados ao encarceramento perpétuo em celas completamente escuras e menores do que a estatura de um homem ereto. Como era de se esperar, após longa reclusão os dois anarquistas foram diagnosticados como loucos e findaram seus dias em manicômios judiciários.

³¹ De acordo com Turcato, Brasil, Argentina e Uruguai contribuíram com 14% de todos os periódicos anarquistas publicados em língua italiana em escala global durante os anos de 1899 e 1913. Caso se discrimine os resultados por país para esse período, o continente americano fica assim representado: os Estados Unidos publicaram 9% dos periódicos em língua italiana, seguidos pelo Brasil (8%), Argentina (5%) e Uruguai (1%). Ainda segundo o autor, apenas dois jornais em língua italiana circulavam em escala global em 1894, nenhum deles produzido em território italiano: *La Questione Sociale* de Buenos Aires e *L'Avvenire*, de São Paulo (cf. TURCATO, 2007).

CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO (1890-1908)

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral?

Lima Barreto, **Marginália**, 26/11/1921.

O objetivo desse capítulo é caracterizar o ambiente sociopolítico e cultural que delimitou as circunstâncias no interior das quais o movimento anarquista se formou e atuou entre os anos de 1892 e 1908 na cidade de São Paulo. Esse cenário forneceu as balizas estruturais e conjunturais – portanto externas e independentes dos agentes - para as escolhas dos grupos de ativistas nas dimensões da visibilidade – estratégias e formas de protesto utilizadas - e da latência - a constituição de suas redes submersas. Alguns dos elementos do cenário facilitaram a difusão do movimento, enquanto outros constrangeram as suas possibilidades de atuação.

No contexto nacional, grandes transformações estruturais se processaram nesse período. No plano econômico, observou-se a formação de um mundo do trabalho urbano e capitalista, por um lado, e de uma economia agrária com mão de obra livre, por outro. Embora circunscritos ao território nacional, ambos os processos apresentaram realidades regionais bastante diferenciadas e desiguais. Ao longo do capítulo, irei destacar a sua ocorrência apenas em lugares bem delimitados espacialmente: a zona de produção cafeeira agroexportadora e os centros urbanos política e economicamente a ela relacionados. Acompanhando as transformações econômicas, ocorreram mudanças no padrão demográfico dessas regiões, derivadas da nova composição populacional originada da imigração europeia. No plano político, à alteração de regime atrelaram-se questões estruturais relacionadas à natureza do Estado, à legitimidade dos governos e ao padrão de relacionamento entre autoridades públicas e desafiantes. Nos âmbitos social e cultural assistiu-se a adaptações nas formas de relacionamento entre as classes sociais. No nível local, a urbanização refletiu o padrão segregacionista assumido por essas relações. Essa segregação, no entanto, tornou possível o surgimento de uma esfera pública própria das classes populares, capaz de articular iniciativas de contestação sociocultural.

A primeira seção trata da configuração nacional desse cenário, focalizando especialmente o padrão sociopolítico assumido pelo novo pacto de dominação no que respeita à relação entre dominantes e dominados. A segunda seção aborda o contexto específico da cidade de São Paulo, salientando a maneira como as mudanças estruturais se concretizaram localmente. A última seção sistematiza, com base nas precedentes, os traços essenciais das circunstâncias com as quais os ativistas anarquistas tiveram que se haver durante o período de formação do movimento.

2.1. Formação do Estado Liberal Oligárquico e Movimentos Sociais

A República brasileira praticamente recém-fundada ainda se encontrava em meio ao seu primeiro período prolongado de crise entre os anos de 1892 e 1898. O que havia começado como uma crise institucional durante o governo Deodoro da Fonseca desdobrou-se em profunda crise política no período florianista, revelando a instabilidade dos arranjos políticos entre civis e militares, entre liberais e positivistas. Mesmo a eleição de Prudente de Moraes em 1894 - civil, paulista, representante das oligarquias cafeeiras e ex-candidato à presidência da República na chapa de Floriano -, apesar de amainar a aliança entre os civis e os militares, não foi capaz de estabilizar o sistema. Assim, a instalação do modelo republicano que enfim seria característico do Brasil no início do século XX não se fez sem dissensões entre as elites políticas. Só encontrou solução no decurso das sucessões presidenciais de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, todos civis e representantes de São Paulo³².

O governo de Floriano Peixoto havia deixado à mostra a necessidade de criação de novas rotinas institucionais que viabilizassem o jogo de forças políticas na arena nacional. O

³² Sintomático dos horizontes do sistema sociopolítico de dominação e de seu funcionamento institucional em vias de efetivação são os cargos políticos ocupados pelos três personagens, todos filiados ao PRP - Partido Republicano Paulista -, do qual os dois primeiros foram fundadores e ao qual Rodrigues Alves, conselheiro imperial, aderiu após a proclamação da República. Os três ocuparam sucessivamente a presidência da República: Prudente de Moraes entre 1894 e 1898, Campos Sales no período 1898-1902 e Rodrigues Alves de 1902 a 1906. Ainda no plano do poder executivo federal, Campos Sales foi Ministro da Justiça em 1890, responsável pela elaboração dos códigos civil e penal republicanos. Rodrigues Alves foi Ministro das Finanças nos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes. No plano legislativo, em 1891, Prudente de Moraes e Campos Sales ocupavam cadeiras no Senado (o primeiro deles como presidente da Assembleia Constituinte), enquanto Rodrigues Alves foi deputado na Constituinte, vindo também a ocupar o cargo de senador em 1893. Em âmbito estadual, os três também foram governadores de São Paulo: Prudente de Moraes entre os anos de 1889 e 1890, Campos Sales no biênio 1896-1897 e Rodrigues Alves entre 1900 e 1902.

rearranjo dos canais institucionalizados para a resolução das desavenças entre as elites políticas, antevisto no federalismo da Constituição de 1891, somente adquiriu concretude prática com a chamada política dos estados, implementada por Campos Sales e consolidada por Rodrigues Alves (CARDOSO, 1997; FLORES, 2011).

A Constituição de 1891 já havia garantido alguns veios a partir dos quais essa rotinização pudesse caminhar. O federalismo expresso na Carta Magna deu ampla margem à autonomia dos estados: permitiu a criação de judiciários, a organização de forças públicas militares, a decretação de impostos sobre indústrias e imóveis, a criação de constituições estaduais que não colidissem com os princípios constitucionais da União etc. O pacto federativo, no entanto, veio acompanhado pelo coroamento da centralização real do poder político nas mãos das oligarquias cafeeiras. A não interferência do governo central nos estados teve como contrapartida a garantia, por parte das oligarquias regionais, de que as eleições para o legislativo federal em seus territórios ofereceriam um resultado confortável para o governo central, de modo que o presidente da ocasião pudesse contar com uma base parlamentar afinada com suas políticas. Alianças instáveis que, ao cabo, envolviam complexas negociações a cada novo pleito (RESENDE, 2011).

A esses mecanismos somou-se a admissão da participação política popular, de maneira restrita e controlada. A Constituição de 1891, apesar de instituir o sufrágio, estabeleceu em seu artigo 70 que os estrangeiros, analfabetos e menores de 21 anos estariam imediatamente excluídos do direito ao exercício do voto. Na prática, por um lado, isso manteve formalmente reduzido o universo de eleitores. Conforme aponta José Murilo de Carvalho (2004):

O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até esta última data, o processo indireto permitia razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. A eleição direta reduziu este número para menos de 1%. Com a República houve um aumento pouco significativo para 2% da população (eleição direta de 1894) (CARVALHO, 2004, p. 43).

Por outro, a instituição do sufrágio para além dos limites censitários do regime monárquico tornou possível não só a sobrevida, mas a dinamização de um sistema de

dominação de nível local, que se constituiu como base para a prática do coronelismo³³. Em virtude da capilaridade sobre a qual se sustentava, esse sistema esteve sujeito a fraudes em toda a sequência do processo eleitoral - desde o alistamento e qualificação dos eleitores até a apuração dos resultados. Compreende-se, nesse sentido, porque mesmo dentro do universo restrito de eleitores a participação eleitoral foi extremamente baixa (CARVALHO, 2004).

Assim, o sistema oligárquico de mediação de interesses representado pela "política dos estados" e o sistema cooptativo-repressivo expresso no coronelismo demarcaram os padrões de relacionamento político-institucional entre as elites e entre essas e os atores excluídos do novo pacto político de dominação.

Porém, houve outro sentido para o saldo do período florianista, aprofundado durante o governo de seus sucessores. Os conflitos sociais que não encontravam respaldo nos atores políticos institucionalizados estiveram sujeitos a violenta repressão, atacados como ações de desordem, seja identificados com a restauração monárquica, seja com o extremismo autoritário dos jacobinos florianistas no período civilista ou, ainda, simplesmente classificados como crimes executados por parcelas de desclassificados sociais.

Seguidamente, o governo central declarou estado de sítio frente a situações de confronto político e contra as forças oposicionistas, que foram enfrentadas com o manejo do aparato repressivo e à custa de restrições aos direitos políticos e civis promulgados constitucionalmente sob o novo regime. Estados de sítio sucessivos foram proclamados por Deodoro da Fonseca, em sua tentativa de golpe em novembro de 1891, e por Floriano Peixoto entre setembro de 1893 e agosto de 1894, por ocasião da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Também o primeiro governo civil declarou estados de sítio entre

³³ Em seu estudo clássico, Victor Nunes Leal definiu o fenômeno do coronelismo como dependente de uma estrutura federativa e de um sistema de democracia representativa acoplados a uma estrutura social e produtiva predominantemente agrária. Em virtude das privações materiais e culturais das populações rurais, o grande proprietário rural - o "coronel" - manteve a possibilidade de utilizar seu poder privado como catalisador para o atendimento das demandas e a realização das funções institucionais ausentes ou enfraquecidas nas localidades rurais. Contudo, esse vínculo de dependência passou a ser regulado pelo voto. O controle sobre esses votos regulou não somente a relação do "coronel" com a sua clientela, mas também com as oligarquias estaduais. Da parte dos "coronéis", tratava-se, por um lado, de acessar recursos públicos (dinheiro e cargos) para a distribuição de favores, e, por outro, de obter aquiescência ao uso de meios extraleais para coagir e perseguir seus adversários, com o objetivo de manter seu domínio local. Da parte do partido da situação estadual, tratava-se de ceder esses recursos para acessar os votos em mãos dos "coronéis", necessários para sua manutenção no poder no nível federal. Desse modo, configurou-se um padrão sistêmico em princípio governista - embora sujeito às lutas violentas entre as facções locais e estaduais. Nesse contexto, o compromisso "coronelista" seria homólogo ao compromisso da "política dos estados", alicerçada pelo federalismo nas relações entre governo estadual e governo federal. Cf. LEAL, 1976.

novembro de 1897 e fevereiro de 1898, durante a Guerra de Canudos e após o atentado contra Prudente de Moraes, perpetrado pelo militar Marcellino Bispo, ligado aos jacobinos florianistas. Rodrigues Alves instituiu o estado de sítio na capital federal em novembro de 1904, enfrentando a Revolta da Vacina à base da força do Exército. Todos esses decretos incidiam, entre outras coisas, sobre a liberdade de imprensa e de manifestação pública, o ingresso de estrangeiros no país e o desterro de desafiantes e opositores (CARONE, 1974; LEAL, 2006; FLORES, 2011). Seus efeitos foram além do escopo limitado a esses episódios ou à localização espacialmente demarcada de sua vigência: serviram fundamentalmente para desbaratar toda a oposição às facções entrincheiradas no governo republicano da ocasião. Nos planos regional e local, as forças de segurança pública e os governos estaduais justificaram por meio deles a repressão às manifestações operárias e a perseguição aos movimentos socialista e anarquista, posto que também eles atentariam contra a ordem republicana.

Os direitos reservados aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, presentes no artigo 72 da Constituição de 1891, celebravam, entre outros, os direitos civis e políticos de livre associação e de livre manifestação, não sem dubiedade³⁴. Nos períodos em que não vigorou o estado de sítio, a vigilância e a repressão aos opositores e aos desafiantes do sistema político, ou mesmo a transgressão dos direitos constitucionais, foi justificada com base no legalismo, ou seja, como prática de observância estrita ao que era adequadamente compreendido como "ordem pública".

A República, proclamada em uma sociedade agrária recém-saída da escravidão, enalteceu o predomínio de facções da burguesia rural cafeeira, agora convertida, em parte, também em empresária do café. *Vis-à-vis* o sucesso econômico alcançado por essa cadeia do setor agroexportador, também o setor industrial encontrou oportunidades de crescimento. Assim, a instalação do regime de trabalho livre como forma generalizada de relação de produção, sob uma massa de trabalhadores imigrantes e ex-escravos, foi objeto de regulamentação republicana, indicando que ao controle político se conjunaram formas de

³⁴ Destaco os seguintes parágrafos: "§ 8º - A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública; § 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato; § 14 - Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as exceções especificadas em lei, nem levado à prisão ou nela detido, se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admitir" Cf. "Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

controle social. O Código Penal de 1890 praticamente celebrou a obrigatoriedade do trabalho, ao estabelecer prisão celular contra os "vadios" (artigo 399). O mesmo código também criminalizou a greve (artigos 204 ao 206), determinou os usos ilegais "das artes tipográficas" (artigos 383, 384 e 387) e a ocorrência de crimes políticos "contra a segurança interna da República", como os de conspiração (artigo 115), de ajuntamento ilícito (artigo 119) e de formação de "sociedades secretas" (artigo 382). À exceção dos usos ilegais das "artes tipográficas", para os quais estava prevista a aplicação de multas variáveis, a totalidade dos demais crimes seria punida por "prisão celular" ou por esta acrescida de uma multa³⁵. Estes dispositivos foram contextualmente manobrados pelas autoridades públicas para perseguir e coibir manifestações reivindicativas de variados matizes, principalmente das classes populares nos meios urbanos.

A recomposição das forças de repressão sob o controle dos governos estaduais cumpriu um papel essencial para a concretização da nova ordem republicana e capitalista que então se impunha. No caso específico do estado de São Paulo, sua atuação foi destacada no enfrentamento dos movimentos de contestação social, principalmente aqueles ligados ao mundo do trabalho. Seu processo de organização entre os anos de 1889 e 1901 foi bastante conturbado, apresentando diversas reestruturações: de Força Policial (1892-1896) a Brigada Policial (1897-1901) e finalmente a Força Pública ou Força Policial do Estado (a partir de 1901). Isso não impediu que seus efetivos fossem constantemente aumentados até o final do século XIX, passando de 2.267 homens em 1891 para 5.010 em 1899. No início do século XX, esses números sofreram uma ligeira queda, registrando-se 4.819 homens em 1903 e 4.934 em 1907 (FERNANDES, 1977).

Portanto, desse cenário depreende-se que, entre os anos de 1892 e 1908, o país foi palco da afirmação do poder político da oligarquia cafeeira, no interior da qual o estado de São Paulo consolidou a sua posição hegemônica no pacto federativo.

Apesar de acanhadas em nível nacional, transformações sociais regionais relacionadas à constituição de novos setores e frações de classe tiveram nesse período seu marco inicial e acompanharam o desenvolvimento desse processo. A dinâmica social da

³⁵ Entre os usos ilegais das "artes tipográficas", a produção de qualquer impresso sem a identificação do nome do responsável, do ano e do endereço do estabelecimento gerava a apreensão de todos os exemplares e uma multa que variava entre 50\$ e 100\$000. A mesma multa era aplicável para os casos de se afixar cartazes e impressos em locais públicos, sem licença prévia emitida por autoridade competente. Cf. Decreto nº 87, de 11 de outubro de 1890, "que promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brazil".

capital paulistana, em especial, sintetizou essas transformações – o que não significa que sua experiência possa ser generalizada para o restante do país. Pelo contrário: a cidade de São Paulo esteve inserida em um contexto particular, no interior de uma região que foi um dos grandes receptáculos da imigração em massa e em que dinamizou-se um nascente desenvolvimento industrial. Contudo, o liberto nacional (tanto ex-escravos como homens livres) não foi absorvido pelos seus núcleos mais avançados, seja no meio rural ou no meio urbano, a não ser em momentos bem posteriores e em posições sociais subalternas e desqualificadas (KOWARICK, 1994).

Não obstante, a situação da cidade de São Paulo é exemplar para a compreensão da constituição do repertório de confronto político da época e do padrão cooptativo-repressivo do regime republicano em seu relacionamento com os dominados.

2.2. São Paulo por volta de 1900

É certo que a formação do movimento anarquista no Brasil guarda relação direta com o fenômeno da emigração em massa de italianos iniciada nos anos 1870 - apesar de não o replicar em sentido estrito. É certo também que o ingresso dos ativistas anarquistas na cidade de São Paulo nos anos 1890 foi oportunizado, internamente, pelo fim da escravidão e pelo incentivo à imigração em massa de trabalhadores livres europeus, principalmente italianos³⁶. Ao adentrar as fronteiras municipais, esses ativistas se depararam com um espaço em transformação, seja em função do renovado *début* de urbanização e de industrialização, seja com uma realidade social e culturalmente multiétnica.

A cidade de São Paulo vivia um momento agudo de transformação. Demograficamente, assistia-se a um verdadeiro surto. Basta lembrar que, de acordo com dados dos censos demográficos da virada do século, atualmente sob guarda do IBGE, a população da cidade praticamente quadruplicou em dez anos, passando de 64.934

³⁶ Além da imigração espontânea, existiu um vultuoso sistema de subsídio à imigração em massa para o trabalho nas fazendas de café, que contou com intensa propaganda em solo europeu. No caso do estado de São Paulo, a política imigratória viabilizou-se pela articulação entre o Tesouro Nacional, o governo do estado e a Sociedade Promotora de Imigração. Esta última, capitaneada por Martinho Prado, representava os interesses das famílias mais influentes da ala paulista de fazendeiros do café, envolvida com a diversificação de investimentos nas áreas comercial, financeira e industrial. O sistema continuou em atuação mesmo após a dissolução da Sociedade, em 1895. A questão encontra-se bem documentada no amplo leque de pesquisas a seu respeito. Utilizei aqui as informações contidas em KOWARICK, 1994 e TRENTO, 1988.

habitantes em 1890 para 239.820 em 1900³⁷. A taxa de crescimento nesse período, mensurada pela taxa geométrica de crescimento anual, ficou em 14%, percentual jamais repetido em toda a história dos levantamentos censitários no município (IBGE, 2013)³⁸.

O censo de 1890 acusou a presença de 14.303 estrangeiros residentes na cidade, o que correspondia a 22% do total da população. Em 1893, de acordo com o recenseamento municipal, os imigrantes já representariam 54,6% da população; de acordo com esses mesmos dados, 34% da população municipal seria de italianos (HALL, 2004a). Não foram disponibilizados dados relativos aos imigrantes entre 1900 e 1908. De todo modo, pode-se conjecturar que grande parte do crescimento demográfico do município deveu-se à fixação de estrangeiros na cidade, apesar de não se poder definir, para o ano em questão, o seu percentual em relação ao da população total. Os estrangeiros provinham tanto da imigração direta como de movimentos migratórios internos, decorrentes da fuga de colonos das condições de trabalho nas fazendas de café, do encerramento desse tipo de contrato de trabalho ou da crise da produção cafeeira do final da década de 1890 (PINTO, 1994).

À entrada de estrangeiros correspondia também, em menor escala, a migração interna de elementos da população nacional, provenientes principalmente dos estratos dominantes das fazendas de café e de camadas médias urbanas de cidades do interior do estado. Há que se notar a existência de uma migração interna de trabalhadores nacionais e de ex-escravos, impossível de mensurar (MORSE, 1970; MARTINS, 2004).

A absorção desse contingente populacional em tão pouco tempo no território municipal foi um processo conturbado, tanto do ponto de vista econômico como urbanístico. Em seus extremos, a abertura de novos lotes para uso e ocupação das classes médias e dominantes foi acompanhada da proliferação de cortiços e habitações coletivas para as classes populares. O crescimento de habitações populares deu-se nos bairros situados ao longo das linhas férreas (Água Branca, Barra Funda, Brás, Bom Retiro, Luz, Lapa e Ipiranga) e nas proximidades de várzeas de rios (Pari, Belenzinho, Penha e Mooca)

³⁷ Paulo Sergio Pinheiro (1997) e Michael Hall (2004b) forneceram os números relativos ao recenseamento municipal de 1893, realizado pela Diretoria de Repartição de Estatística e Arquivo, que registrou uma população de 130.775 pessoas. Abstraindo-se momentaneamente das diferenças metodológicas entre as pesquisas, podem-se considerar os números do recenseamento municipal no interior do intervalo de dez anos do censo nacional para o seguinte exercício de progressão: entre os anos de 1890 e 1893, a população do município dobrou, e voltou a quase dobrar novamente entre os anos de 1893 e 1900.

³⁸ Nos censos de 1872, 1900 e 1920, para citar os mais próximos ao período, a taxa de crescimento da população para o município foi, respectivamente, de 4,1%, 4,5% e 4,2%. Para efeitos de comparação, a população do estado de São Paulo menos que duplicou entre 1890 e 1900 (passando de 1.384.753 para 2.282.279 habitantes), a uma taxa geométrica de crescimento anual de 5,1%.

(BONDUKI, 1998). Os casarios e palacetes reservados às famílias dos fazendeiros de café ocuparam as regiões altas da cidade (Higienópolis, Campos Elíseos e Avenida Paulista). Referindo-se a 1890, Richard Morse sintetizou o padrão de ocupação territorial para todo o período:

A este, a baixada do Brás, com sua Estação do Norte e a Hospedaria de Imigrantes, rapidamente se transformava em um bairro do pequeno comércio e reduto do operariado. A Estação da Luz ao norte era outro centro de atividade, sendo os terrenos aí também ocupados pelas classes mais pobres. O sul e o sudoeste não contavam com o estímulo de uma linha férrea e sua estação terminal, e apenas começavam a sentir a pressão pelo espaço residencial. Mas a noroeste, a zona de chácaras subdivididas de Santa Efigênia e Campos Elíseos, claramente denunciava então a cultura e os interesses urbanos da elite em ascensão – tal como a Praça da República, antigo Largo dos Curros, recentemente embelezada” (MORSE, 1970, p. 355).

Mas o déficit habitacional, a ocupação desordenada do território do município - em grande parte devedora da alta especulação imobiliária que agitou a cidade nesse período – e as condições insalubres das moradias populares estiveram aliados à incapacidade de resposta do governo municipal a problemas urbanos como os de saneamento, arruamento, sistema de transportes etc., decorrentes desse crescimento.

Na cidade de São Paulo, houve a formação de um setor de trabalho urbano e capitalista dinamizado pelas inversões de capital provenientes da economia agrária cafeeira e pela expansão do setor financeiro na cidade (que entrou em colapso em 1897, reestruturando-se por volta de 1902). Ainda que de maneira incipiente, o período entre 1890 e 1908 assistiu à implantação de unidades produtivas industriais de grande porte, com o emprego de mais de 100 operários por unidade, concentrando-se nos ramos têxtil, ferroviário e de alimentos³⁹. Segundo com Michael Hall, o recenseamento de 1893 apontou que 83% dos trabalhadores empregados na indústria manufatureira, na indústria de transportes ou considerados “artistas” eram de origem estrangeira (HALL, *op. cit.*).

³⁹ Podem ser citadas as fundações da Companhia de Fiação de Tecidos Anhaia Fabril (1890), da Companhia Matarazzo (1891), da Companhia Antártica Paulista (1891), da Fábrica de Cerveja Bavária (1892), da Companhia Vidraria Santa Marina (1895), do Cotonifício Rodolfo Crespi (1897), da The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited (1899), do Moinho Matarazzo (1900), da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet (1906) e da Fábrica Brasileira de Alpargatas e Calçados (1908). Em 1901, de acordo com Richard Morse, existiam 108 estabelecimentos industriais de grande porte na cidade de São Paulo. cf. MORSE, 1970, p. 235 e ss.

Ao lado desses grandes estabelecimentos multiplicaram-se também diversas oficinas de médio e pequeno porte, responsáveis pelo emprego da maior parte da mão de obra industrial. De acordo com Aziz Simão, após 1901 houve uma intensificação na diversificação de ramos de atividade presentes na planta industrial da cidade: metalurgia, mecânica, artes gráficas, materiais para construção e madeira e mobiliário foram indústrias que se dinamizaram com a retomada do crescimento econômico após a crise de 1897-1898 (SIMÃO, 1981). Em 1907, uma nova fase de expansão industrial concentrou ainda mais indústrias e oficinas na capital paulista, ampliando também o número de estabelecimentos industriais e de mão de obra empregada: 63% do total de operários do estado estavam concentrados na capital (*Idem; Ibid.*). Durante todo esse período, o crescimento industrial foi acompanhado pela expansão dos ramos imobiliário e da construção civil e, a reboque, dos setores comerciais e financeiros.

No entanto, os dados relacionados a essa expansão econômica não devem enganar. A dimensão econômica não teve destino diferente da territorial. Mesmo o ritmo acelerado de crescimento não foi capaz de absorver a população afluyente na cidade. *Grosso modo*, a configuração econômica caracterizou-se pela coexistência entre uma reduzida, embora dinâmica, presença de um setor econômico formal com uma hipertrofia de um setor econômico informal. Essa conformação teve efeitos diretos sobre o mercado de trabalho. O cenário geral, segundo Maria Inez Machado Borges Pinto, era o seguinte:

A grande maioria da população sobrevivia de pequenas atividades informais numa cidade que alternava bairros residenciais, eventualmente comerciais e mesmo industriais com grandes matagais, vales, florestas e áreas rurais onde a ecologia se mantinha intacta favorecendo a sobrevivência através da pesca, da caça, de lenhadores com fácil acesso às matas, com seus recursos naturais, de coleta, sempre à mão para facilitar a sobrevivência dos mal alimentados e dos estruturalmente desempregados (PINTO, 1994, p. 19).

À efervescência econômica e territorial correspondeu também um novo processo de estruturação sociopolítica. A cidade estava se tornando industrial e capitalista, mas simultaneamente estava se metamorfoseando na capital de fato do poder sociopolítico – não só regional, mas nacional.

A concentração e a convergência entre poder político e poder socioeconômico manifestaram-se em diferentes campos sociais. A endogamia intraelites foi um fenômeno

indicativo do grau dessa concentração e dessa convergência (MARTINS, 2004). Com a chegada das principais famílias dos fazendeiros de café, a cidade tornou-se um “lugar de junção residencial de riqueza e poder, dois ingredientes fundantes do perfil mais nitidamente capitalista que as transformações sociais e econômicas impunham à sociedade e às pessoas” (MARTINS, *op. cit.*, p. 180).

O padrão urbanístico que começou a se instalar serve também como registro para a leitura desse processo de nova hierarquização social e como fonte para retratar o modelo civilizador cujo exemplo era o da burguesia europeia. Tanto do ponto de vista estético como funcional, a afirmação do poder socioeconômico fez-se pela regulamentação política do uso do espaço urbano. Assim, no longo período de governo do Conselheiro Antonio da Silva Prado (1899-1911) foram dados passos decisivos para a organização do espaço na cidade de São Paulo. Foram postas em prática intervenções urbanísticas que se orientavam pela integração da chamada zona do “triângulo histórico” (formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro) com um novo sistema viário, pelo saneamento das várzeas do Carmo e do Anhangabaú e pela especialização espacial de funções no tecido urbano (com conseqüente realocação de habitações proletárias em zonas periféricas). Associadas a estas intervenções, foram também postas em prática propostas arquitetônicas monumentais. Tais processos tiveram a finalidade de instituir espaços próprios para a circulação e entretenimento das famílias dos fazendeiros de café (PAULA, 2005; ROLNIK, 1988; MUNHOZ, 1997; QUEIROZ, 2004).

O reverso da moeda foi o aprofundamento de um modelo de segregação espacial das classes populares em relação aos espaços de circulação das classes dominantes. Na cidade de São Paulo, as vilas operárias e as vilas-cidadelas, financiadas pelo poder público ou pelo capital privado, instalaram-se ao longo das vias férreas, em locais próximos ou contíguos às indústrias. Como exemplos, podem ser citadas aquelas que foram instauradas nos bairros do Ipiranga (a Vila Prudente, em 1890, erigida pela Falchi), da Água Branca (a Vila da Fábrica Santa Marina, criada em 1895, que tinha como um dos proprietários o conselheiro Antonio Prado) e da Mooca (a Vila Clark, em 1904, edificada pela Companhia de Calçados Clark) (RAGO, 1984; BLAY, 1985; ROLNIK, 1988). Não tanto a amplitude, mas a própria existência desses mecanismos, é que é indicativa do grau de controle social que se pretendia exercer sobre as classes populares.

Outro aspecto fundamental esteve relacionado à esfera das relações de produção. A configuração da unidade fabril e o disciplinamento da força de trabalho assalariada fizeram-se na ausência de qualquer legislação específica que pudesse regular as formas de exercício do controle sobre a mão de obra. Na imprensa operária e anarquista do período, era frequente a denúncia de maus tratos nas fábricas, indústrias e oficinas – violência física e sexual e abuso de autoridade, principalmente contra mulheres e crianças-, perseguição política de lideranças operárias, instituição e cobranças de multas excessivamente rígidas quanto ao processo de trabalho, falta de pagamento nos dias acertados etc.

A nova hierarquia social foi construída também com base nas características étnicas distintivas das classes médias e dominantes em relação às classes populares. O processo de absorção social dos imigrantes que alcançaram altas posições de poder econômico e de prestígio social foi complexo e não poderá ser tratado aqui. O que se deseja sublinhar é a existência de um padrão de relacionamento entre dominantes e dominados na capital paulista. Dada a composição demográfica das classes populares, o despreço aos trabalhos manuais, tão próprio de uma sociedade recém-saída da escravidão, foi associado a uma crescente e reiterada produção de uma imagem negativa a respeito do estrangeiro, principalmente o italiano (MORSE, 1970; MARTINS, 2004). Evidentemente, as tensões e conflitos étnicos não se reduziram ou se acoplaram automaticamente às tensões e conflitos de classe. A chamada “questão dos protocolos” demonstra o quanto podem ser temerárias afirmações desse tipo⁴⁰. Mas a dupla condição de trabalhador e de estrangeiro da maioria dos integrantes das classes populares em São Paulo esteve na base da batalha simbólica das autoridades e da opinião pública contra as agitações operárias nesse período (MARAM, 1979). Suas reivindicações coletivas e suas manifestações públicas foram seguidamente reprimidas pelas autoridades políticas, conforme apontado anteriormente.

Seja como for, o contingente populacional das classes populares – considerem-se seus elementos nacionais ou estrangeiros - não foi objeto de integração política, cultural ou social por parte de um regime que se estabeleceu às suas expensas. Sua integração à configuração social nascente foi sobretudo como força produtiva. Tampouco foi um contingente seriamente mobilizado por desafiantes políticos que se constituíram nas franjas da mudança do sistema político. Refiro-me àqueles que ou foram destronados no início ou

⁴⁰ Para uma descrição desse e de outros incidentes e conflitos étnicos envolvendo brasileiros e italianos na cidade de São Paulo, cf. HALL, 2004a.

foram defenestrados ao longo do processo de consolidação do regime: republicanos radicais, monarquistas e positivistas, em geral propensos ao nacionalismo e a certo elitismo.

2.3. Regime republicano e repertório de confronto político

Segundo Charles Tilly (2008), “um regime é o conjunto de relações entre o governo e os principais atores políticos no interior da jurisdição do governo que interagem regularmente entre si e com o governo” (TILLY, 2008, p. 148). Em geral, continua Tilly:

todo governo distingue entre performances reivindicatórias que prescreve (e. g. promessas de aliança), aquelas que tolera (e. g. petições), e aquelas que proíbe (e. g. o assassinato de funcionários). Os contornos exatos das três categorias variam de regime para regime como resultado das barganhas acumuladas entre governantes e suas populações-sujeito” (TILLY, op. cit., p. 149).

No caso em tela, a instauração do regime republicano oligárquico definiu seletivamente diferentes padrões para sua interação política com os atores em cena. O regime que se consolidou ao final de 1902 caracterizou-se pela ausência de canais institucionais de negociação política acessíveis aos movimentos ligados às reivindicações de caráter popular, ou seja, o sistema político manteve-se fechado a esses atores. Da mesma forma, tais movimentos não puderam contar com aliados políticos institucionais, mesmo nas conjunturas em que os alinhamentos entre as elites demonstraram-se instáveis. Foi o padrão repressivo que deu o tom do relacionamento com os movimentos sociais que envolveram reivindicações ou contestações relacionadas material ou simbolicamente às classes populares⁴¹.

A propensão ao uso de ações repressivas pelo regime variou conforme determinadas conjunturas. Entre 1892 e 1897, por exemplo, essa propensão aumentou consideravelmente em grau e amplitude, em virtude das pressões exercidas pelas facções rivais das elites

⁴¹ Esses quatro fatores (instabilidade dos arranjos intraelites, abertura do sistema político, existência de aliados políticos institucionais e propensão do estado à repressão) constituem aquilo que, na Teoria do Processo Político, é denominado de “estrutura de oportunidades e constrangimentos políticos” (TARROW, 2009; GOODWIN & JASPER, 2004). A fim de evitar um viés estruturalista e determinista – pois a escolha do termo “estrutura” esconde a capacidade perceptiva e cognitiva dos agentes – Kriesi propôs a sua substituição pelo termo “contexto político” (cf. KRIESI, 2004). Para uma avaliação sintética do conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, cf. GOODWIN & JASPER, 2004.

políticas. Em contextos particulares ao longo dos anos 1892 e 1908, algumas performances reivindicatórias dos movimentos sociais foram toleradas, mas foi bastante amplo o arco de performances reivindicatórias proibidas e bem mais restrito o de performances prescritas. Dessa maneira, a pressão extrainstitucional se apresentou como a forma de ação estrategicamente disponível na maior parte dos casos.

Em resumo: na dimensão pública ou visível, a interação confrontacional entre regime e movimentos sociais foi caracterizada pela propensão das autoridades públicas em utilizar táticas repressivas. A intensificação ou o relaxamento dessa propensão constituiu o elemento facilitador ou dificultador das performances confrontacionais.

Contudo, na dimensão latente, além do pendor estatal para a repressão, outros elementos agiram como facilitadores ou dificultadores da ação aos olhos dos ativistas. A instauração do regime republicano, ainda que oligárquico, e o amadurecimento, na virada do século, do padrão segregacionista imputado às relações sociopolíticas geraram frutos inesperados. No interior dos bairros populares, o isolamento sociopolítico forneceu as condições para que fossem gestadas, por meio de ações de difusão e de mobilização, formas de organização e uma imprensa alternativa que, embora amorfas e a princípio inconsistentes, foram capazes de concertar e dinamizar uma esfera pública popular responsável pela formulação do desafio cultural a esse padrão político.

CAPÍTULO 3 - O PERÍODO 1892-1897

"Ebbene sia, e siate anche voi uno dei persecutori degli anarchici, guadagnatevi pure questa gloria, se lusinga il vostro amor proprio, ma ricordatevi che le idee non si sopprimono sopprimendo qualche individuo ricordatevi che la persecuzione va tutta in favore dei perseguitati, ricordatevi che caduto uno ne sorgono dieci, cento al suo posto"⁴².

"Al Capo di Polizia - Dichiarazione". **L'Avenire**, nº 10, 17/03/1895.

3.1. Uma chuva no teatro

15 de abril de 1894. Um final de tarde de domingo. Na sede do *Centro Socialista Internazionale de São Paulo*, situado à Rua Líbero Badaró, nº 110, reuniram-se trabalhadores socialistas e anarquistas. A finalidade do encontro foi a de organizar as comemorações do Primeiro de Maio na capital paulista. Após o seu desfecho, próximo à saída do prédio, alguns dos participantes foram detidos por agentes de segurança e levados à Repartição Central da Polícia para interrogatório. Ao mesmo tempo, em vários locais da cidade, outros indivíduos que haviam participado de reuniões anteriores ou eram integrantes do Centro foram igualmente presos. Entre os dezesseis detidos em todas essas ações estavam Felice Vezzani, presidente do *Centro* e propagandista nos periódicos recentemente interrompidos *L'Asino Umano* e *La Bestia Umana*, Galileo Botti, fundador do jornal *Gli Schiavi Bianchi*, extinto há cerca de um ano, e Arturo Campagnoli, membro da referida organização. Embora sem nenhuma acusação formal, os três amargaram oito meses de xadrez, sob a justificativa de que estariam envolvidos com o movimento anarquista⁴³. Nesse entretempo, foram transferidos em meados de julho da Cadeia Municipal de São Paulo para a Cadeia Pública do Rio de Janeiro, a fim de serem deportados para a Itália. Frente à solicitação do cônsul

⁴² "Então que seja, já que você é um dos perseguidores dos anarquistas, conquiste somente essa glória, iluda-se em benefício próprio, mas lembre-se de que as ideias não se suprimem suprimindo alguns indivíduos, lembre-se que a perseguição vai toda a favor dos perseguidos, lembre-se que caído um, não surgem dez, mas cem em seu lugar". *Ao Chefe de Polícia - Declaração*.

⁴³ Outros sete também ficaram detidos até dezembro de 1894, sob as mesmas condições: Alfredo Capricci, Andrea Allemos, Antonio Maffuci, Augusto Bargione, Eugenio Gastaldetti, Francesco Patelli e Serafino Suppo. Quanto aos demais detidos: Augusto Aremani nem chegou a dar entrada na Cadeia Pública; Augusto Stramazzi e Gaetano Sandri foram liberados em 20 de abril; Alfredo Innocenzi, Giulio Bologna e Giuseppe Bacchini foram libertados em 5 de maio. Cf. RODRIGUES, 1969; FELICI, 1994; LEAL, 2006.

italiano para que os presos não fossem enviados ao seu país, criou-se um imbróglio sobre sua situação. Foram expedidas seguidamente outras ordens de expulsão pelo poder executivo (uma no final de agosto e outra no início de novembro). Ao cabo, porém, foram revogadas por decisão do Supremo Tribunal Federal. Os presos foram postos à disposição de Bernardino de Campos, presidente do estado de São Paulo, que, finalmente, concedeu-lhes liberdade no mês de dezembro.

17 de março de 1895. Um domingo à noite. Na cidade de São Paulo, durante a exibição do segundo ato da peça "*Rigoletto*", no Teatro São José, localizado no então Largo de São Gonçalo, os espectadores se viram surpreendidos por uma chuva de boletins atirados das galerias. Os boletins celebravam o vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris. Pôsteres com o mesmo motivo, datados de 18 de março e escritos em português, foram afixados nas paredes e portas da Avenida Paulista, do bairro Ponte Grande e demais arrabaldes, nos dias 16 e 17 de março. O periódico *L'Avvenire* publicou em sua edição do dia 17 um manifesto com o texto dos pôsteres, dessa feita redigido em italiano. O material rememorava os eventos de 1871 em Paris, destacando a luta do exército popular contra o regime republicano, que não teria posto fim às injustiças sociais. A proclamação da Comuna como prenúncio de uma nova ordem social e a extrema violência com que foi reprimida pelos defensores da velha ordem foram os assuntos principais do texto. Ao final, o tom lúgubre assumido pela rememoração das vítimas da repressão foi contrabalançado pelo otimismo relacionado ao avanço das ideias socialistas anárquicas e à inevitabilidade da redenção social dos trabalhadores. O pôster e o manifesto vinham assinados: "*Os Anarquistas*" / "*Gli anarchici*". No dia 18 de março, dez pessoas foram presas pelas ações. Luciano Campagnoli e Attilio Venturi foram detidos pelos agentes de segurança às 3 horas da madrugada, no momento em que afixavam pôsteres em paredes de edificações da Rua da Estação. Poucas horas depois, foi a vez de Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani, Tito Bene, Rufino Pelegrini, Luiz Miseralli, Carmo Terra Nova, Andrea Allemos e Arturo Campagnoli, irmão de Luciano⁴⁴. Os policiais realizaram uma busca na residência de Arturo, no bairro do Brás. Nessa diligência foram encontrados materiais de propaganda (300 exemplares do jornal *L'Avvenire* e cópias dos boletins distribuídos), uma grande quantidade de

⁴⁴ Giuseppe Consorti havia sido redator do *L'Asino Umano*. Na ocasião, ele e Lodovico Tavani eram redatores do *L'Avvenire*. Foi apurado posteriormente pelo inquérito policial que Consorti e Arturo Campagnoli foram os responsáveis pela inusitada chuva de boletins em um recinto fechado. cf. FELICI, 1994.

correspondências com anarquistas da Europa e de Buenos Aires e papéis - inclusive lista de sócios - referentes ao *Centro Socialista Internazionale*. No mesmo mês, Andrea Allemos, Arturo Campagnoli, Attilio Venturi, Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e Luciano Campagnoli foram conduzidos à Cadeia Pública de São Paulo. Em abril, juntaram-se a eles Julio Reggiani, Giuseppe Languette e Felice Vezzani. Em agosto, Luciano, Attilio e Languette deixaram a cadeia. Os três foram conduzidos para Santos e embarcaram para Buenos Aires no vapor *Bretagne*. Julio Reggiani tomou o mesmo rumo, quando foi embarcado no vapor *Bearn* em 5 de setembro de 1895. Aos demais, foi reservada a deportação para a Itália. Contudo, ao resistirem, em Santos, ao embarque para Gênova, conseguiram comutar o destino. Arturo Campagnoli, Andrea Allemos, Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e Felice Vezzani subiram a bordo do vapor *Victoria*, em direção a Montevidéu, em 24 de agosto de 1895.

Voltarei a alguns desdobramentos desses episódios mais tarde. Por enquanto, é suficiente sublinhar que sua riqueza para a análise que se seguirá reside em seus personagens, nos locais, nas ações e nos resultados que englobam. Observa-se a participação unânime de ativistas italianos. Inclusive, Andrea Allemos, Arturo Campagnoli e Felice Vezzani são protagonistas dos dois episódios⁴⁵. Sobre a maior parte deles existem poucas ou nulas informações biográficas. A respeito de alguns, todavia, as informações disponíveis dão conta de que detinham trajetórias diversas de ativismo. Já socializados no anarquismo, ou vieram diretamente de seu país de origem – os irmãos Campagnoli -, ou circularam por outros países da América do Sul antes de desembarcarem em São Paulo - caso de Galileo Botti e sua estada na Argentina. Ou, embora originalmente adeptos de outra posição política em sua terra natal, aqui consolidaram uma posição anarquista - caso do ex socialista Felice Vezzani.

Todos os ativistas citados eram do sexo masculino. Entre as ocupações dos participantes que puderam ser aferidas encontraram-se, por exemplo, as de operário (Giuseppe Consorti e Serafino Suppo), tipógrafo (Eugenio Gastaldetti), pintor e decorador (Felice Vezzani), ourives (Arturo Campagnoli), fabricante de licores (Galileo Botti), sitiante (Luciano Campagnoli) e chapeleiro (Lodovico Tavani).

⁴⁵ Na verdade, no início de maio de 1894, também Luciano Campagnoli foi detido para interrogatório, ao tentar introduzir na prisão algumas correspondências para o irmão em fundos falsos de latas de comida. Para descrições detalhadas dos dois episódios relatados, evidenciando o papel da polícia secreta, da imprensa, do poder executivo e do judiciário na repressão ao anarquismo, cf. BUENO, 1896; FELICI, 1994; LEAL, 2006.

Os dois episódios evidenciam a internalização de celebrações internacionais relativas aos universos socialista, anarquista e operário do final do século XIX. Expressam tentativas de inserção, no nível local, do calendário de protestos globais desses movimentos. O que evocam é a rebelião popular contra o capital e as autoridades políticas. A preparação frustrada, no caso da reunião de 1894, e a efetivação de um evento de protesto, em 1895, indicam um esforço para enxertar determinada cultura de ativismo e de contestação no universo das classes dominadas. A articulação e preparação da ação, num caso, e a efetivação, no outro, permitem também vislumbrar a dinâmica das dimensões latente e visível do movimento.

Os locais e as condições nas quais ocorreram os eventos também são importantes: o teatro e o centro social. O Teatro São José, à época, não era especialmente frequentado pelas classes populares. Nem, tampouco, lugar de frequência exclusiva das classes altas. Inaugurado em 1864, funcionou até 1898, quando foi consumido por um incêndio. Originalmente concebido como um símbolo da pujança cultural da capital paulista, tinha uma planta arquitetônica requintada, com corredores amplos – embora de terra batida –, tribuna e camarotes para o público e camarins e guarda-roupas para os artistas. Comportava 1.200 espectadores - quatrocentos assentos só na plateia. Como casa de espetáculos, recebia companhias teatrais portuguesas e italianas. Essas últimas começaram a se apresentar em São Paulo justamente nesse teatro e no ano da chuva de boletins anarquistas. Em 1895, a temporada incluiu as companhias portuguesas "Theatro Apollo" e "Ismênia dos Santos" e as companhias italianas "di Ermete Novelli" e "Gustavo Modena". No entanto, o local já havia sido palco de performances políticas, tais como agitações abolicionistas e republicanas e comemorações cívicas monarquistas ou do regime sucedâneo. Seja como for, era ainda o teatro de maior importância da cidade (VENEZIANO, 2006; SILVA & RIGOLON, 2010).

Por sua vez, o *Centro Socialista Internazionale de São Paulo* congregava tanto ativistas anarquistas como socialistas "democráticos" ou "legalistas". O periódico *L'Asino Umano* era o vocalizador desse Centro, em atividade pelo menos desde 1893. O periódico informava a respeito de suas atividades e trazia colunas que expressavam os pontos de vista das duas tendências⁴⁶.

⁴⁶ Encontrei poucas informações sobre esse Centro, além daquelas que puderam ser resgatadas nas páginas do periódico em questão e na historiografia. Esse *Centro Socialista Internacional de São Paulo* não deve, todavia,

O teatro e o centro social se tornaram, ao longo dos anos, espaços privilegiados para as atividades anarquistas – fossem elas de mobilização, de difusão ou eventos de protesto⁴⁷. Mas também as ruas. No segundo episódio, as paredes foram utilizadas como espaço de comunicação com o público: na Avenida Paulista, como suporte do que poderia ser visto como ameaça; no bairro da Ponte Grande, o mesmo manifesto, em outras paredes, deteve as funções de inflamar, de convencer, de arregimentar.

Enquanto a reunião de 1894 contou com a participação de socialistas, as ações orquestradas no evento de 1895 foram desempenhadas exclusivamente por ativistas anarquistas. Contudo, essa primeira impressão não deve conduzir ao engano. O movimento socialista também comemorava o aniversário da Comuna de Paris desde, pelo menos, 1892. As manifestações sobre essa data foram frequentemente motivo de colaboração entre ativistas anarquistas e socialistas (SEIXAS, 1992). Assim, não era incomum a convivência entre os ativistas dos dois movimentos em um mesmo centro ou círculo social, além de sua cooperação em eventos de protesto.

Nos dois episódios os agentes de segurança atuaram como polícia política. As atividades dos "secretas" haviam sido formalizadas e legalizadas pela reorganização da Secretaria de Polícia, convertida em Repartição Central da Polícia por decreto no derradeiro dia de 1891⁴⁸. Sob a responsabilidade direta do chefe de polícia, essa força era um dos pilares responsáveis pela política de prevenção aos crimes e contravenções de toda ordem (FONSECA, 1997).

Finalmente, o desfecho. Em ambos os episódios foram detidos suspeitos acusados especificamente de práticas anarquistas⁴⁹. A efetivação de ações policiais - tanto preventivas

ser confundido com o *Centro Socialista de São Paulo*, fundado no dia 13 de setembro de 1895, e que teve como porta-voz o jornal *O Socialista*, publicado entre janeiro de 1896 e julho de 1898. Sobre esse último centro, cf. PANSARDI, 1993, p. 138 e ss.

⁴⁷ Os termos "eventos de protesto" ou "episódios de confronto" são utilizados com maior ou menor rigor, indistintamente, na teoria dos movimentos sociais. Estou me guiando pela proposta de Sidney Tarrow, que define o "evento de protesto como uma ação direta disruptiva em nome de interesses coletivos, em que reivindicações foram feitas contra algum outro grupo, as elites ou as autoridades" (TARROW *apud* TILLY, 2008, p. 24).

⁴⁸ Decreto nº 9, de 31 de dezembro de 1891, regulamentado pelos decretos nº 13, de 20 de janeiro de 1892, e nº 121, de 29 de outubro de 1892.

⁴⁹ Em 1894, durante os acontecimentos de abril, foram também expedidas ordens de prisão contra notórios socialistas e ex-anarquistas, como Vitalino Rotellini (ex-anarquista, então diretor do *Fanfulla*, jornal oficial da colônia italiana), Mario Cattaruzza (redator do jornal socialista *Il Messaggero*) e Alcebiade Bertolotti (técnico geômetra e diretor desse jornal). Nenhuma delas chegou a ser executada, em parte devido à posição proeminente que esses indivíduos possuíam na colônia italiana, em parte devido ao mal-estar provocado nas autoridades consulares italianas pela frequência com que esse tipo de ação vinha sendo seguidamente

como punitivas - em face das atividades de mobilização e das demonstrações públicas do movimento anarquista vinha na esteira do mesmo tipo de práticas adotadas em países da Europa e da América do Sul nos anos 1890⁵⁰.

Em resumo, os dois episódios permitem compreender algumas das características do movimento anarquista e do seu cenário político em São Paulo no fim do século XIX. Este capítulo é dedicado à investigação de seu processo inicial de formação. Defende a tese segundo a qual o surgimento do anarquismo nesse período foi tributário da ação de cosmopolitas enraizados e de ativistas transnacionais no território paulistano. Esses ativistas anarquistas internalizaram e adaptaram alguns dos quadros interpretativos, das performances confrontacionais e dos modelos organizacionais já sedimentados no repertório do movimento em outros lugares. Ao adaptá-los ao contexto local, precisaram se opor às autoridades públicas e camadas da elite e se associar e se diferenciar dos socialistas no espaço político em construção, enfrentando um contexto extremamente refratário ao associativismo popular. Foi nessa situação amplamente desfavorável que lograram traçar a sua identidade coletiva e estabelecer suas bases micropolíticas - grupos, redes e formas de ação -, em diálogo constante e como parte do movimento transnacional.

3.2. Gli anarchici

3.2.1 Perfil dos ativistas

A gênese do movimento anarquista em São Paulo seguiu o padrão geral anteriormente destacado no tocante à difusão do movimento para outras localidades do continente americano. Nessa cidade, o anarquismo foi muito mais dependente da presença e do desempenho de mediadores (*brokers*) originários de outros países e de suas respectivas redes interpessoais do que da absorção inicial, por segmentos sociais brasileiros, de ideias difundidas através de mecanismos não relacionais. No período entre 1890 e 1897, o

empregada contra seus imigrantes. Alfredo Capricci foi preso e ficou detido junto com os demais até dezembro. Não foi possível determinar se nessa ocasião ele era socialista ou anarquista, mas em 1900 com toda a certeza era membro do *Circolo Socialista "Avanti!"*. cf. FELICI, *op. cit.*; LEAL, *idem*.

⁵⁰ Como visto no primeiro capítulo, foi uma tônica constante durante o final do século XIX e início do século XX o, digamos, incentivo adicional e compulsório à mobilidade de ativistas de movimentos sociais, em decorrência das ações de expulsão ou deportação de territórios nacionais. Há mesmo um intercâmbio constante de deportados entre países como Argentina, Brasil, Uruguai, Itália, Espanha e Portugal - não sem gerar, às vezes, rusgas diplomáticas, como observado na condução do desenlace do episódio de abril de 1894.

anarquismo constituiu seus primeiros grupos e realizou suas primeiras ações tendo como protagonistas ativistas italianos recém-imigrados.

Sua presença foi assinalada pela polícia e por autoridades diplomáticas estrangeiras. O cônsul italiano conde Edoardo Compans de Brichanteau, em relatório endereçado ao Ministério das Relações Exteriores datado de 28 de março de 1894, afirmou que "o primeiro núcleo de anarquistas surgido no Brasil foi no Estado de São Paulo, em 1891, e infelizmente consiste exclusivamente de italianos" (BRICHANTEAU, 1894 *apud* FELICI, 1994, p. 328). Em que pese a falta de informação do cônsul (já que, por exemplo, a Colônia Cecília, no Paraná, data de 1890), esse relatório, que originou a denúncia que motivou o episódio de abril de 1894, aparenta ter certa verossimilhança, caso se projete o enunciado somente para o território municipal⁵¹. Aqui, não parece haver exagero por parte do cônsul, haja vista que Galileo Botti chegou à cidade em 1890. Arturo Campagnoli, Andrea Allemos e Attilio Venturi chegaram em 1891. Felice Vezzani chegou em 1893⁵².

A partir de 1893, as referências à presença de ativistas anarquistas estrangeiros na cidade e no estado de São Paulo passaram a ser também mais recorrentes e numerosas nas trocas de informações ente as autoridades públicas e policiais, assim como na imprensa diária (LEAL, 2006).

⁵¹ Entre 1880 e 1900, foram instaladas no Brasil as seguintes colônias agrícolas libertárias: a Cosmos, por iniciativa de colonos norte-americanos, em Santa Catarina; a Vapa, em Assis (SP), por imigrantes letões; e a Cecília, por iniciativa de Giovanni Rossi e outros colonos italianos, em 1890, em Palmeira (PR). Existe uma polêmica a respeito da existência da Colônia de Guararema, situada no município de mesmo nome no estado de São Paulo, da qual os irmãos Campagnoli teriam feito parte. De acordo com os memorialistas do movimento anarquista (SCHIMDT, 1942; DIAS, 1962; RODRIGUES, 1969; RODRIGUES, 1984), a colônia foi fundada por Arturo Campagnoli em 1888 e contou com a participação de imigrantes de diversas nacionalidades. Teria permanecido ativa até a década de 1930, quando teria sido definitivamente desativada à força pelo governo Vargas. Isabelle Felici afirma que a Colônia Guararema não poderia ter existido no século XIX, uma vez que Arturo Campagnoli teria chegado ao Brasil somente em 1891, e aportado diretamente na capital paulista. Após sua expulsão, teria retornado ao Brasil em 1902 quando, somente então, teria se instalado na cidade de Guararema, mas para cuidar da propriedade agrícola de um de seus irmãos (FELICI, *op. cit.*). De outra tonalidade política, e bem antes disso, entre 1841 e 1842, foram organizadas em Santa Catarina colônias agrícolas e industriais experimentais, aos moldes dos falanstérios fourieristas - respectivamente, Colônia Palmital e Colônia Industrial do Saí (GALLO, 2002; SAMIS, 2004).

⁵² Segundo Isabelle Felici, Galileo Botti abandonou a Argentina devido à crise econômica naquele país, estabelecendo-se em São Paulo em 1890 como correspondente do jornal *La Miseria*, de Buenos Aires. Já Arturo Campagnoli teria se instalado na cidade em 1891. cf. FELICI, 1994. Andrea Allemos e Attilio Venturi ingressaram em São Paulo através da "Hospedaria de Imigrantes do Brás", construída entre os anos de 1886 e 1888. Os dados sobre esses ativistas foram obtidos nos Livros de Registro dessa Hospedaria. Attilio Venturi foi o primeiro a chegar, no dia 11 de agosto. Aos 24 anos, desembarcou sozinho do vapor *Java* em Santos. Andrea Allemos deu entrada na Hospedaria no dia 2 de dezembro, aos 28 anos, em companhia da mãe, Luigia, então com 52 anos. Vieram de Santos, onde haviam desembarcado do vapor *S. Gottardo*. Quanto a Felice Vezzani, o cotejamento de dados biográficos permitiu identificar que pôs os pés em São Paulo por volta de janeiro de 1893, aos 38 anos, vindo diretamente de Bolonha.

Qual o perfil social dos ativistas presentes no período 1890-1897? As informações biográficas disponíveis e isentas de ambiguidades a seu respeito são diminutas. É impossível estimar com algum grau de certeza quantos anarquistas havia na cidade naquele momento. Foram obtidos dados parciais apenas sobre 39 ativistas, todos do sexo masculino e italianos⁵³.

Não foi possível estabelecer um padrão geral dos motivos reais que incentivaram a imigração desses ativistas. Aparentemente, um leque de situações heterogêneas pode ser cogitado: procura de trabalho e fuga de crises econômicas em países vizinhos; componentes da Grande Emigração italiana do final do século XIX; busca de refúgio das perseguições políticas na Itália. Em 13 dos casos foi possível identificar o ano em que chegaram à capital:

TABELA 1. Ano de chegada de ativistas anarquistas em São Paulo (1890-1897)

ANO DE INGRESSO EM SÃO PAULO	QUANTIDADE
1890	2
1891	7
1892	1
1893	2
1896	1
Sem registro	26
TOTAL	39

Fonte: Elaboração do autor⁵⁴

Ainda que não seja possível generalizar esses dados para o conjunto do movimento, percebe-se certa tendência: em um curto prazo, esses ativistas se articularam para empreender as primeiras ações do movimento, o que em si é sugestivo de sua capacidade de promoção, de engajamento e de comprometimento com o movimento. Galileo Botti lançou o periódico *Gli Schiavi Bianchi* em maio de 1892; Vezzani participou da fundação do *Centro Socialista Internazionale de São Paulo* e do periódico *L'Asino Umano* no mesmo ano de sua chegada; Augusto Bargione e Serafino Suppo participaram do episódio da reunião de 1894 após, respectivamente, dez meses e um pouco mais de um ano e meio de residência em São Paulo.

⁵³ Para a descrição dos critérios adotados nesse levantamento, cf. Apêndice Metodológico, no final da tese.

⁵⁴ Conforme justifico no Apêndice Metodológico, recorri a inúmeras e variadas fontes, tanto memorialísticas como historiográficas, para a construção dos perfis sociais dos ativistas anarquistas apresentados ao longo da tese. É esta a razão pela qual é impossível elencá-las ao final de cada tabela ou quadro apresentado.

Em dez casos foi possível determinar a data de nascimento dos ativistas. Os anarquistas italianos em São Paulo nasceram entre 1855 e 1871, conforme indicações abaixo:

TABELA 2. Ano de nascimento de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897)

ANO DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
1871	2
1867	2
1866	1
1863	1
1861	1
1858	1
1857	1
1855	1
Sem registro	29
TOTAL	39

Fonte: Elaboração do autor

Caso se tome como ano-base o de 1894, verifica-se que a idade média para os casos encontrados era de 30,4 anos. Considerando especificamente quatro dos casos encontrados atinentes aos presos de 1894, a idade média era de 35,7 anos, variando entre 31 e 39 anos⁵⁵. Tendo como referência o ano de 1895, a média de idade sobe, obviamente, para 31,4 anos. Explicitamente em relação aos participantes do episódio da “chuva de boletins”, foi possível identificar também a idade de quatro deles. Quando participaram do episódio tinham uma média de idade de 32 anos: os mais novos contavam 28 anos e o mais velho, 40⁵⁶.

Tendo em vista que nos casos identificados os ativistas iniciaram sua imigração para a capital paulistana no início dos anos 1890, pode-se supor que foram contemporâneos de mobilizações e de demonstrações públicas do movimento anarquista ainda em sua terra natal e já em sua vida adulta⁵⁷. Isso pode ser corroborado pelos locais de nascimento de nove ativistas, fazendo-se a relação com a presença do movimento anarquista nessas localidades:

⁵⁵ Vezzani contava 39 anos, Augusto Bargione tinha 37, Serafino Suppo, 36, e Andrea Allemos, 31.

⁵⁶ Attilio Venturi e Giuseppe Consorti tinham 28 anos, Andrea Allemos tinha 32 e Felice Vezzani, 40.

⁵⁷ O caso do ativista que chegou mais jovem a São Paulo foi o de Giuseppe Zonghetti. Ele saltou sozinho, aos 20 anos de idade, do vapor *Manilla*, em Santos. Registrou-se na Hospedaria dos Imigrantes no dia 27 de maio de 1891. Foi diretor e um dos principais redatores do *L'Asino Umato*, em 1893, e redator do *L'Avvenire* em 1895.

TABELA 3. Locais de nascimento de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897)

REGIÃO	PROVÍNCIA/COMUNA	QUANTIDADE
Emília- Romanha	Bolonha/Imola	2
	Reggio-Emilia/Novellara	1
	SUBTOTAL	3
Toscana	Livorno/Livorno	1
	Florença/ Bagno di Ripoli	1
	Lucca/ Viareggio	1
	SUBTOTAL	3
Piemonte	Turim/ Turim	1
	Cuneo/ Busca (Cuneo)	1
	SUBTOTAL	2
Lácio	Roma/Roma	1
	SUBTOTAL	1
Sem registro		30
TOTAL		39

Fonte: Elaboração do autor

Os ativistas identificados eram oriundos tanto de centros urbanos (Turim, Roma e Livorno) como de cidades médias (Imola, Viareggio) e de comunas rurais (Novellara, Busca e Bagno di Ripoli) situadas nessas regiões.

As regiões da Emília-Romanha e de Piemonte ficam no norte da Itália, enquanto a Toscana e o Lácio ocupam territórios na porção central desse país. De acordo com Luigi Biondi (2002), essas regiões apresentavam uma grande presença de grupos anarquistas, socialistas democráticos e republicanos no último quartel do século XIX. Nos anos 1850, e principalmente em seus centros urbanos, abrigaram o republicanismo mazziniano, cujas características (associacionismo de classe, insurrecionalismo popular e valorização da solidariedade internacional) facilitaram a penetração e a convivência do socialismo democrático e do anarquismo nos anos 1870 (BIONDI, 2002). Piemonte e Romanha apresentavam predomínio de grupos anarquistas e eram reconhecidos centros de difusão de estratégias de massas e insurrecionais ao longo de toda a década de 1880 (WOODCOCK, 2008). Em todas essas regiões, anarquistas e socialistas democráticos compartilhavam organizações, tais como *Camara del Lavoro* (bolsas de trabalho), *Casa del Popolo* (espaço de propaganda e de livre reunião de anarquistas, republicanos e socialistas democráticos),

sindicatos e cooperativas. Também eram aliados na promoção de eventos de protesto (BIONDI, 2002).

Não é possível determinar a socialização política desses ativistas. Como informado inicialmente, apenas pode-se assinalar algumas trajetórias possíveis dessa socialização, com base nas trajetórias reais de certos ativistas. Felice Vezzani, nascido em Novellara, aderiu inicialmente ao socialismo “legalista” ou democrático. Participou ativamente de sociedades de mútuos socorros e da liga de resistência dos padeiros da Bolonha, chegando a ser vice-presidente da sociedade operária dessa região. Esteve à frente da organização de manifestações públicas de caráter classista, como o Primeiro de Maio de 1891. No segundo semestre de 1892 rompeu com o socialismo legalista durante o congresso do Partido dos Trabalhadores Italianos (PLDI) e aproximou-se do anarquismo. Arturo e Luciano Campagnoli, nascidos em Imola, pertenciam a uma família de anarquistas. Galileo Botti frequentou indistintamente grupos socialistas democráticos e anarquistas em Livorno antes de emigrar para Buenos Aires. Desse modo, parece apropriado considerar que alguns dos ativistas anarquistas emigrados para o Brasil nutriram-se do ambiente radical de sua terra natal, acumulando uma experiência prévia de ativismo popular. Mas, à exceção dos casos que foram assinalados ao longo desse capítulo, não é possível afirmar se os demais ativistas emigraram já como anarquistas ou se foram recrutados aqui pelo movimento.

Suas origens sociais e sua escolarização permanecem um mistério. Mas certamente a maior parte dos 39 ativistas identificados – se não todos – era alfabetizada, haja vista que participavam ou gravitavam em torno de um setor do movimento envolvido com as atividades de imprensa. Pode-se reforçar essa hipótese caso se considere a própria cultura do movimento, que incentivava continuamente o ensino mútuo e o autodidatismo. Para 16 casos foi possível determinar as ocupações:

TABELA 4. Ocupações profissionais de anarquistas atuantes em São Paulo (1890-1897)

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Operário	3
Mecânico/eletricista	2
Ourives	2
Operário Gráfico/Tipógrafo	2
Lojista/comerciante	1
Chapeleiro	1
Metalúrgico	1
Pintor de edifícios	1
Pintor/decorador	1
Fabricante de licores	1
Sitiante	1
Sem registro	23
TOTAL	39

Fonte: Elaboração do autor

A rubrica geral "operário" foi encontrada nas fontes sem especificação quanto à atividade. Na verdade, todos esses dados podem esconder experiências sociais bem distintas. Considerem-se, a título de exemplo, as classificações "chapeleiro", "mecânico" e "eletricista". À época, essas ocupações poderiam referir-se a um trabalhador autônomo, a um empregado em pequenas e médias oficinas ou mesmo a um operário empregado em alguma das fábricas de grande porte recém-instaladas na capital paulista. A estrutura industrial da cidade e a conformação do mercado de trabalho permitiam, frequentemente, um trânsito dinâmico de um mesmo indivíduo entre uma e outra dessas experiências sociais. Assim, as próprias fronteiras entre o universo industrial e o universo da economia informal eram bastante permeáveis e indefinidas.

Seja qual for o caso, é razoável supor que todos esses registros indicam trabalhadores assalariados – exceções feitas, possivelmente, aos casos do lojista/comerciante, do ourives, do pintor/decorador, do fabricante de licores e do sitiante urbano. Mesmo nesses casos, a classificação pode guardar ambiguidades que podem vir a gerar interpretações enganosas, associando-os a uma fração pequeno-burguesa ou a parcelas da "aristocracia operária". Considere-se o caso do "fabricante de licores", Galileo Botti: sem residência fixa, sapateiro de profissão, exerceu durante sua estada em São Paulo a atividade de fabricante de licores

artesanais em um estabelecimento comercial que não era de sua propriedade. A bebida seria, inclusive, produzida ilegalmente⁵⁸. Seu caso é representativo daquela espécie de "arraia miúda", parcela de trabalhadores informais na estrutura econômica de São Paulo durante os anos 1890, identificada por Maria Inez Machado Borges Pinto (PINTO, 1994). De toda forma, nota-se que todos os casos coletados identificam trabalhadores manuais, com diferentes graus e tipos de especialização. Em resumo, pode-se afirmar que nesse perfil estão representadas frações diferentes das classes populares, revelando uma base social relativamente homogênea para o movimento.

O perfil em tela se assemelha em alguns aspectos àquele traçado por Luigi Biondi para lideranças italianas de ligas operárias entre os anos de 1889 e 1895, na cidade de São Paulo (BIONDI, 2002). Em sua pesquisa, o autor utilizou dados da polícia italiana e do consulado italiano em São Paulo - compilados no *Casellario Politico Centrale* e disponíveis no *Archivio Centrale dello Stato*, na Itália - a respeito de ativistas republicanos, socialistas democráticos e anarquistas italianos residentes em São Paulo. Encontrou também uma predominância de ativistas originários da Emília-Romanha e da Toscana, nascidos entre 1855 e 1870 e com ocupações de artesão ou de operários especializados. Todavia, não é possível contrastar sistematicamente os dados aqui apresentados para o período de 1890 a 1897 a respeito dos anarquistas com, por exemplo, aqueles relativos aos dos socialistas democráticos⁵⁹.

A afinidade entre o perfil traçado para os anarquistas e aquele de lideranças italianas em ligas operárias (compostas também por republicanos e socialistas democráticos) permite supor a existência, entre esses ativistas radicados em São Paulo, de uma orientação compartilhada a respeito da expectativa de relacionamento entre os movimentos anarquista, socialista e operário. Essa expectativa teria como referencial as alianças construídas ainda no país de origem, pela convivência em espaços comuns e pela colaboração nos mesmos eventos de protesto. Caso se aceite essa hipótese, é razoável supor

⁵⁸ Sobre Galileo Botti, cf. LEAL, 2006, p. 178 e ss.

⁵⁹ Infelizmente, Biondi não discerniu na apresentação de seus resultados exatamente quais as dimensões de sua amostra e tampouco o que qualificou como "militantes e líderes de núcleos e ligas operárias". Apesar de sublinhar que reuniu dados a respeito dos três grupos de ativistas (afirmando que o período corresponde ao da chegada de uma grande leva de socialistas democráticos e de republicanos), o leitor fica sem saber o porquê dos atributos sociológicos não serem utilizados para descrever esses três grupos. Dito de outra maneira, o autor não assinala se essa distinção não foi feita por opção metodológica ou se, pelo contrário, não existem diferenças significativas entre esses três grupos do ponto de vista desses atributos. Cf. BIONDI, 2002, p. 127 e ss.

que, em certa medida, essa orientação a respeito de uma estrutura de relacionamento parece ter sido importada para a cidade de São Paulo e reconstruída nesse novo local e no interior de um novo contexto político e social.

Essas características dos ativistas marcaram inicialmente a configuração do movimento em São Paulo, principalmente no que concerne à montagem de sua agenda e ao estabelecimento de suas redes sociais de colaboração e de troca de informações e de recursos. Além disso, as múltiplas identidades dos ativistas - trabalhadores, italianos, anarquistas - marcaram indelevelmente a reação nacional ao movimento, conforme se verá.

3.2.2 Periódicos e redes

Os anarquistas em São Paulo parecem não ter optado por grupos secretos para a composição de suas estruturas de mobilização⁶⁰. Pelo contrário, aproveitando-se da aceitação convencional no ambiente político da época, estabeleceram seus primeiros núcleos de ativistas em torno de periódicos, lançando mão de uma forma de organização já utilizada pelo movimento na Europa. Entre 1892 e 1897 foram postos em circulação cinco periódicos, todos em língua italiana. Percebe-se como característica do surgimento desses periódicos uma sucessão cronológica em vez de uma convivência sincrônica⁶¹. Identifica-se também uma curta duração de existência: geralmente, menos de um ano. A interrupção da publicação desses periódicos foi diretamente um resultado da ação das autoridades policiais. Dessa maneira, as sucessões entre os periódicos foram em grande medida determinadas pela interação repressiva por parte do Estado.

⁶⁰ Por definição, a menção a grupos secretos não poderia ser detectada a partir da consulta aos periódicos. Mas tanto a historiografia relevante sobre o período em discussão (FELICI, 1994 e LEAL, 2006), que lidou com fontes policiais e diplomáticas, como as fontes de memorialistas do movimento (RODRIGUES, 1969; RODRIGUES, 1984) não identificaram a existência desse tipo de grupamento nessa quadra histórica.

⁶¹ Em ordem cronológica: *Gli Schiavi Bianchi* (maio de 1892 a março de 1893), *L'Asino Umano* (de agosto de 1893 a março de 1894), *La Bestia Umana* (um número lançado em março de 1894), *L'Avvenire* (de novembro de 1894 a março de 1895 e de julho a agosto de 1895), *L'Operaio* (dois números em fevereiro de 1896). Existem também referências contraditórias sobre a existência de um periódico anarquista denominado *La Giustizia*, sem data precisa, e que por isso não foi contabilizado. Os períodos de publicação são inferências sobre a duração dos periódicos feitas a partir de fontes primárias e secundárias. No primeiro caso, por meio do levantamento dos números disponíveis nos arquivos visitados e referências à duração dos jornais em publicações do próprio movimento anarquista. cf. DONATI, 1902; MOTA, 1919. No segundo caso, por cronologias dos materiais estabelecidas por historiadores e memorialistas. cf. FELICI, 1994; LEAL, 2006; RODRIGUES, 1969; RODRIGUES, 1984.

Ao redor do *Gli Schiavi Bianchi* reuniram-se Galileo Botti, Benedetto Nori, Giuseppe Zottele e Francesco Nassò. O periódico teve duas sedes declaradas no bairro do Brás, em endereços bem próximos. Teve sua publicação interrompida em junho de 1892 por desafiar as autoridades policiais para um enfrentamento em uma "justa". A motivação do desafio foi uma denúncia, publicada pelo jornal, a respeito de ações violentas da cavalaria da polícia contra a população imigrante (homens, mulheres e crianças) na Rua Piratininga. Esse tipo de violência seria recorrente nos bairros do Brás, do Bom Retiro e na Imigração. Após a denúncia, o texto afirmava:

L'hanno con noi? L'hanno con i *carcamanos*? - Vogliano battersi lealmente?
- Ebbene avvisateci, noi siamo pronti e con noi sou pronte centinaia di persone che stanche di sopportare la prodezze, le vigliaccherie della vostra *cavalleria* ne chieggano soddisfazione: Dei vostri tre e noi altri uno. Parità di armi.
Avvisateci e noi accetteremo la sfida ("Al Capo di Polizia", *Gli Schiavi Bianchi*, nº 4, 20/06/1892 - grifos originais)⁶².

Galileo Botti, então administrador do jornal, foi acusado de vadiagem e de incitação à revolta dos imigrantes italianos contra as autoridades policiais paulistas. O periódico teve sua publicação suspensa. Botti ficou preso por dois meses e teve sua deportação decretada. Chegou a ser embarcado com destino a Lisboa, mas por intervenção das autoridades consulares e de membros da colônia italiana foi desembarcado na Bahia, de onde rumou para o Rio de Janeiro e finalmente retornou para São Paulo (LEAL, 2006). A publicação de *Gli Schiavi Bianchi* foi retomada em outubro de 1892, tendo o periódico ficado ativo até pelo menos março de 1893, época em que contou em sua redação com a participação de Francesco Pisani, Achille de Sanctis, Enrico Boncelli e Mario Cattaruzza.

O periódico *L'Asino Umano* reunia em sua redação ativistas como Giuseppe Zonghetti, inicialmente o responsável pela publicação, Felice Vezzani, o socialista Emílio Massardo e Augusto Donati, indicado como responsável pela publicação em março de

⁶² "Tem conosco? Tem com os *carcamanos*? - Quer lutar de forma justa?
- Bem, deixe-nos saber, nós estamos prontos e conosco estão prontas centenas de pessoas que estão cansadas de suportar a força, a covardia de sua *cavalleria* chegando sem dar satisfações: Três dos seus para um dos nossos. Paridade de armas.
Avisen-nos e nós vamos aceitar o desafio". *Ao Chefe de Polícia*.

1894⁶³. Ao longo de sua existência, o periódico apresentou três sedes, todas também no bairro do Brás. Teve suas atividades encerradas em 25 de março de 1894, sob a dupla alegação de que não atendia às exigências legais relativas à formalização de publicações periódicas (declaração do proprietário, identificação dos redatores etc.) e que descumpria um dos decretos de estado de sítio, de outubro de 1893, relativo à proibição de notícias a respeito da Revolta da Armada que não fossem provenientes de fontes oficiais. Para os ativistas, o motivo real foi a perseguição da colônia italiana e de seu cônsul contra os artigos publicados a respeito do governo italiano (LEAL, 2006). *La Bestia Umana*, publicado em 31 de março de 1894 por Felice Vezzani, em substituição ao *L'Asino Umano* (como inclusive atesta a sinonímia do nome), teve sua suspensão decretada logo em seu primeiro número, com os mesmos motivos sendo alegados pelas autoridades policiais (*Idem, Ibid*).

As táticas de obtenção de recursos de *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Asino Umano* eram similares. Sustentavam-se por subscrição voluntária, pela venda de números avulsos (respectivamente pelos preços de cem e duzentos réis) e de assinaturas (trimestrais ou semestrais, de três e seis mil réis, nos dois casos) ou por publicação de anúncios e comunicados. *Gli Schiavi Bianchi* trouxe em seu número 18, de 11 de fevereiro de 1893, anúncios de comerciantes e profissionais italianos (funilaria, oficina de escultura em madeira, parteira, restaurante, hotel, salão de barbeiro, fabricação de licores e funerária) em São Paulo, Jundiaí e Salto de Itu. O periódico *L'Asino Umano* contava com a publicação de anúncios de atividades comerciais ou profissionais predominantemente de italianos, e em menor número de portugueses e de brasileiros. Anunciavam em sua última página fábricas de cal, de sabão, de licores, marcenarias, selarias, oficinas de costura, cervejarias, restaurantes e farmácias, mas também serviços de encanadores, pintores e decoradores. Os anúncios eram provenientes de cidades como São Paulo, Amparo, São Carlos do Pinhal, Jundiaí e Rio Claro.

Posto em circulação em novembro de 1894 - portanto, após a suspensão dos três periódicos anteriores e depois do episódio das prisões em abril -, *L'Avvenire* reuniu em sua equipe de redatores Alfredo Casini (gerente), Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e dois ativistas oriundos do *L'Asino Umano*, Felice Vezzani e Augusto Donati. Teve como sede o

⁶³ Cf. *L'Asino Umano*, nº 26, de 11/03/1894 e nº 28, de 25/03/1894. Natural de Viareggio, na Toscana, Donati registrou-se na Hospedaria dos Imigrantes em 11 de outubro de 1891. Aos 25 anos, chegou sozinho, com procedência do Rio de Janeiro. Foi também membro do *Centro Socialista Internazionale de São Paulo*.

endereço residencial de seu gerente, a Rua Abolição, 23, no bairro Bexiga. Conheceu duas fases, separadas pela suspensão de publicação por intervenção de autoridades policiais. Em ambas trouxe textos em língua portuguesa, que ocupavam um espaço minoritário e assistemático em suas colunas.

O periódico foi suspenso pela primeira vez após o episódio da "chuva de boletins" de março de 1895. No mesmo número em que divulgaram o manifesto sobre o vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris, seus redatores, que até então se mantinham sob o anonimato, publicaram uma declaração ao novo chefe de polícia, Bento Bueno. Nela condenavam as ações policiais da semana anterior: apreensão violenta de exemplares do *L'Avvenire* vendidos nas ruas por alguns garotos, detenção de dois jovens que portavam exemplares do jornal e submissão a interrogatório de Galileo Botti, considerado pelas autoridades policiais como o administrador do periódico. Na declaração, os redatores esclareceram que Botti não tinha qualquer relação com o periódico - até porque, quando de sua aparição, em 18 de novembro de 1894, o toscano encontrava-se preso no Rio de Janeiro, por conta de sua participação na reunião do *Centro Socialista Internazionale de São Paulo*. Argumentaram que exerciam um direito constitucional ao publicar o periódico. Sustentaram vigorosamente que as leis, tanto na Itália como no Brasil, concediam liberdade de pensamento apenas aos jornais burgueses, que podiam atacar e detratar os anarquistas sem risco, assim como para os políticos profissionais, a quem era permitido ludibriar o povo. E desafiaram:

Ed ora fate ciò che vi talenta e se volete arrestare i redattori dell'Avvenire siamo noi:
Alfredo Casini, Responsabile
Giuseppe Consorti
Augusto Donati
Lodovico Tavani ("Al Capo di Polizia - Dichiarazione". *L'Avvenire*, nº 10, 17/03/1895)⁶⁴.

Em sua segunda série, o periódico indicou como endereço a Rua Américo Brasiliense, 82. No número inaugural dessa série, de 14 de julho de 1895, foram publicados textos a respeito da Revolução Francesa em quatro línguas: francês, espanhol, italiano e português.

⁶⁴ "E agora faça o que você tem talento para fazer e se quiser prender os editores do *L'Avvenire* somos nós: Alfredo Casini, responsável, Giuseppe Consorti, Augusto Donati, Lodovico Tavani". *Ao Chefe de Polícia - Declaração*.

Cada um desses textos veio assinado, respectivamente, por "*Le Groupe anarchiste révolutionnaire français*", "*El Grupo anarquico español*", "*I Gruppi anarchini italiani*" e "*O grupo anarquista luso-brasileiro*" (*L'Avvenire*, nº 1, Série II, 14/07/1895). Seus conteúdos não permitem determinar se esses grupos se situavam ou não em São Paulo ou mesmo no Brasil, se eram grupos de outros países que haviam enviado os textos ou se eram textos produzidos pelos próprios redatores do periódico nas diversas línguas, com a finalidade de ostentar uma dimensão mais abrangente do movimento na cidade.

Nas duas séries do *L'Avvenire*, o grupo responsável pela sua edição abriu mão da publicação de anúncios como forma de obtenção de recursos financeiros para sua manutenção, sustentando-se somente por subscrições voluntárias e pela venda direta de números avulsos.

Do mesmo modo como ocorreu em outros lugares, os periódicos anarquistas em São Paulo também funcionaram como pontos nucleares de redes de conexões capazes de fornecer sustentação inicial ao movimento e vinculá-lo a outros locais. Desde sua constituição os periódicos contaram com contribuições financeiras vindas de outras cidades do Brasil. A partir das listas de subscrição publicadas por dois periódicos, *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Avvenire*, em que se indicavam os municípios de origem dessas contribuições, obtive o seguinte quadro:

QUADRO 1. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1892-1897)

Periódico/Estado	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro
<i>Gli Schiavi Bianchi</i> (1892/1893)	Jundiaí Rio Claro São Carlos do Pinhal São Paulo Tietê	Juiz de Fora Monte Santo de Minas	Rio de Janeiro
<i>L'Avvenire</i> (1894/1895)	Bragança Campinas Jundiaí Piedade São Paulo Sorocaba		

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas em *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Avvenire*

A maioria das subscrições era proveniente do estado de São Paulo. A apuração desses dados indica que os municípios nos quais os periódicos angariaram suas subscrições foram aqueles que ou faziam parte da cadeia de produção e de escoamento ferroviário do complexo cafeeiro ou que apresentavam certo dinamismo industrial nascente. À exceção da cidade do Rio de Janeiro, também eram municípios que contavam com uma migração significativa de trabalhadores italianos no século XIX. Tendo isso em vista, pode-se considerar que os vínculos de confiança que fundamentaram essas conexões estiveram relacionados à origem étnica ou derivaram de relações de amizade entre os ativistas e indivíduos residentes nessas cidades, aos quais poderiam estar associados graus diferentes de simpatia ou de adesão ao movimento. Essa hipótese é corroborada pela identificação de uma maioria de nomes italianos presente nas listas de subscrição do *Gli Schiavi Bianchi* – já que o *L'Avvenire* publicava apenas as iniciais dos subscritores.

O relacionamento dos grupos anarquistas locais da cidade de São Paulo com as redes transnacionais do movimento pode ser estimado a partir dos fluxos de informações nos quais estavam inseridos. Ainda que isso não permita determinar a qualidade ou a frequência desse relacionamento, é possível constatar sua abrangência.

Para o *Gli Schiavi Bianchi*, considerei a origem dos exemplares de periódicos recebidos pelo seu grupo redator:

QUADRO 2. Exemplares recebidos pelo Gli Shiavi Bianchi, 1892-1893

País	Cidade	Nome do periódico
Argentina	Buenos Aires	<i>Male Lingue</i>
		<i>El Perseguido</i>
		<i>Lavoriano</i>
Itália	Mantua	<i>La Favilla</i>
	Livorno	<i>Sempre Avanti</i>
	Turim	<i>L'Ordine</i>
Estados Unidos	Nova Iorque	<i>Il Grido degli Oppressi</i>
Espanha	Barcelona	<i>El Productor</i>
França	Paris	<i>La Révolte</i>

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas em *Gli Schiavi Bianchi*

O envio dessas publicações para a redação do *Gli Schiavi Bianchi* colocava o grupo no mapa do movimento transnacional, como participante reconhecido. O *La Révolte* reproduziu um artigo do *Gli Schiavi Bianchi* que já havia sido publicado em um periódico espanhol, com um balanço a respeito da República no Brasil entre 1889 e 1892 (FELICI, 1994)⁶⁵. O quadro também fornece pistas que evidenciam o papel de Galileo Botti: Livorno era sua cidade natal e, conforme registrado anteriormente, Buenos Aires tinha sido sua residência antes de se fixar em São Paulo.

Outra maneira de visualizar a abrangência dessas conexões é analisar o local de circulação dos periódicos produzidos em São Paulo. Um indicador capaz de revelar essa dimensão é a coluna de recados publicada pelo *L'Avvenire*, em uma seção denominada *In Barba al Correio* ('Em desafio ao Correio'). Cobrindo os períodos da segunda quinzena de janeiro e de meados de março de 1895, essa seção divulgava mensagens para pessoas residentes em outros lugares e recebia mensagens provenientes de outros locais. Os recados publicados nessa seção pediam ou agradeciam o envio de recursos financeiros ou de folhetos e exemplares de periódicos, solicitavam notícias a respeito de certos indivíduos ou grupos etc. Muitas das mensagens são absolutamente cifradas. De toda forma, é de se supor que em alguma medida alguns exemplares do periódico circulassem com certa regularidade nesses lugares a que as mensagens faziam referência:

⁶⁵ Não tive acesso ao artigo, intitulado "1889 - XV Novembre - 1892", publicado, segundo Felici (1994), no nº 9 do *Gli Schiavi Bianchi*. A respeito da descontinuidade das fontes encontradas nos arquivos pesquisados, consultar a nota 73, na página 112.

QUADRO 3. Origem e destino de mensagens divulgadas no periódico L'Avvenire (1895).

PAÍS	Brasil	Argentina	Estados Unidos	Portugal	Inglaterra
MUNICÍPIOS	Amparo (SP) Bragança (SP) Iguape (SP) Itu (SP) Jaú (SP) Juiz de Fora (MG) Jundiaí (SP) Mendes (RJ) Mococa (SP) Piedade (SP) Rio das Pedras (SP) Rio de Janeiro (RJ) Sorocaba (SP) Tietê (SP)	Buenos Aires Lujan Rosario de Santa Fé	Nova Iorque	Coimbra Lisboa	Londres

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas em *L'Avvenire*

Para os municípios brasileiros valem as mesmas observações feitas a respeito da origem das subscrições. Curiosamente, esse indicador não assinala a circulação do *L'Avvenire* em território italiano - o que pode significar muitas coisas, desde a ausência de conexão direta até dificuldades na remessa ou vigilância política no destino. No entanto, sua circulação em Buenos Aires e Nova Iorque revela que também nesse caso o grupo local estava no circuito transnacional do movimento.

Finalmente, outro indício do tipo de vínculo estabelecido pelos grupos anarquistas de São Paulo com os de outras localidades se refere às atividades de colaboração. A segunda fase do *L'Avvenire*, a partir de julho de 1895, foi toda publicada na Tipografia *La Costanza*, de Montevidéu, em virtude da proibição de uso de tipografia do *L'Avvenire* pelas autoridades policiais paulistas. O periódico *L'Operaio*, com vigência em fevereiro de 1896 e que teve à sua frente Augusto Donati (cognominado A. Ceschi na publicação), também foi impresso em Montevidéu, na Tipografia Anarquista (FELICI, 1994).

A circulação de informações e as ações de colaboração denotam as ligações dos ativistas anarquistas de São Paulo com centros importantes do anarquismo transnacional. Essa aproximação se fez privilegiadamente em função da língua e da origem dos ativistas: Rosario de Santa Fé e Buenos Aires, na Argentina, e Nova Iorque, nos Estados Unidos, completavam um circuito do anarquismo de língua italiana com as regiões do norte da Itália

(TURCATO, 2007). Também Londres, Coimbra, Lisboa, Paris e Barcelona eram núcleos fecundos do ativismo anarquista no final do século XIX.

As mesmas origens étnicas parecem também ter exercido certa influência na aproximação entre os anarquistas e os socialistas democráticos italianos que chegaram a São Paulo no mesmo período. Isso se torna bastante nítido quando se tem em conta que os socialistas italianos travaram um contato mais constante com os ativistas anarquistas do que com os socialistas brasileiros. É provável que essa aproximação se deva também a outros condicionantes culturais - entre outros motivos, talvez se encontre a barreira da própria língua e a ambiguidade com que eram vistos os estrangeiros naquele contexto político. A esses condicionantes culturais atrelou-se também um condicionante político. Aprofundando a hipótese relativa à migração inicial de formas de aliança já experimentadas na terra natal, pode-se afirmar que parte dos ativistas dos dois movimentos se acoplou para constituir estruturas organizacionais mínimas e colaborativas, capazes de fornecer contextos propícios para os esforços iniciais de mobilização para eventos de protesto. Essa aliança teve por finalidade a construção do campo socialista no espaço sociopolítico local. O exemplo mais flagrante - se não o único, naquela quadra histórica - foi o da organização do *Centro Socialista Internazionale de São Paulo*, em 1893. Além dos já citados Galileo Botti, Giuseppe Consorti e Felice Vezzani, dele participaram os socialistas democráticos Pietro Carraro, Emilio Massardo e Alcebiade Bertolotti.

Já destaquei em outra passagem que *L'Asino Umano* contava com colaboradores socialistas em suas publicações. O *Gli Schiavi Bianchi* chegou a ter um de seus números impressos na tipografia do jornal socialista *Il Messaggero*, fundado em 1891 por Alcebiade Bertolotti⁶⁶. Galileo Botti e o técnico geômetra socialista Alcebiade Bertolotti frequentaram grupos socialistas democráticos e anarquistas, assim como suas estruturas organizacionais comuns, em Livorno e na Emília-Romanha - mas nada indica que tenham mantido algum contato pessoal ainda na Itália. Por outro lado, também como já ressaltai, alguns dos anarquistas do *L'Asino Umano* se reagruparam com outros ativistas na iniciativa de publicação do *L'Avvenire*.

⁶⁶ Alcebiade Bertolotti, nascido em uma família de posses em 1862, em Parma, foi ativista socialista democrático na região da Emília-Romanha durante a década de 1880. Era amigo pessoal de Andrea Costa, ex-anarquista que havia participado dos levantes insurrecionais com Malatesta e Carlo Cafiero e que convertera-se ao socialismo, tornando-se o primeiro deputado socialista italiano. Bertolotti emigrou para São Paulo em 1891, devido à expedição de um mandato de prisão pela polícia italiana, que desejava prendê-lo por suas atividades de organizador do movimento socialista (BIONDI, 2002, p. 135-137).

A visão geral sobre a dinâmica dessas redes de colaboração mascara um pouco alterações importantes nas estruturas de relacionamento entre os diferentes grupos anarquistas presentes em São Paulo – e destes com grupos socialistas democráticos. Duas orientações diferentes sobressaem do contraste entre os grupos de anarquistas revelados entre 1892 e 1894 e aquele dos ativistas conspícuos a partir de 1895 até o final desse período. Se a coloração temática dos periódicos anarquistas entre os anos 1892 e 1894 refletiu uma colaboração mais ampla, *L'Avvenire* e *L'Operario* assumiram uma linha editorial francamente anarquista. O compartilhamento voluntário de estruturas de mobilização começou a se tornar infrequente a partir dos anos 1895. A aliança entre socialistas democráticos e anarquistas entre os anos 1895 e 1897 restringiu-se à organização e participação nos mesmos eventos de protesto. A coexistência em estruturas organizacionais só retornou à voga na virada do século, com a colaboração na fundação de estruturas organizacionais do movimento operário ou com a convivência em outros espaços de circulação social – associações étnicas, recreativas etc.⁶⁷

3.3. Construindo o conflito

Desde o início da República, as classes populares em São Paulo permaneceram uma parcela indisputada pelos grupos que se digladiavam na arena institucional. O movimento republicano não havia conseguido mobilizá-las permanentemente e nem se investir como seu porta-voz. A recomposição demográfica dos anos 1890, com o crescente emprego de trabalhadores livres estrangeiros, atuou como um desincentivo adicional para que essa parcela da população fosse considerada atraente como objeto de mobilização por parte dos republicanos. Os republicanos históricos sequer haviam perseguido esses objetivos para além de um apoio superficial e difuso das classes populares à sua causa. Os republicanos radicais, que ensaiaram uma aproximação com a mobilização popular para a derrubada da

⁶⁷ Claramente, o afastamento foi recíproco: do lado dos socialistas democráticos italianos, os ativistas buscaram, também a partir de 1895, o acoplamento com outros grupos socialistas organizados etnicamente em São Paulo (alemães, espanhóis e portugueses), via fundação do Centro Socialista de São Paulo. Essa tática derivou do amadurecimento da ideia de formação de um partido político socialista nacional, questão que passou a ser central na agenda do movimento em São Paulo até 1903. cf. PANSARDI, 1993; BIONDI, 2002.

monarquia, foram postos de escanteio antes mesmo da proclamação. Até o republicanismo jacobino, sem grandes dimensões em São Paulo, não direcionou esforços nessa direção⁶⁸.

O socialismo, que adquiriu certa visibilidade na capital nacional com o advento da República, não obteve êxito em sua tática de incorporação política das classes populares ao novo regime. Organizações operárias haviam participado dos movimentos abolicionista e republicano. Partidos e centros operários locais foram criados entre os anos de 1890 e 1892. Duas figuras principais desse socialismo de base nacional sintetizaram as expectativas em cena em relação a reformas políticas e sociais: o tenente José Augusto Vinhaes e o tipógrafo Luís França e Silva. O primeiro detinha uma visão corporativista e colaboracionista das relações entre as classes, defendendo a inclusão do operariado ao regime republicano como parcela subordinada; o segundo batalhava pela estruturação de sua autonomia política, que deveria ser o motor a pressionar pelas reformas sociais (PANSARDI, 1993; SCHMIDT, 2007).

Até 1893, esses socialistas colocavam os problemas da representação política e da expressão organizacional das classes populares nos limites da discussão sobre o novo regime. Afinal, a república que se iniciava construiu um de seus pilares simbólicos em torno da ideia de que opunha ao regime aristocrático e parasitário da monarquia uma república do trabalho e da modernidade. Tanto a corrente expressa por Vinhaes como aquela representada por França e Silva não colocavam em discussão a propriedade privada e eram

⁶⁸ Não é minha intenção dar conta de um movimento tão complexo como o movimento republicano ou, dentro dele, de sua versão mais extremada, o jacobinismo. A interpretação mais autorizada é a pesquisa de Suely Robles Reis de Queiroz (1986). Segundo a autora, o jacobinismo, entre os anos de 1893 e 1897, configurou-se como um movimento nacionalista e de inspiração militar e positivista. Seu apelo pela necessidade de um governo forte e centralizador, capaz de manter um Estado laico e meritocrático, elegeu como principais antagonistas os estrangeiros e a "degeneração republicana" ligada aos cafeicultores paulistas. Foi capaz de recrutar adeptos entre militares, frações ligadas à dissidência oligárquica e parcelas dos grupos urbanos ascendentes, nomeadamente das camadas médias vinculadas a atividades não manuais (advogados, funcionários públicos, telegrafistas, guarda-livros etc.). Diz a autora: "A heterogeneidade desses grupos revela-se ainda na motivação determinante de suas atitudes nacionalistas, por exemplo. Enquanto os militares, os civis oligarcas ou aqueles de extratos [*sic*] sociais mais favorecidos ancoravam no nacionalismo a preocupação com a soberania e unidade nacionais, a xenofobia e, principalmente, a lusofobia cultivada entusiasticamente pelas camadas médias jacobinas mais baixas tinha motivações de natureza econômica" (QUEIROZ, 1986, p. 242). E completa: "Portanto, as bases sociais do jacobinismo constituíram um amálgama heterogêneo, cujo nacionalismo foi o cimento integrador de objetivos e motivações diversas" (*Idem, Ibid.*, p. 255). Assim, apesar da adesão popular aos batalhões patrióticos, haveria certo exagero em considerá-lo um movimento de base popular, seja em sua composição, seja em suas finalidades. Queiroz destaca o sentimento de superioridade das camadas médias ascendentes em relação aos trabalhadores manuais como um entrave a qualquer integração entre ambas. Assim, a adesão de frações do operariado aos clubes jacobinos e sua presença em demonstrações públicas do movimento tiveram uma relação muito mais estreita com as medidas populares de atendimento de certas reivindicações sociais por parte do governo de Floriano Peixoto, a fim de lidar com os problemas econômicos derivados do Encilhamento, do que com algum comprometimento genuíno de frações das classes populares com o movimento.

até mesmo patriotas (PANSARDI, 1993). Ideias que gravitavam em torno da conciliação entre as classes produtoras, da acomodação política e do progresso social dentro da ordem – ademais derivadas das origens republicanas de vários de seus ativistas – formaram os quadros interpretativos desse socialismo e forjaram suas táticas de aproximação com frações das classes populares. Sob sua influência, foram criadas organizações operárias, alguns centros operários locais, “caixas de socorros” e até mesmo um “Banco Operário” (SCHMIDT, 2007).

Essas orientações garantiam que a posição desses socialistas fosse vista até mesmo com certo tom de condescendência pelas autoridades políticas, principalmente no Rio de Janeiro, seu polo de difusão. Na capital paulista formou-se o Partido Operário de São Paulo, atuante entre os anos de 1890 e 1892. Tendo à frente Francisco Cascão, o partido aderiu às posições expressas por Vinhaes no Rio de Janeiro. Duas lideranças socialistas chegaram a ser eleitas para a Constituinte paulista de 1891, mas pela chapa do Partido Republicano Paulista: Francisco T. Amaro e Arthur Bréves, que defenderam no congresso a criação de algumas medidas de legislação social, sem sucesso. No final de 1893 e início de 1894, com o estabelecimento do estado de sítio, as iniciativas socialistas foram dissolvidas. Em 1893, no mesmo ano em que Vinhaes deixou o socialismo, a polícia fechou o Partido Operário do Brasil, criado por França e Silva no Congresso Socialista de 1892.

O polo dinâmico do socialismo transferiu-se para São Paulo em 1895. O desencanto com os rumos da República fez subir em vários tons as declarações de descontentamento manifestadas pelos socialistas democráticos. Isso se deveu principalmente à aceitação dos novos quadros interpretativos de matriz marxista que vinham sendo introduzidos pelos ativistas italianos desde 1891. Os socialistas passaram a ostentar mais entusiasticamente as suas diferenças em relação ao jacobinismo: o internacionalismo associado à instauração de uma “república social” em vez do nacionalismo atrelado ao estabelecimento de uma “república política” (SCHMIDT, 2007; SEIXAS, 1982). Apesar disso, e tendo à frente os ativistas italianos, mantiveram-se ainda orientados pelas táticas das ações legalistas e pela estratégia eleitoral.

Percebe-se, mesmo no caso dos socialistas, uma orientação muito mais definida em direção ao sistema político do que uma orientação para a arena social e em direção à mobilização das classes populares. Os socialistas democráticos e os anarquistas italianos encontraram um espaço social em que quase não necessitaram disputar novas adesões com

outros movimentos. A introdução de seus periódicos voltados para esse tipo específico de público ampliou e dinamizou a “comunidade de imprensa” devotada às classes populares, contribuindo para o alargamento de seus “fóruns públicos” – principalmente considerando a sua composição cada vez mais majoritariamente imigrante e especialmente italiana (TARROW, 2009, p.71 e ss).

Essas circunstâncias facilitaram a introdução de novos quadros interpretativos para a construção de referências passíveis de serem utilizadas na mobilização e na orientação da ação coletiva. Quadros interpretativos ou quadros de ação coletiva são esquemas cognitivos construídos por ativistas e grupos para simplificar a realidade social a fim de promover a ação coletiva. Operam pela seleção, articulação e codificação de experiências, eventos ou sequências de ação, passados e presentes, dando-lhes consistência e coerência (SNOW & BENFORD, 1992). Os quadros de ação coletiva funcionam como modos de sinalização, de atribuição e de articulação de significados. São dispositivos que constroem problemas pela redefinição de uma condição social ou de um aspecto da vida coletiva, transformando o que antes era considerado natural ou tolerável em algo injusto ou imoral. Redefinindo tais problemas como inaceitáveis e indesculpáveis, conferem a eles uma causa e identificam seus culpados. Prognosticamente, atribuem responsabilidades sobre o modo de resolvê-los e designam os agentes responsáveis por essa resolução. Assim, experiências e eventos sociais diversos são unificados significativamente em uma mesma moldura. Segundo David Snow e Robert Benford, “o que dá a um quadro de ação coletiva sua originalidade não é tanto seus elementos ideacionais inovadores, mas a maneira pela qual os ativistas os articulam ou os unem” (SNOW & BENFORD, 1992, p. 138).

Quadros da ação coletiva são parâmetros que auxiliam no recrutamento de aderentes ao movimento, que contribuem para a manutenção dos níveis de comprometimento dos ativistas, que impulsionam a mobilização coletiva, que orientam as ações estratégicas e que transportam o problema social para a esfera da opinião pública. Como construções cognitivas, podem ser inscritos em artefatos culturais do movimento social, estar presentes nos discursos de seus ativistas ou serem acionados interativamente, para o enquadramento de uma dada situação de confronto.

Os ativistas anarquistas se atiraram à produção de quadros interpretativos, manejando principalmente aspectos ligados à situação social das classes populares e à condição dos imigrantes nas novas terras. Nessa tarefa, adaptaram ao contexto local os

quadros interpretativos globais produzidos pelo movimento anarquista em outros locais. Articularam situações relacionadas às condições de trabalho da mão de obra imigrante alocada nas fazendas e nas indústrias urbanas às condições de vida nos bairros operários e ao tratamento dispensado pelas autoridades policiais às classes populares e aos imigrantes com uma crítica global do ideário de sustentação do regime republicano e das relações capitalistas. Consequentemente, seus quadros interpretativos apresentavam-se como uma alternativa para o entendimento da situação das classes populares.

O desmonte do ideário republicano esteve contido igualmente nos próprios nomes dados aos periódicos até 1894: *Gli Schiavi Bianchi* (“Os escravos brancos”), *L’Asino Umno* (“O Asno Humano”) e *La Bestia Umno* (“A Besta Humana”). Com esses títulos, os grupos de ativistas em São Paulo produziram uma identificação direta com seus destinatários e estabeleceram uma correspondência entre a experiência do trabalho livre capitalista, a condição escrava e a desumanização dos trabalhadores. O título do periódico sob a responsabilidade de Botti assinalava uma continuidade entre o regime monarquista e o republicano, na medida em que explicitava que nada havia mudado – a não ser, de seu ponto de vista, a cor do escravo. A contrapartida do trabalho escravo é existência do senhor, personagem parasita do trabalho alheio. O periódico de Botti era dedicado à descrição das condições de trabalho dos colonos imigrantes, que seriam semelhantes àquelas do escravo negro, destacando também o comportamento dos fazendeiros, ao cometer abusos idênticos àqueles dos senhores de escravos.

Os títulos dos outros dois jornais aproximavam a situação dos trabalhadores à de animais de carga. Claudia Baeta Leal identificou na ilustração do cabeçalho de *La Bestia Umno* uma alegoria da revolta: a figura desgrenhada de um homem maltrapilho chutando uma carroça que parecia estar anteriormente sobre seus ombros, da qual caem figuras representativas do clero, do capitalismo e de autoridades políticas e militares. Essa ilustração é equivalente àquela presente na primeira página de *L’Asino Umno*, em que uma figura de um homem com cabeça de asno, com um porrete e uma tocha nas mãos, põe para correr aqueles mesmos personagens: reis, padres, capitalistas, generais, juizes etc. (LEAL, 2006, p. 201-203). O “Asno” com armas na mão e, com mais sentido, a “Besta”, trazem consigo outro significado para a animalidade: a ferocidade da revolta.

Essas ilustrações e os nomes dos periódicos anarquistas demonstram a ativação, em nível local, de quadros interpretativos comuns ao movimento anarquista global. Tais quadros

caracterizam as frações dominantes e dirigentes como parasitas sociais e as classes populares como geradoras de toda riqueza social, mas sujeitas a uma situação sub-humana, excluídas dos resultados dos processos produtivos e impedidas de autogoverno. Assim, o diagnóstico de injustiça da situação vem acompanhado da identificação dos antagonistas e do prognóstico necessário: a revolta e a rebelião violenta dos trabalhadores.

A vigência dos quadros interpretativos da injustiça e da exclusão foi reiterada em artigos veiculados pelos periódicos anarquistas. No primeiro exemplar de *L'Avvenire*, de 18 de novembro de 1894, o redator não identificado de um texto em português afirmou:

Vejo de um lado miseria, fome, lagrimas, gemidos, desespero e odio, do outro opulencia, luxo affrontoso, festas, alegrias, risos sarcasticos e despreso pelos pobres: e então, contemplando tantas injustiças, penso que a sociedade deve ser purificada a todo o transe, a preço de sacrificios, por uma revolução tremenda.

A sua transformação integral, banindo d'ella todos os parasitas que, vivendo à custa dos que labutam e soffrem como o cogumello vive do tronco do carvalho e apodrece lentamente, obstem ao progresso, à egualdade e a paz, é um axioma cuja exactidão a humanidade de adaga em punho mostrará aos olhares do porvir ("Pensando". *L'Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894).

A sinalização do problema e a atribuição de diagnósticos tiveram, como sugerido no trecho, a clara intenção de produzir um "choque moral", isto é, acionar um conjunto de emoções, carregadas pela indignação, necessário - embora não suficiente - para concretizar a ação (JASPER, 1997). Ainda nesse mesmo número inaugural de *L'Avvenire*, o diagnóstico do problema e a atribuição de responsáveis assumiram uma feição mais clara em outro artigo:

Noi sosteniamo che l'interesse dei più, deve prevalere all'ingordigia dei pochi, e in nome del diritto degli operai a vivere, a lavorare, a godere il frutto del loro lavoro, ad istruirsi, ad educare i loro figliuoli, ed avere un pane nella loro vecchiaia, a non esser schiavi di nessuno, combattiamo il cosiddetto 'diritto di proprietà'.

Perché l'effetto di questo diritto di proprietà (che poi é un mostruoso privilegio) è questo: Che chi nasce povero, nasce schiavo; i figli del popolo sono condannati all'ignoranza; che, essendo poveri ed ignoranti, sono condannati ai lavori più pesanti, e l'operaio spesso non trova ad occupare le sue braccia, e più egli è bisognoso e più il proprietario ed il capitalista si approfitta di lui, ed i frutti del suo lavoro sono usurpati dai capitalisti; dopo essersi logorata la salute in una fabbrica muore sulla pagila, o all'ospedale:

invece, il capitalista prospera sempre ed accresce i suoi capitali. ("La proprietà". *L'Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894)⁶⁹.

No próprio exemplar mencionado foi publicado ainda um artigo a respeito da posse de Prudente de Moraes. Sob o título "La nuova presidenza" ("A nova presidência"), o periódico aproveitou a ocasião para, na verdade, caracterizar o regime republicano, articulando-o com o mesmo diagnóstico anterior:

Il 15 Novembre 1889 segnando la fine del potere monarchico, illuse le menti dei credenti nelle riforme e costituzioni politiche, che segnasse pure l'inizio di un'era di civile progresso i di libero svolgimento del pensiero e delle attività umane, tendenti alla vera e propria uguaglianza al benessere e fratellanza dei popoli.

Ma chi si pone con freddo ragionamento a considerare la situazione del Brasile dopo il 15 Novembre 1889, con lieve fatica si accorge che tutte quelle speranze non erano che una mera illusione. [...]

La repubblica ha aboliti i privilegi di casta, i titoli nobileschi e cavallereschi, ma non ha abolito il maggiore, il più potente e più dannoso dei privilegi, quello che crea tutte le disuguaglianze, tutte le divisioni, tutte le ambizioni, le ingiustizie, le lotte: il privilegio economico.

La repubblica mantenendo il privilegio della proprietà privata, mantiene la divisione di classe: sfruttati e sfruttatori, tale e quale come il regime monarchico ("La nuova presidenza". *L'Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894)⁷⁰.

Assim, o grupo responsável pelo periódico situou o anarquismo no campo de contestação ao regime, aderindo ao quadro interpretativo global compartilhado pelos

⁶⁹ "Defendemos que o interesse da maioria deve prevalecer sobre a ganância de uns poucos, e em nome do direito dos operários a viver, a trabalhar, a aproveitar o fruto do seu trabalho, a aprender, a educar seus filhos, e a ter um pão na sua velhice, a não serem escravos de ninguém, vamos lutar contra o chamado "direito de propriedade".

Porque o efeito desse direito de propriedade (que é um privilégio monstruoso) é este: que todo aquele que nasce pobre, nasce escravo; os filhos do povo são condenados à ignorância; que, sendo pobres e ignorantes, eles estão condenados ao trabalho mais pesado, e o operário frequentemente não encontra como ocupar seus braços, está cada vez mais carente e o proprietário e o capitalista se aproveitam dele, e os frutos do seu trabalho são usurpados pelos capitalistas; depois de usar sua saúde em uma fábrica, morre na sua palha ou no hospital: em vez disso, o capitalista sempre prospera e aumenta o seu capital". *A propriedade*.

⁷⁰ "O 15 de novembro de 1889, marcando o fim do poder monárquico, iludiu a mente dos crédulos em reformas e constituições políticas, de que marcaria o início puro de uma era de progresso civil e de livre atuação do pensamento e das atividades humanas, tendendo à verdadeira igualdade no bem-estar e na fraternidade dos povos.

Mas quem permanece com o raciocínio frio para analisar a situação no Brasil depois de 15 de novembro de 1889, com um ligeiro esforço percebe que todos essas esperanças foram apenas uma mera ilusão. (...)

A república aboliu os privilégios de casta, os títulos nobres e cavalleirescos, mas não aboliu o maior, o mais poderoso e mais danoso dos privilégios, que cria todas as desigualdades, todas as divisões, toda a ambição, a injustiça, as lutas: o privilégio econômico.

A república, mantendo o privilégio da propriedade privada, mantém a divisão de classes: explorados e exploradores, exatamente como na monarquia". *A nova presidência*

demais desafiantes a respeito da ineficácia da mudança política ocorrida. Contudo, diferentemente dos demais desafiantes, e buscando outra audiência, os ativistas anarquistas diagnosticaram que as limitações do regime republicano estariam relacionadas à sua impotência para lidar com as limitações da ordem econômica.

Sempre considerando os artigos desse número inaugural, os ativistas do *L'Avvenire* sintetizaram esse quadro interpretativo e elencaram os prognósticos problema a problema, no artigo "Chi siamo? Che vogliamo?" ("Quem somos? O que queremos?"):

Economicamente, considerando come la proprietà individuale delle ricchezze (terre, capitali, strumenti di valoro ecc.) assicurando il monopolio, lo sfruttamento e il dominio di una ristretta classe di uomini sulla maggior parte del genere umano, genera fatalmente nella società con incessante vicenda di attriti, di pericoli e di crisi che perturbano ed impacciano lo sviluppo armonico del consorzio civile, ci proponiamo di sostituire a tale sistema il sistema della proprietà comune delle ricchezze e degli strumenti di produzione, con la produzione organizzata sulle basi dell'interesse generale esercitata da tutti gli uomini lavoratori, associati secondo le tendenze e le capacità naturali [...].

Politicamente, considerando come le forme politiche non sono altro che un corollario di rapporti economici: che lo Stato - monarchia o repubblica che sia - è difensore e complice naturale dei privilegi della borghesia dominante, e per conseguenza é, inevitabilmente, il nemico delle classi diseredate delle quali contende la libertà, la giustizia e l'istruzione, e delle quali si fa il persecutore ogni volta che tentano emanciparsi. [...]

Ci proponiamo di sostituire all'attuale organizzazione dello Stato autoritario le relazioni amministrative dei lavoratori, federati per libero patto e in libere associazioni, sulle basi della produzione, dello scambio e del consumo cioè l'*Anarchia*. [...]

Il sistema attuale della *Famiglia* basata sulle finzioni giuridiche che ne costituiscono l'essenza, coi privilegi autocratici della patria podestà, riesce ad assicurare all'uomo un diritto di dominio sulla donna, e a garantire e conservare meglio il principio di autorità e di proprietà individuale [...].

[...] conosciuta l'autonomie e l'eguaglianza in diritto ed in fatto dei due sessi ci proponiamo di sostituire a cotesto sistema di famiglia egualitaria basata sul libero amore e sul libero patto.

L'istruzione e l'educazione monopolizzate esse pure dalla classe dominante tendone a modellare una popolazione di sudditi privi di iniziativa i di dignità morale e fornita soltanto di quelle doti che la rendono più facilmente sfruttabile da parte di coloro che col mezzo della ricchezza.

Noi vogliamo che l'istruzione e l'educazione siano integralmente e gratuitamente somministrate a tutti, e rispondano ai concetti più spiccati della scienza moderna, affinché ciascuno possa manifestare le sue attività, secondo le proprie vocazioni e pel migliore interesse del consorzio civile.

Le Religioni al giorno d'oggi sono detronizzate dalla scienza positiva. La borghesia allorché lottava contro l'aristocrazia ed il clero, inalberò la bandiera del libero esame e dell'ateismo, ma appen ebbe raggiunto il suo intento, appoggiò sulle religioni la sua dominazione economica e politica. [...]

Noi vogliamo abolite le religioni come istituzioni parasite e strumenti di dominazione, e riconosciamo la scienza positiva unico strumento pel conseguimento del vero.

La morale borghese, meschina parodia della morte cristiana, colpisce con solenne anatema la carne dell'operaio, e il suo ideale consiste nel ridurre al più piccolo minimo i bisogni del produttore, a soffocare i suoi godimenti e le sue passioni, e a condannare il proletariato alla parte di macchina, sulla quale si storce lavoro a piacere, senza tregua e senza discrizione.

Noi quindi abbiamo il compito di ricominciare la lotta combattuta [sic] un tempo dai filosofi e dai satirici della borghesia, di estirpare dalla mente e dal cuore delle classe lavoratrici i pregiudizii che ha seminati la classe dominante [...] ("Chi siamo? Che vogliamo?". *L'Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894 - grifos no original)⁷¹.

⁷¹ "*Economicamente*, considerando o quão a propriedade individual de riqueza (terra, capital, ferramentas de valor etc.) assegura o monopólio, a exploração e a dominação de uma pequena classe de homens sobre a maioria da humanidade, gerando fatalmente na sociedade uma história incessante de atritos, perigos e crises que perturbam e oneram o desenvolvimento harmonioso da sociedade civilizada, propomos substituir este sistema pelo sistema de propriedade comum da riqueza e dos meios de produção, com uma produção organizada sobre a base do interesse geral exercida por todos os trabalhadores, associados de acordo com as tendências e habilidades naturais [...]

Politicamente, considerando o quão as formas políticas não são nada mais do que um corolário das relações econômicas: o Estado - monarquia ou república, que seja - é o defensor e cúmplice natural dos privilégios da burguesia dominante e, conseqüentemente, é, inevitavelmente, o inimigo das classes deserdadas das quais defende a liberdade, a justiça e a educação, e das quais se faz o perseguidor cada vez que elas tentam emancipar-se. [...]

Propomo-nos a substituir a atual organização do Estado autoritário pelas relações administrativas dos trabalhadores, federados por livre acordo e livre associação, com base na produção, na troca e no consumo, que é *anarquia*. [...]

O atual sistema da *família*, baseado em ficções legais que não constituem a sua essência, com os privilégios autocráticos do poder paternal, capaz de assegurar ao homem o direito de governar a mulher, e de melhor garantir e preservar o princípio da autoridade e das propriedades individuais [...]

[...] conhecida a autonomia e a igualdade de direito e de fato de ambos os sexos, propomos substituí-lo pelo sistema familiar igualitário, baseada no amor livre e no livre acordo.

A *educação e o ensino* que são igualmente monopolizados pela classe dominante tendem a moldar uma população de súditos sem iniciativa e dignidade moral, fornecendo apenas aquelas qualidades que a tornam mais facilmente utilizável por aqueles com os meios de riqueza.

Queremos que a educação e o ensino sejam integralmente e gratuitamente ministrados a todos, respondendo aos conceitos levantamentos pela ciência moderna, para que todos possam expressar suas atividades, de acordo com suas vocações e no interesse de uma sociedade civilizada.

As *Religiões* hoje em dia destronaram a ciência positiva. A burguesia, quando lutava contra a aristocracia e o clero, empunhava a bandeira do livre pensamento e do ateísmo, mas depois que alcançou seu objetivo, apoiou sobre as religiões sua dominação econômica e política. [...]

Queremos abolir as religiões como instituições parasitas e instrumentos de dominação, e reconhecemos a ciência positiva como o único instrumento para alcançar a verdade.

A *moral burguesa*, paródia mesquinha da morte cristã, golpeia com uma solene anátema a carne do trabalhador, e seu ideal é reduzir ao mínimo as necessidades do produtor, sufocar seus prazeres e paixões, e condenar o proletariado a parte da máquina, na qual o trabalho é torcido à vontade, sem folga e sem discríção. Temos, então, a tarefa de iniciar a luta conduzida uma vez por filósofos e satiristas da burguesia, para erradicar da mente e do coração da classe trabalhadora os preconceitos que tem semeado a classe dominante. [...]. *Quem somos? O que queremos?*

Percebe-se, no excerto acima, a definição dos campos sociais em que os ativistas diagnosticaram problemas: campo econômico, campo político, campo privado, campo educacional, campo religioso e campo moral. Em cada um deles, foram identificadas situações normalmente aceitas que foram redefinidas como injustas e imorais, assim como as suas respectivas causas particulares. No campo econômico, a propriedade privada; no campo político, o Estado; no campo privado, a constituição jurídica da família; no campo educacional, um ensino que conduz à heteronomia; no campo religioso, as instituições religiosas; no campo moral, a frugalidade recomendada às classes populares. Os problemas específicos de cada campo foram articulados pela identificação de um problema maior: o funcionamento do regime capitalista, substrato que dá um significado geral a todos, unindo-os na mesma moldura. Lendo os quadros de ação coletiva do anarquismo de maneira propositiva pode-se afirmar que o anticapitalismo precede e articula o antiestatismo e o anticlericalismo. Frente a isso, o mesmo texto propôs uma maneira de superação desses problemas:

I socialisti non possono allontanarsi dal loro programma d'azione per tener dietro si provvedimenti, alle legitti, ai ritocchi, alle questioni minuscule con cui gli altri partiti divergono l'attenzione e la forze del popolo dal grande scopo della sua emancipazione. [...]
 [...] il socialismo non può unirsi in uno sforzo comune cogli altri partiti, senza diminuirsi la natura propria e l'effetto della sua azione, i punti ed i periodi di contatto che può avere con essi non possono essere che parziali e provvisorii e determinati dal momento rivoluzionario ("Chi siamo? Che vogliamo?". *L'Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894) ⁷².

Os redatores de *L'Avvenire* apartaram-se das estratégias socialistas democráticas, caracterizando-as como ineficazes, mas ainda se posicionaram no interior do campo socialista – nisso se opondo aos republicanos.

Considerados em seu contexto, os quadros de ação coletiva do anarquismo constituíram uma inovação na forma de interpretar a situação das classes populares, na maneira de promover reivindicações a elas relacionadas e na forma do movimento investir-

⁷² "Os socialistas não podem se afastar de seu programa de ação para agir por trás para tomar as medidas, a legitimidade, os ajustes, as questões minúsculas com que os outros partidos divergem a atenção e as forças do povo do grande objetivo de sua emancipação. [...]

[...] o socialismo não pode juntar-se em um esforço comum com os outros partidos, sem diminuir a sua própria natureza e os efeitos de sua ação, os pontos e os períodos de contato que podem existir com cada um deles não podem ser mais que parciais e provisórios e determinados pelo momento revolucionário". *Quem somos? O que queremos?*

se como seu vocalizador. Injustiça, exclusão e direitos das classes populares operaram como quadros interpretativos construídos e manejados pelos ativistas anarquistas para indicar e testar os limites do regime republicano e da estrutura capitalista.

Os quadros de ação coletiva interagem de maneira complexa com outros elementos na construção dos conflitos e na orientação das formas de ação. Conforme apontado anteriormente, as escolhas táticas em um dado repertório de confronto político são balizadas por fatores internos e externos ao movimento e pelas interações com outros atores - aliados, opositores e audiência (TAYLOR & VAN DYKE, 2004; JASPER, 1997). Externamente, os obstáculos e oportunidades para a ação que fazem parte do contexto político e que são assim percebidos pelos ativistas funcionam como parâmetros para essas escolhas. Internamente, além dos quadros interpretativos, atuam como balizas para essas escolhas os recursos disponíveis, as formas de organização adotadas e os símbolos, crenças e valores que constituem a cultura do movimento. Finalmente, no nível interativo, devem ser consideradas as relações com os aliados, com os oponentes e com a audiência, que desencadeiam os processos de formação de fronteiras entre os grupos e engendram a identidade coletiva. Em vez de tentar estabelecer a predominância de um desses fatores sobre os demais na definição das escolhas de formas de ação, acredito que todos devam ser considerados como elementos sinérgicos. O mesmo vale para sua influência sobre a orientação da ação, quer considerando aquelas desenvolvidas como eventos de protesto, quer as que remetem à dimensão de latência do movimento social.

Os dados que pude apurar referentes ao período 1890-1897 não permitem uma reconstrução quantitativa criteriosa de séries históricas passíveis de representarem sequências de eventos de protesto ou de formas de ação empregadas pelo movimento anarquista⁷³. Porém, isso não invalida o esforço de tentar apreciá-los qualitativamente. O quadro a seguir apresenta uma tipologia das formas de ação desenvolvidas durante esse período, com base na documentação acessada:

⁷³ A descontinuidade das fontes nos arquivos a que tive acesso diz respeito aos números dos periódicos do movimento editados no período e disponíveis para consulta. Tive acesso a três exemplares do *Gli Schiavi Bianchi* (números 4, 6 e 18, publicados entre junho de 1892 e fevereiro de 1893) e três do *L'Asino Umano* (números 14, 26 e 28, publicados entre dezembro de 1893 e março de 1894). O único periódico com que contei com a sequência completa foi *L'Avvenire* (duas séries, uma com dez exemplares, de novembro de 1894 a março de 1895 e a segunda série com três exemplares, de julho a agosto de 1895). Além disso, tive também acesso aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre* (ambos de setembro de 1897). Alternativamente, consulte o *Correio Paulistano*, mas este também continha poucas informações a respeito das ações dos anarquistas. Tentei suprir eventuais lacunas e aprofundamentos de informações recorrendo à produção historiográfica.

QUADRO 4. Formas de ação do movimento anarquista em São Paulo (1890-1897)

Dimensão	Frequência	Categoria	Frequência	Tipo	Frequência
Visibilidade	11	Declarações públicas	7	Denúncia	4
				Desafio	2
				Apoio (greve)	1
		Demonstrações públicas	2	Comício	2
		Ações sediciosas	2	Chuva de boletins	1
				Colagem de cartazes	1
Latência	23	Difusão	10	Lançamento de periódico	5
				Lançamento de número único/especial/suplemento	5
		Mobilização	13	Constituição de grupo	6
				Reunião	4
				Subscrição	2
				Incentivo à denúncia	1
TOTAL	34		34		34

Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta aos periódicos *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire*, *Correio Paulistano* e aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre*

Inicialmente, a configuração geral das ações do movimento concernentes à dimensão pública pode ser creditada a dois fatores, um interno e outro externo ao movimento: os poucos recursos disponíveis entre os grupos de ativistas e o contexto político repressivo⁷⁴. Na medida em que o pequeno número de ativistas esteve sujeito à privação de recursos materiais e à vigilância e punições constantes pelas autoridades públicas, fica evidente que as formas de ação que sobressaíram na dimensão de visibilidade tenham sido as declarações públicas e as ações sediciosas. Ações sediciosas são formas de ação que exigem a audácia dos ativistas, a coordenação entre poucos elementos e não necessitam da presença de multidões para serem postas em prática. Apesar disso, diferentemente do que ocorreu sob condições semelhantes em outros lugares, os dados não revelaram o uso de formas de ação violentas por parte dos ativistas anarquistas no período.

A esses dois fatores podem ser associados alguns elementos relativos às dimensões culturais e cognitivas. As denúncias efetuadas referiram-se todas à violência policial contra imigrantes e à repressão política de ativistas. Essas denúncias fizeram parte de um processo de enquadramento do conflito, cujo objetivo foi o de demarcar os limites das liberdades republicanas. Da mesma forma, a escolha pelos desafios às autoridades policiais expressou a

⁷⁴ Para a classificação das formas de ação, consultar o Apêndice Metodológico.

influência de valores próprios do anarquismo, a saber, a não legitimação da centralização política e o não reconhecimento da autoridade pública. Por sua vez, a "chuva de boletins" foi uma inovação tática que representou a criatividade dos ativistas na adaptação das formas de ação disponíveis ao contexto existente, aos recursos disponíveis e aos efeitos esperados na interação estratégica.

No tocante às demonstrações públicas, nota-se que se resumiram a dois comícios durante o período. Ambos foram realizados em colaboração com aliados, os socialistas democráticos italianos, o que demonstra o empenho de ambos na construção pública do campo socialista.

Em relação às ações de difusão, os grupos anarquistas restringiram-se àquelas formas ligadas exclusivamente às atividades de imprensa e à linguagem escrita. Suas ações de mobilização se limitaram em escopo, estando associadas às atividades de imprensa (constituição de grupos e reuniões), à organização de eventos de protesto (reuniões), à promoção de solidariedade intergrupala (subscrições) e ao estímulo à mobilização popular (incentivo à denúncia).

Tão importante quanto dividir as formas de ação empregadas durante o período pelos ativistas anarquistas é verificar os temas a que se referiram. O quadro a seguir sintetiza esses dados, excluindo aqueles relativos à constituição de grupos e ao lançamento de periódicos:

QUADRO 5. Temas das ações do movimento anarquista em São Paulo (1890-1897)

Dimensão	Categoria	Tipo	Temas
Visibilidade	Declarações públicas	Denúncia	Violência policial Perseguição política
		Desafio	Violência policial Perseguição política
		Apoio (greve)	Aumento salarial/ taxas
	Demonstrações públicas	Comício	Unificação italiana Comuna de Paris
	Ações sediciosas	Chuva de boletins	Comuna de Paris
		Colagem de cartazes	Comuna de Paris
Latência	Difusão	Lançamento de número único/especial/suplemento	Primeiro de Maio Treze de Maio Unificação italiana
	Mobilização	Reunião	Primeiro de Maio Comuna de Paris Atividades cotidianas do grupo
		Subscrição	Vítimas da Sicília e Carrara Família de Paolino Pallás
		Incentivo à denúncia	Más condições de trabalho/violência nas relações de trabalho

Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta aos periódicos *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire*, *Correio Paulistano* e aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre*

As declarações públicas gravitaram em torno de temas das esferas política e econômica: o uso da força policial contra os ativistas anarquistas e contra a população imigrante e o apoio a uma greve realizada na cidade. As demonstrações públicas e as ações sediciosas não tiveram como tema qualquer situação ou problema local; pelo contrário, trouxeram à baila temas externos. O mesmo pode ser dito a respeito das ações de difusão e de mobilização, com três exceções: reuniões para debater problemas cotidianos dos periódicos, incentivo à denúncia sobre más condições de trabalho e comemoração da Abolição da Escravidão no Brasil. As demais ações de difusão e de mobilização se referiram a temas internacionais: o Primeiro de Maio, a Unificação Italiana, o aniversário da Comuna de Paris, a coleta de doações às vítimas da repressão nas regiões italianas da Sicília e de Carrara

e de contribuições pecuniárias à família do anarquista catalão Paolino Pallás⁷⁵. Assim, os ativistas anarquistas orientaram-se primordialmente por temas transnacionais, tanto nas ações públicas como em suas redes submersas. Nesse período, as ações foram devotadas à vinculação dos grupos locais ao movimento transnacional e à internalização de temas e de quadros interpretativos globais, através daquilo que Siméant nomeou como “micropráticas que pretendem incorporar e expressar as solidariedades transnacionais” (SIMÉANT, 2010, p. 133).

Além disso, a organização temática das ações perpetradas pelos grupos anarquistas proporciona a constatação de que definitivamente intentaram estabelecer um calendário para suas ações em solo paulistano. As ações postas em uso nas datas selecionadas por esse calendário tiveram como objetivos a difusão do movimento e a sua irrupção no cenário público, seja por meio de demonstrações públicas, seja através de ações sediciosas. Devido à descontinuidade das fontes acessadas, não foi possível determinar a ocorrência de ações relativas aos temas em cada ano da série histórica: particularmente para os anos de 1893 e 1896 não foram encontradas informações. A despeito disso, é oportuno identificar parcialmente a ocorrência das formas de ação que foram praticadas relativamente a esse calendário:

QUADRO 6. Calendário de ações anarquistas na cidade de São Paulo (1890-1897)

Dia/Motivo	1892	1893	1894	1895	1896	1897
18 de março (Comuna de Paris)	---	---	Comício	Chuva de Boletins Colagem de cartazes	---	---
1º de Maio (Dia do Trabalho)	Nº único/especial	---	---	Nº único/especial	---	---
13 de Maio (Abolição)	---	---	---	Nº único/especial	---	---
20 de setembro (Unificação italiana)	---	---	---	---	---	Comício Nº único/especial

Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta aos periódicos *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umato*, *L'Avvenire*, *Correio Paulistano* e aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre*

⁷⁵ A respeito de Paolino Pallas, cf. o Capítulo 1 da tese, nota 25, na página 53.

O calendário comemorativo introduzido pelos anarquistas foi mais amplo do que a visualização de suas ações permitem supor. Outras datas de rememoração foram registradas pelos anarquistas, a saber, 10 de fevereiro (“Mártires de Jerez”), 11 de novembro (“Mártires de Chicago”) e, de maneira menos frequente, as datas da Revolução Francesa e os aniversários de execução de ativistas condenados por atentados na Europa. Porém, em conformidade com as limitações impostas pelas fontes disponíveis, aparentemente essas datas não geraram ações específicas durante o período em escrutínio. Foram tratadas exclusivamente como efemérides no registro de artigos em periódicos. Sem embargo, sua importância reside em seu papel para a composição do panorama mais geral de afirmação do movimento e na condensação do uso político de uma simbologia religiosa – as imagens de martírios e de mártires – para o enquadramento interpretativo do confronto e produção de solidariedade no interior do movimento (TARROW, 2009)⁷⁶.

Finalmente, há que se destacar a discrepância entre os campos de conflito distinguidos pelos quadros de ação coletiva, no nível discursivo, e os campos de conflito nos quais foram efetivamente levadas a cabo ações pelos anarquistas. Conforme assinalai, os quadros interpretativos geraram as condições para que os ativistas emoldurassem uma série de problemas afeitos a vários campos de confronto. Mas esses enquadramentos não corresponderam a ações coletivas efetivas do movimento em suas redes submersas ou na cena pública.

3.4. Gli anarchici em ação

Conforme assinalado no capítulo anterior, a conjuntura política dos anos 1890-1897 correspondeu à montagem do regime republicano no Brasil. É importante reafirmar que a emergência de grupos socialistas e anarquistas locais ocorreu no contexto em que o novo regime passava rapidamente da euforia política para uma contestação generalizada de seus seguidos governos militares e civil. A divisão entre as elites políticas quanto a essa modelagem suscitou a percepção, por parte dos desafiantes, de que havia oportunidades

⁷⁶ A data de enforcamento dos “Mártires de Chicago” foi recordada em *L’Avvenire*, nº 1, Ano I, 18/11/1894. Um artigo sobre os “Mártires de Jerez” foi publicado em *L’Avvenire*, nº 7, Ano II, 10/02/1895. A comemoração da Revolução Francesa foi objeto de artigos escritos em vários idiomas em *L’Avvenire*, nº1, Série II, 14/07/1895. O aniversário da morte de Auguste Vaillant foi lembrado por *L’Asino Umano*, nº 26, 11/03/1894 e por *L’Avvenire*, nº 7, Ano II, 10/02/1895. A execução de Santo Caserio foi narrada em verso e prosa no *L’Avvenire*, nº 3, Série II, 18/08/1895. A respeito de todos esses casos, consultar o capítulo I da tese.

para que a situação política pudesse ser questionada. Consequentemente, essa conjuntura veio acompanhada por um ciclo de protestos. Ciclos de protesto ou de confronto são definidos pela intensificação de ondas de conflitos ocorridas em toda a sociedade, em diversos campos e de maneira multisetorializada (TARROW, 1995)⁷⁷. Nessa conjuntura, os diversos desafiantes (monarquistas, republicanos jacobinos, anarquistas, socialistas, mas também movimentos messiânicos e rurais), cujos primeiros insurgentes foram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, testaram os limites do regime e se opuseram às suas tentativas de legitimação e de centralização política. Inversamente, o Estado optou por uma estratégia generalizada de reação repressiva, como indicam os estados de sítio de novembro de 1891, de setembro de 1893 a agosto de 1894 e de novembro de 1897 até fevereiro de 1898.

Para o caso do qual me ocupo, a mudança de postura do Estado – de tolerante para repressor – pode ser ilustrada pelo clima geral da opinião pública a respeito das manifestações das classes populares. O jornal *Correio Paulistano*, autointitulado "órgão republicano" e atrelado oficialmente ao PRP desde 1890, chegou a noticiar com ar de amenidade as manifestações do Primeiro de Maio de 1891:

No Centro Operario reuniram-se antehontem muitos operários e realizaram uma sessão solemne em que tomaram a palavra diversos membros da classe, lembrando os esforços de seus irmãos do outro continente que fizeram respeitados os direitos da classe, conseguindo dos governos diminuição de horas de serviço e mais outras regalias.

A festa correu muito animada, notando-se muita alegria e ordem em todo o seu decurso.

Entre os oradores notamos os srs. José Rodrigues de Souza representante do centro typographico, o dr. Antonio Bento, Francisco Amaro, Arthur Bréves e outros". ("Festa de Operários", *Correio Paulistano*, edição nº 10.395, de 03/05/1891).

⁷⁷ Em uma definição menos esquemática: "Entendo 'ciclo de confronto' como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados" (TARROW, 2009, p. 182).

O local de realização pertencia ao Partido Operário de São Paulo, um dos grupos vinculados ao socialismo de base nacional. Amaro e Bréves, de origem socialista, foram os deputados eleitos pela bancada do PRP em 1891, como informado anteriormente. A rememoração das “regalias” dos operários do outro continente foi aceita pela opinião pública, desde que circundada por um ambiente ordeiro. A tolerância a esse tipo de manifestação não se resumiu a eventos em espaços fechados; também em espaços abertos a “festa”, por oposição à reivindicação, foi amplamente aceita:

Com uma festiva passeata comemorou-se hontem, nesta capital, aquella data escolhida pelos socialistas para a celebração da festa do trabalho. Os operários reunidos percorreram as ruas da capital, levando à frente uma banda de música (“1º de Maio”, *Correio Paulistano*, edição nº 10.962, 02/05/1893).

Esse posicionamento da opinião pública e do Estado modificou-se após a desarticulação do socialismo de base nacional e a declaração do estado de sítio em setembro de 1893. É quase desnecessário sublinhar que contrasta vivamente com o tratamento dispensado à reunião para a organização do Primeiro de Maio em abril de 1894.

Com isso, quero enfatizar que o movimento anarquista veio a lume na esteira da sucessão de um padrão tolerante por um padrão repressivo aos movimentos sociais, característico do período de construção da República. Apesar de generalizada, a postura do Estado repressor adotou um tratamento direcionado para cada um dos desafiantes. O ativismo anarquista foi um alvo específico e delimitado de ações políticas e policiais, às quais não se furtaram também as próprias autoridades policiais e diplomáticas italianas.

Por outro lado, os ativistas anarquistas adquiriram visibilidade pública na cidade de São Paulo justamente na época inicial da vaga de atentados e estratégias insurrecionais anarquistas em nível internacional. As autoridades e os veículos de comunicação cercaram a chegada do anarquismo com a visão decantada dos processos europeus, manejando os estigmas de terror e violência associados ao movimento. Por outras palavras, a imprensa amplificou e transferiu para a esfera local essas imagens e definições dos ativistas anarquistas (LOPREATO, 2003; LEAL, 2010).

O mesmo *Correio Paulistano* articulou essa imagem à do estrangeiro indesejável, em uma reportagem em quatro partes intitulada “Imigrantes anarchistas”, lançada entre os dias 1º e 8 de agosto de 1893. A reportagem cobriu a prisão e extradição de nove suspeitos

acusados de anarquismo - um austríaco e oito italianos. Os suspeitos teriam desembarcado do vapor *Solferino*, em Santos, e se instalado na Hospedaria dos Imigrantes em fevereiro de 1893. Com eles, teriam sido apreendidos diversos materiais para a confecção de explosivos e documentos de propaganda. De acordo com o *Correio Paulistano*:

[...] muitos destes perigosos individuos, partidários dessa temível seita destruidora, - uns por voto espontaneo, em busca de novos campos de acção, outros por expressa exigencia policial, e outros ainda para fugirem à vindicta dos seus camaradas, quando descobertas as suas traições; e ainda neste caso, favorecidos por auctoridades, no exercicio official dos seus cargos, teem buscado penetrar nesta grande e hospitaleira terra que se chama - o Estado de São Paulo, usufruindo as vantagens que os nossos cofres publicos lhes dão, taes como o transporte gratuito das suas pessoas e bagagens e o seu primeiro estabelecimento na capital, até que lhes appareçam as ambicionadas collocações, para no fim de contas virem aqui implantar a desordem e uma lueta fraticida, incompativeis com a abundancia e excellencia dos nossos recursos de vida! ("Imigrantes anarchistas - I". *Correio Paulistano*, edição nº 11.033, de 01/08/1893).

E concluiu:

O lemma sinistro, que resume o programma desta seita destruidora se compõe de duas unicas palavras:

- PENSIERO e DYNAMITE.

E a sua explicação foi achada numa das phrazes symbolicas dos taes documentos escriptos:

- IL PENZIERO PER SOLLEVARE I DEBOLI; LA DYNAMITE PER ABATTERE I POTENTI. ("Imigrantes anarchistas - III". *Correio Paulistano*, edição nº 11.036, de 04/08/1893)⁷⁸.

Foi com essa dupla imagem da "violência" e do "estrangeiro" que os primeiros anarquistas tiveram que lidar⁷⁹. Já no final do período, as definições negativas acerca dos anarquistas ganharam mais uma arena. Poucos anos após a publicação da monografia de

⁷⁸ "O pensamento para sublevar os fracos; a dinamite para derrubar os fortes".

⁷⁹ Para uma descrição pormenorizada desse episódio, além da reportagem supracitada, cf. LEAL, 2006 e LEAL, 2010, que agregam aos dados as análises da posição das autoridades policiais. A esse respeito, é instrutiva a caracterização que Theodoro Dias de Carvalho, chefe de polícia do estado, fez dos ativistas anarquistas em seu relatório a respeito das prisões de 1893, encaminhado ao presidente do Estado, Bernardino de Campos, em 10 de julho daquele ano: "O anarquismo, insuflado em espíritos fracos, em caracteres maleáveis, em consciências puidas nas obscuras vielas dos terríveis antros em que a fome e a prostituição desafogam suas misérias com blasfêmias inconcebíveis, com gritos de desespero, com rugidos irracionais, e pregado insistentemente, com aplauso das massas desocupadas e algum tanto oprimidas, por indivíduos insinuantes, mas de mediano talento e de medíocre instrução, cuja índole destruidora e sentimentos ignóbeis os tornam verdadeiras aberrações morais, levou o desassossego e o receio aos Governos do Velho Mundo" (*apud* LEAL, 2006, p. 97).

Lombroso a respeito dos anarquistas, coube à pena de Cândido Motta, em uma dissertação apresentada em concurso realizado na Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1897, traçar similitudes entre as características físicas de anarquistas e demais tipos de criminosos. O indicador escolhido pelo acadêmico, seguindo os passos da Antropologia Criminal, foi o formato da caixa craniana (RAGO, 1984).

Esse quadro interpretativo dominante a respeito do ativismo anarquista, associado ao novo padrão do estado repressor, foi o responsável pela elaboração da estratégia de reação das autoridades públicas ao movimento. Essa estratégia se estruturou sobre um tripé: monitoramento, vigilância e controle. Tais táticas foram empregadas, com diferentes graus de sucesso, para acompanhar desde a entrada do ativista imigrante no país até sua rotina local nos centros, nas publicações e nas manifestações públicas, apontando assim para uma criminalização do movimento (LEAL, 2010).

Considerando esse contexto e a configuração interna do movimento, compreende-se que os grupos anarquistas desse período tenham privilegiado uma estratégia insurrecionalista, embora sem o emprego de formas de ação violentas. A "propaganda pela palavra" foi utilizada por esses grupos para o incitamento das massas à rebelião. Foi também por isso que os temas relacionados à simbologia da revolta foram acionados de forma tão constante.

A interação entre Estado e movimentos sociais e a composição de alianças mais amplas com os socialistas democráticos permitem sustentar a opção por um corte analítico entre as ações pré e pós-1894. O gráfico a seguir classifica as formas de ação inventariadas no período por categoria e ano:

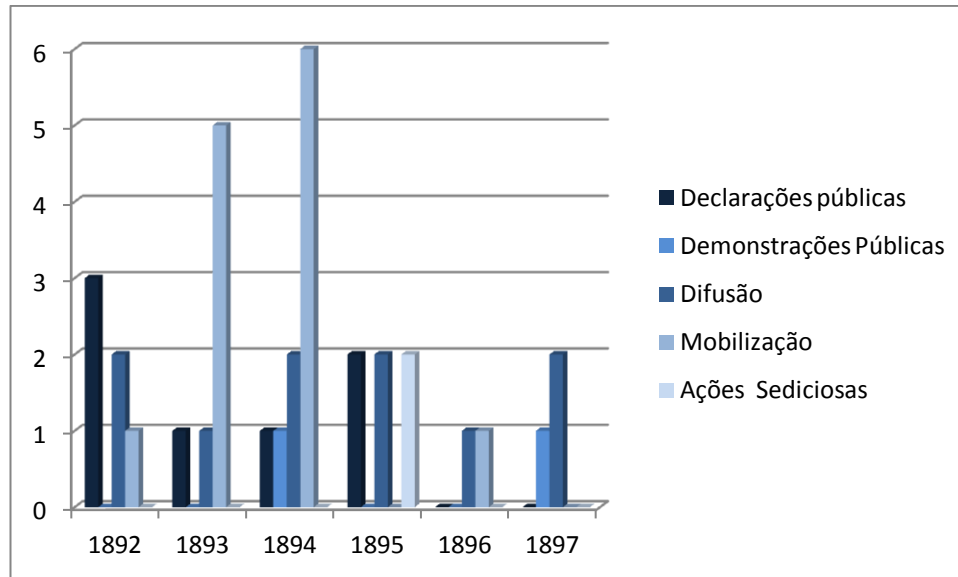


GRÁFICO 1. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e por categoria (1892-1897)

(Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta aos periódicos *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire*, *Correio Paulistano* e aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre*)

A primeira ação anarquista desempenhada em solo paulistano foi o lançamento de um “número único”, ou seja, uma ação de difusão. Essa nomenclatura era reservada a folhas em formato de jornal distribuídas por ocasião de certas datas comemorativas. *Il Primo Maggio* (“O Primeiro de Maio”) foi lançado em 1º de maio de 1892. Cronologicamente, a ele se seguiu a constituição de um grupo editor de um periódico - *Gli Schiavi Bianchi* - responsável por todas as ações de visibilidade nesse ano, que se resumiram a declarações públicas.

Entre 1892 e 1894, os grupos anarquistas apresentaram uma maior aproximação e convivência com os socialistas democráticos e assistiram à mudança de orientação do Estado em sua interação com os movimentos sociais. Nesse intervalo temporal, o movimento ainda apresentava uma baixa complexidade interna. As formas de ação mais comuns empregadas nesse período foram as atividades de mobilização, secundadas pelas declarações públicas e pelas ações de difusão.

Os anos de 1893 e 1894 concentraram metade do total de ações encontradas para o período todo. Foram anos de maior mobilização do movimento, em que surgiram mais da metade das estruturas organizacionais utilizadas pelos anarquistas no período: duas em colaboração com os socialistas democráticos (*L'Asino Umano* e Centro Socialista

Internazionale de São Paulo), ambas fundadas em 1893, e duas francamente anarquistas (*La Bestia Umana* e *L'Avvenire*), surgidas em 1894.

As ações correspondentes à dimensão de latência do movimento convergiram com a disseminação dos vínculos dos grupos situados em São Paulo rumo ao interior do estado e ao exterior do país. A transferência de recursos para fora da capital paulista, na figura de campanhas de subscrição, teve como destino a Europa. No final de 1893, o periódico *L'Asino Umano* promoveu uma subscrição em favor de Paolino Pallás. O balanço publicado no periódico apresentou uma soma total de 26\$500, doados em sua maioria por pessoas de origem espanhola (*L'Asino Umano*, nº 14, 03/12/1893). Em março de 1894, o mesmo periódico organizou uma subscrição em favor das vítimas das rebeliões na Sicília e em Carrara, que chegou a arrecadar 549\$900 (*L'Asino Umano*, nº 26, 11/03/1894; *L'Asino Umano*, nº 28, 25/03/1894).

Ainda no que se refere à mobilização, é preciso assinalar que todas as reuniões preparatórias para eventos de protesto que foram anunciadas nos periódicos ocorreram entre 1893 e 1894. O próprio anúncio das reuniões nos periódicos é um termômetro da leitura do contexto efetuada pelos ativistas anarquistas. A comemoração frustrada do Primeiro de Maio de 1894 foi precedida pelo anúncio de duas reuniões preparatórias para o evento: uma no dia 25 de março e outra, a fatídica, em 15 de abril. Esses anúncios vieram a reboque da participação de ativistas em uma demonstração pública recente, o comício em comemoração do aniversário da Comuna de Paris, realizado no dia 18 de março de 1894 e organizado pelo *Centro Socialista Internazionale de São Paulo*, em colaboração com os socialistas democráticos. A reunião para a preparação do evento, realizada em 11 de março de 1894, também já havia sido anunciada pelo *L'Asino Umano* (*L'Asino Umano*, nº 26, 11/03/1894). Assim, identifica-se um conjunto de atividades desenvolvidas pelo *Centro Socialista Internazionale* em um curto espaço de tempo e durante a vigência do estado de sítio declarado em setembro de 1893. Essas atividades geraram uma reação imediata das autoridades policiais: por diferentes motivos e alegações, foi fechado o *L'Asino Umano* e o *Centro Socialista Internazionale* e foram presos alguns de seus ativistas.

Entre 1892 e 1894, os ativistas anarquistas em São Paulo construíram uma identidade coletiva orientada pelo seu pertencimento a um movimento transnacional. Essa identidade coletiva foi moldada aproximando-os dos socialistas democráticos, a fim de comporem o campo socialista mais geral no interior do espaço sociopolítico e em contraste com seus

opositores comuns. Essa aproximação teve como elemento facilitador a condição étnica dos ativistas dos dois movimentos. Mas também se baseou em elementos politicamente relevantes, quais sejam: um quadro interpretativo global – e inovador naquele contexto - de crítica ao capitalismo, compartilhado por ambos os movimentos, e a expectativa de um padrão de alianças importado das regiões de origem. A aliança entre os dois movimentos adensou-se ao longo de 1893 e durante o primeiro semestre de 1894.

A coordenação tática entre grupos pertencentes aos dois movimentos foi explicitada nos eventos que se situam entre março e abril de 1894. Inclusive, existem indícios de que esses grupos iniciavam a constituição de redes de colaboração em eventos com outros grupos situados em outras cidades do interior do estado de São Paulo. O periódico *L'Asino Umano*, em seu número 28, de 25 de março de 1894, informou que havia remetido manifestos sobre a comemoração do aniversário da Comuna de Paris para o interior mas que, devido à qualidade dos serviços postais, esses manifestos não haviam sido entregues.

A comemoração do aniversário da Comuna de Paris foi realizada em um recinto fechado, a sede do *Centro Socialista Internazionale*, obedecendo às limitações impostas pelo estado de sítio. Discursaram os socialistas Emilio Massardo e Alcibiade Bertolotti, além de um brasileiro e de um alemão, sem identificação de nome ou afiliação. Ao final do evento foi decidida a comemoração do Primeiro de Maio, a ser organizada por uma comissão que seria eleita em reunião no dia 25 de março, e foi aprovada a seguinte ordem do dia:

Commemorandosi la data gloriosa della Comune di Parigi, i soci del Centro Socialista ed i compagni intervenuti, mandano un saluto di solidarietà ai compagni di Sicilia e Massa Carrara insorti contra la borghesia in nome dei diritti degli oppressi. (“Commemorazione della Comune de Parigi”. *L'Asino Umano*, nº 28, 25/03/1894)⁸⁰

Foi somente após o episódio de abril de 1894 que os grupos de ativistas anarquistas se aperceberam do grau de repressão do regime e modificaram suas táticas e suas orientações de ação. Sua reorganização se deu em novembro de 1894, em torno de outro periódico, *L'Avvenire*. Ou seja, reorganizaram-se somente após a declaração de fim do estado de sítio em agosto de 1894. A partir de então, os ativistas não mais anunciaram a realização de reuniões e não mais assinaram os artigos publicados – apesar do periódico

⁸⁰ “Comemorando a data gloriosa da Comuna de Paris, os membros do Centro Socialista e participantes, enviam uma saudação de solidariedade aos camaradas da Sicília e de Massa Carrara insurgentes contra a burguesia em nome dos direitos dos oprimidos”. *Comemoração da Comuna de Paris*.

continuar divulgando seu endereço. Também passaram a colocar apenas as iniciais dos nomes dos contribuintes nas listas de subscrições recebidas.

Ao que parece, o intervalo entre o final de 1894 e o ano de 1895 marcou, no movimento, a gestação e o surgimento de uma nova orientação frente aos outros atores. As opções táticas tomadas pelos ativistas anarquistas a partir de então resvalaram para uma semiclandestinidade.

Destarte, o ano de 1895 viu nascer o uso de ações sediciosas pelos grupos anarquistas, ações que até então não haviam sido colocadas em prática. Houve um reposicionamento do movimento anarquista frente aos socialistas democráticos, expresso não somente por essas ações, mas também pela mudança nos quadros de ação coletiva utilizados por seus ativistas – como a releitura do artigo inaugural do *L'Avvenire*, "Chi siamo? Che vogliamo?" o demonstra. Não custa recordar que este foi o mesmo ano em que o polo dinâmico do movimento socialista foi transferido para São Paulo, e em que os socialistas democráticos italianos começaram a construir sua proeminência nesse movimento.

Além do mais, a semiclandestinidade desponta, de forma aparentemente contraditória, em um apelo à organização. O *L'Avvenire* de 13 de janeiro de 1895 reporta a existência de diversos grupos de ativistas anarquistas e conclama os demais a se organizarem em grupos:

Auzi, tutti organizzati nell'interesse comune e per dare impulso alla propaganda e effettuare quelle idee che uno o pochi individui isolati non potrebbero certamente effettuare, ma tutti liberi e tutti attivi.

Diversi buoni e bravi compagni compresi di questo principio hanno già data la iniziativa di una organizzazione che crediamo sia la migliore e piú addatta; la organizzazione per gruppi.

Alcune gruppi, tutti autonomi s'intende, sono già costituiti, altri stanno costituendosi e abbiamo fede che fra breve si riuscirá a dar vita ad uo corpo potente che ancora non appare, perché le sue membre sono sparse.

Il programma generalmente addottato, fino ad ora, é quello dell'*Avvenire*, cosa che ci conforta perché prova che intendiamo e sentiamo la stessa fede dei compagni di qui.

Esortiamo quindi gli altri compagni che non avessero ancora pensato ad unirsi in gruppi a farlo e specialmente incitiamo quelli delle diverse località dell'interiore, i quali una volta costituitisi in gruppo potranno averne dei vantaggi grandissimi e soprattutto potranno portare un grande aiuto alla propaganda. Chi desidera informazione ci scriva.

Avante dunque organizziamoci, non per, per fare delle accademie ma per conoscerci, per comunicarci le idee, per propagarle, per fare proseliti, per avere una base per svolgerle il nostro programma dinanziallementi degli

inconsci proletari e conquistarli pel bene umano (“Organizzazione”. *L’Avvenire*, nº 5, ano I, 15/01/1895)⁸¹.

Se tais grupos de fato existiram, suas ações permaneceram à sombra devido à percepção de que o contexto político havia assumido contornos proibitivos para sua livre manifestação.

O apelo à organização de grupos autônomos de propaganda anarquista também é revelador do distanciamento adotado pelos ativistas em relação aos socialistas democráticos e da intensificação das ações de difusão do movimento. A partir do final de janeiro de 1895, o grupo de ativistas reunido em torno do *L’Avvenire* passou a importar opúsculos de propaganda em língua italiana, remetidos desde Buenos Aires e Rosario de Santa Fé. Também publicou opúsculos de Kropotkin: *L’Espropriazione* e *Il Salariato*, o segundo impresso na mesma tipografia de Montevidéu em que o periódico foi imprimido durante a época de sua segunda série.

Em maio de 1895, outras duas ações de difusão foram postas em prática: o lançamento dos números únicos *Il Primo Maggio* e *Treze de Maio* – este último para comemorar o dia da Abolição, em uma aparente tentativa de agregar simbolicamente um tema local ao calendário de ações do movimento.

A semiclandestinidade passou a caminhar juntamente com uma radicalização das ações no espaço público. As ações sediciosas e o tom dado às declarações públicas em 1895 foram contemporâneos de uma coordenação tática com os grupos anarquistas do interior do Estado. Durante as comemorações do vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris foram distribuídos boletins em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Também foram

⁸¹ “Ouçam, todos organizados no interesse comum e para dar impulso à propaganda e levar a cabo essas ideias que um ou poucos indivíduos isolados certamente não podem, mas todos livres e todos os ativos.

Vários bravos e bons companheiros, compreendendo este princípio, já deram início a uma organização que acreditamos ser a melhor e mais adequada, a organização de grupos.

Alguns grupos, todos do campo autônomo, já se constituíram, outros estão constituindo e temos fé que em breve vocês serão capazes de dar vida ao corpo poderoso que ainda não aparece, porque seus membros são escassos.

O programa geralmente adotado, até agora, é aquele do *L’Avvenire*, o que nos conforta porque prova que entendem e sentem a mesma fé dos companheiros daqui.

Por isso, apelamos aos outros companheiros que ainda não tinham pensado em juntar-se em grupos para fazê-lo, e encorajamos especialmente aqueles das diversas localidades do interior, e que uma vez constituídos em grupo terão grandes vantagens e acima de tudo trarão uma grande ajuda para a propaganda. Aqueles que quiserem mais informações nos escrevam.

Avante, portanto, organizemo-nos, não para fazer escolas, mas para conhecermos uns aos outros, para comunicar ideias, para propaga-las, fazer proselitismo, para ter uma base para levar nosso programa para fora, para os proletários inconscientes e conquistá-los para o bem da humanidade”. *Organização*.

afixados boletins e cartazes na porta da Igreja Matriz da cidade de Jaú. Em ambos os episódios foram os mesmos boletins e cartazes que se precipitaram no Teatro São José e que adornaram as paredes da Avenida Paulista e dos bairros populares da capital. Os ativistas responsáveis, italianos, foram presos e conduzidos para a Cadeia Pública na capital do estado, fazendo companhia a Vezzani, Allemos e os demais. Foram posteriormente reenviados ao interior (LEAL, 2006).

Em torno da mesma época, o *L'Avvenire* passou a ofertar uma crítica mais contundente aos socialistas democráticos, justificando a aceitação de possíveis alianças somente por necessidade de luta e para abreviar a revolução, desde que a finalidade mirada não fossem ações na esfera institucional (*L'Avvenire*, nº 9, Ano II, 10/03/1895). Após o episódio de março de 1895, os anarquistas passaram a contrastar suas finalidades e formas de ação com as dos socialistas democráticos, identificando a cisão entre um “comunismo anárquico” contraposto a um “coletivismo autoritário” (*L'Avvenire*, nº 3, Série II, 18/08/1895). E trataram de identificar também seus opositores:

defensores da ordem burguesa, desde as autoridades sem inteligência aos jornalistas ignorantes, dos enraivecidos republicanos aos ferozes monarquistas, dos sórdidos e rudes fazendeiros aos elegantes casquilhas, dos grotescos maçons aos astutos jesuítas" ("O Brazil não precisa de Anarchia". *L'Avvenire*, nº 2, Série II, 01/08/1895).

Portanto, a partir de 1895, a identidade coletiva dos ativistas anarquistas foi modulada por uma afirmação ostensiva de sua diferença no interior do campo socialista que havia sido montado nos anos imediatamente anteriores. Essa nova orientação teve por base uma alteração dos quadros de ação coletiva, das táticas empregadas e das redes acionadas, no interior e no exterior, indicando seu claro reposicionamento. Os ativistas anarquistas reconheceram-se como tais no espaço público – e como tais foram reconhecidos pelas autoridades públicas. Foram a semiclandestinidade e a afirmação mais contundente do movimento que conduziram os ativistas a ações de maior visibilidade pública do que nos anos anteriores. Mas também levaram a reações mais extremadas por parte das autoridades – mais extremadas até do que durante a vigência do estado de sítio - culminando com a deportação dos participantes do episódio de 1895 na capital. A fase de transição entre esses diferentes posicionamentos - o ano de 1894 – foi caracterizada por uma amplificação das ações relacionadas à dimensão de latência do movimento:

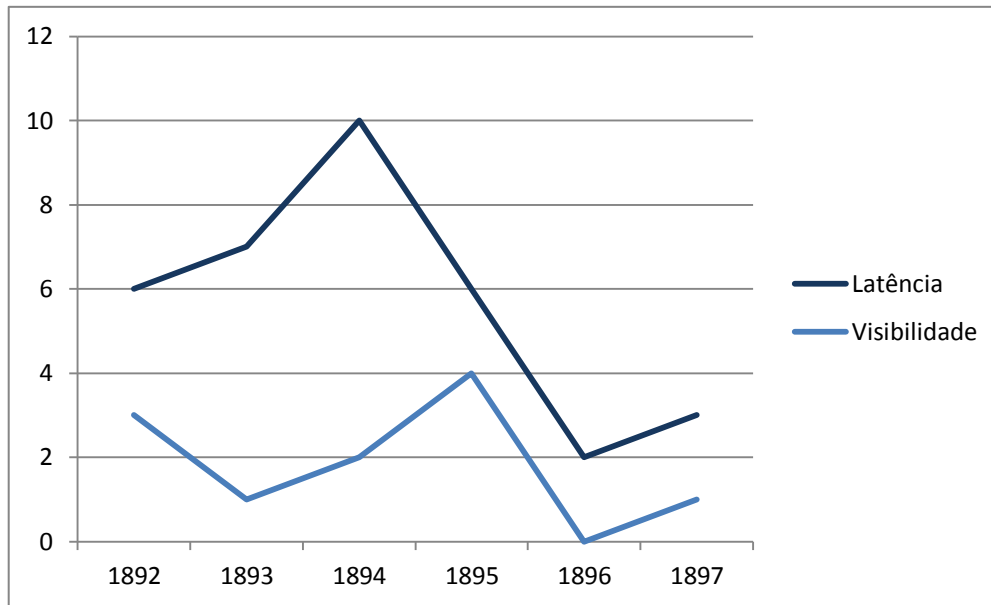


GRÁFICO 2. Evolução das formas de ação do movimento anarquista em São Paulo segundo as dimensões de latência e visibilidade (1892-1897)

(Fonte: Elaboração do autor a partir da consulta aos periódicos *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire*, *Correio Paulistano* e aos números únicos *Ribattiamo il chiodo* e *XX Settembre*).

Depois das deportações decorrentes do episódio de março de 1895, as informações sobre os ativistas escasseiam. Devido à carência de dados relacionados ao período 1895-1897, é mais prudente analisá-los em termos da variação qualitativa das formas de ação empregadas.

Basicamente, os ativistas anarquistas em São Paulo se recompuseram por meio da reativação de sua aliança com os socialistas democráticos italianos e tendo como orientação um tema político derivado de sua origem nacional. As principais ações identificadas no período entre 1895 e 1897 tiveram relação direta com a Unificação Italiana. A aliança entre socialistas democráticos, republicanos italianos e anarquistas tinha por objetivo fazer frente à comemoração da Unificação Italiana pela colônia residente na capital paulista. Os anarquistas e socialistas democráticos fizeram uma tentativa de reenquadramento simbólico da data de 20 de setembro. Em vez de uma celebração nacionalista, ela seria representativa da queda do poder temporal do papado. Os lançamentos dos números únicos *XX Settembre* e *Ribattiamo il Chiodo* tiveram como finalidade difundir esse entendimento. O *XX Settembre* foi uma publicação colaborativa de republicanos italianos, anarquistas e socialistas democráticos, com uma tiragem de 2.000 cópias. Teve como seus redatores os socialistas Estevam Estrella e Emilio Massardo e o anarquista Alfredo Mari. O *Ribattiamo il*

Chiodo, lançado por Galileo Botti em 26 de setembro de 1897, também investiu contra os sentimentos patrióticos de seus compatriotas (*XX Settembre, 20/09/1897; Ribbattiamo il chiodo, 26/09/1897; FELICI, 1994*).

Em 19 de setembro de 1897, reuniram-se no Teatro Polytheama, na Rua São João, centro da cidade, alguns livres pensadores, republicanos italianos, socialistas democráticos e anarquistas. O evento, organizado pelo Centro Socialista Internacional (aquele fundado em setembro de 1895), tinha por finalidade a realização de um comício contrário às comemorações de 20 de setembro, realizadas pela colônia italiana em São Paulo. O evento adquiriu um caráter de contramanifestação antimonarquista, já que os patriotas italianos reunidos nas festividades da colônia eram, em sua maioria, defensores da monarquia estabelecida na Itália. Iniciado com um cortejo da banda Carlos Gomes, o evento contou com a proclamação de diversos discursos públicos. Sucederam-se na ocupação da tribuna os socialistas Estevam Estrella (brasileiro), Alcebiade Bertolotti (italiano), Valentin Diego (espanhol) e o anarquista Alfredo Mari (italiano). Todos os discursos condenaram o patriotismo e as manifestações patrióticas, defendendo a proposta de utilização da data como celebração do fim do poder temporal do papado. Ao final, uma ordem do dia desaprovando as celebrações patrióticas foi votada e aclamada pelos presentes (*Ribbattiamo il chiodo, 26/09/1897; FELICI, 1994; BIONDI, 2002*).

3.5. Uma geração trágica

Jacy Seixas cognominou os ativistas desse período de "geração trágica". *A posteriori*, sua irrupção breve e fugaz no cenário político teria tido um papel histórico preciso: instituiu a origem mítica a partir da qual o movimento anarquista posterior pôde se afirmar. Na avaliação da historiadora a sua "importância histórica reside [...] no estabelecimento de uma cosmogonia, mesmo que seja uma cosmogonia política" (SEIXAS, 1992, p. 55). Quão trágica foi a experiência desses ativistas evidenciou-se nas páginas anteriores.

Por outro lado, considero que diminuir essa experiência trágica à constituição de uma cosmogonia política, mesmo que em sentido metafórico, reduz e subestima o panorama geral em muitos sentidos. Sem dúvida que o estabelecimento de quadros interpretativos para a ação coletiva – uma cosmogonia política, caso se deseje – esteve entre os resultados mais indiscutíveis dos grupos anarquistas atuantes nesse período. Porém, para além da

fixação desses quadros nos níveis simbólico e discursivo, é necessário acentuar também outros aspectos.

Os anarquistas atuantes na cidade de São Paulo entre os anos 1892 e 1897 foram capazes de estabelecer conexões recorrentes entre os grupos locais e o movimento transnacional. Apesar de manejarem um repertório de ação pouco diversificado, também contribuíram com inovações em performances confrontacionais e para a rotinização de outras tantas formas de ação passíveis de serem utilizadas por setores das classes populares.

Os grupos anarquistas desse período também obtiveram êxito na introdução do ativismo anarquista como ator reconhecido no espaço sociopolítico paulistano. Suas ações despertaram seus opositores para sua existência e para a possibilidade de pressões e reivindicações populares no regime em construção. Sua interação com a esfera local foi fundamentalmente pautada por denúncias reiteradas a respeito da violência policial e da repressão política. Com isso, demarcaram constantemente os limites impostos pelo regime às próprias liberdades republicanas de associação e de manifestação. É preciso lembrar que as restrições e a repressão governamental foram mais ferozes contra os ativistas anarquistas precisamente nos intervalos em que, em princípio, essas liberdades encontravam-se em situação de normalidade.

Embora tenham desenvolvido laços materiais e simbólicos com o movimento transnacional e com outros grupos situados em outras localidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais, os grupos anarquistas da capital paulista não desenvolveram vínculos regulares com os problemas locais. Mantiveram como referência os circuitos transnacionais do movimento anarquista, especialmente o ramo italiano. Constituíram-se como um polo desse circuito, um enclave local. Os ativistas aproveitaram essa particularidade para difundir o movimento pelos canais de comunicação ligados ao pertencimento étnico, mas não equacionaram as restrições culturais para poder promover sua difusão para além dessas fronteiras. Considere-se o evento de setembro de 1897. A escala local teve apenas uma função espacial, já que a orientação da ação, seus participantes e sua finalidade foram direcionadas para o ambiente político italiano.

Do ponto de vista dos anarquistas, os vínculos com o movimento transnacional constituíram-se como uma oportunidade para não interromperem suas ações como ativistas. As restrições impostas por um governo em particular não impediram a sua participação na dinâmica global do movimento. Felice Vezzani e os demais foram deportados

para cidades nas quais já possuíam conexões. Sua transferência foi muito mais somente uma mudança no ponto do circuito das redes transnacionais do movimento do que uma interdição à sua atividade: deixaram São Paulo sem abandonar o circuito – e o ramo italiano - propriamente dito. *L'Avvenire* passou a ser publicado em Buenos Aires já a partir de 1896, pelo próprio Vezzani (SURIANO, 2001). Às vezes, a mesma cabeça nasce noutra lugar.

Em São Paulo, as autoridades policiais e políticas julgaram haver se livrado de várias cabeças. Mas o presságio anunciado pelo *L'Avvenire* concretizou-se nos anos imediatamente seguintes.

CAPÍTULO 4 - O PERÍODO 1898-1903

"Sendo a organização política um absurdo em contradicção com as ideias libertárias, a que nós propugnamos é a econômica, que nos conduz nas ligas de resistência a revigorá-las, a leva-las ao ideal que nos anima para um fim único: a revolução. Essa é a organização que deve conduzir-nos a ensinar o produtor a emancipar-se por si mesmo, a revoltar-se contra os seus patrões políticos".

"Organizemo-nos". **O Amigo do Povo**, nº 1, 19/04/1902

Em fevereiro de 1898 foi declarado o fim do derradeiro estado de sítio do período de construção da República. Os anos iniciais do século XX assistiram, em São Paulo, à cisão dos republicanos, com a criação de uma dissidência do partido, e a uma revolta monarquista fracassada no interior do estado. O sistema político nacional finalmente concluiu sua montagem, consolidando-se com a posse de Rodrigues Alves. No transcorrer desses anos surgiram em alguns centros urbanos do país novas formas de organização das classes populares, em um processo ascendente de reafirmação de sua presença no nível societário. Foi em meio a esse contexto, e participando ativamente de sua construção, que novos ativistas anarquistas chegaram ou foram recrutados entre a população residente na cidade de São Paulo.

Entre os anos de 1898 e 1903 o movimento anarquista sofreu, internamente, um processo de complexificação de suas orientações e de diversificação de suas estruturas de mobilização. Nestes anos, os ativistas locais voltaram-se para o trabalho de constituição de grupos e ampliaram suas vinculações transnacionais e com outras localidades brasileiras. Externamente, o movimento adotou novas táticas de interação contenciosa com as autoridades públicas e envolveu-se com temas locais relacionadas aos campos econômico, educacional e artístico-cultural. Assim, paralelamente à manutenção de estratégias insurrecionalistas surgiram grupos orientados para a participação no processo de organização das classes populares. Esse capítulo tem por objetivo apresentar esse processo.

4.1. Novos ativistas, novas orientações

Uma nova leva de ativistas anarquistas imigrantes de várias nacionalidades chegou à cidade de São Paulo nos derradeiros anos do século XIX (SEIXAS, 1982). Na virada do século,

assistiu-se também ao aprimoramento da capacidade de recrutamento dos grupos anarquistas locais. Começaram a compô-los trabalhadores brasileiros e imigrantes já instalados. Para o período em pauta foi possível obter dados a respeito de 36 ativistas. Desse total, três eram mulheres, todas italianas. A diversidade de nacionalidades pode ser observada na tabela abaixo:

TABELA 5. Naturalidade dos ativistas anarquistas em São Paulo (1898-1903)

NATURALIDADE	QUANTIDADE
Italiana	21
Espanhola	10
Brasileira	3
Portuguesa	2
TOTAL	36

Fonte: Elaboração do autor

Entre os italianos, apenas quatro participaram com toda a certeza do movimento na cidade de São Paulo no período anterior - Alfredo Mari, Augusto Donati, Eugênio Gastaldetti e Francisco Gattai. Ao longo do período em foco, ativistas espanhóis passaram a compor o movimento em uma proporção significativa. Consegui reunir dados sobre o ano de chegada de 13 ativistas na cidade de São Paulo:

TABELA 6. Ano de chegada de ativistas anarquistas em São Paulo (1898-1903)

ANO DE INGRESSO EM SÃO PAULO	NACIONALIDADE	QUANTIDADE
1886	Brasileira	1
1890	Italiana	1
	Espanhola	1
1891	Italiana	1
1893	Italiana	2
1895	Italiana	1
1896	Italiana	1
1897	Italiana	1
1898	Italiana	1
1900	Italiana	1
1901	Italiana	1
	Portuguesa	1
Sem registro	-	23
TOTAL		36

Fonte: Elaboração do autor

As informações a respeito dos ativistas de origem espanhola são escassas. Observa-se para as ocorrências encontradas que a maioria dos ativistas já havia se instalado na cidade de São Paulo no período anterior a 1898. Porém, excetuando-se os casos mencionados ao longo do capítulo, não existem informações a respeito de sua participação nos grupos de ativistas naquele período.

A respeito da região de origem dos anarquistas imigrantes italianos, verificou-se uma maior concentração de emigrados da Toscana (quatro ativistas). Outro ativista veio da região do Lácio (Roma) e outro de Piemonte (de Turim). Assim, à exceção da Emília-Romanha (não foram identificados ativistas originários dessa região), o padrão do período anterior se manteve. Os ativistas espanhóis que tiveram sua região de origem reconhecida eram provenientes de Coruña, na Galícia, e de Málaga, na Andaluzia, duas regiões nas quais os grupos anarquistas adquiriram grande relevo no final do século XIX e início do século XX. O imigrante português cuja origem foi identificada era originário do distrito do Porto, uma região urbano-industrial de grande porte e que contava com a presença e atuação de inúmeros grupos anarquistas. Entre os brasileiros, todos eram migrantes vindos do interior do Estado. Edgard Leuenroth, nascido na cidade de Mogi-Mirim em 1881, veio para São

Paulo aos cinco anos de idade. Ricardo Gonçalves, nascido em 1883, e Benjamin Mota, em 1870, eram oriundos, respectivamente, dos municípios de São Simão e de Rio Claro. Não há informações sobre quando chegaram à capital.

Em 11 casos foi possível determinar o ano de nascimento dos ativistas:

TABELA 7. Década de nascimento de ativistas anarquistas residentes em São Paulo (1898-1903)

DÉCADA DE NASCIMENTO	QUANTIDADE
Década de 1850	1
Década de 1860	2
Década de 1870	6
Década de 1880	2
Sem registro	25
TOTAL	36

Fonte: Elaboração do autor

Organizando a informação por década de nascimento, é possível afirmar que os anarquistas atuantes no período apresentavam uma faixa etária entre os 20 e os 45 anos de idade. Tomando-se como base o ano limite do período, 1903, a fim de computar também os ativistas que chegaram ao país ou que se tornaram anarquistas após 1901, obtém-se uma idade média de 30,2 anos, bastante similar àquela encontrada para o conjunto dos ativistas do período anterior (31,4 anos para 1895).

Em relação aos ofícios dos ativistas, houve uma diversificação na base social do movimento, com o aumento do número de ofícios manuais – artesanais ou industriais – representados. A tabela a seguir sintetiza esses resultados:

TABELA 8. Ocupações profissionais de ativistas anarquistas residentes em São Paulo (1898-1903)

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	NACIONALIDADE
Operário gráfico/ Tipógrafo	5	Italiana (3)
		Brasileira (1)
		Espanhola (1)
Sapateiro	2	Espanhola (2)
Marceneiro/Carpinteiro	2	Espanhola (1)
		Italiana (1)
Operário	2	Italiana (2)
Chapeleiro	2	Espanhola (2)
Jornalista/Escritor	2	Brasileira (1)
		Portuguesa (1)
Lojista/comerciante	1	Italiana (1)
Metalúrgico	1	Italiana (1)
Pintor/decorador	1	Italiana (1)
Ourives	1	Italiana (1)
Mecânico/eletricista	1	Italiana (1)
Turmeiro de estrada de ferro	1	Espanhola (1)
Foguista	1	Portuguesa (1)
Operária tecelã/modista	1	Italiana (1)
Lixeiro	1	Italiana (1)
Advogado	1	Brasileiro (1)
Sem registro	11	Italiana (8)
		Espanhola (3)
TOTAL	36	36

Fonte: Elaboração do autor

Um maior número de operários gráficos (tipógrafos, tipistas etc.) apareceu envolvido nas ações anarquistas. Sua presença entre os ativistas identificados pode decorrer do fato destes trabalhadores estarem, por ofício, mais próximos das atividades de imprensa e, por isso, mais diretamente envolvidos com os periódicos, o que os tornou mais notáveis aos olhos da historiografia. Entretanto, trabalhadores manuais sem especialização, da base da pirâmide do setor de produtivo e de serviços, começaram a adquirir visibilidade ou foram recrutados pelos grupos anarquistas. Nesse período também surgiram ativistas não diretamente ligados ao trabalho manual, como advogados e jornalistas ou escritores.

Os ativistas italianos estiveram bem distribuídos entre as diversas profissões encontradas, à exceção daquelas mais prestigiadas – advogado e jornalista/escritor. Em parte devido à barreira da língua, mas também em parte devido à sua posição no interior da própria colônia italiana. O afastamento social e político recíproco em relação aos republicanos e aos monarquistas criou obstáculos à sua participação na imprensa da colônia. Por sua vez, pertenciam a essas categorias profissionais três ativistas: os brasileiros Ricardo Gonçalves e Benjamin Mota e o português Neno Vasco. Os três cursaram Direito - Ricardo era ainda um estudante nessa época -, mas somente Benjamin Mota exerceu a profissão de advogado. Entre os ativistas espanhóis, da mesma forma que entre os italianos, encontraram-se exclusivamente trabalhadores manuais.

Não existem bases seguras, referentes a esse período, para a comparação entre esse novo perfil sociológico dos anarquistas e um perfil sociológico comparável de seus aliados e competidores, os socialistas democráticos. Algumas aproximações podem ser feitas fundamentadas em descrições de grupos socialistas. Marcus Vinícius Pansardi (1993) encontrou, para o ano de 1898, uma composição de organizações socialistas agrupadas etnicamente no interior do *Centro Socialista de São Paulo: a Agrupación Socialista Española*, o *Círculo Socialista “Avanti!”* de ativistas italianos, a *Allgemeiner Arbeiterverein*, de ativistas alemães, o *Círculo de Estudos Sociais* dos portugueses, a *Sociedade Slavia* e ativistas franceses e brasileiros sem organizações próprias. Identificou entre esses últimos alguns operários que haviam participado do *Partido Operário de São Paulo* e antigos ativistas republicanos e abolicionistas (PANSARDI, 1993). Outra alternativa é comparar a composição social das redações de periódicos. Pansardi alerta, a meu ver com certa razão, que esse tipo de levantamento traz embutido um *bias*, qual seja, o fato de que “a redação de um jornal socialista é o local mais adequado para que encontremos os intelectuais identificados com a causa operária” (PANSARDI, 1993, p. 160). Assim, o autor encontrou na redação de 1898 d’*O Socialista*, periódico do *Centro Socialista de São Paulo*, dois médicos, dois professores, dois tipógrafos, dois jornalistas/escritores, um desenhista, um hidropata, um advogado, um solicitador e um estudante (PANSARDI, 1993). Para o mesmo ano, a partir de levantamento feito no periódico *Il Risveglio* (“O Despertar”), identifiquei na sua redação um tipógrafo, um chapeleiro, um lojista/comerciante, um pintor/decorador e um advogado. Nos dois casos, a composição étnica das redações é bastante similar ao perfil traçado para os ativistas anarquistas e análoga aos agrupamentos do *Centro Socialista de São Paulo*.

De todo modo, na virada do século, o movimento anarquista apresentou uma composição morfológica bem mais diversificada e plural do que nos anos 1890. Diversidade e pluralidade étnicas facilitadas pela cultura internacionalista do movimento, que passou a se afirmar na cidade de São Paulo por meio dos primeiros contatos entre ativistas oriundos de diversos países. Os periódicos libertários refletiram essa situação multiétnica, quer se considere a sua apresentação como artefato cultural, quer a sua composição como grupo editorial. Quatro dos cinco periódicos publicados nesses anos - *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo* e *Germinal* - tinham textos escritos em italiano, espanhol e português, com predomínio de uma ou de outra língua, conforme a composição de seu respectivo grupo de redatores e de seu público-alvo. No conjunto, o movimento deteve uma base social ainda bastante homogênea, mas que já apresentava sinais de penetração e capacidade de recrutamento em outras camadas sociais. A quase ausência de mulheres na listagem dos ativistas pode ser considerada um produto de dois fatores associados: da época, já que diversos obstáculos se impunham à sua presença no espaço sociopolítico, e da historiografia, derivando de uma invisibilidade de gênero já algumas vezes ressaltada (HAHNER, 1996).

A diversidade de trajetórias de socialização política entre ativistas nacionais e estrangeiros foi variada. É preciso reafirmar a dificuldade de generalização a partir de tão poucos casos. Reitero que aqui estou tomando as trajetórias reais como chave de leitura para trajetórias possíveis – talvez prováveis. Vários dos imigrantes chegaram a São Paulo com a identidade política de ativista anarquista já consolidada. Alguns dentre eles vieram refugiados da perseguição política no país de origem. Nascido em Roma em 1876, Luigi Damiani, ou Gigi Damiani, como veio a ser conhecido em São Paulo, era um propagandista ativo em seu país de origem desde pelo menos 1892. Foi preso diversas vezes ao longo da década de 1890, sendo inclusive submetido ao *domicilio coatto* entre 1895 e 1896. Em 1897, foi novamente preso por sua participação nas comemorações do Primeiro de Maio em Milão. Artista de profissão – era pintor -, Gigi emigrou para o Brasil em setembro do mesmo ano, aos 21 anos, para fugir da repressão política na Itália (PINHEIRO & HALL, 1981; RODRIGUES, 1984; TRENTO, 1988; FELICI, 1994). Em outros casos, a migração não teve qualquer relação com a política. Foi o que ocorreu com o português Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, ou simplesmente Neno Vasco. Nascido na cidade de Penafiel, distrito do Porto, em 1878, Neno Vasco cursou a faculdade de Direito em Coimbra, quando travou contato com as doutrinas anarquistas. Sem exercer a profissão de advogado,

mudou-se para a cidade do Porto, onde se lançou na imprensa radical. O ativista português – que já havia morado no Brasil na infância, tendo retornado a Portugal para realizar seus estudos – chegou a São Paulo em dezembro de 1901, por motivos familiares (RODRIGUES, 1984; RODRIGUES, 1993; SAMIS, 2009). A toscana Maria Gemma Menocchi, também conhecida como Emma Menocchi, natural de Lucca, chegou ao Brasil em 1895, aos 28 anos de idade, após separar-se do marido na Itália. Empregou-se como operária modista nas indústrias de São Paulo. Emma Menocchi e Gigi Damiani conheceram-se em 1899 e tornaram-se um casal (BIONDI, 2006).

O movimento anarquista também recrutou novos ativistas localmente. Benjamin Mota, oriundo das fileiras do republicanismo – fora redator do periódico *O Rebate* até 1897 e candidato a deputado no mesmo ano-, circulou entre socialistas, anarquistas, livres pensadores e nos meios operários até optar pelo anarquismo e passar a integrar seus grupos, em 1898. Edgard Leuenroth, gráfico, frequentava os meios operários no final do século XIX. Chegou a fazer parte de um círculo socialista e a filiar-se ao partido por influência de Estevam Estrella, médico baiano e ativista socialista democrático. Após curta experiência socialista, foi apresentado às ideias anarquistas pelo poeta Ricardo Gonçalves, que o incentivou a participar dos grupos de propaganda libertária (RODRIGUES, 1995; KHOURY, 1988; NASCIMENTO, 2006). Giulio Sorelli, nascido em Florença em 1877, chegou a São Paulo ainda bastante jovem, em 1893, na companhia dos pais. Em 1901, após ser expulso da *Società Fratellanza Italiana del Cambucy* por se declarar socialista, aderiu ao *Circolo Socialista Rionale "Enrico Ferri" del Cambucy*. Marceneiro, à época também era secretário da liga dos trabalhadores em madeira. Foi nessa fase que teve contato com anarquistas nos meios operários e aderiu ao movimento, tornando-se um ativista reconhecido até mesmo pelas autoridades policiais em 1902 (BIONDI, 2002; TOLEDO, 2004). Manoel Moscoso, espanhol da província de Málaga, chegou a São Paulo ainda criança, instalando-se em 1890 no bairro do Brás junto com a família. Tipógrafo, no início do século XX participou de grupos anarquistas e da publicação de periódicos libertários. Moscoso e Sorelli representam a trajetória de ativistas que, embora imigrantes, foram recrutados pelo movimento somente após sua chegada ao Brasil.

Espanhóis, portugueses, brasileiros e italianos eram provenientes de formações culturais nas quais o catolicismo exerceu grande poder político e ascendência moral. Sondando as trajetórias de socialização política no nível da microanálise, é interessante

observar que elas exibem certas nuances que remetem a uma profusão de aspectos concernentes à multidimensionalidade do próprio movimento anarquista. Assim, longe de sugerir uma adesão automática ao movimento por conta da posição na estrutura social, o reconhecimento dessas trajetórias patenteia o quanto a opção pelo ativismo foi resultado de uma *experiência* desses sujeitos, *a partir* de uma formação cultural e tendo como *circunscrição* sua posição na estrutura social. Neno Vasco e Benjamin Mota, ambos formados em Direito, construíram sua aproximação com o anarquismo a partir da vivência prévia em ambientes radicais embalados pelo anticlericalismo (SAMIS, 2009; MOTA, 1919). Leuenroth e Moscoso tiveram como principal fio condutor para sua adesão ao anarquismo a experiência do trabalho e a vivência no movimento operário, mas a elas também se associou uma sensibilidade anticlerical desenvolvida durante a juventude (KHOURY, 1988; RODRIGUES, 1997; SAMIS, 2009). O anticlericalismo foi fator de criação de vínculos entre ativistas, propiciando a dinamização de setores do movimento e o múltiplo pertencimento a diferentes grupos. Mota e Leuenroth atuaram juntos na *Liga Anticlerical de São Paulo* e no periódico *A Lanterna*, fundado pelo primeiro em 1901 (RODRIGUES, 1984; KHOURY, 1988; RODRIGUES, 1993).

A multidimensionalidade de afinidades entre as experiências de vida dos sujeitos e os diversos aspectos do anarquismo reveladas pelas trajetórias de ativistas também dizem muito sobre o próprio movimento. Ela ilustra a eficiência com que foram investidas as ações de difusão e de mobilização desenvolvidas pelos grupos anarquistas locais.

Tais ações foram mais efetivas nesse período em comparação ao anterior devido principalmente à criação de estruturas de mobilização capazes de sedimentar a cultura do movimento. O apelo pela criação de grupos enunciado há alguns anos pelo *L'Avvenire* encontrou guarida na análise de situação empreendida pelos novos ativistas. Na virada do século, o diagnóstico local a respeito da necessidade de adensamento das redes sociais e de montagem de formas organizacionais capazes de dar sustentação às ações do movimento acompanhou a orientação mais geral que se desenhava transnacionalmente. A experiência de parte desses ativistas na Europa e a difusão das ideias a esse respeito contribuíram para que, localmente, a estratégia insurrecional fosse aos poucos suplantada pelo predomínio de uma estratégia de massas que, sem suprimi-la, obscureceu-a como orientação predominante entre os diversos grupos de ativistas, da mesma forma como ocorreu em outros lugares.

Com a ascensão da estratégia de massas também foram incorporados os debates em torno da atuação do anarquismo nas estruturas operárias. Esboçaram-se em São Paulo grupos que defendiam que os anarquistas deveriam agir diretamente na organização das classes populares, principalmente no campo econômico. Também foram constituídos grupos que eram contrários à ação sindical. Opostos aos dois, grupos de inspiração insurrecionalista travaram a sua batalha.

O predomínio de grupos defensores da ação no campo econômico fez frente ao amadurecimento de estratégia semelhante por parte dos socialistas democráticos. Estes, além da tática parlamentar, também passaram a defender com maior vigor a necessidade de organização da ação no campo econômico, com propostas bastante diferentes daquelas dos anarquistas.

A propagação da questão organizacional, se assim posso chamá-la, ultrapassou os limites do anarquismo e do socialismo democrático. Os dois movimentos foram atores importantes no processo de organização das classes populares. Mas não exclusivos. A preocupação com a criação de formas de organização capazes de sustentar ações de divulgação e de mobilização e de produzir ações de visibilidade refletiu tanto uma demanda interna do movimento como foi impulsionada pelo ambiente político e social.

4.2. Associativismo popular e espaços livres

Paralelamente à consolidação do estado liberal-oligárquico e ao realinhamento das relações intraelites ocorreu em São Paulo um processo multiforme de organização das classes populares que, por sua complexidade e caráter não totalmente político, chamarei simplesmente de associativismo popular.

No início do século XX, no contexto da rápida urbanização, de retomada do crescimento industrial e de expansão demográfica paulistana, os bairros populares da cidade apresentaram um acentuado crescimento no número de associações das mais diversas naturezas: recreativas, étnicas, mútuas, políticas etc. Essas associações aglutinavam participantes por critérios de classe, de categoria profissional, étnicos, regionais, locais, políticos ou universalistas (SIMÃO, 1981; DE LUCA, 1990; SIQUEIRA, 2008).

Não encontrei dados sistemáticos a respeito da fundação de associações recreativas e de lazer que auxiliem a discriminar seu padrão de crescimento no período. Tampouco encontrei sistematização sobre datas de composição dos grupos socialistas democráticos.

Com base nos estatutos de algumas das associações recreativas e de lazer, Uassyr de Siqueira afirma que se pautavam pela oferta de recreações consideradas lícitas. O padrão moral também seria a medida utilizada para a admissão de novos sócios e para o controle social sobre sua conduta no interior da agremiação. Esse padrão moral abarcava a necessidade de que o pretendente a sócio fosse indicado por um membro da associação, que apresentasse boa conduta - ou seja, que não estivesse envolvido em processos ou atividades criminais - e que fosse possuidor de uma ocupação honesta (SIQUEIRA, 2008). O autor assevera, para o ano de 1902, que:

No caso das agremiações paulistanas, a preocupação em funcionar dentro dos limites do legalmente permitido, se propondo a realizar somente atividades lícitas e regulamentadas pelas leis e decretos referentes aos divertimentos públicos, indica que buscavam, ao menos aos olhos da polícia, se desvencilhar de práticas condenadas e perseguidas – como os jogos ilegais e os bailes populares que ocorriam em botequins e cortiços da cidade, muitas vezes sem a permissão policial (SIQUEIRA, 2008, p. 97).

A despeito disso, pode-se cotejar o crescimento da constituição de grupos anarquistas com o de associações sindicais e de sociedades de mútuos socorros (SMS)⁸². Em sua pesquisa pioneira, Aziz Simão (1981) realizou uma coleta de dados relativos às associações sindicais em jornais da grande imprensa e da imprensa operária. Sob a rubrica "associações sindicais" o pesquisador reuniu as mais diversas denominações: associação, círculo, liga, sociedade, união, centros organizados. Segundo Simão, as associações sindicais da época poderiam ser "profissionalmente indiferenciadas" (base étnica ou por localidade),

⁸² Em que pese a grande diferença entre os graus de formalização e de institucionalização, bem como entre as dificuldades e facilidades inerentes à constituição de cada tipo de grupamento, tenho em mente utilizar tais dados somente para acompanhar o processo multidimensional de ebulição do associativismo popular. Apesar do truísmo, nunca é demais sublinhar que não se trata, do meu ponto de vista, de tentar apontar comparativamente os sucessos ou insucessos de experiências tão díspares uma em relação à outra. Da perspectiva adotada, a despeito de suas diferentes naturezas e finalidades, são todos igualmente indícios do crescimento e das dificuldades enfrentadas pelo associativismo popular no período. Em decorrência da óbvia ausência de estatutos ou de documentação histórica oficial a respeito dos grupos anarquistas, optei pela coleta de informações nos periódicos *Il Risveglio* (1898-1899), *Palestra Social* (1900-1901), *O Amigo do Povo* (1902-1904), *Germinal* (1902-1903) e *La Nuova Gente* (1903). Verifiquei notícias a respeito da constituição de grupos, seja considerando a divulgação de sua fundação, seja a data de primeira referência ao grupo encontrada nos periódicos. Esses foram os mesmos critérios adotados por Aziz Simão (1981) e Tânia Regina De Luca (1990) ao identificarem lacunas na documentação oficial. Com isso, acredito que as bases se tornam comparáveis.

"profissionalmente diferenciadas" (por ofício, o tipo mais comum) ou "profissionalmente articuladas" (por categoria ou setor econômico) (SIMÃO, 1981, p. 162-163). Tânia Regina De Luca (1990) pesquisou a constituição do mutualismo em São Paulo e em Santos. As SMS, que iniciaram sua estruturação na segunda metade do século XIX, eram de caráter principalmente previdenciário, pois tinham como objetivo fundamental a criação de mecanismos de proteção e assistência social. Basicamente, realizavam atividades de financiamento de enterros, cessão de empréstimos e de indenizações por acidente de trabalho, oferta de pensões e atendimento hospitalar. De acordo com a autora, as SMS possuíam múltiplas características, nem todas derivando ou atendendo somente as classes populares. De Luca afirma que o critério de admissão de sócios é o que realmente as diferenciava entre si. Com base nesse critério, a autora estabeleceu uma classificação composta por seis tipos de SMS. Duas delas não interessam diretamente para a análise, a saber, aquelas organizadas pelas próprias empresas e aquelas que congregavam os funcionários de órgãos públicos, por se tratar de um único caso no período todo e atender a uma categoria específica (a do "professorado público", fundada em 1901). Os demais tipos de SMS classificados pela autora foram: aquelas organizadas por categorias profissionais; as organizadas por etnias (negros, migrantes e imigrantes); aquelas organizadas por bairros; e as abertas, ou seja, que estabeleciam como pré-requisitos para a admissão somente o pagamento das mensalidades e o respeito aos estatutos (DE LUCA, 1990, p. 35-37). Entretanto, para os fins pretendidos, considere os diversos grupos anarquistas como um conjunto, reuni todas as associações sindicais e agreguei os diferentes tipos de SMS:

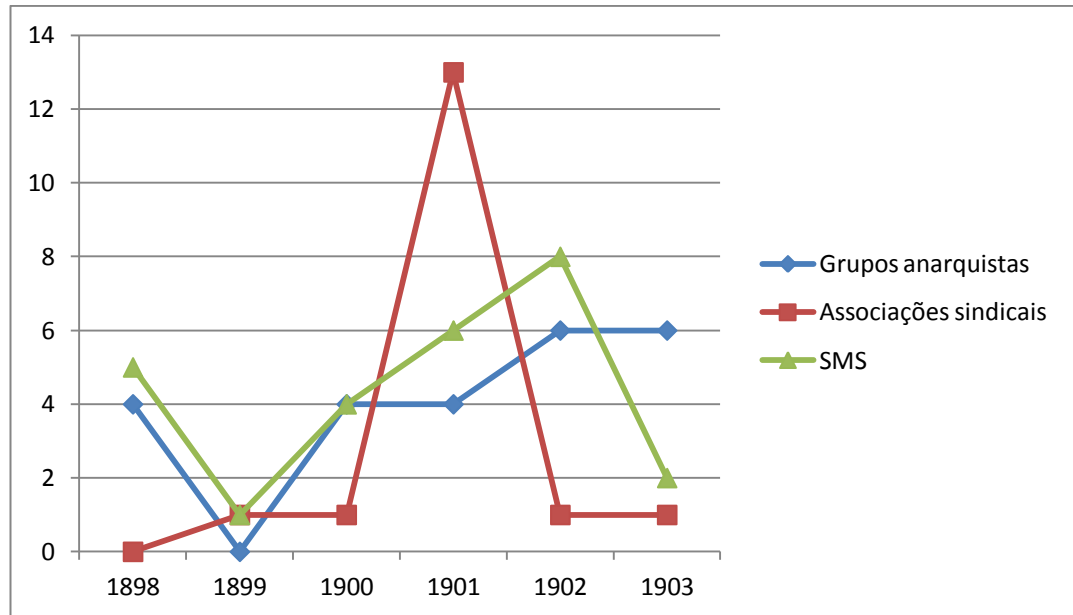


GRÁFICO 3. Evolução de associações sindicais, grupos anarquistas e SMS no município de São Paulo, por ano de constituição (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos em SIMÃO (1981) e DE LUCA (1990) e de informações coletadas em *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente*).

Foi observada a constituição de 67 grupos e associações nesse período. O número total de SMS (26) foi maior do que aquele encontrado para os dois outros tipos de associação. Foram constituídos 24 grupos anarquistas, entre redações de periódicos, centros de estudos sociais, grupos de afinidade, grupos filodramáticos de teatro social e escolas racionalistas. As associações sindicais somaram 17, sendo que treze delas foram constituídas em um único ano, 1901. Na verdade, distingue-se um crescimento generalizado na constituição de grupos e associações em 1901 e 1902. Foi nos anos 1902 e 1903 que se constituiu a maioria dos grupos anarquistas: seis em cada ano. Com exceção de 1898 e 1899, em todos os anos restantes do período foram constituídos simultaneamente grupos representativos das três formas de associação.

Caso se desagregue as associações sindicais entre as categorias propostas por Simão, obtém-se um total de 13 "profissionalmente diferenciadas", três "profissionalmente indiferenciadas" e uma "profissionalmente articulada" (SIMÃO, *op. cit.*). Fazendo o mesmo com as SMS, e obedecendo à tipologia proposta por De Luca, chega-se a um total de 13 organizadas por etnia no período, número bem superior a qualquer outro tipo. Entre essas, seis foram constituídas por imigrantes italianos, duas por negros, duas por portugueses, uma por espanhóis, uma por alemães e uma foi devotada a imigrantes em geral. As SMS por categorias profissionais dividiram-se entre duas da construção civil, uma de gráficos, uma de

médicos e uma de barbeiros e cabeleireiros, todas criadas após 1900. Até 1901 não haviam sido constituídas SMS de bairro: duas delas foram constituídas nesse ano, uma no Brás, outra no Cambuci, e duas outras surgiram no bairro da Mooca em 1902 (DE LUCA, 1990). Luigi Biondi (2002) generalizou a existência de um modelo democrático válido para o caso das SMS italianas. Estas entidades seriam altamente reguladas pelas normas impessoais de seus estatutos. As diretorias, com funções voluntárias e não remuneradas, eram eleitas em assembleias, nas quais todos os sócios adimplentes podiam tomar a palavra e votar. Segundo o autor, os mesmos procedimentos teriam sido adotados pelas associações sindicais nos anos 1900-1901 (BIONDI, *op. cit.*).

Seguindo os modelos do *Partido Socialista Italiano* (PSI) e do *Partido Social Democrata da Alemanha* (SPD), os socialistas democráticos organizavam-se em “grupos”, “centros” ou “círculos” locais, que formavam as “seções” que deveriam compor de maneira escalonar uma federação municipal, uma federação estadual e o partido político. Regidos por estatutos, os grupos eram representados por delegados nas esferas mais amplas e no interior do partido. Em junho de 1902, estiveram presentes ao II Congresso Socialista Brasileiro dez círculos representando a capital paulista. Três deles demarcavam unicamente a sua origem étnica: *Circolo Socialista "Avanti!"*, *Agrupación Socialista Española* e *Allgemeiner Arbeiterverein*. Os outros sete - um composto por alemães, outro multiétnico e os demais por italianos - vinculavam sua identidade também ao bairro nos quais estavam instalados: *Sozialistischer Lesezirkel* da Vila Mariana, *Círculo Socialista Internacional da Lapa*, *Circolo Socialista di Bella Vista*, *Circolo Socialista "Enrico Ferri" del Cambucy*, *Circolo Socialista "Andrea Costa" del Bom Retiro*, *Circolo Socialista "Primo Maggio" del Braz* e *Grupo Socialista de Casa Branca* (BIONDI, 2002).

O que esse quadro geral demonstra é que as diversas formas de organização – mutualista, sindical, anarquista, socialista democrática – conviveram no mesmo período e tiveram forte influência estrangeira – afinal de contas, essa era a composição majoritária das classes populares. Não são representativas de um processo histórico evolucionário que se iniciaria com as mutuais e culminaria no partido (DE LUCA, *op. cit.*; PANSARDI, *op. cit.*). Relacionavam-se a campos diversos – campo econômico no caso das associações sindicais, campo social no caso das SMS, campo sociopolítico, no caso dos grupos anarquistas e socialistas democráticos. O que não significa que tivessem uma convivência harmoniosa.

Naquele momento histórico, os anarquistas combatiam frontalmente as SMS e, em geral, qualquer forma de cooperativismo.

As associações sindicais, as SMS e os círculos socialistas eram, na realidade, organizações multifuncionais. Encaradas por outro prisma que não o de suas finalidades objetivas ou de sua forma organizacional, observa-se que eram verdadeiros centros de sociabilidade. Possuíam bibliotecas, cursos noturnos de alfabetização para operários e filhos de operários, organizavam bailes, festas e outras formas de convivência entre seus associados e suas famílias (DE LUCA, *op. cit.*).

Tendo em vista esses aspectos, aparentemente aproximam-se tipicamente dos grupos anarquistas. Mas, apesar da semelhança superficial, as estruturas de mobilização anarquistas eram bastante diferenciadas em relação à forma de organização, à finalidade e ao conteúdo cultural. Seus modelos organizacionais não eram estatutários como os demais. Não possuíam critérios de admissão fundamentados em origem étnica, local ou profissional. Eram baseados em redes de grupos de afinidade autônomos, na livre participação e na cooperação voluntária em estruturas não hierárquicas, assim como em propostas de autonomia de classe. Eventuais funções administrativas eram desempenhadas rotativamente, sem remuneração, e seus ocupantes eram aclamados por assembleias, podendo ser destituídos da mesma maneira. Aproximavam-se do que a literatura especializada caracteriza como “espaços livres” ou “esferas de autonomia cultural”. Estas podem ser definidas como “configurações de pequena escala no interior de uma comunidade ou movimento que são removidas do controle direto dos grupos dominantes, com participação voluntária, e que geram o desafio cultural que precede ou acompanha a mobilização política” (POLLETTA, 1999, p. 1).

Certamente, “espaços livres” não significa que não estivessem sujeitos a entrechoques com as autoridades públicas e policiais. De acordo com denúncias publicadas n’*O Amigo do Povo* e no *Germinal*, os grupos *Filhos da Era Anarchista* e *Nuova Civiltà* promoveram uma festa no dia 7 de junho de 1902 no Cassino Penteado, situado à Rua Rodrigues dos Santos, nº 2, no Brás. Em seu programa constava a apresentação de um espetáculo teatral. A finalidade do evento foi a de arrecadar fundos para a publicação da tradução do texto *Fra Contadini*, de Errico Malatesta. Segundo os periódicos, a polícia invadiu o local, questionando o porquê de não haver sido convidada para o espetáculo. Os ativistas teriam respondido se tratar de uma festa privada. Os policiais, armados,

começaram a circular pelo local e a apontar irregularidades, amedrontando também as cerca de 150 mulheres e 80 crianças presentes. As autoridades tentaram extorquir os organizadores do evento. Frente à recusa, os policiais usurparam parte da renda da festa e detiveram três ativistas, que foram conduzidos à delegacia ("Le solite della polizia". *Germinal*, nº 8, 15/06/1902; "No Café". *O Amigo do Povo*, nº 10, 16/08/1902).

“Espaços livres”, nesse contexto, tem uma significação mais qualificada. Considerando a sua dimensão de sociabilidade, eram modelos culturais alternativos, subtraídos das formas de organização dominantes ou preferenciais, tentando operar como prefigurações da sociedade alternativa futura.

No geral, é possível tratar essas estruturas não só da perspectiva formal, mas também cultural, isto é, como *contextos de micromobilização*⁸³. Os grupos anarquistas sustentavam-se por subscrições voluntárias de ativistas e simpatizantes. Suas reuniões ocorriam em espaços próprios ou cedidos por outras instituições, tais como sindicatos e associações étnicas ou, ainda, nas residências de seus integrantes. Como contextos de micromobilização esses grupos promoviam a solidariedade, o comprometimento e a sociabilidade necessários à reprodução do movimento. Em síntese: a) funcionavam como uma esfera de compartilhamento de experiências que reforçava a identidade e os compromissos mútuos do grupo; b) forneciam um idioma cultural comum para a reelaboração dessas experiências e para o reforço, redefinição, refinamento ou abandono de estratégias e táticas de ação; e c) alimentavam a reprodução dos vínculos e conexões necessários para a sustentação do movimento.

Em outras palavras, os grupos que compunham a base do movimento simultaneamente promoviam um cenário para a produção e circulação de um conjunto de valores, símbolos, artefatos culturais e crenças e sustentavam a construção de redes sociais. Igualmente, por meio de suas micropráticas, certificavam um modo de vida que atualizava a disposição radical de seus ativistas – tanto na escala local como em sua relação simbólica com grupos situados em outros lugares. A reunião convocada pelo *Circolo di Studi Sociali*

⁸³ Considero a definição de Scott Hunt e de Robert Benford: "Micromobilização é um termo usado para iluminar o trabalho bastante normal no qual os ativistas se engajam para produzir um 'movimento', por exemplo, agrupamento e ativação de recursos materiais, capital cultural e trabalho. [...] Nós entendemos micromobilização como o trabalho colaborativo que os indivíduos fazem em nome de um movimento social ou de uma organização de movimento social para reunir, preparar, coordenar, usar e reproduzir recursos materiais, trabalho e ideias para a ação coletiva. A orientação básica é que a identidade coletiva molda e é moldada pela micromobilização" (HUNT & BENFORD, 2004, p. 438).

para o dia 14 de abril de 1898, às 20 horas na Cervejaria Swork, situada na Rua do Bom Retiro, nº 64-A, tinha como finalidade organizar a "*Festa del 1º Maggio*", ou seja, uma ação de visibilidade do movimento (*Il Risveglio*, nº 14, 10/04/1898). A programação de uma festa realizada pelo *Núcleo Filodrammatico Libertario* na noite de 13 de setembro de 1902, no Cassino Penteado, dá uma boa mostra a respeito da articulação entre valores, símbolos e artefatos culturais na reprodução e na difusão do movimento:

- 1-Bozzeto dramático social *Il Primmo Maggio*, de P. Gori;
- 2-Conferência de B. Mota sobre o tema *A mulher na sociedade burguesa e na sociedade futura*, seguindo-se no uso da palavra Valentin Diego, que tratará diversos pontos da questão social;
- 3- Rifa de objectos de valor e outros de surpresa;
- 4-uma engraçadíssima farça;
- 5- Baile familiar. ("Reuniões e Conferências". *O Amigo do Povo*, nº 11, 06/09/1902).

A peça de Pietro Gori, ativista toscano que viveu em Buenos Aires entre os anos de 1898 e 1902, foi amplamente encenada em vários lugares do globo. Era decididamente um artefato cultural modular, apto a circular transnacionalmente por toda a rede de ativistas italianos e, através deles, chegar a um público falante de outra língua. O próprio tema da conferência de Benjamin Mota já continha, em si mesmo, um desafio aos modelos culturais vigentes. Esta estrutura de festa libertária chegou a ser modular em São Paulo durante todo esse período e posteriormente, o que aponta, por um lado, para a facilidade de sua difusão e, por outro, para elementos performáticos presentes nesses contextos de micromobilização. O número seguinte d'*O Amigo do Povo* descreveu a realização da festa, abordando as variações no programa exposto e detalhando a participação dos ativistas e do público:

No Casino Penteado no sábado passado, deu-se uma das melhores festas libertárias que se têm visto aqui. O "*Primo Maggio*", de Gori, teve um bom desempenho, sobressaindo a jovem anciosa por partir para o país onde a terra é de todos e onde a mulher é, não escrava, mas companheira e consoladora do homem - o Oriente ("*Laggiú, verso la parte dove si leva il sole*"... Ah! O caminho é áspero, o caminho é longo, mas ao fim lá está a terra feliz - "*il benessere per tutti*"...). Depois uma romança bem cantada. Seguiu-se a anunciada conferência de Benjamin Mota, falando em seguida Valentin Diego e Ricardo Gonçalves, um moço que declarou necessária a revolução e apoiou as palavras dos oradores precedentes. Esta adesão causou entusiasmo. Houve depois a rifa d'um quadro allegórico - O Capital, e uma comédia que fez rir a bardelras despregadas e onde o Sorelli e o

Giovanino foram cômicos a valer e o Boni, o terrível e "perigoso" anarquista que, estando em S. Paulo, atentou contra o sultão etc., fazia o papel inofensivo e grave de empresário de teatro. Por fim, deu-se valentemente à perna.

Venderam-se folhetos e jornais e alguns camaradas fizeram distribuir à sua custa o "Fra Contadini", sobretudo pelas numerosas companheiras presentes e pelos estranhos à anarquia.

Os camaradas divertiram-se e fizeram propaganda ("As nossas festas". *O Amigo do Povo*, nº 12, 20/09/1902).

Em contraste com a década anterior, caracterizada exclusivamente pela existência de grupos nucleados em torno de periódicos, na virada do século o leque de grupos autodenominados anarquistas ou libertários foi bem mais amplo, recobrando, além do campo da opinião pública, também o campo educacional e o campo artístico-cultural. Em seu respectivo campo, esses grupos libertários estiveram vinculados diretamente às ações do movimento. Reuniram-se a partir de afinidades estratégicas ou para o desenvolvimento de atividades ou em torno de temáticas específicas. Idealmente, esses grupos constituíam-se pela convergência de ativistas em torno de um mesmo projeto e desfiziam-se tão logo a sua razão de ser se exaurisse. Podiam constituir-se para traduzir um texto, publicar um opúsculo ou importar livros, realizar uma ação de visibilidade, influenciar a constituição de ligas de resistência, organizar congressos ou espetáculos, publicar periódicos, manter uma biblioteca popular, realizar conferências etc. Normalmente mantiveram relações com outros grupos em outros territórios, no Brasil ou no exterior, mesma função desempenhada somente pelos periódicos no período precedente. Mas também se desfizeram em virtude de dificuldades financeiras ou em decorrência de ações repressivas por parte das autoridades públicas. Dessa maneira, faz muito pouco sentido tentar analisá-los sob o ponto de vista de sua perenidade para contrastá-los com organizações que se pretendam duradouras, como certa historiografia intentou fazê-lo (FAUSTO, 1976; MARAM, 1979; TRENTO, 1988). O quadro a seguir apresenta os grupos anarquistas do período de acordo com uma tipificação básica e considerando o ano de sua constituição ou primeira referência:

QUADRO 7. Constituição de grupos anarquistas na cidade de São Paulo (1898-1903)

Nome	Tipo	Data*
<i>Il Risveglio</i>	Periódico	1898
<i>Circolo di Studi Sociali</i>	Círculo ou centro de estudos sociais	1898
<i>Grupo Angiolillo</i>	Grupo de afinidade	1898
<i>Gruppo Germinal (Ponte Piccolo)</i>	Grupo de afinidade	1898
<i>Gruppo Progresso</i>	Grupo de afinidade	1900
<i>Palestra Social</i>	Periódico	1900
<i>Grupo Fermin Salvochea</i>	Grupo de afinidade	1900
<i>Círculo Unitá Libertá Solidarietá</i>	Círculo ou centro de estudos sociais	1900
<i>Gruppo Bibliotecario Socialista Anarchico - Idea e Azione</i>	Grupo de afinidade	1901
<i>Grupo Pensiero e Azione</i>	Grupo de afinidade	1901
<i>Núcleo Filodrammatico Libertario de São Paulo</i>	Grupo de teatro social	1901
<i>Circolo Educativo Libertario Germinal</i>	Círculo ou centro de estudos sociais	1901
<i>Grupo Filodramático "L'Attore Infantile"</i>	Grupo de teatro social	1902
<i>Germinal - órgão socialista anarchico</i>	Periódico	1902
<i>Grupo Filhos da Era Anarquista</i>	Grupo de afinidade	1902
<i>O Amigo do Povo</i>	Periódico	1902
<i>Gruppo Anarchico Nuova Civiltá</i>	Grupo de afinidade	1902
<i>Grupo Socialista Anarquista O Amigo do Povo</i>	Grupo de afinidade	1902
<i>Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários</i>	Círculo ou centro de estudos sociais	1903
<i>Grupo Amantes del Progreso</i>	Grupo de afinidade	1903
<i>Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo</i>	Círculo ou centro de estudos sociais	1903
<i>Grupo Anarchico La Propaganda</i>	Grupo de afinidade	1903
<i>La Nuova Gente</i>	Periódico	1903
<i>Escola Libertária Germinal</i>	Escola racionalista	1903

* Ano de constituição/primeira referência

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*.

Os grupos de afinidade formaram a maioria das estruturas de mobilização anarquistas do período (11). Tais grupos reuniam ativistas por afinidades estratégicas e dedicavam-se a diversas atividades. Os círculos ou centros de estudos sociais (5) tinham finalidades específicas: funcionar como focos de difusão, de autodidatismo e locais de

alfabetização e instrução dos operários. Os periódicos (5) mantiveram a dupla função anteriormente descrita. Os grupos de teatro social (2) surgiram somente a partir de 1901 e intentavam dar conta de uma demanda específica do movimento anarquista que começava a ganhar corpo: o proselitismo através da cultura⁸⁴. Foi possível obter o endereço de treze desses vinte e quatro grupos anarquistas da cidade de São Paulo. A maior parte se localizava nos bairros do Brás e do Bom Retiro (quatro em cada um deles), alguns na região central da cidade (dois na Sé e um na República), um no bairro da Ponte Pequena e outro na Barra Funda. O número de ativistas envolvidos nesses grupos variou conforme os seus objetivos e atividades. Isabelle Felici afirma que o *Circolo Educativo Libertario Germinal* possuía sessenta componentes em 1902 (FELICI, 1994, p.163).

Apesar de constituídos em anos diferentes, esses grupos anarquistas coexistiram na cidade de São Paulo, estabelecendo uma rede local de relacionamento. Alguns se dissolveram, outros se constituíram ano a ano, por motivos diversos já assinalados. No entanto, essa coexistência apresentou uma tendência crescente:

TABELA 9. Grupos anarquistas existentes na cidade de São Paulo, por ano (1898-1903)

Ano	São Paulo
1898	4
1899	4
1900	4
1901	8
1902	12
1903	18

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*.

Em 1902, o número de grupos anarquistas que conviviam na capital era similar ao dos círculos socialistas democráticos, o que indica uma orientação generalizada para a

⁸⁴ De acordo com Maria Thereza Vargas (1980): "Nas primeiras festas registradas a partir de 1902, há uma alternância de elencos libertários e grupos italianos de filodramáticos desvinculados de uma tendência ideológica. A paixão pelo teatro, especialmente pelas companhias teatrais italianas que aqui excursionavam, fazia proliferar grupos de interesse puramente artístico. É considerável a diferença de atuação e repertório entre os filodramáticos "artísticos" e os grupos de propaganda. Evidentemente os primeiros estarão ainda longe de corresponder aos ideais ou propósitos de uma arte libertária" (VARGAS, 1980, p. 48).

formação de estruturas de mobilização no interior da identidade coletiva do "movimento socialista".

A constituição desses grupos seguiu também uma tendência geral do movimento anarquista globalmente considerado, harmonizando-se com as facilidades abertas no contexto político e social local. Como visto no primeiro capítulo, a estratégia do anarquismo de massas começou a se impor no final do século XIX, encontrando uma oportunidade para se estabelecer em consequência da repressão política frente ao uso de formas de ação violentas. A nova diáspora de ativistas europeus que chegou à América durante a segunda metade da década de 1890 e nos anos iniciais do século XX, bem como a integração local aos circuitos de troca de informações na rede transnacional do movimento, facultaram aos grupos locais o acesso a outros quadros interpretativos e a outras estratégias passíveis de serem adaptadas ao seu contexto. Nesse sentido, é significativo que Juan Suriano tenha identificado uma intensa onda de constituição de centros sociais libertários em Buenos Aires no mesmo período aqui estudado (SURIANO, 2001, p. 50 e ss).

Durante os anos de 1898 e 1903, os grupos anarquistas de São Paulo adensaram suas relações recíprocas e conectaram-se de forma mais abrangente aos grupos e ativistas situados no exterior e no interior do Brasil. A origem das subscrições para três dos periódicos libertários oferece uma boa estimativa para esses relacionamentos:

QUADRO 8. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1898-1903)

Periódico/Estado	São Paulo	Brasil	Exterior
<i>Il Risveglio</i> (1898/1899)	Amparo, Batatais, Bragança Paulista, Campinas, Conchas, Cravinhos, Franca, Jaú, Jundiá, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba, Tietê,	Minas Gerais: Araguari, Conquista, Frutal, Sacramento, Uberaba, Uberabinha Paraná: Paranaguá Rio de Janeiro: Rio de Janeiro	Patterson (EUA)
<i>Palestra Social</i> (1900/1901)	Amparo, Batatais, Jundiá, Ribeirão Preto, Santos, São Paulo, Tietê	Minas Gerais: Águas Virtuosas Pará; Rio de Janeiro	-
<i>O Amigo do Povo</i> (1902/1904)	Campinas, Jaú, Jundiá, Piracicaba, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Sorocaba	Minas Gerais: Juiz de Fora Paraná: Curitiba, Guarapuava, Palmeira, Ponta Grossa Rio de Janeiro: Rio de Janeiro Rio Grande do Sul: Porto Alegre	Le Havre (França) Assunção (Paraguai)

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social* e *O Amigo do Povo*.

A expansão da rede de transferência de recursos em comparação com o período anterior é nítida. Ampliaram-se as fontes de contribuições vindas do interior do estado de São Paulo, mantendo a sua predominância, mas notam-se adesões oriundas do Pará, de estados do Sul e de outras cidades em estados que já contribuía no período anterior. O contato com as cidades de outros estados podia ser uma decorrência direta das relações de amizade de certos ativistas, como no caso das relações de Gigi Damiani, redator nos periódicos *Il Risveglio* e *O Amigo do Povo*, com ativistas localizados no Paraná - ele próprio transferiu-se para Curitiba no segundo semestre de 1902. O periódico *Il Risveglio* instituiu a figura do "recolhedor" em cada uma das cidades brasileiras nas quais contou com subscrições. As subscrições vindas do exterior foram remetidas principalmente em momentos de crise financeira dos periódicos locais.

A mesma expansão pode ser observada nas redes de fluxo de comunicação e de troca de informações. Utilizo novamente como indicador as seções de recados e de correio para estimar o local de circulação de quatro periódicos. As seções consultadas foram "Corrieri" (*Il Risveglio*), "Piccola Posta" (*Palestra Social*), "Piccola Posta" (*Germinal*) e "Piccola Posta", posteriormente "Caixa do Correio" (*O Amigo do Povo*).

QUADRO 9. Origem e destino de mensagens divulgadas em periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1898-1903).

Periódico	Estado de SP	Brasil	Exterior
<i>Il Risveglio</i> (1898/1899)	Amparo; Boa Esperança; Bragança Paulista; Campinas; Conchas; Dourado; Jaú; Jundiaí; Nova Veneza; Porto Ferreira; Ribeirão Preto; São Roque; Sorocaba; Taubaté; Tietê	Minas Gerais: Mococa; Sabará; Uberaba Paraná: Curitiba Pará: Itupiranga Rio de Janeiro: Petrópolis; Rio de Janeiro Santa Catarina: Alto da Serra	Argentina: Buenos Aires Bélgica: Bruxelas Espanha: Madrid Estados Unidos: Patterson França: Paris Itália: Ancona; Roma; Turim
<i>Palestra Social</i> (1900/1901)	Batatais; Campinas; Guarujá; Santa Cruz das Palmeiras; Santos; São João da Bocaina	Minas Gerais: Águas Virtuosas Pará Rio de Janeiro: Rio de Janeiro Rio Grande do Sul	Argentina: Buenos Aires Estados Unidos: Paterson; Nova Iorque Inglaterra: Londres Itália: Florença; Siena Paraguai: Assunção
<i>Germinal</i> (1902/1902)	Amparo; Campinas; Jundiaí; Monte Alto; Santos; São João da Boa Vista; Sorocaba	Rio de Janeiro Rio Grande do Sul: Porto Alegre	Argentina: Buenos Aires Espanha Estados Unidos: Chicago França: Paris Inglaterra: Londres Itália: Livorno; Siena
<i>O Amigo do Povo</i> (1902/1904)	Bragança Paulista; Conchas; Ribeirão Preto	Rio de Janeiro: Rio de Janeiro Rio Grande do Sul: Porto Alegre	Argentina: Buenos Aires; Rosario de Santa Fé Inglaterra: Londres Portugal: Amarante; Lisboa

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *Germinal* e *O Amigo do Povo*.

Os periódicos editados na capital paulistana circulavam sobremaneira no interior de São Paulo, o que corrobora os dados a respeito da origem das subscrições. Provavelmente, como já foi apontado no capítulo anterior a respeito de Jaú e Ribeirão Preto, existiu algum

grau de colaboração e de coordenação tática entre grupos da capital e interior. Observa-se, assim como no caso da origem das subscrições, a circulação em cidades situadas em outros estados do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Pará). Grupos anarquistas se constituíram por essa época em municípios mais urbanizados como Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba. A colaboração com ativistas dessas capitais - principalmente Rio de Janeiro - firmou-se nos anos iniciais do século XX. Artigos redigidos por ativistas do Rio de Janeiro foram frequentemente publicados no *Germinal* e *n'O Amigo do Povo*. Ativistas que estavam instalados em São Paulo mudaram-se para a capital federal, tornando a colaboração ainda mais estreita, como no caso do casal Luigi e Matilde Magrassi, que se transferiram para o Rio de Janeiro por volta de 1902-1903.

As relações transnacionais dos grupos locais também se ampliaram. Na América do Sul, além de Buenos Aires e Rosario de Santa Fé também surge como referência Assunção, no Paraguai. Na América do Norte, foram estabelecidas conexões com Paterson (Nova Jersey) e Chicago e mantidas aquelas com Nova Iorque, municípios que concentravam ativistas de origem italiana. Foram estabelecidos vínculos com municípios italianos. Estes, aparentemente em decorrência direta da origem dos ativistas que chegaram ou se mantiveram na cidade de São Paulo: Toscana (Florença, Livorno e Siena), Piemonte (Turim), Lácio (Roma) e Marcas (Ancona), região da Itália central que faz fronteira com a Emília-Romanha, a Toscana e o Lácio.

Observa-se também a recorrência de fluxos de comunicação e de troca de informações com centros de difusão transnacional do movimento anarquista. Nessa época, Paris iniciava seu processo de conversão como núcleo de referência do ativismo anarquista de vertente sindicalista; em Londres, situavam-se diversos grupos ligados diretamente à figura de Kropotkin, ali instalado desde meados da década de 1880. As cidades argentinas e norte-americanas continuavam a ser importantes centros do ativismo anarquista italiano de orientação insurrecionalista e de massas.

A partir de 1898 e, com maior volume e sistematicidade de 1902 em diante, os grupos locais anarquistas iniciaram uma longa e duradoura atividade de importação e de distribuição local de obras anarquistas que constituíam referências para a cultura do movimento. Também passaram a traduzir opúsculos e textos de ativistas europeus, vendidos separadamente ou publicados de maneira seriada nos próprios periódicos. *Il Risveglio* intermediou a distribuição de "Psicologia del socialista-anarquista" de Hamon, traduzido e

publicado por uma tipografia de Buenos Aires (*Il Risveglio*, nº 15, 17/04/1898). Entre outubro de 1898 e janeiro de 1899 publicou em suas páginas, de maneira seriada, uma tradução em português de um texto de Kropotkin, "A Lei e a Autoridade" (*Il Risveglio*, nº 28, 09/10/1898; *Il Risveglio*, nº 40, 08/01/1899). Em 1902, *O Amigo do Povo* anunciou em suas páginas a venda de livros em diversas línguas: em português, "A sociedade futura" de Jean Grave; em italiano e espanhol, "El Cancionero Revolucionario"; em italiano, "I delitti di Dio", de Sebasien Faure, "Senza Patria", de Pietro Gori, "Perchè siamo anarchici", de Merlino, "L'Anarchia", de Malatesta, "L'Espropriazione", de Kropotkin e "Lo Sciopero Generale", sem indicação de autor (*O Amigo do Povo*, nº 14, 25/10/1902).

4.3. Campos de confronto e identidade coletiva

Como demonstrado no capítulo anterior, os anarquistas articularam num mesmo quadro interpretativo problemas originários de diversos campos sociais. A constituição de novos tipos de estruturas de mobilização pelos grupos anarquistas locais teve a pretensão de proporcionar oportunidades para a ação do movimento nesses diversos campos. A partir de 1898, os problemas relacionados aos campos econômico e social adquiriram uma relevância maior no discurso e na prática anarquistas e foram reconfigurados sinteticamente no quadro da "questão social", cujos conteúdos foram refinados ao longo do período. A "questão social" unificou problemas originários da expansão urbana, do crescimento industrial, das relações de trabalho e das relações entre estado e cidadãos no quadro das relações de dominação de classe.

Em janeiro de 1898, *Il Risveglio* e o *Circolo di Studi Sociali* reativaram relações entre os grupos anarquistas e os grupos socialistas democráticos. À frente da redação do periódico encontrava-se Alfredo Mari, italiano, tipógrafo. O anarquista havia participado da manifestação contra a comemoração da Unificação Italiana em setembro de 1897, discursando no evento do Teatro Polytheama ao lado dos socialistas Valentim Diego (também tipógrafo), Estevam Estrella e Alcebiade Bertolotti. Juntamente com Mari encontravam-se na redação d'*Il Risveglio* Augusto Donati, Gigi Damiani, Benjamin Mota e Alessandro Pini, entre outros. O periódico contou com o auxílio dos socialistas democráticos, que disponibilizaram o material gráfico utilizado no extinto *O Socialista*. Logo em seu primeiro número cedeu parte de suas colunas para artigos e missivas de socialistas

democráticos como Emilio Massardo e Valentim Diego. Em sua mensagem, Valentim Diego felicitou Alfredo Mari pela iniciativa e apontou a necessidade dos socialistas abandonarem as palavras e partirem para a ação: "Lo que más urge es divulgar nuestras ideas entre el pueblo y realizar actos que estén en relación con el número de afiliados" ("Adhesión y Felicitación". *Il Risveglio*, nº 1, 09/01/1898).

Essa avaliação era largamente compartilhada por *Il Risveglio*. Nesse seu primeiro número, o periódico anunciou a venda do *Almanacco Socialista Illustrato* de 1898, editado em Buenos Aires por *La Questione Sociale*, iniciando aquela distribuição constante e crescente de opúsculos, livros e textos anteriormente referida. Publicou ainda o programa do *Circolo di Studi Sociali*, constituído recentemente:

L'educazione e l'istruzione dell'operaio dev'essere il precipuo interesse di tutti coloro che amano e desideramo lo sviluppo integrale della famiglia umana. [...]

Per queste ragioni [...], così la mente ci dette l'idea di fondare in S. Paolo un Circolo di Studi Sociali, il cui diretto scopo é diffondere il piú largamente possibile il socialismo libertario, per mezzo di opuscoli, giornale, manifesti, conferenze utili e istruttive per tutti, iniziare associazioni di arti e mestieri sotto l'egida della lotta fra capitale e lavoro, e infine tuttoció che puó essere utile e profittevole all'istruzione e educazione della classe operaia (*Il Risveglio*, nº 1, 09/01/1898)⁸⁵.

O *Circolo di Studi Sociali* tinha entre seus membros os redatores d'*Il Risveglio*, o que contribui para o entendimento das relações entre os grupos a partir do múltiplo pertencimento de seus ativistas. A necessidade de realizar ações demonstrativas do movimento socialista, expressa por Valentim Diego, também foi sublinhada pelo *Circolo*, que tomou a iniciativa já mencionada para a organização do Primeiro de Maio de 1898.

O campo de ação desses dois grupos anarquistas também incluiu a formação de sociedades e de ligas de resistência. O periódico proclamou a necessidade de constituição de "una vasta rete di associazioni" ("uma ampla rede de associações") que pudesse fazer frente aos capitalistas ("Una grande iniziativa". *Il Risveglio*, nº 3, 23/01/1898). O *Circolo di Studi*

⁸⁵ "A educação e o ensino do trabalhador devem ser o interesse principal de todos aqueles que amam e desejam o desenvolvimento integral da família humana. [...]"

Por estas razões [...], veio-nos à mente a ideia de fundar em S. Paulo um Círculo de Estudos Sociais, cujo objetivo direto é difundir o mais amplamente possível o socialismo libertário, por meio de panfletos, jornais, cartazes, conferências úteis e instrutivas para todos, iniciar associações de artes e ofícios sob os auspícios da luta entre capital e trabalho, e, enfim, tudo aquilo que possa ser útil e proveitoso para o ensino e a educação da classe trabalhadora."

Sociali formou uma comissão para essa tarefa, que por sua vez criou comissões de sapateiros, carpinteiros, ferreiros e cabeleireiros responsáveis pela propagação da ideia e organização de ligas de resistência em suas respectivas categorias (*Il Risveglio*, nº 5, 06/02/1898; *Il Risveglio*, nº 6, 13/02/1898).

Houve, antes da virada do século, uma guinada efetiva do movimento em direção à estratégia de massas, resgatando as táticas defendidas pela ADS desde 1868 a respeito da organização das classes trabalhadoras no campo econômico e de difusão das ideias socialistas revolucionárias entre as classes populares.

No interior do campo socialista, a definição do escopo de ação no nível societário não foi uma exclusividade dos grupos anarquistas. Após o fechamento definitivo do sistema político à participação popular e a passagem do governo Campos Sales para o de Rodrigues Alves, os socialistas democráticos radicalizaram suas táticas de ação extrainstitucional. Entre 1901 e 1902 mantiveram ações devotadas ao campo institucional, como a fundação do Partido Socialista Brasileiro durante seu congresso de 1902. Contudo, orientados por uma perspectiva de "coletivismo" ou de "socialismo integral", tornaram-se mais propensos à revalorização e adoção de táticas devotadas à organização das classes populares. No campo econômico, atuaram na formação de ligas de resistência, na defesa da greve como instrumento de reivindicação, na criação de cooperativas etc. (PANSARDI, *op. cit.*; BIONDI, *op. cit.*). No campo social, adotaram como tática a conquista de diretorias nas sociedades étnicas, mutuais ou recreativas - no que eram facilitados pela afinidade do formato entre seu modelo organizacional e o dessas associações. Nos campos educacional e artístico-cultural, concentraram-se em atividades semelhantes às desempenhadas pelos anarquistas.

No início desse período, a afirmação de afastamento da "luta política", ou seja, institucional e partidária, passou a ser cada vez mais ostensiva por parte dos grupos anarquistas. É sintomático que *Il Risveglio* tenha passado a exibir em seu cabeçalho o subtítulo "organo comunista-libertario" a partir de julho de 1898, alterando essa autorreferência ao longo do tempo: "organo del partito anarchico" em agosto, "giornale anarchico" em outubro e "periodico socialista-anarchico" a partir de janeiro de 1899. A inclusão do subtítulo pela primeira vez em julho de 1898 foi justificada pelo periódico como uma necessidade de diferenciação frente ao surgimento de um jornal dos "socialistas autoritários" (*Il Risveglio*, nº 18, 17-18/07/1898). Ao que tudo indica, parece fazer referência

ao ressurgimento d'*O Socialista*, que havia retomado sua publicação em maio, após ter desaparecido em junho de 1897 (PANSARDI, *op. cit.*).

A estratégia de massas também foi defendida pelo *Gruppo Pensiero e Azione*, pelo *Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários*, pelo *Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo* pelos periódicos *Palestra Social* e *O Amigo do Povo* e, em geral, pela maioria dos grupos identificados⁸⁶. Ativistas defensores da estratégia insurrecional tinham espaço nesses periódicos para a defesa de seus pontos de vista, já que faziam parte do grupo editor. Mas, comumente, *O Amigo do Povo*, *Palestra Social* e *Il Risveglio* caracterizaram-se por uma linha editorial com maior proximidade da estratégia de massas. Publicavam constantemente anúncios de reuniões sindicais, acompanhavam o desdobramento de greves, participavam da formação de ligas de resistência etc.

Durante esse período, os grupos de ativistas adeptos da estratégia insurrecional continuaram a não promover ações violentas, dedicando-se principalmente à "propaganda pela palavra" e a ações nos campos educativo e artístico-cultural. A sua recusa em atuar na organização das classes populares não implicou abdicar da estruturação de grupos anarquistas para a efetivação das suas ações de proselitismo e de propaganda. Os grupos *Angiolillo*, *Nuova Civiltà*, *Gruppo Anarchico La Propaganda* e o periódico *Germinal* possuíam uma orientação francamente hostil à organização do campo econômico e às táticas a ela relacionadas: "Si parla motto di rivendicazioni sociali; si parla troppo poco di ribellione; benché, per noi anarchici, il ribellarsi sia l'unica via pratica che conduca a conseguirle" ("Ribellione". *Germinal*, nº 9, 30/06/1902)⁸⁷.

Isso não significa que os ativistas não compartilhassem os mesmos grupos ou que deixassem de colaborar nas mesmas ações em virtude dessas diferentes orientações. Ou mesmo que não mudassem de orientação estratégica em sua trajetória política individual durante o período. Na redação d'*O Palestra Social*, encontravam-se nomes como os de Tobia Boni e Angelo Bandoni, defensores da estratégia insurrecional, e de Ezzechiello Simoni,

⁸⁶ No número único *La Terza Roma*, lançado em 20 de setembro de 1901 e dedicado à manifestação contra a comemoração da Unificação Italiana, o *Gruppo Pensiero e Azione*, responsável pela publicação, esclareceu seus objetivos. Entre eles, mencionou "un'attiva propaganda nelle unioni di mestieri ed una diretta azione nel movimento economico" ("uma propaganda ativa nos sindicatos e uma ação direta no movimento econômico"). Entre os demais objetivos que foram estabelecidos destaque a difusão das ideias anarquistas no interior do estado de São Paulo e a intensificação de contatos com os trabalhadores das fazendas de café ("Gruppo Pensiero e Azione - San Paulo". *La Terza Roma*, 20/01/1901).

⁸⁷ "Fala-se muito de reivindicação social; fala-se muito pouco de rebelião; embora, para nós anarquistas, rebelar-se seja a única via prática que conduz à sua consecução".

adepto da estratégia do anarquismo de massas. O mesmo acontecia n'*O Amigo do Povo*: Neno Vasco, Benjamin Mota, Giulio Sorelli e Manoel Moscoso conviviam nesse mesmo grupo com Alessandro Cerchiai e os dois insurrecionalistas já citados⁸⁸.

As fronteiras entre os grupos devem ser encaradas como um processo dinâmico e sujeito a permeabilidades. As aproximações e distanciamentos recíprocos ocorreram na definição dos campos de confronto e das formas de ação neles empregáveis. Realcei o distanciamento entre os grupos anarquistas no campo econômico, cujas orientações variaram entre uma intensa atividade organizacional e a interdição desse tipo de ação. Contudo, esses mesmos grupos desenvolveram um sistema de ação comum nos campos educacional e artístico-cultural, compartilhando também um mesmo sistema de referências a respeito das funções de difusão e de mobilização do movimento atribuídas às ações desenvolvidas.

Para além das diferentes orientações, esses grupos se reconheceram como parte de um mesmo movimento, reafirmando seu distanciamento em relação aos seus opositores e reiterando suas diferenças diante de seus aliados e competidores, os socialistas democráticos. Como parte do campo socialista, opuseram-se aos grupos dominantes. Como anarquistas se definiram em relação aos socialistas democráticos. E, no interior do movimento anarquista, os grupos se diferenciaram por suas orientações estratégicas em um campo ou em outro.

O conceito de "identidade coletiva" é uma forma sintética de acessar a construção social desses posicionamentos em um espaço sociopolítico. Três aspectos desse processo de construção social parecem particularmente importantes para serem nesse momento explorados: a delimitação das fronteiras do movimento social, a adoção de quadros interpretativos particulares e a condução de ajustes ou negociações para resistir às definições sociais negativas (TAYLOR & WHITTIER, 1995; TAYLOR & WHITTIER, 1992; HUNT & BENFORD, 2004). As fronteiras são definidas como "estruturas físicas, psicológicas e sociais

⁸⁸ Tobia Boni, ourives, havia deixado a Itália em setembro de 1898. Segundo Isabelle Felici, a embaixada italiana em São Paulo julgava que sua pequena joalheria era, na verdade, uma fachada para a recepção de objetos roubados e para a falsificação de moedas (FELICI, 1994). Angelo Bandoni ficou encarcerado na Itália entre os anos de 1887 e 1895, acusado de falsificação de moeda e de abuso de imprensa. Após esse período, ficou mais cinco anos preso na Argélia até ser deportado para a Itália, de onde emigrou para o Brasil em 1900 (TRENTO, 1988, FELICI, 1994; RODRIGUES, 1994; NASCIMENTO, 2006). Alessandro Cerchiai nasceu em janeiro de 1877 na província de Lucca. Chegou a São Paulo em 1901, após ter passado dois anos preso por participar dos levantes populares de Milão em maio de 1898. Aqui se ocupou como lixeiro. No final de 1903 foi para a Argentina, mas retornou aos meios libertários paulistanos em setembro de 1904 (RODRIGUES, 1984; TRENTO, 1988; RODRIGUES, 1994).

que estabelecem diferenças entre um grupo desafiante e os grupos dominantes" (TAYLOR & WHITTIER, 1992, p. 111). A definição de situação refere-se "aos esquemas interpretativos que emergem da luta de um grupo desafiante para definir e concretizar seus interesses" (TAYLOR & WHITTIER, 1995, p. 173). E, finalmente, a negociação ou ajuste corresponde à "politização da vida cotidiana através de símbolos e ações cotidianas que os grupos subordinados usam para resistir e reestruturar os sistemas de dominação" (*Idem; Ibid.*).

Nesse contexto, qual foi a identidade pública que os ativistas anarquistas antepuseram à imagem construída por seus opositores? Como se definiram frente a eles e à sua audiência? Em uma frase, como tentaram refundar sua identidade pública nesse período, diante de um passivo de uma imagem deletéria promovida pelas autoridades públicas e pela grande imprensa no período anterior? Essa refundação contou com sua organização no nível societário, com a difusão de modelos culturais alternativos e inovadores e com a adoção de um repertório de ação peculiar.

Em primeiro lugar, a forma de apresentação do movimento foi uma afirmação simbólica de sua existência. Nomes importam. São repositórios do universo simbólico de um grupo, posto que a denominação de um coletivo político ou social é escolhida pelos próprios sujeitos que o sustentam. Nomes são simultaneamente autorrepresentações e apresentações no espaço sociopolítico, uma declaração resumida da intencionalidade contida na definição da identidade coletiva. Autonomear-se é uma tentativa de influenciar os sentidos preferenciais de leitura das ações do próprio grupo; é procurar fixar seu reconhecimento. Nomes são igualmente repositórios táticos. Denominar-se "anarquista" em determinado contexto demandou a construção de uma posição em um espaço sociopolítico, via remanejamento de um vocabulário que já possuía um passivo histórico, bem como lidar com os custos, muito reais, da posição assumida. No entanto, autonomear-se não significa somente posicionar-se no espaço sociopolítico mais amplo ("anarquistas", "liberais", "republicanos", "monarquistas" etc.). A nomeação oferece significados de segunda ordem, relativos ao posicionamento dos grupos no interior do próprio movimento social. Cada um dos nomes assumidos pelos grupos anarquistas possui diversas camadas de significação. Para ilustrar o argumento, importa destacar os significados mais imediata e explicitamente acessíveis em alguns deles. Nomes como *Il Risveglio* ("O Despertar"), *O Amigo do Povo*, *Amantes del Progreso* ("Amantes do Progresso"), *Nuova Civiltà* ("Nova Civilização") e *La Nuova Gente* ("O Novo Povo") possuem uma dupla referência. Indicam a iminência da

derrocada da sociedade vigente, considerada um entrave ao progresso e ao devir histórico, e situam os grupos como os portadores da configuração social futura que já se anuncia presentemente - ou como aqueles que estão ao lado dos verdadeiros portadores. Traçam, portanto, os limites entre os grupos desafiantes e os dominantes. Outros grupos adjetivaram seus nomes com o termo "libertário": *Núcleo Filodrammatico Libertario de São Paulo, Circulo Educativo Libertario Germinal, Escola Libertária Germinal*. São designações que demarcam sua vinculação política frente aos dominantes, mas também frente aos aliados e competidores. Ainda outros grupos associaram à identidade libertária ou anarquista as formas de ação empregadas, as táticas do movimento: *Grupo Pensiero e Azione, Grupo Anarchico La Propaganda, Gruppo Bibliotecario Socialista Anarchico - Idea e Azione*. Finalmente, outras denominações sublinham a orientação estratégica dos grupos no interior do movimento anarquista: *Grupo Angiolillo, Grupo Fermin Salvochea, Gruppo Germinal*⁸⁹.

Os grupos anarquistas do período 1898-1903 agiram norteados pela reiteração dos quadros interpretativos já adotados desde o período anterior em relação aos opositores. Por outro lado, o que unificou as ações dos diversos grupos portadores das diferentes orientações estratégicas na dimensão latente foi a construção e o compartilhamento dos mesmos quadros interpretativos a respeito das classes populares. Esses quadros basearam-se em um diagnóstico a respeito da passividade das classes populares diante dos problemas articulados pela "questão social". Na origem dessa passividade os anarquistas identificaram a falta de instrução e de esclarecimento, os conflitos étnicos, os hábitos de deferência no trabalho por parte dos trabalhadores brasileiros (derivados do predomínio recente da escravidão) e a inexperiência de luta dos trabalhadores imigrantes, os conflitos étnicos e a indisposição dos trabalhadores imigrantes em organizar-se localmente, motivados pelos desejos de ascensão social local ou de retorno ao país de origem (SEIXAS, 1982). Nesse sentido, fica fácil compreender porque as ações de difusão e de mobilização nos campos educacional e artístico-cultural ganharam extrema importância e aderência por parte dos

⁸⁹ Michele Angiolillo foi o anarquista responsável pelo magnicídio de Cánovas del Castillo em 1896 e havia sido executado em 1897. De acordo com o *Esbozo de una enciclopedia histórica del anarquismo español*, Fermín Salvochea Álvarez nasceu em Cádiz em 1842 e tornou-se um ativista anarquista durante a primeira metade da década de 1870. Participou de levantes populares em Cádiz e desenvolveu intensa atividade insurrecionalista em Madrid durante os primeiros anos do século. Faleceu em 1907 (IÑIGUEZ: 2008, p. 547). Isabelle Felici esclarece que a utilização do nome *Germinal* pelos grupos em questão não fazia referência direta à Revolução Francesa ou à obra homônima de Émile Zola, como foi tão comum no movimento anarquista transnacional. A referência seria o brado de Angiolillo, pronunciado momentos antes de sua execução (FELICI, 1994, p. 163).

ativistas e porque promoveram estes tipos de estruturas de mobilização - tanto próprias como relacionadas à organização popular.

Em 1903, o *Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários*, situado na Rua Brigadeiro Galvão, nº 49, na Barra Funda, estabeleceu a instrução popular como seu principal objetivo. Sua "declaração de princípios" sublinhava o modo como as reivindicações deveriam ser construídas e reclamadas pelas classes populares: autonomamente e de forma não institucional, ainda que referidas conjuntamente à esfera institucional.

Este Centro de Estudos Sociais propôs-se a divulgação das teorias libertárias na massa operária, *incitando-a à reivindicação* de seus *direitos* conculcados e da sua dignidade ofendida pelos parasitas do capitalismo. A *ação direta*, sem intermediários nem capitães, sem a intervenção dos mercantes da política (verdadeiros adormecedores de consciências e mistificadores do povo), eis a nossa *tática*. ("Movimento Libertário". *O Amigo do Povo*, nº 29, 27/06/1903 - grifos acrescentados).

A rotina do Centro estabelecia atividades escolares para as segundas, quartas e sextas-feiras e atividades de leitura para as terças e quintas-feiras. Reservava os finais de semana para leituras (sábados) e conferências (domingos) (*Idem, Ibid.*)⁹⁰.

Os anarquistas também renegociaram as definições negativas a seu respeito que circulavam pelo espaço público. Durante esse período, foram reatualizados os estereótipos a respeito do anarquismo que foram detalhados no capítulo anterior: criminalização, patologização e desumanização. Ilustrativas da renegociação pretendida foram as atitudes dos ativistas relacionadas à esfera da regulação ética da vida cotidiana. É trivial o reconhecimento, pela historiografia, da condenação do consumo tanto do tabaco como do álcool, expressa por boa parte da imprensa anarquista do período. Essa condenação se daria em virtude dos efeitos deletérios que tais hábitos promoveriam não na saúde, mas no caráter e na personalidade dos membros das classes populares, desviando-os das tarefas revolucionárias⁹¹. A essa reprovação os ativistas associaram, pelas mesmas razões, restrições a algumas práticas de lazer, como o carnaval e a realização de bailes com música popular nos encontros operários (GORDON, 1978; HARDMAN, 1984; RAGO, 1984). Nesses casos, a

⁹⁰ Para uma análise das ações educacionais desenvolvidas pelos grupos anarquistas, cf. LUIZETTO, 1984.

⁹¹ Em sua declaração de princípios, o *Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários* continuava: "Camaradas! Dedicamo-nos com ardor ao estudo do problema social, deixemos de embrutecer a inteligência com o álcool, boicotemos os bailes públicos, verdadeiros focos de corrupção - e teremos contribuído para dissipar as densas trevas da ignorância, teremos feito alguma coisa de prático" ("Movimento Libertário". *O Amigo do Povo*, nº 29, 27/06/1903).

orientação da ação foi diferente daquela identificada por Uassyr de Siqueira para o desenfadado nas associações recreativas (SIQUEIRA, *op. cit.*). O confronto político assumiu, aos olhos dos ativistas anarquistas, um caráter de confronto moral. A passividade das classes populares derivaria tanto de sua aceitação dos vícios e da moralidade da sociedade burguesa como de sua entrega a artefatos culturais de menor valor. Para os anarquistas, resistir à dominação de classes significava também não se curvar, como sujeito, a essas atividades enquanto se apresentassem como estratégias de sujeição tecidas pelas classes dominantes.

As práticas e concepções dos ativistas na regulação de sua vida cotidiana estiveram situadas em uma linha de tensão entre duas formas culturais, a burguesa e a popular. A negação do que consideravam vícios ou a predileção por formas legitimadas de expressão artística não representou de forma alguma o acatamento aos preceitos da moral burguesa, como alguns intérpretes da "respeitabilidade" fazem supor⁹². Essas práticas deveriam ser

⁹² Para Francisco Foot Hardman (1984) haveria no discurso anarquista uma aceitação das hierarquias culturais dominantes, captada pela noção de "respeitabilidade" (*respectability*) – que compõem uma das dimensões do conceito de "aristocracia operária", tal como desenvolvido por Hobsbawm. Hardman afirma que essa "respeitabilidade" pode funcionar em dois sentidos: "seja buscando a conciliação de classes, seja demonstrando as capacidades e o potencial de uma direção revolucionária" (HARDMAN, 1984, p. 47). Assim como nas posturas e comportamentos– nas quais o autor identificou certa polidez e até mesmo algum grau de puritanismo ascético – a respeitabilidade teria se manifestado na organização das festas e na própria literatura anarquista. O "romance social" anarquista simultaneamente se adequou aos cânones literários convencionais do período, do ponto de vista formal, e introduziu inovações temáticas, ao discursar sobre o universo das classes populares. Porém, o que esse tipo de leitura não alcança é que a noção de respeitabilidade é insuficiente e deslocada. É insuficiente para a compreensão da orientação estratégica dos anarquistas e é deslocada porque requer, previamente, uma remissão à estrutura de classes, já que o seu referencial teórico mais geral é o conceito de "aristocracia operária". Hobsbawm reserva ao termo 'aristocracia operária' um uso estrito, relacionado à sua determinação econômica ou, mais especificamente, à "existência de uma camada superior das classes trabalhadoras manuais" e às "implicações políticas e ideológicas desta estratificação" (HOBSBAWM, 2000, p. 306). Desse ponto de vista, o termo nomeia a parcela de trabalhadores manuais qualificados, artífices detentores de um ofício, cujos predicados são uma renda e um nível educacional relativamente mais elevados do que os do operariado e uma tendência para comporem-se como grupo de *status*. Hobsbawm salienta que a identificação de classe dessa aristocracia operária com a classe trabalhadora – e não, por exemplo, com as classes médias baixas – opera como um "elemento de autodefesa". Devido à interdependência que possui com o restante da classe trabalhadora – já que a reprodução de seus "privilégios" enquanto grupo possui relação direta com a própria existência das mesmas -, *o que está em jogo é a manutenção dessa posição*. Assim, o objetivo estratégico principal da aristocracia operária, enquanto sujeito político, é o de promover "tanto de forma subjetiva quanto objetiva, a *integração subalterna dos trabalhadores no sistema*" (*Idem, Ibid.*, p. 315 - grifos adicionados). As estratégias de manutenção dessa posição incluem barreiras de ingresso aos de baixo (por exemplo, o tipo de investimento educacional necessário para o aprendizado do ofício, seja ou não institucionalizado), estratégias de interação com o sistema (em especial, os sindicatos organizados por ofícios, associações mutualistas e cooperativas) e a adoção de um estilo de vida que gera uma distinção (o termo é do próprio Hobsbawm) entre essa "elite" da classe trabalhadora e as suas camadas inferiores. Para Hobsbawm, o estilo de vida da aristocracia operária envolve diferenças de vestuário, habitação, segregação residencial (tanto relativamente às camadas inferiores da classe trabalhadora como às classes médias baixas), atividades de lazer e de sociabilidade, elementos esses que representam "esforço, inteligência e instrução, em suma 'aperfeiçoamento'" (*Idem, Ibid.*, p. 335). Esse estilo de vida envolve também valores específicos, entre eles, a "respeitabilidade". O autor utiliza o termo para se referir a "cópias

analisadas conjuntamente com, por exemplo, a defesa do amor e da união livres. Nessa configuração, constituem outras tantas formas de desafio cultural às estruturas vigentes da esfera da vida cotidiana.

Por fim, cumpre notar que a estrutura e o funcionamento dos grupos anarquistas constituíam por si só um desafio cultural. Eram bastante diferentes tanto da aceitação passiva da exclusão política - já que instituíam a ação direta - como das formas mais burocratizadas e adaptadas à proposta dominante de centralização política - as associações com seus critérios de adesão e formalização de estatutos e a sua inclinação para realizar trocas com o sistema político⁹³.

O posicionamento no espaço sociopolítico não é um trabalho puramente enunciativo. O processo de construção da identidade coletiva foi até aqui apresentado como uma definição elaborada no plano das estruturas de mobilização e nos níveis simbólico e discursivo. Agora é o momento de iluminar esses aspectos no tocante às formas de ação.

modificadas de protótipos da classe média", incluindo nelas "virtudes e esforços puritanos", atitudes de polidez etc. (*Idem, Ibid.*, p. 342). Como dispositivo de *status*, a "respeitabilidade" consiste num verdadeiro trabalho moral que alimenta um "sentimento de superioridade pessoal" e tem por objetivo a aproximação simbólica com as classes médias baixas em detrimento do operariado, demarcando sua distinção em relação a este último. Tais símbolos realizam um trabalho de contraste com os índices que denotam o pertencimento às camadas inferiores da classe trabalhadora, tais como a inconstância de emprego, os baixos salários, um baixo nível educacional e demais símbolos de pobreza (recorrer ao 'fiado', falta de asseio doméstico etc.). Hobsbawm conclui que, politicamente, tal grupo oscilou histórica e contextualmente entre comportamentos políticos moderados e a radicalização política somente como tática de ação diante de uma *ameaça* (real ou imaginária) à *manutenção dessa posição na estrutura social* – o mais das vezes, permanecendo imune "à desordem social e aos apelos revolucionários" (*Idem, Ibid.*, p. 324). Ora, tendo isso em vista, acredito que, rigorosamente falando, a respeitabilidade seria convertida politicamente em um atributo não dos anarquistas, mas dos socialistas - democráticos, autoritários ou revolucionários -, preocupados com a manutenção ou consolidação de seu papel de *mediadores sociais* entre as classes populares e um dado sistema político.

⁹³ Alberto Melucci lustrou uma concepção a respeito dos "novos movimentos sociais" que acredito poder ser estendida, sem nenhum prejuízo conceitual, para movimentos sociais que não buscavam a institucionalização em épocas historicamente pregressas: "A nova forma dos movimentos contemporâneos não é exatamente 'instrumental' para seus objetivos. É um objetivo em si mesma. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a *forma* do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes" (MELUCCI: 1989, p. 62 - grifos no original).

4.4. Entre festas e manifestações

4.4.1 Pela propaganda

Foram coligidos dados sobre 87 ações desenvolvidas nas redes submersas do movimento anarquista entre os anos de 1898 e 1903⁹⁴:

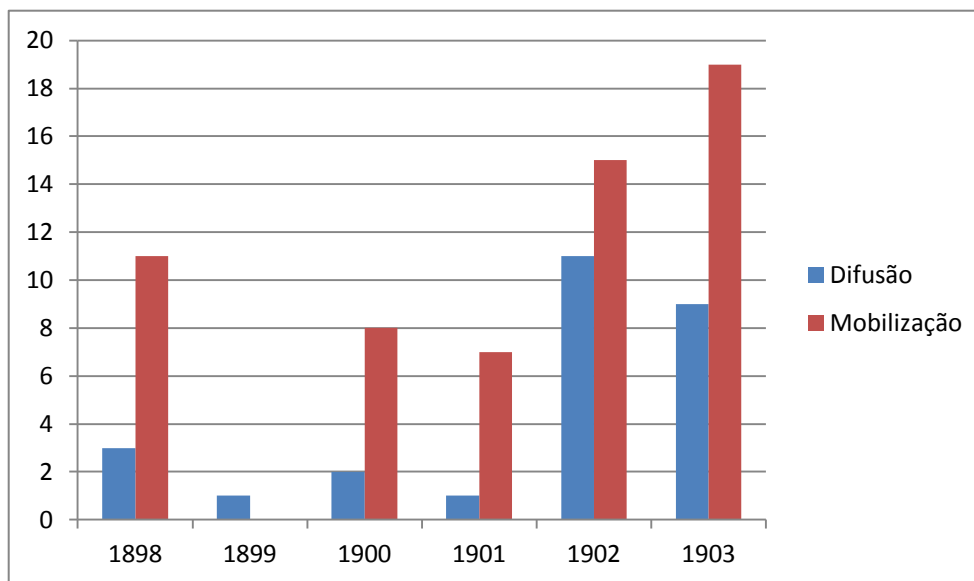


GRÁFICO 4. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão latente, por ano e categoria (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

Para o conjunto do período, as ações de mobilização superaram as de difusão: foram 60 ações de mobilização (68,97%) e 27 de difusão (31,03%). Ou seja, o número de ações voltadas para a produção de solidariedade interna e para a organização de eventos de protesto ultrapassou o número de ações devotadas à expansão do movimento. Essa avaliação quantitativa geral diz pouco sobre a qualidade dessas ações, isto é, sobre o grau de eficácia das atividades de difusão (em termos de recrutamento e de participação) ou de reprodução do movimento. De todo modo, observa-se também uma concentração dos dois tipos de atividade entre os anos de 1902 e 1903: 34, ou 56,66% do total das atividades de mobilização foram realizadas nesses dois anos. No caso das atividades de difusão, os dados

⁹⁴ Os dados foram coletados nos periódicos: *Il Risveglio* (1898-1899), *Palestra Social* (1900-1901), *O Amigo do Povo* (1902-1903), *Germinal* (1902-1903) e *La Nuova Gente* (1903).

são ainda mais significativos: 20 das 27 ações de difusão - ou 74,07% do total - foram concretizadas nesses anos. Até 1901, as ações de difusão foram pouco significativas e mantiveram-se praticamente estáveis, atingindo um patamar agudo em 1902. Por seu turno, as ações de mobilização apresentaram uma tendência de decréscimo entre 1898 e 1901, voltando a subir a partir de então e atingindo seu pico no ano de 1903. Estes anos de maior atividade nas redes submersas correspondem aos anos em que foi constituída a maior parte dos grupos anarquistas e em que houve maior coexistência entre eles.

O conjunto das formas de ação usadas pelos anarquistas em sua rede submersa diversificou-se e inovou-se consideravelmente nas duas categorias em estudo quando comparado com aquele do período anterior:

QUADRO 10. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão latente, por categoria e tipo (1898-1903)

Categoria	Tipo	Número absoluto	Porcentagem
Difusão	Festa	10	11,49
	Lançamento de número único/ especial/suplemento	7	8,05
	Lançamento de periódico	5	5,74
	Encenação/espetáculo	3	3,45
	Excursão de propaganda	2	2,30
Mobilização	Reunião	27	31,03
	Constituição de grupo	24	27,59
	Subscrição	7	8,05
	Assembleia	1	1,15
	Incentivo à denúncia	1	1,15
TOTAL		87	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*.

As formas de ação predominantes na rede submersa do movimento anarquista na cidade de São Paulo autenticam a hipótese anterior. Além da constituição de grupos (27,59%), reuniões (31,03%) e festas (11,49%) compuseram a maior parte das ações desempenhadas pelos ativistas.

Entre as atividades de difusão, os anarquistas continuaram a fazer um uso significativo do lançamento de números únicos: 25,92% do total de ações de difusão. Contudo, a forma de ação mais utilizada para a difusão do movimento no período foram as festas (37,04%). Mais significativa é uma mudança tática em relação ao período anterior. Caso se considere como "propaganda escrita" somente o lançamento de números únicos e a publicação de periódicos (18,52%), obtém-se uma grandeza de 44,44% do total de ações de difusão do período. É um número menor do que aquele obtido pela "propaganda oral" (55,56%), se sob esse rótulo forem incluídas as festas, as encenações/espetáculos (11,11%) e as excursões de propaganda (7,41%). Todavia, pode-se argumentar que a "propaganda escrita" está sub-representada nesse quadro, haja vista que ele não inclui toda a gama do proselitismo literário - publicações de livros, opúsculos etc. - realizado pelo movimento anarquista no período. De todo modo, ainda resta como significativo o fato de que foi a partir desse período que a "propaganda oral" se somou à "propaganda escrita" como modelo para a difusão do movimento.

A "propaganda oral", na forma de excursões para outras cidades do interior do estado de São Paulo, foi uma ação que teve relação direta com os novos ativistas que chegaram à cidade. Gigi Damiani e José Sarmiento Marques, chapeleiro espanhol, partiram em diferentes datas para fazer propaganda d'*Il Risveglio* nas cidades do interior do estado, divulgando o movimento através de conferências e recolhendo adesões e assinaturas para o periódico (*Il Risveglio*, nº 28, 09/10/1898; *Il Risveglio*, nº 40, 08/01/1899). À exceção dessas ações, os grupos anarquistas continuaram utilizando as mesmas formas de difusão empregadas no período anterior até o ano de 1901:

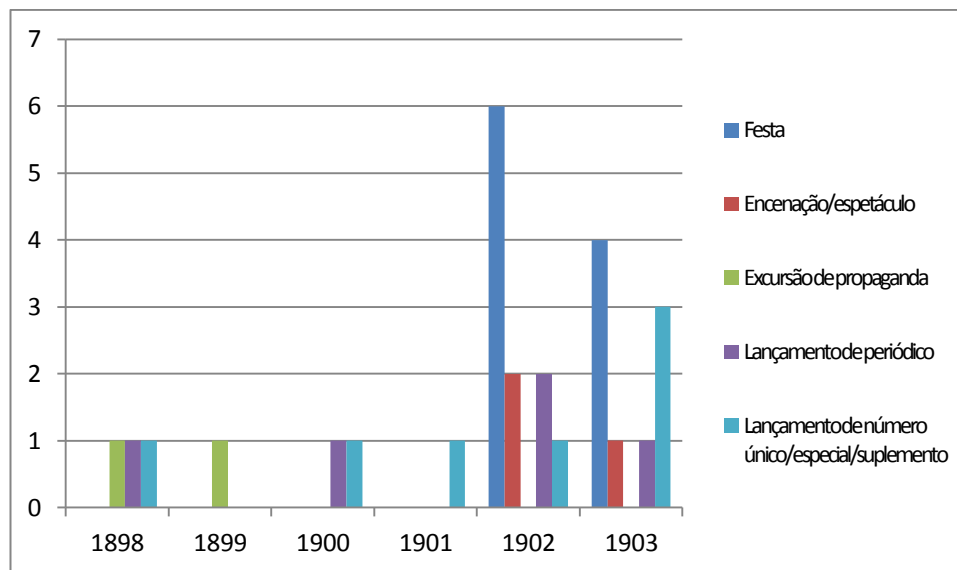


GRÁFICO 5. Formas de ações de difusão empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

O lançamento de números únicos/especiais continuou a ser uma tática empregada ao longo de todo o período para difundir o movimento. Na maior parte das ocorrências, seus temas continuaram a se relacionar com o calendário instituído no período anterior: *Primo Maggio*, número único lançado em 1898; *La Terza Roma*, de 1901, e *La Nuova Gente*, de 1903, foram dedicados à difusão de ideias antipatrióticas e antinacionalistas por ocasião da data de comemoração da Unificação Italiana. O suplemento do *Palestra Social* de 11 de novembro de 1900, foi dedicado à rememoração dos "Mártires de Chicago". Em 29 de julho de 1903, *La Rivolta* comemorou o aniversário do magnicídio de Umberto I por Gaetano Bresci, utilizando-o como mote para difundir a estratégia insurrecionalista⁹⁵. A inovação no uso do lançamento de números únicos deveu-se a um acoplamento funcional: difundir as ideias e posições do movimento a respeito de acontecimentos contemporâneos. Em outubro de 1902 foi publicado *La Gogna*, cujo objetivo foi o de denunciar a atuação de Augusto

⁹⁵ A folha publicou um artigo de Pietro Pavel intitulado "Gli Anarchici e l'Organizzazione". Demarcando a posição insurrecionalista a respeito da organização no campo econômico, dizia o artigo: "Per propagare le nostre idee non è mica necessario penetrare nell'organizzazione (ove al postutto é la ínfima minorità degli operai) ma ribelarsi con tutti i mezzi anarchici attraendo l'attenzione del popolo, fare udire nella piazza, nell'officina, nei tuguri, dovunque, insomma, si soffre i si lavora, la voce della ribellione, dela distruzione liberatrice". ("Para propagar nossas ideias, não é necessário penetrar na organização (pensando bem, onde está a pequena minoria de trabalhadores), mas rebelar-se por todos os meios anarquistas, atrair a atenção das pessoas, para ouvir na praça, na oficina, nos casebres, em qualquer lugar, enfim, onde se sofre e se trabalha, a voz da rebelião, da destruição libertadora"). ("Gli Anarchici e l'Organizzazione". *La Rivolta*, 29/07/1903).

Donati como espião no interior do movimento. A folha trouxe à tona o que seriam trocas epistolares entre o ativista, a polícia e a representação diplomática italiana no Brasil⁹⁶. Em janeiro de 1903, *La Voz del Destierro* foi dedicado a difundir a posição contrária do movimento à lei de residência promulgada em 1902 na Argentina, que culminou com a expulsão de vários ativistas que vieram para o Brasil.

Só a partir de 1902 é que as festas e as encenações/espetáculos passaram a compor o repertório de formas de ação para a difusão do movimento. Nesse período, as festas ainda ocorriam somente em locais fechados. Mas todas em bairros ocupados pelas classes populares ou de fácil acesso para os frequentadores, como o centro da cidade:

QUADRO 11. Locais de realização de festas e de encenações libertárias na cidade de São Paulo (1902-1903)

Local	Bairro	Número de festas/encenações
Cassino Penteado	Brás	4
Teatro Andrea Maggi	Bom Retiro	2
Éden Club	Centro/Sé	2
Cassino Paulista	Centro/Sé	2
Teatro Nasi	Cambuci	2
Teatro Liceo Español	Brás	1
TOTAL		13

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*.

Essa localização espacial apresenta uma distribuição similar àquela encontrada para os endereços dos grupos anarquistas locais. Tudo leva a crer que os ativistas anarquistas também habitavam esses bairros. Os recursos obtidos nas festas ou encenações eram convertidos em benefício da manutenção dos grupos ou periódicos responsáveis por sua organização. Algumas vezes, eram destinados a outras finalidades como, por exemplo, a arrecadação de fundos para a publicação de uma tradução ou para auxiliar famílias de

⁹⁶ Para detalhes sobre esse episódio, consultar Felici (1994) e Gordon (1978). Os autores afirmam que não ficou provada a acusação contra Donati. Porém, após o enterevero o ativista saiu de São Paulo, mudando-se para Buenos Aires. Os periódicos anarquistas produzidos em São Paulo alertaram os ativistas na Argentina sobre a mudança de Donati.

operários em greve. Geralmente, havia uma predileção por encenações teatrais que contassem com a representação de dramas ou comédias de conteúdo social, espanholas ou italianas, ou ainda de textos da própria lavra dos ativistas locais - como no caso da peça "Giustiziere", de Giulio Sorelli (*O Amigo do Povo*, nº14, 25/10/1902; *O Amigo do Povo*, nº 27, 30/05/1903).

As festas libertárias, conforme demonstrado anteriormente, contavam com uma estrutura predefinida, que poderia ser readaptada ao contexto. Normalmente, essas festas continham uma conferência sobre um tema social, uma representação teatral de um drama ou de uma comédia, um baile e um sorteio de algum artefato. Essa estrutura básica sofria modificações conforme as circunstâncias e a finalidade da festa, podendo assumir tons mais descontraídos ou austeros. Na comemoração do primeiro aniversário do *Circolo Educativo Libertario Gerninal*, em setembro de 1902, o programa foi o seguinte:

- 1-Conferência da camarada Elisabetta Valentini "La Donna nell aviamento alla emancipazione del proletariato";
- 2 - Entre-acto dramático La Miseria, de A. Bandoni;
- 3- Lotaria gastronômica artística e humorística;
- 4- Conferência de A. Bandoni 'Le piaghe sociale'. (*O Amigo do Povo*, nº 11, 06/09/1902).

Temas de conferências tendo a mulher como foco não eram incomuns, como se vê. As festas tinham a pretensão de reunir as famílias das classes populares em seu público, difundir o enquadramento da "questão social" e, de forma mais ampla, a cultura e os valores libertários.

As atividades de mobilização eram destinadas à organização de eventos de protesto, à definição de ações dos grupos anarquistas no nível societário ou à reprodução material e cultural do próprio movimento.

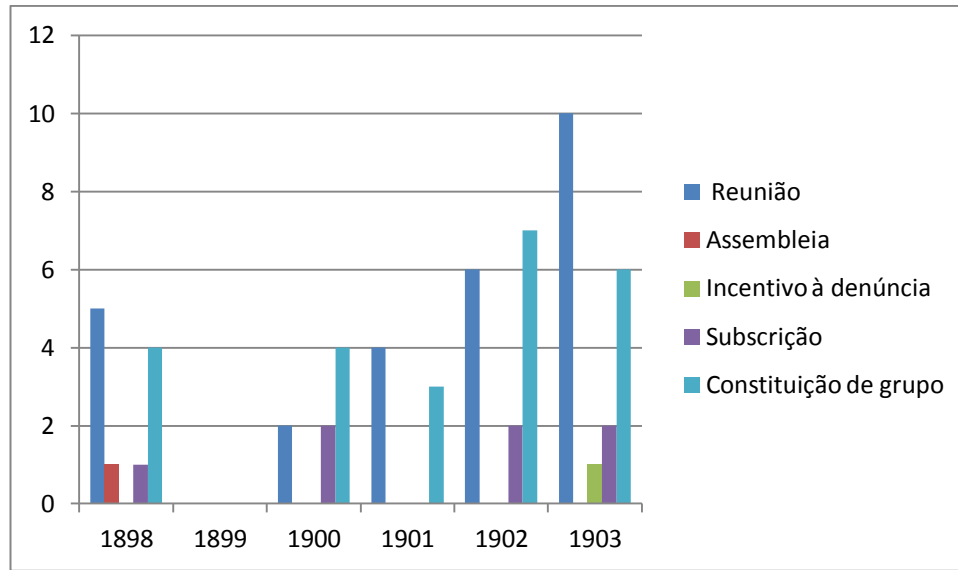


GRÁFICO 6. Formas de ações de mobilização empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

O crescimento do número de reuniões tem relação praticamente direta com o aumento no número de grupos. Mas não só. As reuniões passaram a ser mais frequentes na mesma época em que as atividades de difusão começaram a proliferar. Essa intensificação daquele trabalho normal e colaborativo de que falavam Scott Hunt e Robert Benford garantiu não só a reprodução dos grupos como as modulações interna e externa da identidade coletiva de seus ativistas (HUNT & BENFORD, *op. cit.*).

As campanhas por subscrições ativaram os vínculos de solidariedade local e transnacional do movimento. Entre as sete campanhas de subscrição realizadas no período, quatro foram para dedicar o apoio a ativistas ou famílias de ativistas. Entre essas, três apresentaram caráter transnacional: duas foram para Gaetano Bresci e família, após o magnicídio de Umberto I, e uma para ativistas italianos expulsos da Argentina. As campanhas para coleta de fundos para a família de Bresci foram uma adesão à iniciativa conjunta de *La Questione Sociale*, sediado no momento em Paterson, ativistas de Nova Iorque e o *L'Avvenire* de Buenos Aires. Entre dezembro de 1900 e março de 1901, os grupos locais arrecadaram 75\$500 (*Palestra Social*, nº 2, 02/12/1900 até *Palestra Social*, nº 7, 06/03/1901). Entre outubro e novembro de 1898, arrecadou-se 763\$140 em solidariedade à família de Polinice Mattei, anarquista assassinado em setembro daquele ano na cidade de São Paulo, conforme se verá. Para a família Mattei, foram arrecadadas contribuições de

anarquistas, de socialistas e de operários (litógrafos e chapeleiros) em São Paulo, Amparo, Campinas, Ribeirão Preto, Uberaba, Rio de Janeiro e Petrópolis (*Il Risveglio*, nº 28, 08/10/1898 até *Il Risveglio*, nº 34, 20/11/1898). As demais subscrições tiveram como finalidade arrecadar verbas para a publicação de um número único e prestar auxílio financeiro aos grupos – num dos casos, a recuperar o déficit decorrente do mencionado achaque policial sofrido pelo *Grupo Filhos da Era Anarchista* em junho de 1902 (*O Amigo do Povo*, nº 13, de 11/10/1902).

O incentivo à denúncia referiu-se à solicitação d'*O Amigo do Povo* para que os trabalhadores encaminhassem ao periódico informações sobre a situação de trabalho dos colonos nas fazendas do interior do estado (*O Amigo do Povo*, nº 32, 14/08/1903). Este incentivo prenuncia as ações que foram utilizadas pelo movimento anarquista de São Paulo no período posterior.

Não se pode deixar de lado a referência a algumas pistas que elucidam os rumos tomados pelos ativistas para participar da organização de ligas de resistência no campo econômico. Como no caso das publicações que compuseram o proselitismo literário do movimento, essas ações de mobilização no campo econômico também não puderam ser computadas, mas por motivos opostos. Há poucas referências à ocorrência da ação efetiva dos ativistas no tipo de fonte consultado. Assim, torna-se extremamente difícil estabelecer a relação direta entre a ação de anarquistas e a organização de ligas de resistência. Seria necessário consultar outros tipos de fontes, tais como os estatutos de constituição das ligas de resistência ou as listas de sócios – material também parcial, já que muitas associações sindicais não se registravam e nem deixavam registros de sócios devido à constante vigilância policial ou ao formato organizacional adotado.

Luigi Damiani e Aurelio Soderi foram dois dos integrantes da comissão do *Circolo di Studi Sociali* de 1898 que incentivou a formação de ligas de resistência entre chapeleiros, sapateiros, marceneiros e cabeleireiros. Benjamin Mota, junto com três operários de São Paulo, participou de uma reunião em Sorocaba com a presença de 45 chapeleiros locais. Ao final da reunião foi organizada a seção local da Liga de Resistência entre Chapeleiros de São Paulo (*O Amigo do Povo*, nº 1, 19/04/1902). O *Palestra Social* relatou a reunião de constituição da Liga de Resistência dos Chapeleiros em São Paulo, realizada no dia 27 de janeiro de 1901, convocada pela SMS Cosmopolita dos Chapeleiros em sala cedida pela *Legg* *Democratica Italiana*:

Às 2 horas da tarde, presente mais de 100 membros da classe, o operario Ezio Baldi foi aclamado presidente, e em breves palavras expoz a necessidade da organização da classe em associação de resistência à exploração e ganancia patronal. Terminou dando a palavra ao nosso companheiro Benjamim Motta, que com calma e clareza expoz ao numeroso auditorio o seu modo de pensar sobre as sociedades de resistencia. Disse Benjamim Motta que a primeira necessidade era a união da classe, para com a solidariedade resistir à ganancia patronal no terreno economico, e traçou rapidamente os meios de acção da classe, constituindo um syndacato e forçando os patrões a reconhecê-lo e com elle tratar as reclamações pacificas da classe, já sobre augmento de salarios e diminuição das horas de trabalho, já sobre a readmissão de qualquer operario injustamente despedido.

Mostrou depois como devia discrever a sociedade nos seus estatutos o *boicotage*, o *sabotage* e a *grève* como arma de lucta na defesa do seu direitos. Esplicou como devia ser praticado o *boicotage* e o *sabotage*, este, desde que não fossem attendidos os justos reclamações, empregado para prejudicar os patrões, produzindo obra mal feita, e aquelle, não acceitando trabalho os operarios nos fabricas dos patrões que se recusarem a todos as concessões. Mostrou exemplos da vantagem do *sabotage*, citando o caso de uma fábrica de bicycletas em França, que teve prejuízos superior a 3 milhões num puer, por terem os operarios feito defeituosamente todas as machinas.

E, fallando depois da *grève*, como ultimo recurso a empregar, quando todos os outros annos fossem inuteis, mostrou o dever da solidariedade de todos, afim de que a classe pudesse obter conquistas no plano economico.

As palavras do nosso companheiro foram cobertas de applausos. [...]

É com immenso prazer que registamos o despertar da classe operaria, foi em poucos dias se organisaram em associações de resistencia os chapeleiros e classes annexas, e os typographos, lytographos, etc.

Assim, pela bôa harmonia de todas as classes, e accôrdo fraternal se chegará à Federação Operaria, que será uma arma poderosa dos operarios, na reivindicção dos seus direitos ("Operarios Chapeleiros". *Palestra Social*, nº 5, 02/02/1901 -grifos no original).

A notícia não só demonstra a participação central de um ativista anarquista na constituição de uma liga de resistência. Ela também denota o entrelaçamento entre os diferentes movimentos na constituição do associativismo popular nesse período. A *Lega Democratica Italiana* fora fundada em 1898, por republicanos italianos e socialistas democráticos. A reunião havia sido convocada por uma SMS. O articulador era um ativista anarquista. Assim, há indícios de que a situação era mais intrincada, tensa e ao mesmo tempo colaborativa do que usualmente se supõe ao se atribuir de maneira inequívoca a fundação ou constituição de associações sindicais exclusivamente a, por exemplo, ativistas socialistas democráticos, como fez Biondi (2002).

Há também um indicador indireto a respeito da participação de ativistas anarquistas na constituição de organizações no campo econômico. Entre as primeiras associações sindicais formadas no período encontram-se aquelas definitivamente relacionadas às categorias profissionais identificadas para parte dos ativistas anarquistas. Em 1901, foram constituídas, entre outras, a *Lega di Resistenza fra Lavoranti Cappellai ed Affini* (Liga de Resistência entre Trabalhadores Chapeleiros e Afins), a *Liga de Resistência dos Trabalhadores em Madeira*, a *Lega di Resistenza fra Operai Calzolari ed Affini* (Liga de Resistência entre Trabalhadores Sapateiros e Afins), a *Lega di Resistenza fra Operai Arti Grafiche ed Affini* (Liga de Resistência entre Trabalhadores em Artes Gráficas e Afins), a *Lega di Resistenza di Meccanici ed Affini* (Liga de Resistência dos Mecânicos e Afins) e a *Lega di Resistenza fra Metallurgici ed Affini* (Liga de Resistência entre Metalúrgicos e Afins) (SIMÃO, 1981).

Os periódicos anarquistas que compartilhavam a orientação da estratégia de massas divulgavam frequentemente a constituição das ligas de resistência e a realização de suas reuniões. Também acompanhavam e divulgavam notícias sobre o movimento operário local, nacional e internacional em colunas intituladas "Movimento Operário", "Movimento Social" etc. Apregoavam táticas de ação direta e autônoma no campo econômico, como aquelas sumariadas por Benjamin Mota em sua reunião com os chapeleiros. Assim, ainda que não tenha sido possível detectar ligações inquestionáveis a respeito da ligação entre ativistas anarquistas e a constituição de ligas de resistência, o estudo das formas de ação utilizadas por essas associações poderia elucidar certos aspectos dessa relação.

Em resumo, a exposição anterior deixou patente que existiu um posicionamento contracultural do movimento anarquista nesse período, detectável nos esforços empreendidos pelos ativistas anarquistas na construção de um universo de referências e de organizações autônomas e populares. Esse posicionamento, que adquiriu maior consistência a partir de 1902, esteve fundamentado em um modelo alternativo de organização social, baseado em associações independentes e espaços de sociabilidade livres da ação do Estado ou das classes proprietárias.

4.4.2 "Por ruas y largos de esta capital..."

A realização de eventos de protesto por parte do movimento anarquista e o incentivo para que ações coletivas fossem levadas a cabo por representantes das classes populares deu a tônica aos anos de abertura desse período. Como visto, demonstrações públicas em espaços abertos foram incentivadas por *Il Risveglio* em 1898. O *Palestra Social* publicou um manifesto em 1901, assinado pelo *Grupo Fermin Salvochea*, segundo o qual:

[...] debemos de aumentar el espíritu de rebeldia entre todos los que sufrimos manifestando por Ruas y Largos de esta Capital la miseria, el hambre que nos consumen pues, antes que pasar por este trance mueramos al plomos, con tal de no vér padeciendo nuestras proles ("Proletários de San Paulo, Despertad". *Palestra Social*, nº 1, 04/11/1901)⁹⁷.

Foram recolhidos dados sobre 39 ações relacionadas à dimensão pública do movimento anarquista durante o período em estudo:

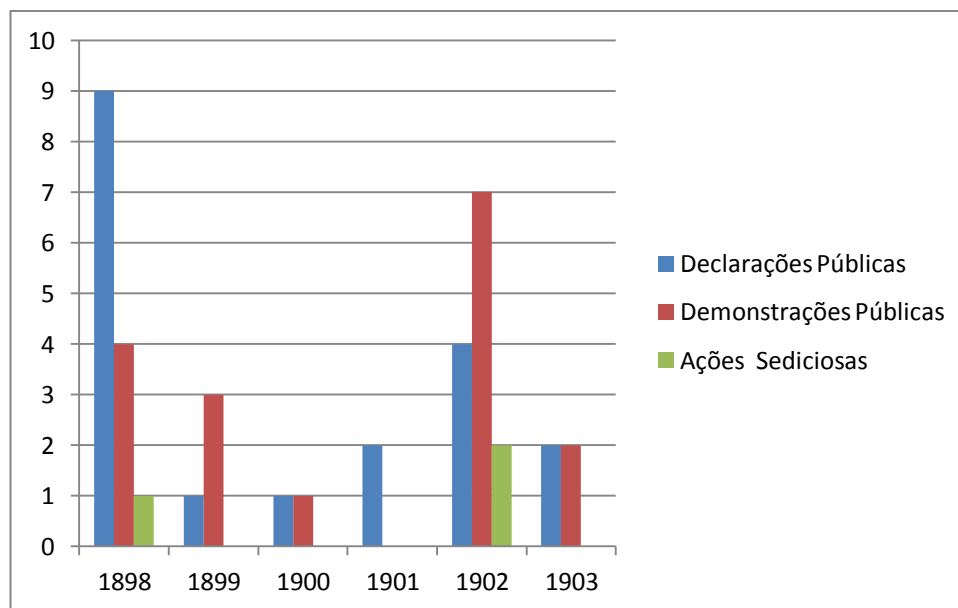


GRÁFICO 7. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e categoria (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

⁹⁷ "[...] precisamos aumentar o espírito de rebelião entre todos os que sofrem manifestando por ruas e largos desta capital a miséria e a fome que nos consomem pois, em vez de passar por esse transe morramos aos montes, de modo a não vermos padecerem nossas proles". *Proletários de São Paulo, despertar*.

A primeira observação a ser feita é a respeito do número de demonstrações públicas. Evidentemente que se deve manter o zelo na comparação com o período anterior, em decorrência da insuficiência de dados para os anos 1892-1897. Foram realizadas 17 ações desse tipo entre 1898 e 1903, contra duas encontradas entre 1892 e 1897. Também encontrei um número superior de declarações públicas: 19 para este período, sete para o anterior. A quantidade de ações sediciosas encontradas ficou bem próxima: foram duas no período anterior e três neste período.

As declarações públicas se sustentaram acima da média do período nos anos de 1898 e de 1902, o mesmo ocorrendo com as demonstrações públicas. O ano de 1898 foi o de retomada das atividades de mobilização do movimento, com a presença de novos ativistas. O de 1902 foi aquele que marcou o início da intensificação das ações de difusão e de mobilização dos grupos anarquistas.

Como ocorreu com as formas de ação empregadas nas redes submersas do movimento, constatou-se uma diversificação nas formas de ação aplicadas pelos ativistas anarquistas para conduzir as suas interações contenciosas:

QUADRO 12. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão visível, por categoria e tipo (1898-1903)

Categoria	Tipo	Número absoluto
Declarações públicas	Apoio (greve)	3
	Denúncia	15
	Desafio	1
Demonstrações públicas	Comício	1
	Manifestação de rua	7
	Conferência pública	6
	Festa comemorativa	3
Ações sediciosas	Boicote	2
	Pichação	1
TOTAL		39

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*.

Nove das dezenove declarações públicas do período foram proferidas em 1898. Entre elas, a denúncia foi a forma de ação mais empregada pelos anarquistas. Durante os dois primeiros anos do período, esse foi o único tipo de declaração pública utilizado pelo movimento. Os ativistas concentraram suas denúncias em quatro tipos: a respeito das condições de trabalho, sobre as condições de higiene pública nos bairros habitados pelas classes populares, sobre a violência policial e a repressão política empregadas contra ativistas e trabalhadores e a propósito da atuação catequista de religiosos missionários nos locais de trabalho. As denúncias sobre as condições de trabalho ocuparam a atenção integral d'*Il Risveglio* em seus dois primeiros meses de existência, janeiro e fevereiro de 1898. Versaram sobre o trabalho infantil, a ausência de higiene e de segurança nas oficinas e fábricas, a falta de regularidade nos pagamentos e a existência de regulamentos e de multas abusivas.

A partir de 1901, as declarações públicas mudaram de estilo: os periódicos anarquistas orientados pela estratégia de massas - *Palestra Social* e *O Amigo do Povo* - incorporaram o apoio incondicional às greves⁹⁸. As denúncias também mudaram de tom: ativistas orientados pelo insurrecionalismo e pela estratégia de massas concentraram suas acusações somente nos casos de violência policial e de repressão política a ativistas e trabalhadores. O desafio às autoridades foi expresso em 15 de junho de 1902 nas páginas do *Germinal*. Após o episódio da extorsão na festa promovida pelos grupos *Filhos da Era Anarchista* e *Nuova Civiltà*, os ativistas alertaram a polícia que, da próxima vez, estariam preparados para responder de forma violenta aos atos dos "dragoni dell'ordine" (*Germinal*, nº 08, 15/06/1902).

As demonstrações públicas abriram o ano de 1898 com uma diferença importante em relação ao período anterior. Entre 1898 e 1900 foram realizadas seis das sete manifestações de rua identificadas. No cômputo geral, as demonstrações públicas decresceram ao longo desse intervalo, até cessarem em 1901. Foram retomadas em 1902, mas já então praticamente todas ocorreram em recintos fechados. A partir desse ano os grupos anarquistas passaram a utilizar as conferências como principal forma de ação para adquirir visibilidade pública para o movimento. Dessa maneira, após 1901 os ativistas

⁹⁸ Nomeadamente, apoiaram as greves das tecelãs da *Fábrica de Tecidos Sant'Anna* (*Palestra Social*, nº 6, 24/02/1901), a greve dos vidreiros da *Fábrica Santa Marina*, na Água Branca (*Palestra Social*, nº 7, 10/03/1901; *Palestra Social*, nº 8, 31/03/1901) e greve das operárias da *Fábrica de Tecidos Anhaia*, no Bom Retiro (*O Amigo do Povo*, nº16, de 22/11/1902).

retomaram um tipo de utilização do espaço que já era familiar em seu contexto local, mas inovaram nas formas de ação empregadas em seu interior. Ao lado da prática do "comício", passaram a executar "festas comemorativas". Também inovaram seu repertório referente às formas de ações sediciosas: introduziram a pichação, de forma pontual, e a partir de 1902 fizeram uso de boicotes. Os boicotes foram dirigidos aos produtos de duas fábricas de chapéus (Matanò Serricchio & Cia e Fábrica de Diodato Lemmel) e ambos foram iniciados em maio de 1902.

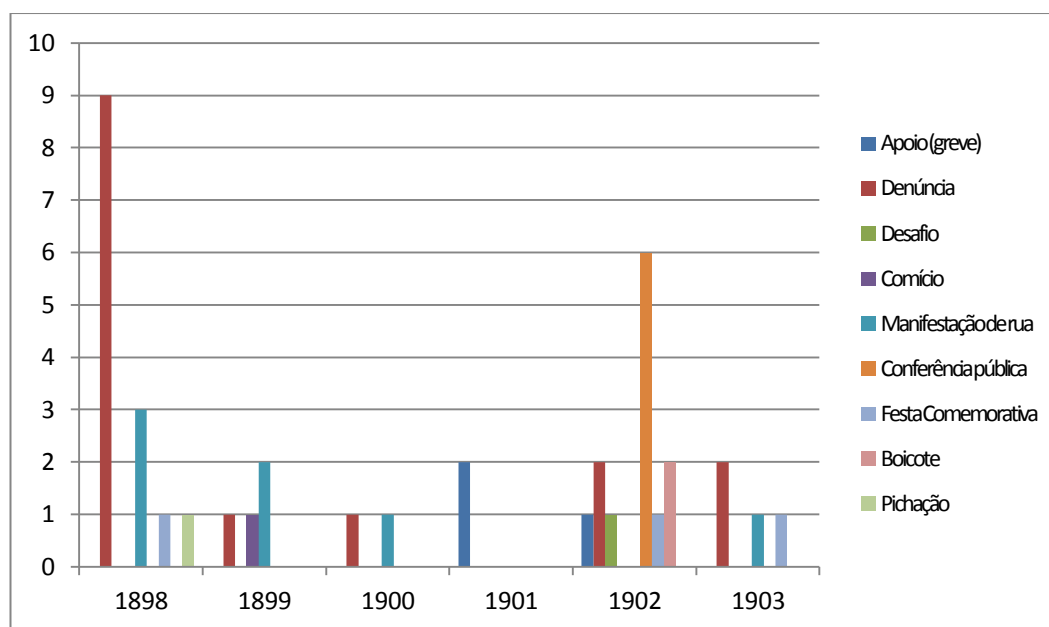


GRÁFICO 8. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e tipo (1898-1903)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

Destarte, o ano de 1901 demarcou uma divisão do período em dois intervalos, com suas respectivas inovações. Entre 1898 e 1900, os grupos anarquistas locais fizeram um uso extensivo de uma forma de ação já testada no período anterior (as denúncias) e adotaram as práticas de manifestações de rua, festas comemorativas e pichações. A partir de 1901, os ativistas inovaram suas formas de ação com o apoio a greves, a realização de conferências e a promoção de boicotes. Mantiveram o uso de denúncias, em escala bem menor, e reiteraram as práticas de festas comemorativas e de manifestações de rua em momentos precisos.

As demonstrações públicas ocuparam lugares diferentes da cidade conforme o seu tipo. As manifestações de rua ocorreram nas regiões centrais da cidade, naqueles espaços públicos de alta visibilidade e disputados quanto ao uso, ao passo que as conferências e festas comemorativas apresentaram a tendência a serem realizadas nos bairros segregados da cidade, reservados às classes operárias.

QUADRO 13. Demonstrações públicas do movimento anarquista em São Paulo, por tipo e localização (1898-1903)

Bairro	Tipo	Quantidade
Bom Retiro	Festas comemorativas	1
Brás	Conferências	1
	Festas comemorativas	1
Cambuci	Conferências	1
Consolação	Manifestações de rua	3
Largo da Luz/Jardim da Luz	Manifestações de rua	2
Largo da República/República	Manifestações de rua	2
	Comícios	1
Sé/Centro	Conferências	2
	Festas comemorativas	1
Sem indicação	Conferências	2
TOTAL		17

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*).

Lidos de outra maneira, os mesmos dados revelam outra diferença fundamental entre os intervalos 1898-1900 e 1901-1903: os lugares do espaço urbano nos quais foram realizadas suas respectivas demonstrações públicas. No primeiro intervalo de tempo, o movimento anarquista ocupou locais públicos de maior frequência na cidade; após 1901, praticamente todas as suas demonstrações públicas caminharam para os bairros populares. Nas duas situações, tratou-se claramente de uma tática de aquisição de visibilidade e de demonstração de força e de unidade do movimento – mais ostensiva até 1900, mais modesta depois de 1901⁹⁹. Entre as seis manifestações de rua que aconteceram entre 1898 e

⁹⁹ Durante esses eventos de protesto emergiram localmente alguns dos símbolos do movimento anarquista que circulavam como artefatos transnacionais do movimento. Na manifestação do Primeiro de Maio de 1899, os grupos de trabalhadores, anarquistas e socialistas que haviam se reunido no Largo da Luz depararam-se com

1900, quatro foram móveis, ou seja, apresentaram-se como cortejos, passeatas ou procissões que percorreram várias ruas da capital.

Os temas das demonstrações públicas variaram em comparação com o período anterior, em que apenas a Unificação Italiana e a Comuna de Paris foram objeto de comícios.

QUADRO 14. Temas das demonstrações públicas do movimento anarquista em São Paulo, por tema e tipo (1898-1903)

Tema	Tipo	Quantidade
Assassinato de Polinice Mattei	Manifestações de rua	4
Primeiro de Maio	Manifestação de rua	2
	Festas comemorativas	1
Mártires de Chicago	Festas comemorativas	2
Violência policial	Comícios	1
Unificação Italiana	Manifestação de rua	1
TOTAL		11

*Excluídas as conferências públicas

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e *La Nuova Gente* e nos números únicos *La Terza Roma*, *La Nuova Gente*, *La Rivolta* e *La Voz del Destierro*

As conferências foram pautadas por temas estritamente ligados ao campo socialista, tais como a luta de classes, as relações entre capital e trabalho e as diferenças estratégicas entre anarquistas e socialistas democráticos (*Germinal*, nº 3, 15/03/1902; *O Amigo do Povo*, nº 10, 16/08/1902). Os conferencistas foram ativistas das duas orientações estratégicas do movimento: Angelo Bandoni, Alessandro Cerchiai e Benjamin Mota – esses últimos dividindo os mesmos eventos e apresentando temas mutuamente referenciados (*O Amigo do Povo*, nº 10, 16/08/1902).

Conforme se verá logo a seguir, o assassinato de Polinice Mattei instituiu uma pletera de sentidos, unificando e resignificando alguns dos temas e datas comemorativas do calendário de ações do movimento. O que importa destacar no momento é uma releitura dos dados acima com base no que foi discutido anteriormente.

o cortejo em homenagem ao embaixador e ministro italiano conde Antonelli, que estava visitando a cidade. Os grupos vaiaram, assobiaram e gritaram contra a autoridade, que simbolizaria os desmandos reacionários do governo italiano. A polícia que acompanhava a comitiva partiu para cima dos manifestantes, dispersando-os. Na tarefa, apreenderam a bandeira vermelha e negra do *Grupo Angiolillo* (*Il Risveglio*, nº 46, 14/05/1899).

Nitidamente, houve a partir de 1901 uma verdadeira substituição das manifestações de rua pelas "conferências públicas" em locais fechados, acompanhadas de um recuo na ocupação do espaço urbano. Contextualmente, o manifesto do *Grupo Fermin Salvochea* publicado em novembro de 1901 no *Palestra Social* pode ser compreendido como uma tentativa, por parte de um grupo orientado por uma estratégia insurrecionalista, de incentivar a continuidade do uso de manifestações de rua mesmo diante de condições adversas. No que não obteve sucesso, conforme os dados demonstram. A terceira diferença fundamental no uso das demonstrações públicas entre os anos 1898-1900 e 1901-1903 reside em seus temas. No primeiro caso, os grupos anarquistas mobilizaram-se em ações coletivas privilegiando os temas da Unificação Italiana, do Primeiro de Maio, da violência policial e do assassinato de Polinice Mattei. No segundo, constituíram temas de suas demonstrações públicas o Primeiro de Maio, os Mártires de Chicago e aqueles relacionados ao campo de produção teórica do socialismo.

Mas isso mostra parte do cenário. A descrição de dois casos ajuda a compreender as performances confrontacionais e os repertórios de confronto político adotados pelos atores em interação contenciosa nesses dois intervalos temporais.

4.4.3 Polinice Mattei

Em 20 de setembro de 1898, a comemoração do "XX Settembre" pela colônia italiana ocorreu nas ruas da cidade. Um grande cortejo foi organizado por várias entidades da colônia italiana – *Unione Meridionale do Bom Retiro*, *Sociedade Dante Alighieri*, *Sociedade Galileo Galilei*, *Loja Maçônica "Giuseppe Petroni"*, *Societa de Beneficenza "Vittorio Emanuele II"*, *Lega Lombarda*, entre outras. A multidão encontrou-se no Jardim da Luz, às 11 horas da manhã. Às 13h30 o cortejo iniciou o trajeto até o Jardim do Palácio, quando a multidão se deteve e as autoridades políticas e pessoas de prestígio da colônia foram recepcionadas pelo presidente do estado, Peixoto Gomide, e sua comitiva. A banda de música "*Umberto I*" iniciou o cerimonial tocando o hino nacional italiano, após o que cada uma das entidades presentes pode desfilar no Jardim do Palácio. Findada a cerimônia, o cortejo de cerca de 10.000 pessoas partiu em direção ao consultado italiano. Na Praça da República, de acordo com o *Correio Paulistano*, o cortejo deparou-se com "um grupo

composto de umas dez ou doze pessoas, todas muito agitadas e inquietas”. Entre elas, anarquistas e socialistas – Estevam Estrella à frente. Esse grupo teria iniciado uma provocação contra o cortejo, que continuou com seu desfile. Os gritos, no entanto, “continuavam terríveis, com gestos ameaçadores” (“Incidentes desagradáveis”. *Correio Paulistano*, nº 12.619, de 21/09/1898). Os sócios da *Unione Meridionale do Bom Retiro* reagiram às provocações a tiros, acompanhados pela cavalaria da brigada policial. Após a dispersão do grupo, o cortejo continuou seu trajeto até o consultado italiano. À frente do consulado, encontrou alguns integrantes de uma contramanifestação que havia sido organizada por anarquistas e socialistas democráticos. Seus integrantes condenaram o patriotismo e recordaram os “massacres de Milão” ocorridos naquele ano. Novo enfrentamento, com tiros disparados. Os manifestantes foram perseguidos por um grupo de cerca de trezentas pessoas, acompanhadas pela polícia. No Largo do Arouche, um manifestante foi apanhado e espancado pela multidão. Mesmo sob custódia policial, “continuou a ser agredido com bengalas, cacetes e guarda-chuvas” (*Idem, Ibid.*). Na confusão, foram disparados tiros, um deles atingindo a cabeça do manifestante, que foi conduzido até a Santa Casa. Dois dias depois, Polinice Mattei faleceu em decorrência dos ferimentos.

A morte de Polinice Mattei – operário anarquista morador do Brás, que havia participado da festa comemorativa do Primeiro de Maio naquele ano declamando a poesia “*Il Galeotto*” (“O condenado”) – foi o que mobilizou os anarquistas em suas manifestações de rua até 1900. Impedidos de realizar um cortejo fúnebre – foi a polícia que transportou o corpo da Santa Casa ao cemitério -, anarquistas e socialistas realizaram uma romaria no dia 22 de setembro de 1898. Partindo do Largo de São Francisco em direção ao Cemitério do Araçá, os manifestantes carregaram flores e reclamaram o corpo, acompanhados pela cavalaria. Depositaram as flores diante do túmulo e puseram-se a discursar, sob a vigilância do esquadrão policial.

No mesmo ano, os anarquistas e socialistas programaram uma “Comemorazione di Polinice Mattei” para o dia 11 de novembro, data reservada aos Mártires de Chicago. A comemoração foi reagendada para o domingo, dia 14, pois muitos trabalhadores não poderiam comparecer durante a semana. Saindo da Praça da República às 14h30 de um dia chuvoso, o cortejo – “tendo à frente a bandeira negra dos socialistas-anarquistas” – dirigiu-se ao Cemitério do Araçá. Participaram do evento grupos anarquistas, socialistas

democráticos e associações sindicais. Diante da sepultura de Mattei, os presentes depositaram coroas de flores e alguns dentre eles discursaram em memória “do primeiro mártir da questão social no Brasil”, no dizer do socialista Estevam Estrella (“La nostra manifestazione”. *Il Risveglio*, 20/11/1898).

Cortejos e passeatas em homenagem a Mattei se repetiram em 20 de setembro de 1899 e em 11 de novembro de 1900. Depois disso, seguidamente o personagem foi lembrado nos periódicos nessas duas datas como “o primeiro mártir da questão social no Brasil”, ou “o primeiro mártir do Ideal no Brasil”. As homenagens a Mattei constituem um caso de reinvestimento simbólico. Sua morte foi reapropriada pelo movimento conjuminando e certificando as ideias de martírio (11 de novembro), de antipatriotismo (20 de setembro) e o quadro da “questão social” (panegíricos constantes nos periódicos e manifestações). Com isso, internalizaram definitivamente as datas de 20 de setembro e de 11 de novembro como parte do calendário *local* do movimento, em que as datas passaram a deter uma significação direta e contextual. Simultaneamente, intentaram externalizar a figura de Mattei no rol de mártires internacionais do movimento, contando com a ressonância de seus periódicos.

4.4.4 Primeiro de Maio de 1903

As denúncias sobre a violência policial aplicada a trabalhadores em greve e aos próprios ativistas descortinam a mudança significativa na propensão do estado ao uso de formas repressivas de ação. Conforme assinalado, tais denúncias concentraram-se no período pós-1901, exatamente aquele que conteve mudanças fundamentais nas táticas empregadas pelo movimento. Tais denúncias são representativas de um processo real em curso, bem como da forma como os ativistas hierarquizaram os problemas pelos quais passavam em sua interação com o contexto político. A mencionada denúncia sobre a presença policial dentro de uma festa no interior dos bairros populares forneceu um parâmetro para identificar o grau de penetração das ações repressivas entre as classes populares e nos “espaços livres” do movimento.

No plano nacional, o deputado paulista Adolpho Gordo encaminhou um projeto de lei, que tramitou na Câmara dos Deputados, a respeito da expulsão de estrangeiros, que

estariam plantando ideias exóticas entre os trabalhadores ordeiros do país. Na época, o projeto encontrou resistência no Senado e ficou paralisado (LOPREATO, 2003).

Desse modo, as três mudanças fundamentais ocorridas nas formas de ação referentes à dimensão pública do movimento nos anos 1902-1903 (locais fechados, conferências e temas voltados ao universo do trabalho e do socialismo) tornam-se compreensíveis.

Também se torna compreensível o grau de confrontação contido na decisão de realização de uma manifestação de rua no Primeiro de Maio de 1903. Uma comissão de trabalhadores anarquistas (entre eles, Manoel Moscoso, Neno Vasco e Alessandro Cerchiai) promoveu a comemoração da data com uma manifestação móvel curta, mas imbuída de simbolismo. Uma passeata de operários percorreu o trajeto entre a Rua dos Imigrantes e o largo do Jardim da Luz. Nesse largo, diversos oradores se revezaram, sublinhando em seus discursos o caráter *reivindicativo* do Primeiro de Maio. Os oradores anarquistas também foram retoricamente hostis à Federação Socialista Municipal (FSM) e ao periódico socialista democrático *Avanti!*. Ambos haviam divulgado a resolução de não realizar “manifestações”, mas apenas comemorações com “discursos e hinos entre quatro paredes” (“O Primeiro de Maio”. *O Amigo do Povo*, nº 27, 30/05/1903).

CAPÍTULO 5 - O PERÍODO 1904-1908

"Sono anarchico dunque per l'Azione, non per l'Ideale. Combatto per l'*anarchisme*. Pugno per una *tendenza*, non per un Fine"¹⁰⁰.

"Ideale e Azione". **La Battaglia**, nº 62, 31/12/1905.

O período entre 1904 e 1908 amplificou as tensões entre Estado, classes proprietárias e movimentos sociais. A realização de reformas urbanas identificou-se com a gentrificação de determinados territórios nas cartografias das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O tratamento dispensado à Revolta da Vacina em 1904 foi o padrão adotado para a interação direta entre Estado e movimentos sociais em geral. A repressão pública aos movimentos sociais também orientou a intervenção do Estado nas relações de trabalho. A criminalização do movimento reivindicatório e o emprego da força pública para reprimir manifestantes durante a greve geral ocorrida na capital federal no segundo semestre de 1903 foi o diapasão que afinou as formas de ação dispensadas contra, por exemplo, a greve da Companhia Paulista, em 1906, e a Greve Geral de 1907 em São Paulo (HALL, 2004b)¹⁰¹.

Não obstante, as greves continuaram a ocorrer no Rio de Janeiro e em São Paulo, em virtude do ambiente econômico caracterizado pelo crescimento e pela expansão industrial, que ampliaram o poder de barganha do operariado. Nessas condições, ligas de resistência intensificaram suas atividades de mobilização e novas associações sindicais foram criadas

¹⁰⁰ "Sou um anarquista, portanto, pela Ação, não pelo Ideal. Combato pelo *anarquismo*. Luto por uma *tendência*, não por um fim". *Ideal e Ação*.

¹⁰¹ Antonio Prado, prefeito de São Paulo e presidente da Companhia Paulista, empresa do ramo ferroviário responsável pelo ramal de escoamento da produção cafeeira vinda do interior, solicitou a intervenção da força pública primeiramente ao presidente do estado, Jorge Tibiriçá, e depois ao próprio presidente da República, Rodrigues Alves. Foram enviados soldados da força pública estadual. Foram também deslocados maquinistas e operários da Central do Brasil, sob comando do governo federal, para realizar o trabalho dos grevistas. Para completar, dois navios de guerra foram ancorados no Porto de Santos, à espera, caso os operários da *São Paulo Railway* aderissem ao movimento. A pauta de reivindicações incluía a liberdade de associação, o fim da obrigatoriedade de associação e de contribuição compulsória à caixa beneficente da empresa e a demissão de um chefe intermediário. Com o recrudescimento da repressão, categorias como a dos chapeleiros, dos gráficos e dos sapateiros cruzaram os braços, em solidariedade aos grevistas da Paulista. Foi decretado estado de sítio para as cidades de Campinas e de Jundiaí. Lideranças do movimento foram presas e a sede de sindicatos e de periódicos socialistas e anarquistas - *Avanti!* e *La Battaglia* - foram invadidas e depredadas pela polícia. Choques violentos ocorreram entre os grevistas da Paulista em Jundiaí e a força pública, resultando em mortes para ambos os lados. Ao final, as reivindicações dos grevistas não foram atendidas. cf. PINHEIRO, 1997; FAUSTO, 1976.

(PINHEIRO, 1997; BATALHA, 2000)¹⁰². Aziz Simão registrou para a capital paulista a ocorrência de quatro greves em 1904, quatro em 1905, sete em 1906, doze em 1907 e dezesseis em 1908 (SIMÃO, 1981, p. 125). Dessa forma, os conflitos agudizaram-se entre os anos de 1907 e 1908, conformando um novo ciclo de protestos. No Rio de Janeiro, incluíram o repúdio à constituição do serviço militar obrigatório e, posteriormente, do sorteio militar, medidas tomadas durante o governo de Afonso Pena. Nessa mesma cidade, foi conduzida a criação de uma Liga dos Inquilinos, contrária ao preços dos aluguéis que se avolumaram para as classes populares.

Nessa conjuntura crítica, as autoridades públicas e a grande imprensa desenvolveram a ideia de que os movimentos do campo socialista e sindical - em especial o anarquismo - eram na verdade "plantas exóticas", transplantada para as terras brasileiras por agitadores estrangeiros, e que não tinham relação com a índole pacífica da população nativa. Nessas campanhas, alargaram o significado dos termos 'anarquista' e 'anarquismo' ao ponto de abarcar com esses qualificativos praticamente todos os eventos, atividades e publicações que manifestassem, aos seus olhos, algum caráter contestatório ou subversivo (MARAM, 1979). Foi em meio a esse clima que o deputado paulista Adolpho Gordo reapresentou o seu projeto de lei que ficara engavetado em 1902. Aprovada como o decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, a normatização ficou conhecida como "Lei Adolpho Gordo". Previa a expulsão sumária de estrangeiros envolvidos em atividades criminosas ou de comprometimento da "segurança e da tranquilidade públicas", desde que residissem há menos de dois anos no país ou não fossem casados com brasileiras ou que não fossem viúvos com filhos brasileiros (LOPREATO, 2003; BONFÁ, 2009). De acordo com Claudio Batalha, 132 estrangeiros foram expulsos do Brasil somente no ano de 1907, mais de um quinto do total de expulsões praticadas até 1921 (BATALHA, 2000). A legislação, na verdade, só encampou com um aspecto de legalidade várias expulsões sumárias realizadas durante o período.

Em virtude das medidas repressivas e do retraimento econômico causado pela crise internacional, ao final de 1908 e início de 1909 processou-se um decréscimo da atividade

¹⁰² Em 5 de janeiro de 1907 veio à luz o decreto nº 1.637. A primeira legislação a respeito das organizações sindicais era bastante liberal na letra, concedendo autonomia para que os sindicatos se constituíssem sem necessidade de autorização governamental, decidissem sobre sua forma de organização, definissem sua base territorial e se federassem livremente (PAULA, 2011, p. 55 e ss).

sindical, com a diminuição do número de greves e da quantidade de associações sindicais (BATALHA, 2000; PINHEIRO, 1997; HALL, 2004b).

Esse foi o contexto político no qual estiveram inseridos os ativistas anarquistas nessa quadra histórica. Alguns dos grupos locais aproveitaram o saldo das atividades de difusão e de mobilização do período anterior para ingressar definitivamente na organização das classes populares no campo econômico. Entre 1904 e 1908, a estratégia de massas direcionou-se inequivocamente para a adoção de táticas sindicalistas no interior do movimento anarquista local. Por sua vez, os grupos e ativistas favoráveis à estratégia insurrecional fixaram o antissindicalismo como orientação fundamental. De forma propositiva, recorreram a formas de ação que fossem capazes de incitar as massas à revolta. Adotaram também uma nova perspectiva: direcionar esforços para ações de difusão e de mobilização entre as camadas rurais das classes populares.

A orientação sindical da estratégia de massas e o antissindicalismo dos insurrecionalistas não opôs os diversos grupos de maneira incontornável. A especialização e a divisão interna do trabalho do ativismo responderam a um mesmo propósito. Divisão do trabalho não significa que as respectivas especializações tenham por base decisões exclusivamente racionais e pacificadas. A especialização dos grupos em certos setores do movimento respondeu a diferenças de orientação, mas não se fez sem dissenso. Porém, os grupos continuaram a se definir e a serem definidos, simbólica e praticamente, como parte de um mesmo movimento.

Tais desdobramentos acompanharam algumas das transformações ocorridas na escala transnacional do movimento. O Congresso Anarquista Internacional de Amsterdã, ocorrido em agosto de 1907, estruturou-se em torno da polêmica a respeito do sindicalismo, que opôs Pierre Monatte e Errico Malatesta. Mas outros temas ocuparam a cena, como o antimilitarismo e a organização anarquista¹⁰³.

¹⁰³ Uma ordem do dia provisória para a sessão de 28 de agosto previu os seguintes temas: "O anarquismo e o sindicalismo", "Greve geral e greve política", "Anarquismo e organização", "O antimilitarismo como tática do anarquismo", "A associação produtora e o anarquismo", "A revolução na Rússia", "Alcoolismo e anarquia" e "A literatura moderna e o anarquismo". À parte, foram programadas para os dias 28 e 30 de agosto a realização de "sessões privadas", às quais só compareceriam aqueles que estivessem de acordo com a fundação de uma "Internacional Libertária". Os temas previstos para essas "sessões privadas" foram: "Organização da Internacional Libertária", "Redação dum Declaração de Princípios comunista-anarquista" e "Fundação dum Boletim Internacional". Divulgadas antecipadamente, essas propostas deveriam ser discutidas pelos ativistas que pretendiam participar do Congresso. cf. "Congresso Internacional de Amsterdã". *A Terra Livre*, 14/07/1907.

Esse capítulo é dedicado à descrição desse período final de formação do movimento anarquista na cidade de São Paulo durante a Primeira República.

5.1. Sindicalistas e Insurrecionalistas

A mobilidade constante dos anarquistas foi um fenômeno contínuo durante esses anos. A entrada de ativistas italianos ainda existiu, mas diminuiu, acompanhando de certa maneira o refluxo da imigração italiana¹⁰⁴. Alguns dos ativistas que estavam em São Paulo mudaram-se para outros centros urbanos, de maneira definitiva ou temporária, em virtude das necessidades do ativismo ou em função de questões da esfera privada. Assim, à mobilidade típica dos anarquistas somou-se um processo de migração interna de ativistas mais intenso do que aquele verificado no período anterior, o que de modo algum significou um esvaziamento do movimento local. Esse processo teve efeitos positivos para o estabelecimento de vínculos mais consistentes entre os grupos locais e aqueles situados nas demais localidades do país. Entre os 40 ativistas atuantes nesse período na cidade de São Paulo que puderam ser identificados, 23 participaram com toda a certeza de ações do movimento antes de 1904. A referência aos demais 17 ativistas somente a partir de 1904 não significa que não atuaram no período anterior. Pode significar simplesmente que ganharam visibilidade apenas nesse período. Outrossim, pode indicar também o dinamismo do movimento no recrutamento de novos integrantes.

¹⁰⁴ Em 26 de março de 1902, o Comissariado Italiano da Emigração emitiu uma portaria que ficou conhecida como "decreto Prinetti", em virtude de ser este o nome do Ministro do Exterior da Itália. A portaria suspendeu o recrutamento e o transporte subsidiado de emigrantes para o Brasil (CENNI, 2003). Internamente, de acordo com TRENTO (1988), "uma parte da colônia italiana - não por acaso a que alcançara uma posição mais importante - foi a primeira a se manifestar contra o decreto de 1902" (TRENTO, 1988, p. 60). O governo brasileiro já vinha estudando a eliminação da imigração subsidiada, pois a espontânea teria se demonstrado mais efetiva. Não obstante as maneiras encontradas pelas companhias de imigração e pelos agentes intermediários para burlar o decreto Prinetti, ele teve um efeito avassalador sobre os rumos da emigração italiana: os destinos se direcionaram maciçamente para os Estados Unidos e, secundariamente, para a Argentina. Segundo as estatísticas de povoamento do IBGE, no período entre 1894 e 1903 os imigrantes italianos entrados no país somaram 537.784, em um total de 852.110 imigrantes de várias nacionalidades. No período de 1904 a 1913, esse número caiu vertiginosamente: 196.521 para um total de 1.006.617 entradas no Brasil. Foi quase a metade da entrada de imigrantes portugueses (384.672) e um número inferior ao de imigrantes espanhóis (224.672) (IBGE). No plano estadual, o quadro foi ainda mais dramático: "Em consequência do decreto Prinetti, o número de imigrantes italianos, que tinha ultrapassado os cem mil no ano de 1895, mantendo nos cinco anos seguintes uma média superior a 43 mil, em 1902 desceu para 28.895 (dos quais 11.728 espontâneos, passageiros de terceira classe, e 17.167 subsidiados, com viagem paga totalmente ou em parte pelo governo do estado). Em 1903 o número de imigrantes continuou a diminuir, e no ano seguinte os italianos já não eram citados na mensagem presidencial de Jorge Tibiriçá como categoria separada, mas pertenciam apenas às 'nacionalidades diversas'" (CENNI, 2003, p. 242-243).

Considerando somente esse universo de referência, a mobilidade não alterou o perfil sociológico do movimento na capital paulista. A proporção entre os gêneros foi mantida. Igualmente, houve uma estabilização da base social do movimento em São Paulo, caso se enfoque a diversidade das ocupações de seus ativistas. Operários e artesãos qualificados (tipógrafos, chapeleiros, carpinteiros e sapateiros), operários sem especialização empregados em diversos ramos (tecelagem, ferrovias, limpeza pública e, agora, construção civil) e jornalistas e escritores conservaram-se como as categorias encontradas. O contingente de italianos continuou tendo ascendência sobre as demais nacionalidades, também seguindo o padrão de proporcionalidade anteriormente descrito. Outros dados, de origem qualitativa e impressionista, dão conta do mesmo quadro, mas sugerem que o número de brasileiros no movimento seria maior. Por ocasião da promulgação da "Lei Adolpho Gordo", que regulamentou a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades políticas "subversivas", os redatores do periódico *A Terra Livre* declararam que, em princípio, a lei não afetaria o movimento anarquista, pois "os propagandistas do anarquismo ou são nacionaes, ou sendo estrangeiros, vieram para aqui na infancia e aqui se fizeram anarquistas, ou pelo menos residem ha mais de dois annos 'no territorio da Republica'" ("Com ou sem lei". *A Terra Livre*, nº 25, 22/01/1907). É difícil determinar se a maioria dos ativistas nesse momento já era constituída por brasileiros natos (mesmo que filhos de estrangeiros). A conservação e a diversificação da propaganda em língua portuguesa foram efetivadas nesse período, com a importação de livros diretamente de Portugal, com a tradução local de obras anarquistas e com a produção de vários opúsculos e folhetos nesse idioma. Com exceção dos livros importados, as obras traduzidas ou produzidas localmente tinham "preço voluntário" (*O Amigo do Povo*, nº 45, 06/03/1904). Neno Vasco também traduziu para o português o hino *L'Internationale*, escrito em 1871 pelo *communard* proudhoniano Eugène Pottier e musicado pelo anarquista belga Pierre Degeyter em 1888 (SAMIS, 2009).

Grupos anarquistas igualmente foram organizados durante esse período. A variedade de tipos manteve-se constante, embora a frequência com que os ativistas se dedicaram à sua criação tenha se arrefecido diante daquela apresentada entre os anos de 1898 e 1903. A partir de 1904 e até 1908 foram constituídos ou reativados 12 deles: quatro grupos de afinidade, três periódicos, três grupos de teatro social, um círculo de estudos sociais e uma escola libertária. Pode-se novamente comparar esse progresso com aqueles das SMS e das associações sindicais:

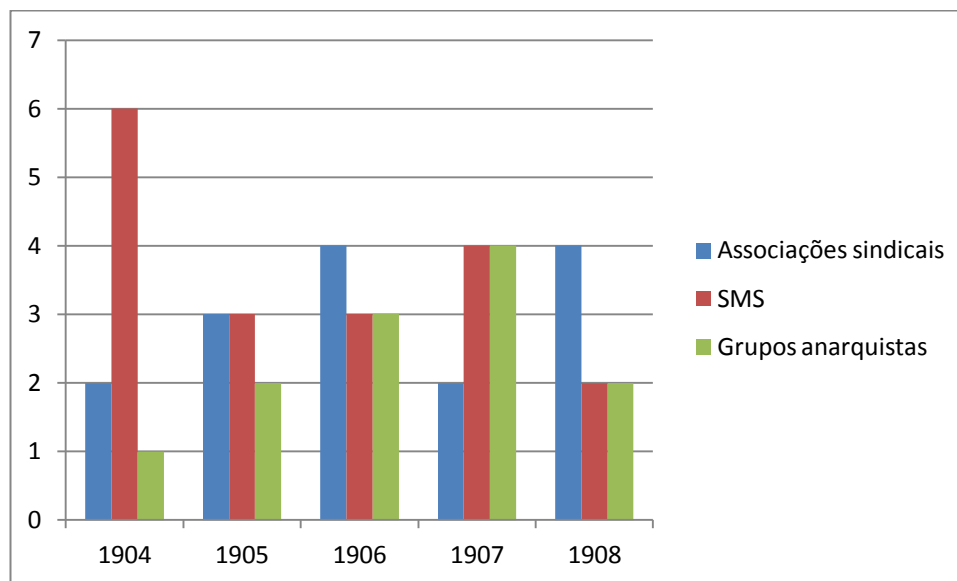


GRÁFICO 9. Evolução de associações sindicais, grupos anarquistas e SMS no município de São Paulo, por ano de constituição (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos em SIMÃO (1981) e DE LUCA (1990) e de informações coletadas em *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia*, *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*)

Verifica-se a formação de 45 grupos ou associações nesse período: 18 SMS, 15 associações sindicais e, como dito, 12 grupos anarquistas. O número de SMS fundadas nesse período foi bem inferior àquele do período anterior (27), o mesmo ocorrendo com os grupos anarquistas (24). As SMS por etnia continuaram sendo a forma de organização predominante (oito), sendo duas constituídas por italianos, duas por negros, duas por alemães, uma portuguesa e uma síria. As seis SMS por categorias profissionais contemplaram engenheiros, viajantes, alfaiates, gráficos, trabalhadores do setor de farmácia e também do comércio. A constituição de associações sindicais sofreu uma queda bem menor, afinal haviam sido criadas 17 entre 1898-1903. As associações "profissionalmente diferenciadas" mantiveram-se como a forma predominante (nove casos), mas dessa vez quatro associações "profissionalmente articuladas" se sobrepuseram a duas "profissionalmente indiferenciadas".

Como se trata de grandezas acanhadas, as tendências dessas evoluções precisam ser relativizadas. Em primeiro lugar, porque a organização de associações sindicais e de SMS é um processo social bem mais complexo do que o da formação de grupos anarquistas. As SMS iniciaram o período com a constituição de seis entidades, ao passo que o terminaram com a fundação de duas. As associações sindicais e os grupos anarquistas seguiram uma

tendência inversa, ascendente. Contudo, entre 1905 e 1908 os três tipos de organização oscilaram entre dois e quatro grupos ou associações constituídos. Diante desse quadro, pode-se afirmar que as formas de organização assumidas pelo associativismo popular nesse período mantiveram certa estabilidade, mesmo diante do ambiente político. Essas estruturas de mobilização apenas foram aperfeiçoadas ou modificadas em relação ao período anterior.

No que diz respeito especificamente ao anarquismo, observa-se um decréscimo no número de grupos coetâneos em relação a 1903:

TABELA 10. Grupos anarquistas existentes na cidade de São Paulo, por ano (1904-1908)

Ano	São Paulo
1904	11
1905	5
1906	7
1907	9
1908	9

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*

Em 1903 os grupos anarquistas que conviviam na cidade somavam 18, ao passo que em 1904 passaram a 11, chegando a apenas 5 em 1905. Contudo, novo alento foi dado aos grupos a partir de 1906. Assim, tanto a constituição de novos grupos como a sua existência contemporânea acompanharam o sentido ascendente das reivindicações operárias, anteriormente mensuradas pelo número de greves, culminando nos anos de 1907 e 1908. Certamente, essa correlação não implica necessariamente dependência.

Em 1907 e 1908 a maior parte dos grupos anarquistas era constituída por grupos de afinidade (cinco), seguidos por dois periódicos, um círculo de estudos sociais e uma escola. A Escola Libertária Germinal, fundada em 1903, teve seu endereço fixado na Rua Sólon, 138, no bairro do Bom Retiro. Funcionou até julho de 1905, quando foi fechada por falta de recursos. Angelo Bandoni, responsável pela escola, articulou entre os ativistas a reativação da escola, finalmente reinaugurada em setembro de 1907 (ROMANI, 2002). Outros sete grupos tiveram a localização determinada: três se constituíram no Brás, um no Bom Retiro, um na Sé, uma na Ponte Pequena e um no bairro do Belenzinho.

Os periódicos *A Terra Livre* e *La Battaglia* nuclearam grupos partidários das duas estratégias anarquistas que se constituíram ao longo do período: respectivamente, a estratégia de massas e a estratégia insurrecional. Foram os periódicos mais estáveis. *O Amigo do Povo* cedeu espaço para *A Terra Livre* (basicamente, ambos contaram com o mesmo grupo editor) e *La Battaglia* assumiu o posto do *Germinal*. O periódico *Il Libertario* foi editado somente em 1906, e contou com apenas três números. Como feito nos demais capítulos, utilizo os dois principais periódicos para, indiretamente, aferir as redes de relacionamento nas quais os grupos anarquistas enlearam-se a partir de 1904:

QUADRO 15. Origem de subscrições voluntárias para periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1904-1908)

Periódico/Estado	São Paulo	Brasil	Exterior
<i>A Terra Livre</i> (1905/1908)	Agudos, Araraquara, Araras, Bebedouro, Bocaina, Campinas, Cravinhos, Jaboticabal, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Salto, Santa Rita de Passa Quatro, Santos, São Carlos do Pinhal, São José do Rio Pardo, São Lourenço do Turvo, São Paulo, Socorro, Sorocaba, Taubaté	Amazonas: Manaus Ceará: Fortaleza Espírito Santo: Espírito Santo do Rio Pardo (ES) Mato Grosso: Ribeirãozinho Minas Gerais: Barbacena, São Lourenço, Uberaba Pará: Santarém Paraná: Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa Rio de Janeiro: Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul: Caxias, Pelotas, Porto Alegre Santa Catarina: Blumenau, Florianópolis	Lisboa (Portugal) Madrid (Espanha) Paris (França)
<i>La Battaglia</i> (1904/1908)	Araraquara, Araras, Bebedouro, Campinas, Cravinhos, Dobrada, Franca, Itapetininga, Jardinópolis, Jundiaí, Mococa, Nuporanga, Piracicaba, Porto Feliz, Salles Oliveira, Salto de Itú, Santa Rita de Passa Quatro, Santos, São Bernardo do Campo, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São Paulo, São Roque, Sorocaba	Amazonas: Manaus Mato Grosso: Olhos D'Água de Ribeirãozinho Minas Gerais: Barbacena, Juiz de Fora, Muriaé, Uberaba Pará: Belém, Santarém Paraná: Curitiba, Palmeira, Porto Amazonas Rio de Janeiro: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro Rio Grande do Sul: Porto Alegre	Junin (Argentina)

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *A Terra Livre* e *La Battaglia*

Decididamente, os grupos locais de ativismo anarquista desfrutaram de uma nacionalização em sua base de aquisição de recursos materiais. No primeiro período, as contribuições pecuniárias originavam-se basicamente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No período correspondente à virada do século, os recursos materiais

havam sido obtidos fundamentalmente de estados do sudeste e sul do país - à exceção do Pará. O período 1904-1908 inaugurou uma vinculação desse tipo com estados das atuais regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, mesmo que de maneira tímida. O estado de São Paulo ainda representou a maior fonte para a sustentação material do movimento local. Na verdade, observa-se uma multiplicação no número de localidades do interior do estado que contribuíram para os periódicos. Essa multiplicação correspondeu também a uma expansão territorial, vascularizando a origem das contribuições nas regiões produtoras de café do estado. Ainda que falte a indicação sobre o volume de recursos provenientes conforme a região, o estado ou cidades de outros países, pode-se admitir que é nítida a sustentação material regional do movimento, sem que os grupos necessitassem recorrer mais amplamente à rede transnacional para a obtenção de recursos.

A origem e o destino das mensagens trocadas nas colunas "Piccola posta" e "Correspondenze" do *La Battaglia* e "Caixa do Correio" d'*A Terra Livre* podem ser observadas no quadro abaixo:

QUADRO 16. Origem e destino de mensagens divulgadas em periódicos anarquistas da cidade de São Paulo (1904-1908)

	Estado de SP	Brasil	Exterior
<i>A Terra Livre</i> (1905/1908)	Araraquara, Campinas, Itapetininga, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Salto, Santa Rita de Passa Quatro, Santos, São Paulo, Sorocaba	Paraná: Ipiranga Rio de Janeiro: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro Rio Grande do Sul: Porto Alegre Minas Gerais: Uberaba	Coimbra (Portugal) Lisboa (Portugal) Porto (Portugal)
<i>La Battaglia</i> (1904/1908)	Amparo, Araraquara, Barra Bonita, Barra Mansa, Barretos, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Cravinhos, Franca, Ibitinga, Itapetininga, Jaboticabal, Jardinópolis, Jaú, Jundiaí, Lorena, Mococa, Monte Alegre do Sul, Nuporanga, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Rincão, Salto de Itú, Santa Rita de Passa Quatro, Santos, São Carlos, São José do Rio Pardo, São Lourenço do Turvo, São Manuel do Paraíso, São Paulo, São Paulo dos Agudos, Sertãozinho, Socorro, Sorocaba, Tietê, Três Corações do Rio Verde, Votorantim	Amazonas: Manaus Mato Grosso: Olhos D'Água de Ribeirãozinho Minas Gerais: Barbacena, Conquista, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Uberaba Pará: Belém Paraná: Cascavel, Curitiba, Faxinal, Lapa, Palmeira Rio de Janeiro: Paraíba do Sul, Petrópolis, Rio de Janeiro Santa Catarina: Blumenau	Buenos Aires (Argentina) Montevideu (Uruguai) Florença (Itália) Roma (Itália) Milão (Itália)

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *A Terra Livre* e *La Battaglia*

Três principais resultados podem ser retirados desses dados. O primeiro se refere à absoluta cisão que a definição de uma única língua utilizada nos periódicos promoveu no seu uso pelos grupos anarquistas no exterior. *A Terra Livre* confinou-se ao ramo português do

movimento, o que foi condizente com a crescente importação e tradução de livros para a língua portuguesa promovidas por esse grupo. O *La Battaglia* permaneceu conectado ao ramo italiano do movimento transnacional. Em segundo lugar, a reputação do jornal no interior do estado de São Paulo. O periódico em italiano foi mais acessado como canal de fluxo de comunicação do que o periódico em português. Na verdade, *A Terra Livre* dividiu com o *La Battaglia* nove das onze cidades em que funcionou como canal de comunicação entre ativistas ou simpatizantes. O *La Battaglia*, por sua vez, foi regularmente acessado como canal de comunicação em 38 cidades do interior do estado. Com toda a certeza, supria as más condições de comunicação entre os núcleos coloniais, o que não invalida o reconhecimento de sua importância. Em terceiro lugar, nota-se que, embora os recursos materiais de sustentação para o movimento fossem provenientes de várias regiões do país, o seu papel de mediador do fluxo de comunicação permaneceu grandemente restrito aos estados do Sul e Sudeste. Novamente, o principal protagonista como canal de comunicação entre as várias regiões do país é o *La Battaglia*.

Apesar disso, foram os grupos orientados pela estratégia de massas que constituíram redes mais densas de colaboração. A aproximação entre os grupos das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro ocorreu em dois níveis. Em primeiro lugar, devido à mudança de ativistas de São Paulo para a capital federal, fato ocorrido desde o período anterior. O casal Luigi e Matilde Magrassi e José Sarmento Marques foram importantes personagens na constituição de grupos anarquistas e na organização das classes populares no campo econômico na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século. José Sarmento Marques deixou o *Il Risveglio* em 1898 para fundar *O Despertar* no Rio de Janeiro. Manoel Moscoso mudou-se para o Rio de Janeiro em 1904, onde participou da fundação do periódico *O Libertário*, contando com a colaboração do brasileiro Carlos Dias, operário gráfico (SAMIS, 2009). Em maio de 1907, *A Terra Livre* transferiu sua redação - e alguns de seus ativistas - para o município do Rio de Janeiro, unindo-se ao grupo Novos Rumos. Voltou a ter sua sede em São Paulo a partir de meados de agosto de 1908 (*A Terra Livre*, nº 34, 25/05/1907; *A Terra Livre*, nº 63, 20/08/1908). Em segundo lugar, ocorreu uma aproximação em virtude da atuação de ativistas anarquistas no campo literário. Benjamin Mota e Neno Vasco produziram extensa obra de ficção anarquista, no campo da prosa, da poesia e das peças teatrais. No Rio de Janeiro, ativistas como Fábio Luz e Mota Assunção atuaram preferencialmente nesse campo.

Essa aproximação ocorreu desde o final de 1902, também sob a forma de publicação de artigos n'*O Amigo do Povo* (LUIZETTO, 1984; SAMIS, 2009).

Por seu turno, foram dois os elementos que propiciaram aos grupos insurrecionalistas a criação de redes de circulação de recursos e de informações principalmente com o interior do estado de São Paulo. Em primeiro lugar, a origem étnica e a comunhão linguística. Em segundo lugar, a orientação deliberada dos grupos insurrecionalistas para a realização de ações de difusão e de mobilização entre os núcleos de colonos nas fazendas de café.

O processo de construção dessas orientações estratégicas diferenciadas acarretou uma divisão setorial do trabalho do ativismo anarquista sem prejudicar a colaboração no maior número de ações desenvolvidas pelo movimento nesse período, seja considerando a dimensão pública, seja a submersa.

5.1.1. Sindicalistas

Logo nos primeiros meses de 1904, *O Amigo do Povo* iniciou a publicação contínua de artigos de Sebastien Faure e de Émile Pouget a respeito da organização sindical e de suas formas de ação correspondentes. Desde o final de 1902, pouco tempo depois do surgimento do periódico *Germinal*, *O Amigo do Povo* passara a ser editado completamente em português. Sob essa divisão de esforços em prol da difusão do movimento escondeu-se também uma diferenciação entre orientações estratégicas que só amadureceu plenamente com o aparecimento de *La Battaglia*, cuja publicação foi iniciada em junho de 1904. Sobre esse periódico me deterei mais à frente. Importa destacar que essa diferenciação colocou, de um lado, sob a imprensa anarquista de língua portuguesa, grupos de ativistas brasileiros, portugueses, italianos e espanhóis, defensores da estratégia de massas e, de outro, reunidos em uma imprensa exclusivamente de língua italiana, grupos de ativistas italianos e, em menor medida, espanhóis, que desposaram a estratégia insurrecionalista (FELICI, 1994)¹⁰⁵. O importante no momento é trilhar os caminhos através dos quais a estratégia de massas chegou ao sindicalismo revolucionário no campo econômico.

¹⁰⁵ O lançamento do periódico *Il Libertario*, em 1906, teve a intenção de cobrir a lacuna de uma publicação em língua italiana que auxiliasse na difusão da estratégia de massas. Porém, o periódico manteve-se por somente três meses, entre outubro e dezembro, com três números publicados.

No começo do século XX, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo ainda estavam se desenvolvendo e se consolidando como táticas da estratégia de massas do movimento anarquista transnacional. Sequer as respectivas nomenclaturas existiam de maneira inequívoca. Desde o início, a posição fundamental do anarquismo esteve relacionada à negação da intersecção entre luta no campo econômico e luta no campo político-institucional. No primeiro capítulo, apresentei a distinção entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário como uma diferença entre a vinculação expressa ou não ao anarquismo. No caso do sindicalismo revolucionário, a independência em relação à necessidade do rótulo "anarquismo" não significou abrir mão das orientações essenciais a respeito do funcionamento das ligas de resistência.

Em 1903, iniciou-se em São Paulo uma conjuntura econômica favorável à formulação de reivindicações no campo econômico (BATALHA, 2000). Associações sindicais criadas nos anos anteriores e aquelas constituídas ou reorganizadas a partir de 1904 iniciaram uma série de greves, principalmente por estabelecimento ou setor econômico, mas também intersetoriais, culminando na greve geral de 1907 e no pico de greves do período em 1908. Foi nesse contexto de ampla mobilização operária que foi constituída a Federação Operária de São Paulo (FOSP), em novembro de 1905, e que foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, no Rio de Janeiro. Este Congresso teve como uma de suas principais consequências a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) (RODRIGUES, 1969; TOLEDO, 2002).

Como visto, a estratégia do "socialismo integral" imaginada em meados de 1902 pelos socialistas democráticos e posta em prática desde então previa a conexão entre a luta econômica desenvolvida pelas ligas de resistência e a luta político-institucional por reformas, a cargo do partido político. Também pretendia acoplar as ligas de resistência a outras iniciativas no campo econômico - o mutualismo e o cooperativismo - e no campo sociopolítico - os círculos e grupos socialistas. E, finalmente, também tencionava disputar cargos eletivos em outros tipos de organização do associativismo popular, como as SMS e as associações étnicas recreativas. No novo contexto de mobilização operária, essa estratégia foi acessada pelos socialistas democráticos de maneira mais contundente. Seus grupos iniciaram uma campanha pela naturalização dos estrangeiros visando o alistamento eleitoral de massas de trabalhadores (BIONDI, 2002).

Os anarquistas de São Paulo que defendiam a atuação do movimento no campo econômico pretenderam deter a possibilidade de avanço dos socialistas democráticos entre as classes populares. Esse desforço assumiu a forma de defesa do apoliticismo das ligas de resistência. Ativistas anarquistas no interior das ligas de resistência, como Edgard Leuenroth, Manuel Moscoso, Eugênio Gastaldetti, Giulio Sorelli e Eduardo Vassimon, defenderam a neutralidade política em suas respectivas associações sindicais. Nos periódicos anarquistas, nomes como Neno Vasco e Benjamin Mota também sublinharam a necessidade de neutralidade política que deveria acompanhar a formação das ligas de resistência. No contexto de fundação da FOSP, o primeiro número d' *A Terra Livre* declarou:

E assim como a sociedade de resistencia, neutral em matéria religiosa, não deixa de combater as uniões de fura-greves católicos e os padres que se põem do lado dos patrões, assim também, embora neutral em eleições, não deixa de lutar contra as prepotencias do poder político. É preciso não confundir a luta dum partido com a luta de classe ("Generalidades". *A Terra Livre*, nº 1, 23/12/1905).

Em janeiro de 1906, em meio ao clima da intensa mobilização operária que antecedeu a greve da Companhia Paulista no estado e a articulação para a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, *A Terra Livre* divulgou um longo artigo a respeito das associações sindicais. Sob o título de "Sociedades de Resistência", o texto apresentou a existência de três modelos de organização sindical e a defesa intransigente de um deles.

"As *sociedades de resistência* são as associações operárias destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Recebem diversos nomes segundo os países: *sindicatos, ligas de resistência, uniões de ofício, associações de classe, trade-unions* etc. *Corporativismo* (ou *unionismo*, ou *sindicalismo*) é o conjunto de ideias e de sistemas sobre a organização operaria, a sua acção e os seus métodos. Especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, a sociedade operaria é um grupo fechado, de difícil entrada. A organização operaria é uma especie de aristocracia do trabalho. As corporações de ofício agem isoladamente e a sua acção reduz-se a melhoramentos em favor dos associados, sem mesmo tender à abolição do privilégio capitalista, sendo estritamente legal, apesar de ser a lei feita e aplicada pelos burgueses e em seu próprio favor. A 'trade-union' (expressão inglesa: união de ofício) faz política parlamentar apoiando o candidato que mais *promessas* lhe fizer, seja qual for o seu partido! Este 'trad-unionismo' vai morrendo por culpa dos seus erros e defeitos. Nos Estados Unidos, já ha mesmo uma forte organização (Federação dos trabalhadores do mundo) agindo sobre o terreno da luta de classe e repudiando o parlamentarismo.

A sociedade operaria alemã não é, a bem dizer, de resistencia. A resistencia é ali disfarçada, encoberta, sufocada pelo mutualismo e pela legalidade. As derrotas têm sido majestosas e as conquistas nullas. As organizações alemans agrupam muita gente, reúnem enormes sommas, mas... são inertes, têm medo de empregar a sua força, como aquelle que comprou um guarda-chuva e o meteu debaixo do capote com pena de o molhar. Quando se mexem, são pesadas e tímidas, cruzam os braços e lutam a dinheiro... A sua política é a política parlamentar socialista.

É um modelo que vai perdendo o crédito; até na Alemanha começou a reacção.

A sociedade de resistência mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o sindicato francês, aderente à Confederação Geral do Trabalho. É puramente de resistência, facilitando a entrada a todos, procurando agrupar o maior número, mas sem por isso deixar de agir constantemente. Trata de conquistar melhoramentos (sobretudo redução de horas), fazendo assim exercício para a greve geral revolucionária e para a expropriação dos meios de produção e de transporte. *Não aceita a política parlamentar*, fazendo, porém, luta política (contra o Estado, contra o governo, desde o ministro ao polícia, mas especialmente, contra o militarismo), pois o poder político é defensor do capitalismo. Mas essa luta (assim como a econômica) é pela 'acção directa', operaria, e não indirecta, por meio dos deputados no parlamento.

Esse metodo - que, por influencia da França, vai sendo chamado 'sindicalismo' - é seguido já pela Suíça francesa, pela Holanda, e em parte pela Espanha ("Federación Regional Española") e repúblicas sul-americanas, ganha terreno na Itália e nos Estados Unidos e começa a penetrar na Inglaterra e na própria Alemanha". ("Sociedades de Resistência". *A Terra Livre*, nº 2, 13/01/1906 - grifos no original).

"Que, por influência da França, vai sendo chamado 'sindicalismo'". Os grupos anarquistas locais identificavam-se com a tática aliancista de dissociação entre ação parlamentar e ação econômica, que àquela altura se delineava sob a denominação de "sindicalismo" - sendo adotada rapidamente justamente em países com longa e sólida tradição anarquista. A "ação direta operária" incluía formas de ação como a sabotagem, o boicote e, principalmente, a greve geral revolucionária.

O desempenho de atividades no interior das ligas de resistência e da FOSP gerou mudanças de trajetória política entre alguns ativistas, que passaram a identificar o sindicalismo como uma corrente independente do anarquismo. Tal foi o caso de Giulio Sorelli. Outros defenderam o sindicalismo sem, no entanto, desvincularem-se do campo anarquista, como foi o caso de Edgard Leuenroth¹⁰⁶. Ambos estiveram presentes como

¹⁰⁶ Giulio Sorelli era na época o secretário-geral da FOSP e atuava na *Lega lavoratori in legna* (Liga dos trabalhadores em madeira). Sua posição em defesa da neutralidade dos sindicatos mesmo frente ao anarquismo foi estudada por Edilene Toledo. Leuenroth atuava na União dos Trabalhadores Gráficos. Sua

delegados no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, e ambos como representantes da FOSP¹⁰⁷.

As teses sindicalistas revolucionárias foram vencedoras no Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 22 de abril de 1906, na sede do Centro Galego, situado na Rua da Constituição, nº 30/32, o Congresso reuniu 43 delegados dos estados do Rio de Janeiro (capital e município de Campos), São Paulo (Campinas, Ribeirão Preto e capital), Pernambuco (Recife) e Ceará (Fortaleza). Detenho-me na apresentação de algumas resoluções do Congresso que são essenciais para a exposição. A respeito da *orientação* que deveria ser dada aos sindicatos, o Congresso Operário resolveu que

aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral ("Comunicação do 1º Congresso da Federação Operária Regional Brasileira". In: RODRIGUES, 1969, p. 100)

As teses do socialismo democrático a respeito do cooperativismo e do mutualismo como apêndices e complementos da resistência no campo econômico foram igualmente vencidas. No documento do Congresso, lê-se a respeito do item "sobre a *organização*"

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou de cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; [...]

o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor externar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de Sindicato" (*Idem, Ibid.*, p. 102).

Sobre o tema da organização, o Congresso debateu também o formato interno que os sindicatos deveriam possuir. A resolução a esse respeito foi a seguinte:

defesa intransigente do sindicalismo e do anarquismo foi estudada por Yara Khoury. Cf. TOLEDO, 2002; KHOURY, 1988.

¹⁰⁷ Os demais representantes da FOSP eram quase todos notórios anarquistas: Caralâmpio Trillas, José Sarmento Marques, Manoel Moscoso, Carlos Dias, Fernando Bondad, Fernando Frejeiro, Manuel Domingues de Almeida e Ulysses Martins. cf. RODRIGUES, 1979.

o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, vivamente, as organizações operárias a repelirem as remunerações dos cargos. Salvo nos casos em que a grande acumulação de serviço exija que um operário se consagre inteiramente a ele; não devendo, porém, receber ordenado superior ao salário normal da profissão a que pertença.

Outrossim, no caso em que qualquer sociedade tenha necessidade de ter funcionários remunerados, estes, ainda quando sócios, não poderão votar nem ser votados; e para tais cargos remunerados, devem ser preferidos os sócios inutilizados pelo trabalho (*Idem, Ibid.*, p. 104).

Finalmente, em relação à *ação* dos sindicatos, cabe destacar duas resoluções do Congresso. A primeira delas se refere às *formas* de ação:

o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos, todos aqueles que dependam do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label e a manifestação pública, variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento (*Idem, Ibid.*, p. 106)

A segunda, aos *objetivos* da ação:

o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, de preferência, a conquista de redução de horas pelo próprio proletariado; porque, só assim, será válida. Primeiramente, se lutar pela abolição do trabalho por hora e das horas suplementares, pelo *gocanny* [sic] (trabalho sem precipitação), pela fundação de bibliotecas e instituições de ensino e pela atividade sindical (*Idem, Ibid.*, p. 107)

Ao final, o Congresso também resolveu que a Federação Operária Regional Brasileira (FORB), recém-criada no Rio de Janeiro, deveria ser rebatizada como "Confederação Operária Brasileira", instituindo a autonomia sindical e o pacto federativo entre Sindicatos, Federações e a Confederação. Essa nova nomenclatura foi explicitamente baseada na CGT francesa e realizada no seio das recentes transformações operadas nos países vizinhos. A FORA argentina havia se declarado abertamente anarquista, atitude compartilhada pela FORU uruguaia, fundada no ano anterior. A FOSP e a FORJ, criada em 1906, mantiveram sua nomenclatura.

A consistência das teses sindicalistas revolucionárias defendidas no Congresso foi um resultado da atuação de parte minoritária do corpo de representantes presentes ao evento.

Com efeito, parte dos delegados foi composta tanto por anarquistas que eram também sindicalistas, tais como Leuenroth, Moscoso e Vassimon, como por ativistas que, como Sorelli, defendiam a existência da mútua exclusão entre sindicalismo e anarquismo. De um modo ou de outro, o sindicalismo revolucionário teve como fundamento a ideia de que a solidariedade produzida no interior das organizações de resistência poderia gerar a política radical necessária para a transformação revolucionária da sociedade. Uma vez que não aderiram ao que veio a ser reconhecido anos depois como "anarcossindicalismo", como o fizeram seus camaradas da Argentina, os ativistas de São Paulo, favoráveis à estratégia de massas, fizeram a seguinte avaliação do Congresso:

O Congresso não foi, decerto, uma victoria do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memoravel lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caracter libertario, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas dos nossos grupos políticos.

Ainda mesmo que, hipotese pouco provavel, o sindicato, abrangendo a totalidade ou quasi totalidade da corporação, fosse todo composto de anarquistas, elle não deveria declarar-se anarquista e fechar as suas portas aos outros trabalhadores, com ideias políticas diversas, mas com interesses econômicos identicos. Assim também, só por inconsciencia dos interesses de solidariedade operaria, se pode desejar que o sindicato, quando composto, na maioria, de partidarios da acção legal, faça neste sentido uma declaração de principios, excluindo os anarquistas.

Quando varios partidos, homens de diferentes opiniões se unem para tratar de interesses comuns, a regra simples seguida é procurarem todos um terreno de acordo. Pois bem: os trabalhadores, unicamente como taes, em torno dos seus interesses economicos associam-se em sindicatos, e facilmente se acham de acordo na acção propria do sindicato, a acção diretamente exercida por elle, a acção de resistencia que deu origem e dá razão de viver a essa especie de associação operaria.

Assim, o operario anarquista sente-se bem no sindicato, não só porque este é o agrupamento essencial, organizado em torno dos interesses primordiaes, mas porque é susceptível de reunir os trabalhadores capazes de lutar, predispostos para a emancipação, e define, pelo proprio motivo da sua constituição, pelo seu funcionamento, a situação do operario perante o patrão, o antagonismo de classe ("Sobre o Congresso Operario". *A Terra Livre*, nº 10, 13/06/1906).

Verifica-se, portanto, que os ativistas partidários da estratégia de massas representados pelo periódico *A Terra Livre* não estiveram associados ao anarcossindicalismo, mas nutriram simpatia pelo sindicalismo revolucionário, que dissociava formalmente o anarquismo do sindicalismo sem, no entanto, romper com as premissas do aliancismo bakuninista. Naquele contexto, a tática permitiu um acordo com sindicalistas que haviam

passado a não mais se identificar doutrinariamente com o anarquismo e teve efeito positivo no bloqueio ao avanço do socialismo democrático no campo da organização econômica. Entre as seis associações sindicais surgidas entre 1907 e 1908 na cidade de São Paulo, quatro adotaram a nomenclatura de "sindicato". Novas greves foram articuladas em seguida à realização do Congresso Operário, demarcando 1907 e 1908 como os anos de maior agitação na cidade de São Paulo. A greve geral de 1907 foi uma greve pela redução das horas de trabalho, o que demonstra duplamente o alinhamento dos sindicatos com as resoluções do Congresso Operário.

Alguns dos sindicatos da cidade de São Paulo adotaram a composição de estatutos e o pagamento de salários aos secretários. Outros tiveram como orientação prática a busca por melhorias parciais da condição material de seus associados (TOLEDO, 2002). No entanto, todos adotaram a ação direta como forma privilegiada de ação. Assim, em vez de tentar enxergar a todo custo, nessa conjuntura, o predomínio de estratégias sindicalistas em detrimento do que seriam formas de ação exclusivamente anarquistas, como o fez Toledo (2002), uma interpretação ao meu ver mais matizada e por isso mais adequada é aquela adotada por Seixas, segundo a qual:

A estratégia operária da ação direta - o 'anarquismo' do primeiro movimento operário brasileiro - não é nem um puro efeito da exclusão política de grandes massas realizadas pelo Estado liberal-oligárquico da 'Primeira República', nem um efeito de decalque da ideologia anarquista. É, em primeiro lugar, o efeito de relações (de força) estabelecidas entre as diferentes correntes que atuam dentro do movimento operário e da recepção, ou melhor, ressonância mobilizadora que tinham essas formas diversas de participação no seio das classes trabalhadoras socialmente e economicamente multifacetadas (SEIXAS, 1992, p. 137)¹⁰⁸.

Em outubro de 1906, a CGT francesa realizou o congresso que resultou na Carta de Amiens, que convalidou as formas de ação direta defendidas por anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários: boicotagem, sabotagem, greve geral ou parcial (SAMIS, 2009).

¹⁰⁸ Meu objeto de estudo não é o sindicato ou o sindicalismo tomados em si mesmos, mas a análise da formação do movimento anarquista em São Paulo. Da ótica adotada, é primordial flagrar se, entre os ativistas e grupos anarquistas, encontravam-se aqueles que construíram sua identidade coletiva absorvendo como elemento constitutivo uma orientação sindical. Dessa perspectiva, é mais importante detectar essa orientação no interior do movimento, para compreender sua dinâmica interna, do que chegar a alguma conclusão sobre se os sindicatos eram, de fato, anarcossindicalistas, sindicalistas revolucionários ou socialistas. Esse é um tipo de investigação que interessa sobremaneira aos pesquisadores do movimento sindical, mas que está fora da alçada desse estudo.

No decorrer dos meses seguintes, a central sindical francesa iniciou um processo de aproximação com as teses defendidas por Monatte no Congresso de Amsterdã, realizado em agosto de 1907.

Em São Paulo, processo semelhante se intensificou, alimentado pelas experiências e notícias que chegavam de outros pontos da rede transnacional do movimento. Ativistas sindicais vinculados a algumas ligas de resistência tenderam a considerar o sindicato como o único veículo para a transformação social. Nesses casos, a atividade revolucionária foi reduzida à atividade sindical. Por sua vez, os ativistas reunidos em torno d'*A Terra Livre* identificaram nas teses defendidas por Malatesta naquele mesmo Congresso uma aproximação com seu posicionamento e atuação locais. O sindicato era um importante instrumento de organização no campo econômico, mas não deveria ser considerado o único elemento dinamizador da resistência e da aproximação entre o movimento anarquista e as classes populares¹⁰⁹.

Assim, ativistas anarquistas continuaram lutando pela configuração que julgavam a ideal para o sindicato e sua atuação no campo econômico, bem como prosseguiram com o proselitismo anarquista em seu interior¹¹⁰. Mas não descuidaram nem de outras formas de difusão do movimento entre as classes populares e nem de outras formas de ação pública, desenvolvidas a partir de organizações especificamente anarquistas.

5.1.2. Insurrecionalistas

A chegada de Oreste Ristori a São Paulo, vindo de Montevideú, teve um efeito profundamente dinamizador no movimento anarquista local. Toscano, nascido em 1874 na pequena comunidade agrícola de San Miniato e filho de *bracciante* (trabalhador rural diarista não qualificado), Ristori já era um ativista reconhecido internacionalmente. Em 1901

¹⁰⁹ Entre os dias 17 e 20 de abril de 1908 foi realizado o Congresso Estadual Paulista, do qual participaram diversos sindicatos da capital (gráficos, trabalhadores em madeira, metalúrgicos, chapeleiros etc.), representantes de algumas cidades do interior (Amparo, Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Limeira) e de São Bernardo do Campo. Durante esse congresso, a Federação Operária de Santos, de orientação anarcossindicalista, propôs que a FOSP recomendasse a propaganda do anarquismo nos sindicatos. Todavia, tanto Edgard Leuenroth como Giulio Sorelli argumentaram contra a moção e em favor da neutralidade do sindicato, por motivos diferentes. A moção foi rejeitada e foi mantido o posicionamento sobre a neutralidade sindical. cf. MARAM, 1979; TOLEDO, 2002; PAULA, 2005.

¹¹⁰ Com a constituição definitiva da COB, foi lançado em 1º de julho de 1908 o seu periódico, *A Voz do Trabalhador*, no qual as polêmicas a respeito do sindicalismo e da organização sindical foram conduzidas por Manoel Moscoso, Neno Vasco e outros.

fora correspondente dos periódicos *Le Libertaire* (Paris), *L'Agitazione* (Ancona) e *Il Risveglio* (Genebra), entre outros. A sua formação como anarquista deu-se ainda na adolescência. Aos 18 anos de idade conheceu a prisão, primeiro em sua cidade natal, depois em Empoli. Em 1895 enfrentou o primeiro de uma série de degredos, sendo condenado ao *domicilio coatto* na fortaleza de Port'Ercole (ROMANI, 2002). Depois de várias fugas e degredos, e após ter passado por Marselha e outras cidades europeias, Ristori chegou a Buenos Aires em 1902. Foi diretor do *L'Avvenire* durante 1903, transferindo-se em seguida para o Uruguai, em decorrência da perseguição que sofria por conta da lei de residência argentina. Chegou a São Paulo no início de 1904, junto com sua companheira, Mercedes Gomes.

Ristori era um ativista adepto da estratégia insurrecional. Tão logo chegou à capital paulista se pôs a realizar conferências públicas. De acordo com seu biógrafo, Ristori era detentor de uma eloquência ímpar e de uma personalidade vibrante (ROMANI, *op. cit.*). *O Amigo do Povo* noticiou a presença de mais de 400 pessoas a uma conferência realizada pelo ativista no Primeiro de Maio de 1905, no Cassino Paulista. Entre o público, incontáveis espectadores não ativistas (*O Amigo do Povo*, nº 53, 14/05/1904).

É claro que a presença desse público não se deveu somente ao carisma do toscano. Foi também um resultado da ampla atividade de difusão e de mobilização realizada pelos grupos locais nos anos anteriores, assim como da rotinização das conferências públicas anarquistas.

Ristori associou-se rapidamente ao grupo *La Propaganda*, de orientação insurrecionalista, que contava com ativistas como Angelo Bandoni, Alessandro Cerchiai e Tobia Boni. O grupo logo se decidiu pela publicação de um periódico que substituísse o *Germinal*. Em julho de 1904 foi lançado o *La Battaglia*. Através dele, Ristori e os demais reorientaram as formas de ação da estratégia insurrecionalista na tentativa de difundir o movimento para outro tipo de público.

Como demonstrado anteriormente, a disputa pelas camadas urbanas das classes populares desenrolou-se primordialmente no campo econômico - mais especificamente no sindical - e nos campos educacional e artístico-cultural. Os insurrecionalistas interdavam de saída a sua participação no campo econômico, adotando uma postura veementemente refratária aos sindicatos. Contudo, não eram contra qualquer tipo de organização. Defendiam a organização do próprio movimento ou, de maneira mais específica, a adoção de formas de organização derivadas do movimento anarquista, que combatessem a

hierarquia e a autoridade em prol de um modelo horizontal e livre de organização. Em suma, defendiam que a organização deveria, de fato, funcionar como uma prefiguração política:

Ed anzitutto, una spiegazione di somma utilità: *siamo noi organizzatori?* Si e no. Si, se l'organizzazione deve servire come mezzo per diffondere più largamente ed in modo più spiccio un'educazione rivoluzionaria nelle masse; no, se l'organizzazione deve esaurire le forze del proletariato in un movimento tendente a conseguire dei miglioramenti *impossibili* in regime capitalista. In termini più espliciti, non riteniamo di una certa utilità lo organizzazioni operario che per la propaganda dottrinarina che vi si può far dentro. Il resto, è tutto chiasso, clamore inutile, tempo pessimamente sprecato, opera di demolizione e di regresso ("Gli anarchici e il Corporativismo". *La Battaglia*, nº 37, 02/04/1905 - grifos no original)¹¹¹.

A concepção sobre a necessidade de composição de estruturas de mobilização próprias do anarquismo, capazes de realizar ações de difusão e de mobilização, foi um dos pontos que manteve aberto o canal de colaboração entre os insurrecionalistas e os adeptos da estratégia de massas nesse período.

Sem descuidar das ações de difusão e de mobilização entre as camadas urbanas das classes populares, os insurrecionalistas voltaram sua atenção para o interior do estado, especificamente para os pequenos centros urbanos e os núcleos coloniais de imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café.

Os grupos insurrecionalistas retomaram e renovaram as excursões de propaganda para o interior do estado de São Paulo que haviam sido conduzidas antes da virada do século por ativistas como Gigi Damiani e José Sarmento Marques. Essas novas excursões tiveram como finalidade coletar informações sobre as condições de trabalho nas fazendas de café, difundir o anarquismo, promover a criação de novos grupos anarquistas nas cidades do interior e incitar os colonos à rebelião rural.

O trajeto e o tempo dedicado a essas excursões foram longos. Segundo Carlo Romani, "Oreste movia-se basicamente ao longo das linhas ferroviárias da Mogiana, da Paulista e da Sorocabana, indo também para o Porto de Santos" (ROMANI, *op. cit.*, p. 129). O itinerário do "giro" realizado entre os dias 26 de fevereiro e 26 de março de 1906, ao longo

¹¹¹ "E, antes de mais nada, uma explicação de suprema utilidade: *nós somos organizadores?* Sim e não. Sim, se a organização servir como um meio de divulgação mais amplo e mais rápido de uma educação revolucionária das massas; não, se a organização esgotar a força do proletariado em um movimento que tende a obter melhorias *impossíveis* sob o capitalismo. Em termos mais explícitos, achamos de alguma utilidade para a organização operária a propaganda doutrinária que se pode fazer lá dentro. O resto é tudo barulho, clamor inútil, tempo mal desperdiçado, trabalho de demolição e de regressão". *Os anarquistas e o corporativismo*.

da Mogyana, fornece um exemplo da quantidade de municípios visitados em cada excursão. Pela ordem: Monte Alegre, Socorro, São João da Boa Vista, Poços de Caldas, Mococa, São José do Rio Pardo, Gauxupé, Pirassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Descalvado, São Simão, Gravinhas, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Uberaba, Jardinópolis, São Joaquim, Sales Oliveira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pitangueira e Jaboticabal (*La Battaglia*, nº 71 , 11/03/1906; *La Battaglia*, nº 72 , 18/03/1906; *La Battaglia*, nº 73, 25/03/1906).

A conferência pública ocupou um papel central como forma de ação na estrutura dessas excursões. Em cada núcleo colonial ou cada pequena cidade, as autoridades públicas locais ou os latifundiários permaneceram alertas sobre a presença de ativistas anarquistas para a realização do evento. Não raro, as conferências públicas sofreram vigilância ou sabotagem. Muitas vezes, o ativista correu risco de morte, sujeito a emboscadas armadas pelos capatazes das fazendas. Algumas excursões foram realizadas em conjunto com algum ativista d'*A Terra Livre*, mas em geral esses permaneceram menos propensos a esse tipo de atividade (ROMANI, 2002).

As finalidades de angariar fundos para o *La Bataglia*, de difundir o movimento, de incitar os colonos e de expor publicamente o anarquismo foram acompanhadas pelo recolhimento de infinitas denúncias a respeito das condições de trabalho nas fazendas. O *La Battaglia* publicou regularmente relatos sobre a violência física e moral sofrida pelos colonos, sobre a falta de pagamento, sobre o regime de parceria, sobre o sistema de endividamento etc. Em meados de 1906, os ativistas insurrecionalistas promoveram uma campanha contra a emigração para o estado de São Paulo, publicando libelos e opúsculos em português e italiano, distribuídos nacionalmente e na Itália. Evidentemente que tal campanha não foi a responsável pela diminuição da emigração italiana para o Brasil. Mas no contexto de vigência do decreto Prinetti a sua realização foi vista como uma afronta pelos fazendeiros e as autoridades públicas. Os ativistas anarquistas foram seguidamente detidos para prestar esclarecimentos a respeito de tais denúncias e opúsculos.

No contexto urbano, durante os anos de 1906 e 1907, ínterim de competição intensa sobre a organização econômica no campo socialista e das agitações operárias, os insurrecionalistas enxergaram a possibilidade de imprimir um rumo revolucionário à ação dos operários em greve. Divisaram na realização da greve geral uma oportunidade para que as classes populares se atirassem à revolução. Mas mantiveram o posicionamento de descrédito diante dos resultados reais que poderiam ser alcançados pela ação do

sindicalismo revolucionário. Na polêmica instaurada após a greve geral de 1907 e a criação da COB, os ativistas reunidos no *La Battaglia* foram taxativos em identificar no sindicalismo revolucionário uma *tática*, e não um ator sociopolítico em competição:

Il sindacalismo non è una nuova concezione della vita sociale, ma semplicemente un metodo, violento quanto si voglia, di conseguire delle riforme senza toccare agli ordinamenti vigenti.

Non nego peraltro che il sindacalismo possa contribuire alla rivoluzione sociale, ma ciò non avviene mai quando lotta per migliorare le condizioni del salariato, sibbene quando lotta per l'abolizione d'ogni forma di autorità e di sfruttamento, cio è quando per l'appunto cessa di essere sindacalismo per rovesciare le basi su cui poggia la presente società ("Il Sindacalismo". *La Battaglia*, nº 185, 20/09/1908)¹¹².

5.2. Fábricas, fazendas e a questão social

Apesar das diferenças de orientação, os grupos anarquistas coordenaram suas ações durante esse período, dividindo esforços e agindo coletivamente quando foi o caso. Isso ocorreu tanto publicamente como nas redes submersas de atuação do movimento.

Coletei 222 registros a respeito de formas ações públicas anarquistas que foram desenvolvidas durante esse período na cidade de São Paulo¹¹³:

¹¹² "O sindicalismo não é uma nova concepção de vida social, mas simplesmente um método, tão violento quanto se queira, para obter reformas sem tocar no ordenamento vigente.

Não nego, porém, que o sindicalismo possa contribuir para a revolução social, mas isso não acontece quando luta para melhorar as condições do empregado, e sim quando luta pela abolição de todas as formas de autoridade e de exploração, que é quando precisamente deixa de ser sindicalismo para derrubar os alicerces sobre os quais repousa a sociedade presente". *O Sindacalismo*.

¹¹³ Dados coletados nos periódicos *O Amigo do Povo* (1904), *La Battaglia* (1904-1908), *A Terra Livre* (1905-1908) e *Il Libertario* (1906).

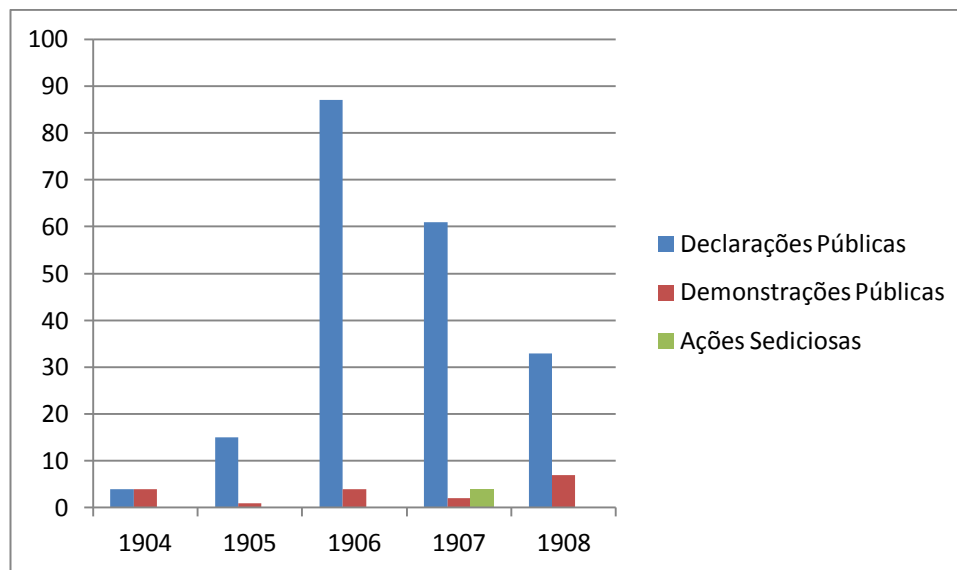


GRÁFICO 10. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e categoria (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

As declarações públicas constituem 90,10% dos dados recolhidos. As demonstrações públicas correspondem a 8,10% do total, enquanto as ações sediciosas atingem o percentual de 1,80%. Em números absolutos, a quantidade de ações sediciosas desse período (quatro) não foi discrepante em relação ao período anterior (três). O mesmo se pode dizer sobre as demonstrações públicas: foram realizadas 18 entre 1904 e 1908 contra 17 no período anterior. Assim, a grande alteração relativa ao período anterior refere-se ao número absoluto de declarações públicas: foram 200 no período atual e apenas 19 entre 1898 e 1903.

Portanto, as declarações públicas foram a principal forma de ação empregada pelos ativistas nesse período. Seu crescimento foi exponencial no ano de 1906, justamente aquele em que explodiram as denúncias a respeito das condições de vida nas fazendas, no âmbito da campanha contra a emigração promovida pelo *La Battaglia*.

O período iniciou-se com a totalidade das declarações públicas correspondendo a denúncias sobre a violência policial. Em 1905, as denúncias sobre as condições de vida nas fazendas dividiram o espaço com as denúncias sobre a violência policial contra ativistas e trabalhadores no meio urbano. Em 1906, as denúncias sobre as condições de vida nas fazendas atingiram 67,81% do total de declarações públicas efetivadas nos periódicos anarquistas. Ao lado delas, surgiram como principais tipos de declarações públicas as denúncias sobre as condições de trabalho urbano (19,54%) e o apoio explícito às greves

(5,75%). Em 1907, as denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas corresponderam a 35% do total das declarações públicas. Esse foi o ano da greve geral na cidade de São Paulo. Em vista disso, aumentaram as declarações de apoio às greves (30%) e as denúncias sobre as condições de trabalho urbano e industrial (20%). Também foi o ano em que, no contexto da aprovação da Lei Adolpho Gordo, foram abertos processos de expulsão contra Giulio Sorelli, Oreste Ristori e Alessandro Cerchiai. Apesar da expulsão ter sido requerida pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Ministério da Justiça negou o pedido (ROMANI, 2002; TOLEDO, 2002).

É importante notar que em 1907 também iniciaram-se as denúncias sobre as condições habitacionais das classes populares urbanas, versando principalmente sobre o preço dos aluguéis. Esse tipo de denúncia correspondeu a 6,66% do total de declarações públicas manifestadas pelos ativistas anarquistas. Apesar de sua representatividade reduzida, essas denúncias foram importantes porque indicaram a tentativa de transferência e de coordenação de uma ação transnacional para o solo paulistano. Em agosto haviam sido iniciadas por anarquistas as agitações de inquilinos em Buenos Aires. Tais agitações contaram com a realização de protestos de rua e com a formação de uma "Liga de Luta Contra os Altos Aluguéis e Impostos", formato que foi incorporado em outros centros urbanos na Argentina (SAMIS, 2009). Em outubro, o mesmo processo foi adaptado para o Rio de Janeiro, com a formação de uma "Liga dos Inquilinos" e a realização de manifestações públicas. Em São Paulo, as denúncias sobre as condições habitacionais foram acompanhadas por notícias a respeito dessas agitações. Em novembro, a formação de uma liga desse tipo foi tentada na capital paulista. Contudo, a questão encontra-se pouco documentada nos periódicos consultados¹¹⁴.

¹¹⁴ Conforme relatado, por essa época, a redação d'*A Terra Livre* havia passado temporariamente para a cidade do Rio de Janeiro. Para lá mudaram-se também alguns de seus ativistas, como Neno Vasco. O processo de transferência política dessa tática de Buenos Aires para a cidade do Rio de Janeiro ainda precisaria ser estudado mais detidamente. Os periódicos trataram a questão pela via da atribuição de similaridade e de equivalência estrutural entre as localidades. Pretenderam certificar a tática, uma inovação nas formas de confronto político local, conferindo um caráter familiar, rotineiro e eficiente à sua aplicação: "É o que se está fazendo, *com resultado*, em Buenos Aires, é o que *se vai tentar fazer* em Montevideu e *outros lugares*; e *não é coisa nova*, pois que já em Tipperary, Conventy Clare, Inglaterra, os camponeses, recusando solidariamente pagar a renda, obtiveram não só uma redução, mas o não pagamento das rendas atrasadas" ("Ajitação dos Inquilinos". *A Terra Livre*, nº 49, 13/10/1907 - grifos acrescentados). *A Terra Livre* e *La Battaglia* incentivaram a adoção da tática em São Paulo. Mas a única referência mais explícita à "ajitação dos inquilinos", nos anos de 1907 e 1908, foi a seguinte: "Iniciou-se activamente em São Paulo a ajitação de inquilinos para obter um rebaixamento dos alugueis. Já foram realizadas algumas reuniões, tendo sido nomeada uma comissão à qual poderão agregar-se todas as pessoas que tenham vontade de a coadjuvar. Estão sendo efectuadas conferencias

Em 1908, as denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas continuaram a dominar as declarações públicas dos ativistas (51,50%), seguidas pelo apoio às greves, por denúncias contra as más condições de trabalho urbano e industrial e a respeito de violência policial e repressão política (12,12% cada). As declarações sobre as condições habitacionais cessaram, mas em seu lugar foram introduzidas denúncias contra a violência sexual cometida por padres contra crianças (6,07%) e denúncias contra o sorteio militar¹¹⁵.

Foi observada também uma redução na variedade das formas de ação empregadas pelos ativistas na dimensão visível, sempre tendo como referência comparativa o período de 1898 a 1903:

QUADRO 17. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão visível, por categoria e tipo (1904-1908)

Categoria	Tipo	Número absoluto	Percentual
Declarações públicas	Apoio (greve)	26	11,71
	Denúncia	174	78,38
Demonstrações públicas	Comício	3	1,35
	Conferência pública	11	4,96
	Festa comemorativa	4	1,80
Ações sediciosas	Boicotes	4	1,80
TOTAL		222	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*

Observa-se, em primeiro lugar, a ausência de manifestações de rua e de declarações de desafios às autoridades, formas de ação frequentes nos períodos anteriores. As festas comemorativas e os comícios foram realizados exclusivamente em locais fechados,

pelos bairros da cidade. Segundo as últimas notícias, ha grande entusiasmo. As reuniões efectuadas tem tido uma numerosissima concorrência" ("Ajitação de inquilinos em S. Paulo". *A Terra Livre*, nº 52, 26/11/1907).

¹¹⁵ Também essas denúncias se inscrevem em uma tentativa de promoção local de uma campanha transnacional, aprovada pelo Congresso de Amsterdã. No Rio de Janeiro, a Campanha Antimilitarista já havia conseguido obter certo sucesso, com a criação da Liga Antimilitar e a realização de protestos e manifestações de rua. Novamente, o caso encontra-se pouco documentado para São Paulo, não sendo possível afirmar, apenas com base nas fontes consultadas, se as declarações públicas foram convertidas em manifestações de rua.

principalmente no bairro Centro/Sé (quatro casos). Apenas em dois casos foram realizados em outros bairros: Lapa e Brás. Não foi possível obter essa informação a respeito de um dos casos.

Os comícios realizados no período conformaram-se como o tipo de ação devotado a eventos internacionais ou a temas transnacionais que já haviam se tornado corriqueiros no contexto local. Foram dedicados à situação na Rússia revolucionária e aos Mártires de Chicago. Quanto às festas comemorativas, foram todas realizadas tendo como tema o Primeiro de Maio. Nota-se no gráfico abaixo que a sua realização ocorreu somente a partir de 1906, mesmo ano em que cessaram os comícios alusivos a datas e eventos transnacionais:

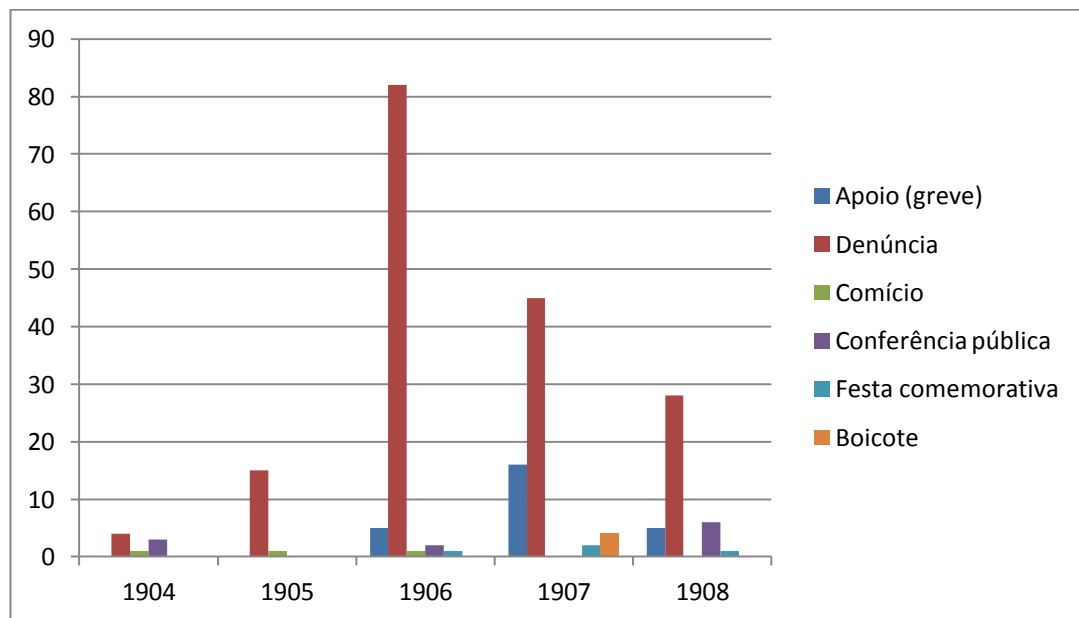


GRÁFICO 11. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão visível, por ano e tipo (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

O mesmo aconteceu com os boicotes. Foram promovidos no contexto da generalização das greves operárias, em 1907 (em abril contra a fábrica João Adolfo, a partir de setembro contra a Fábrica Matarazzo e em outubro contra o jornal *Il Secolo*). As conferências continuaram mantendo temas variados, mas é possível conferir certa inovação temática. Em 1904, Oreste Ristori fez conferências a respeito do "socialismo legalitário", ou seja, manteve o tema ligado ao campo do socialismo, como aconteceu com as conferências do final do período anterior (*O Amigo do Povo*, nº 48, 03/04/1904). O mesmo Ristori realizou

uma conferência em outubro de 1908 com o tema "O direito operário" (*La Battaglia*, nº 188, 18/10/1908). No final desse ano, entre outubro e novembro, Ristori começou a dividir as conferências com Alessandro Cerchiai, Benjamin Mota, Eduardo Vassimon e Giulio Sorelli, esses três últimos orientados pela estratégia de massas. Os temas das conferências desse ano que puderam ser recuperados fizeram referência ao anticlericalismo, às mulheres e crianças e à "questão social" (*La Battaglia*, nº 189, 25/10/1908; *La Battaglia*, nº 190, 01/11/1908).

Em resumo, houve uma reorientação bastante clara do movimento pós-1906. Entre 1904 e 1905, os ativistas mantiveram suas ações públicas norteadas pelos temas e quadros interpretativos do final do período anterior. A manifestação de denúncias sobre as condições de trabalho, o apoio a greves, os boicotes, as conferências sobre questões operárias e sociais e a comemoração exclusiva do Primeiro de Maio conferiram às ações pós-1906 uma coloração absolutamente diferente. Não foram mais os temas gerais e abstratos que tomaram a atenção dos ativistas. Tampouco foi a questão da repressão e da violência política. Entre 1906 e 1907, as ações públicas do movimento associaram-se diretamente ao campo econômico e à questão social. Especificamente à questão operária, no meio urbano, e à condição dos trabalhadores imigrantes nas fazendas, no meio rural. Em outras palavras, os grupos convergiram e coordenaram suas ações relacionadas à "questão social" - ainda que resguardadas as devidas particularidades relacionadas às diferentes orientações estratégicas.

Nas redes submersas, as ações de mobilização superaram as ações de difusão do movimento. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos registros de 104 formas de ação relativas a essa dimensão:

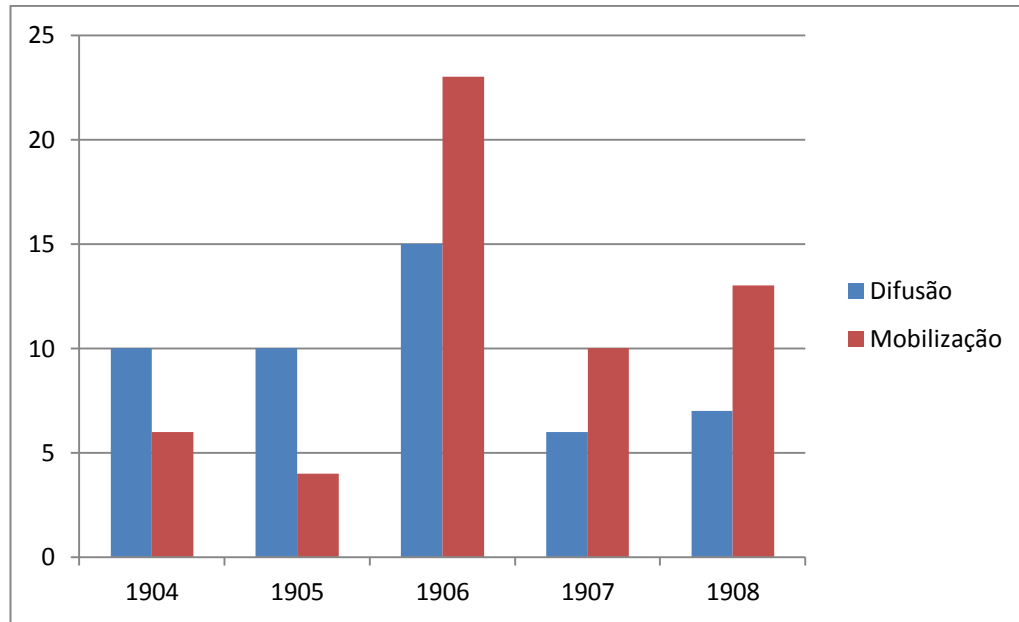


GRÁFICO 12. Formas de ação empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo na dimensão latente, por ano e categoria (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

A despeito do número maior de ações de mobilização (53,85%) frente ao de difusão (46,15%), observa-se no quadro acima uma inversão entre a predominância dessas categorias de ação. Até 1905 predominaram as ações de difusão do movimento. A partir de 1906, foram as ações de mobilização que tomaram a frente na dimensão submersa do movimento. Ou seja, no lugar de recrutamento, a opção estratégica foi pela preparação de ações públicas e pela produção de solidariedade interna, aptas a sustentar a interação contenciosa na dimensão visível.

QUADRO 18. Formas de ação empregadas pelo movimento anarquista em São Paulo na dimensão submersa, por categoria e tipo (1904-1908)

Categoria	Tipo	Número absoluto	Percentual
Difusão	Festa	27	25,96
	Excursão de propaganda	14	13,46
	Lançamento de periódico	3	2,88
	Encenação/espetáculo	2	1,92
	Panfletagem	1	0,97
	Lançamento de número único/especial/suplemento	1	0,97
Mobilização	Reunião	35	33,65
	Constituição de grupo	12	11,54
	Subscrição	4	3,85
	Incentivo à denúncia	3	2,88
	Incentivo à ação popular	2	1,92
TOTAL		104	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*.

As festas continuaram a ser a principal forma de ação utilizada para a difusão do movimento. O recurso ao lançamento de periódicos e de números únicos, tão central nos dois períodos anteriores, deixou de ter tanta importância. As excursões de difusão para o interior do estado assumiram o seu posto. Essa forma de ação deteve uma dupla natureza: da perspectiva de seu ponto de partida, a capital, constituiu-se como uma forma de difusão. Do ponto de vista dos lugares em que aportou, foi também um evento de protesto, dimensão visível de um movimento que se dava a conhecer no interior do estado.

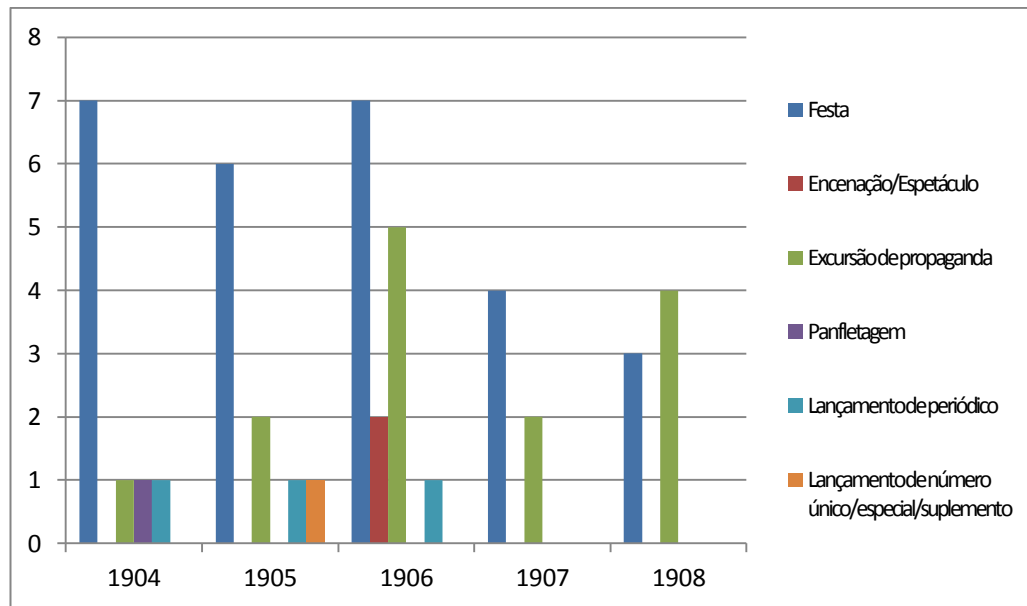


GRÁFICO 13. Formas de ações de difusão empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

Durante todo o período, as festas foram realizadas preferencialmente no centro da cidade (Salão Carlos Gomes, Éden Club e Salão Lyra), em vez de no Brás (Cassino Penteado). Essas locações ficavam próximas da sede da FOSP e de vários dos novos sindicatos (*A Terra Livre*, nº 1, 23/12/1905).

A diminuição no número total das ações de difusão teve relação com o arrefecimento do uso diversificado de suas variadas formas. A partir de 1907, a diversidade de formas anteriormente empregadas cedeu lugar ao uso de somente duas. Basicamente, os ativistas simplificaram seus processos de difusão, realizando festas para interagir com as classes populares urbanas e excursões para interagir com as classes populares rurais.

Quanto à mobilização, duas formas de ação em particular chamam a atenção. O retorno do incentivo à denúncia e o aparecimento do incentivo à ação popular. No primeiro caso, a incitação teve como alvo as condições de trabalho nas indústrias e nas fazendas. No segundo, os ativistas incentivaram a formação da Liga dos Inquilinos e da Liga Antimilitarista, no contexto das denúncias a respeito das condições de habitação e daquelas referentes ao sorteio militar, após 1907:

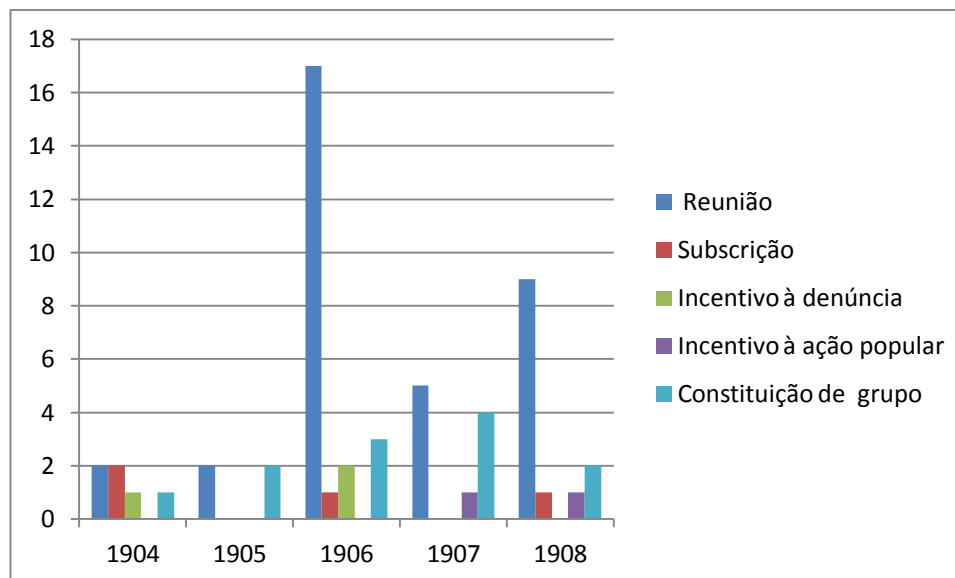


GRÁFICO 144. Formas de ação de mobilização empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e tipo (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

Depreende-se do quadro geral que 1906 foi o ano de maior intensidade e variedade no emprego de formas de ação nas dimensões visível e latente. Reuniões, incentivos à denúncia, festas e excursões de propaganda acompanharam a virada ocorrida nas formas de ação pública.

A análise precedente também flagrou o ano de 1906 como aquele em que os quadros interpretativos globais do movimento e as suas formas de ação foram finalmente convertidos em confrontos específicos com os opositores locais. Não foram mais as denúncias sobre as iniquidades do capitalismo e do Estado como mecanismos abstratos que guiaram a ação dos ativistas. Foi o seu funcionamento local, o sistema de dominação constituído em suas determinações concretas que se tornou o foco de suas ações. O enfrentamento dessa situação converteu-se no eixo da coordenação tática entre os diferentes grupos. O acordo sobre a organização de grupos especificamente anarquistas, responsáveis por atividades de difusão e de mobilização, também atuou no sentido da unificação do movimento.

As concepções a respeito da greve geral revolucionária, a concordância sobre a manutenção de estruturas de mobilização mínimas para as ações de difusão e de mobilização e os quadros interpretativos a respeito do Estado e do sistema capitalista

possibilitaram a coordenação das ações entre os grupos defensores do insurrecionalismo e aqueles defensores da estratégia de massas.

As afirmações enfáticas de antissindicalismo enunciadas pelos insurrecionalistas esconderam um acordo tácito mais fundamental entre os diversos grupos. À exceção da ação propriamente sindical, os insurrecionalistas compartilharam com os estrategistas de massas algumas táticas que, embora não possam ser consideradas explicitamente ações econômicas, são formas de ação que apresentaram alguma interface com o campo econômico.

Assim ocorreu com a ideia da greve geral insurrecional ou revolucionária. Foi uma imagem bem aceita por ambas as correntes. É por isso que, além de Edgard Leuenroth ou Benjamin Mota, nomes como os de Oreste Ristori e Alessandro Cerchiai foram presença constante durante as manifestações públicas operárias que acompanharam as greves realizadas no período. Tais situações foram vistas por esses ativistas como oportunidades para incitar as massas à rebelião, para converter a situação para um rumo revolucionário.

Do mesmo modo, ações de boicote contra os produtos de fábricas locais, pertencentes inicialmente ao campo econômico, extrapolariam os seus limites e permitiriam, aos olhos desses ativistas, a elevação da temperatura ao ponto da ebulição da revolta¹¹⁶.

Pelos mesmos motivos, a denúncia sobre as más condições de trabalho foi sem sombra de dúvida a forma de ação que articulou os grupos nesse campo. Os ativistas reunidos n'A *Terra Livre* e em *La Battaglia* compartilharam a maior parte das denúncias realizadas no período, mas mantiveram a especialização anteriormente aludida.

A especialização em certas formas de ação ou a introdução de estratégias diferenciadas não resultou em fragmentação da identidade coletiva. Os grupos anarquistas continuaram a se reconhecer e a ser reconhecidos pelos seus aliados e opositores como parte de um mesmo movimento.

O longo processo de amadurecimento local do movimento, em termos de consolidação de seus quadros interpretativos, de definição de suas estruturas de mobilização e de constituição de estratégias de ação encontrou na conjuntura dos anos 1906 a 1908 o ponto focal de sua atividade.

¹¹⁶ A respeito da dimensão moral do boicote, cf. JASPER, 1997.

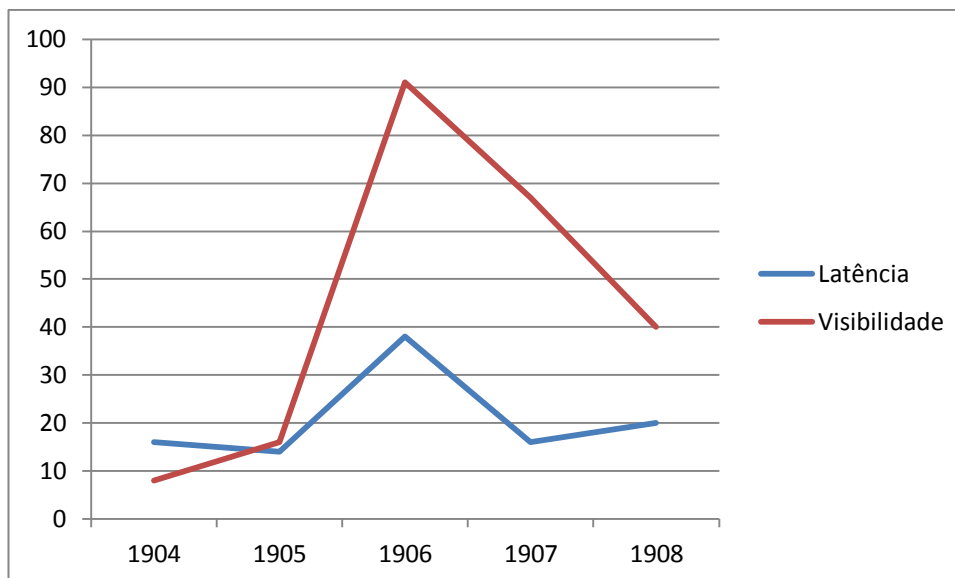


GRÁFICO 155. Formas de ações empregadas pelos grupos anarquistas de São Paulo, por ano e dimensão (1904-1908)

(Fonte: Elaboração do autor a partir de informações coletadas nos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *Il Libertario* e no número único *L'Azione Anarchica*).

Pela primeira vez desde 1892, as ações públicas do movimento se sobrepuseram de maneira consistente às aquelas desenvolvidas nas redes submersas. O anarquismo ocupou definitivamente seu espaço sociopolítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada fundamentou-se em três deslocamentos frente às pesquisas desenvolvidas sobre o tema. O primeiro deles foi a adoção do conceito sociológico de movimento social. O recurso a tal conceito possibilitou a identificação de duas dimensões, aqui denominadas como visibilidade e latência, que respondem pela sustentação e pela dinâmica imprimidas aos movimentos sociais em níveis sociais diferenciados. A exposição realizada ao longo da tese autenticou a primeira hipótese apresentada, a saber, a de que essa distinção analítica possibilita ganhos heurísticos significativos para a compreensão de fenômenos como os aqui estudados.

A partir do uso de noções originárias das teorias dos movimentos sociais foi possível equacionar as interações entre ações públicas e redes submersas durante o período de formação do movimento anarquista na cidade de São Paulo. O recurso a concepções como "repertório de confronto", "redes sociais" e "identidade coletiva" permitiu nortear a apreensão das interações entre a face pública do movimento e suas redes submersas, dimensões que muitas vezes foram concebidas como estanques e sujeitas a análises específicas e apartadas umas das outras.

A assimilação da análise do anarquismo ao campo teórico dos movimentos sociais também forneceu a chave para que se interditasse de saída a ideia de um sujeito constituído de antemão ao processo histórico ou mesmo de um ator coletivo unificado e coeso. Pelo contrário, o entendimento de que um movimento social é, nas palavras de Mario Diani, "uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações" foi o posto de observação que conferiu à pesquisa realizada os meios para reconstruir a formação do movimento anarquista em suas indefinições e em sua pluralidade, como resultado de um trabalho de diversos grupos de ativistas (DIANI, 1992, p. 13). Dessa ótica, promoveu o acesso à compreensão da formação do anarquismo como um processo histórico e relacional.

O segundo deslocamento realizado referiu-se à escala de observação adotada para a análise da formação do movimento anarquista durante a Primeira República. Concentrei a investigação na cidade de São Paulo, sem almejar extrapolar os resultados obtidos para o restante do território nacional. Com isso, evitei adotar a perspectiva de que o processo ocorrido nessa cidade possa ser considerado típico, em sentido weberiano, ou exemplar, no

sentido de que sirva como única referência para a compreensão do processo de formação do movimento anarquista no Brasil. Em parte, alguns equívocos de interpretação a respeito do anarquismo no Brasil durante a Primeira República foram cometidos por análises de escopo macro que não deram a devida importância a essa precaução. Ao evitar essa cautela, tais análises utilizaram alguns elementos de ordem empírica e algumas teses deles derivadas para caracterizar o desenvolvimento do anarquismo no país em sua totalidade, transbordando o processo paulistano de sua especificidade e de sua significação local.

Conforme o capítulo 2 deixou patente, o processo de formação do movimento anarquista na capital paulista teve como pano de fundo um país em processo de integração, com diferenças regionais e locais bastante acentuadas no que diz respeito aos aspectos econômicos, culturais, políticos e demográficos. Nesse sentido, o retrato obtido pela pesquisa é bastante específico do contexto urbano analisado. Conforme sugeri em diversos pontos ao longo do texto, seria necessário contrastá-lo com outras experiências de formação do movimento nos limites do território nacional, caso se pretenda formular teses gerais a respeito do anarquismo na Primeira República.

Por outro lado, é preciso sublinhar que a escolha dessa escala de observação esteve articulada com uma proposta específica, qual seja, a de verificar o tipo de relacionamento entre o nível local e a dimensão transnacional do movimento. A análise desse relacionamento desvendou algumas das maneiras e dos mecanismos de circulação de ativistas, de transferência política e de internalização e exteriorização de quadros interpretativos e de formas de ação e de organização. Essa mesma análise foi capaz de identificar alguns elementos modulares do repertório do movimento transnacionalmente considerado, especialmente aqueles relacionados a temas como a Comuna de Paris e o Primeiro de Maio. Com isso, foi possível conceber São Paulo além de uma referência óbvia de polo exclusivo dos grupos anarquistas locais, constituindo-se positivamente em um dos pontos do circuito transnacional do movimento.

Finalmente, e ainda no registro do balanço a respeito dos resultados da pesquisa, gostaria de abordar o terceiro deslocamento, referente à proposta de periodização. Se for facultado elaborar, com certo exagero e esquematismo, os contornos sucessivos do processo de formação do movimento anarquista na cidade de São Paulo durante a Primeira República, pode-se dizer que a ele corresponderam três fases. A primeira delas, entre 1892 e 1897, foi a época de internalização de quadros interpretativos globais e de incorporação do

movimento no espaço sociopolítico. Os ativistas italianos que chegaram à cidade foram bem sucedidos na tarefa de construção de um conjunto de referências próprias para o campo socialista, demarcando o seu posicionamento perante opositores e aliados. A segunda, entre 1898 e 1903, foi a época de constituição de estruturas de mobilização locais. Os ativistas enraizaram a cultura do movimento no quadro do associativismo popular ascendente. A última, de 1904 a 1908, foi a época da definição das estratégias de ação. Os grupos de ativistas definiram e reafirmaram a utilização da ação direta como padrão de interação com seus opositores nos campos político e econômico.

Ainda acatando a ideia do esquematismo, cada uma dessas fases foi caracterizada por certo tipo de interação com as autoridades públicas. Na primeira fase, o movimento reagiu à intensificação do uso de táticas repressivas pelas autoridades públicas com a utilização de ações sediciosas e resvalando para a semiclandestinidade. O ponto de inflexão foi o ano de 1894. Na segunda, o movimento resistiu à pressão das ações repressivas por meio de um recuo tático, retirando-se da interação contenciosa e privilegiando o adensamento de suas redes submersas e o relacionamento com as classes populares. Essa inclinação foi concretizada a partir de 1901. Finalmente, na terceira fase, o movimento opôs-se ao incremento de ações repressivas lançando-se na arena pública, colocando em ação o uso mais frequente de declarações e de demonstrações. Essa resposta teve como ponto de partida o ano de 1906.

O lapso temporal entre os anos de 1892 e 1908 assistiu também a uma mudança no perfil étnico dos ativistas. Inicialmente composto exclusivamente por italianos, o movimento anarquista em São Paulo esteve sujeito a uma recomposição que foi dependente - mas não determinada - pelos fluxos migratórios que acompanharam o crescimento da cidade.

Circundando mais uma vez o mesmo objeto, verifica-se que a cada uma das fases correspondeu um padrão predominante de relacionamento com as redes transnacionais do movimento. Na primeira fase, os grupos locais estiveram fortemente associados ao ramo italiano do anarquismo, compondo um circuito transnacional que reunia cidades do país natal com focos de ativistas emigrados na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos. À segunda fase correspondeu uma ampliação da rede de relacionamento: os grupos locais passaram a se relacionar mais sistematicamente com ativistas situados em diferentes ramos do anarquismo transnacional. Na terceira fase, os grupos se detiveram nos relacionamentos com os ramos italiano e português.

Em relação ao padrão de mobilização de recursos, observou-se um processo paulatino e contínuo de internalização. Entre 1892 e 1908 o movimento vascularizou crescentemente a sua rede de obtenção de recursos materiais no interior do estado de São Paulo e expandiu vigorosamente a sua sustentação material para outros estados e regiões do país. Dois fatores associados propiciaram esse formato: a composição étnica dos núcleos de colonos das regiões produtoras de café nos estados de São Paulo e Minas Gerais e as ligações com grupos de ativistas situados nos estados do Sul, no Rio de Janeiro e demais regiões do país. O desenvolvimento dos canais de comunicação acompanhou de forma paralela tal desenvolvimento, indicando a mútua influência desses processos.

Após esse período de formação, o movimento esteve plenamente constituído para as jornadas posteriores, nas quais foi protagonista em grandes campanhas no território da cidade de São Paulo, desenvolvidas em conjunto com grupos situados em outras cidades do território brasileiro ou mesmo em outros países. Somente a título de ilustração, pode-se citar que, entre 1909 e 1913, o movimento anarquista em São Paulo participou das campanhas pela criação das Escolas Modernas, contra a carestia da vida etc. Mas aqui toca-se os limites cronológicos estabelecidos para a pesquisa e adentra-se uma nova fase do movimento.

Tomados em conjunto, os três deslocamentos analíticos proporcionaram o reconhecimento do anarquismo como um dos repositórios relevantes de formas de associativismo e de resistência na interação entre grupos populares e autoridades públicas. O movimento, dentro de suas orientações particulares, foi capaz de recriar e de adaptar formas de ação genuinamente populares depositadas no amplo repertório de confronto político da era moderna, conforme o definiu Charles Tilly (2008). Práticas como a dos inquéritos realizados pelos próprios trabalhadores, usadas localmente para subsidiar as denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas, remontam à Internacional. Igualmente, os giros de propaganda podem ser computados como reinvenções de práticas ainda mais longínquas, que remontam ao século XVIII europeu (THOMPSON, 1987).

Uma vez que o objetivo geral da pesquisa foi a identificação dos processos envolvidos na constituição de um ator sociopolítico coletivo em nível local, não foram enfocadas outras questões igualmente pertinentes para a compreensão do movimento. Como indicação para futuros desdobramentos e aprofundamentos, sugiro o estudo da integração entre o movimento anarquista de São Paulo e os demais grupos de ativistas situados em outras

localidades do país. Tais grupos fatalmente apresentaram outras características morfológicas e constituíram-se em ambientes sociopolíticos diferentes da experiência paulistana. Um estudo desse tipo permitiria, entre outras coisas, indicar com mais exatidão a constituição das redes locais e regionais do ativismo anarquista, considerando desde o fluxo de informações e de recursos até os mecanismos de transferência política no nível regional.

Nessa mesma linha de raciocínio, a segunda sugestão é a de ampliar a compreensão da formação do anarquismo em São Paulo a partir de seu próprio ambiente de referência, analisando as transferências políticas e as relações entre o movimento anarquista e os movimentos sociais que operaram em São Paulo desde o fim do Império e advento da República. Certamente, não necessariamente restringindo a investigação ao campo socialista. Somente uma investigação desse tipo seria capaz de fornecer as evidências empíricas para a qualificação do repertório de protesto popular acumulado antes e durante o período da Primeira República. Com isso, novas luzes poderiam ser lançadas sobre as formas de ação manejadas pelo atores em disputa, a constituição de identidades coletivas nessa quadra histórica e a constituição do associativismo e da resistência populares.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Para a realização da pesquisa, foram criados três bancos de dados em formato “.mdb”: ativistas, estruturas de mobilização e formas de ação. Indicarei a seguir as linhas gerais que guiaram a construção de cada um deles.

Banco de dados "Ativistas"

O obstáculo inicial para a constituição de um *corpus* mínimo de ativistas anarquistas entre os anos de 1892 e 1908 foi a ausência de informações a esse respeito. No atual estado de conhecimento, a maior parte dessas trajetórias individuais está perdida para a história. Precisam ser resgatadas em fontes policiais, judiciárias, diplomáticas ou em arquivos do próprio movimento. Parte desse trabalho vem sendo realizada com maestria por uma nova geração de historiadores. Cito nominalmente os trabalhos de Alexandre Samis, Carlo Romani, Edilene Toledo, Luigi Biondi e Claudia Baeta Leal.

A dificuldade no manuseio das fontes policiais, judiciárias e diplomáticas diz respeito aos significados estendidos que os termos 'anarquista' e 'anarquismo' possuíam na época. Seu uso pelas autoridades adquiriu um caráter muito geral, servindo como referência para quase todo tipo de atividade subversiva. Nesse sentido, os processos de expulsão, por exemplo, podem conter informações imprecisas, classificando como 'anarquista' sujeitos que o regime queria simplesmente deportar. Na historiografia e nas fontes memorialísticas do movimento existem alusões a indivíduos deportados pela Lei Adolpho Gordo cujos dados de tempo de permanência no Brasil teriam sido forjados.

Adicionalmente, o recurso aos periódicos gerou alguns contratemplos. Muitas vezes os ativistas anarquistas assinaram artigos com pseudônimos - nomes de homens ou de mulheres. Outras vezes, os periódicos contaram com a contribuição de ativistas que se situavam noutros locais que não a cidade de São Paulo. Ou, ainda, os periódicos simplesmente replicaram textos de ativistas de outras localidades, sem que isso possa ser considerado expressamente uma atividade colaborativa.

Assim, optei por utilizar as fontes memorialísticas do movimento, as biografias produzidas pela historiografia, enciclopédias a respeito de ativistas anarquistas e as referências biográficas que constaram em obras historiográficas mais panorâmicas ou em

estudos de caso. Triangulei os dados a fim de me certificar de que os nomes encontrados correspondiam a indivíduos realmente existentes e verdadeiramente anarquistas. Para a classificação dos sujeitos como "ativistas" adotei como regra geral o preenchimento de pelo menos um dos critérios abaixo:

- a. participação em pelo menos um evento de protesto;
- b. participação nas estruturas de mobilização ou nas redes submersas do movimento;
- c. autodefinição como 'anarquista'.

Além disso, foram computados sujeitos para os quais foi possível adjudicar atributos sociológicos mínimos. Para o ingresso no banco de dados, considerei apenas os casos em que foi possível aferir, além do nome e sexo, pelo menos a nacionalidade do ativista.

Dessa maneira, obtive um banco de dados com 87 casos. Em seguida, classifiquei cada caso como pertencente a determinado período - ou mais de um. Os ativistas só foram relacionados a determinado período quando alguma referência foi feita à sua atuação nas fontes historiográficas, memorialísticas ou nos periódicos. Essa metodologia pode ter subdimensionado o número de casos em cada período, já que um ativista que atuou em 1896 pode ter facilmente atuado nos anos 1900. Contudo, o pertencimento a determinado período foi computado somente quando as fontes expressamente o permitiram.

Tendo esses casos definidos, recolhi informações que pudessem preencher os seguintes atributos para cada caso: nome, pseudônimos, sexo, naturalidade, data de nascimento, local de nascimento, data de falecimento, local de falecimento, ofício, data de chegada a São Paulo, saída de São Paulo, destino após a saída, período de atuação em São Paulo, estrutura(s) de mobilização ou evento(s) de protesto no(s) qual(is) participou. Nem todos esses atributos puderam ser capturados para cada um dos ativistas. Inicialmente, avantei a possibilidade de também coletar informações sobre a escolaridade e a origem social dos ativistas, a fim de aferir seu capital cultural e social. Porém, a ideia foi abandonada em virtude da quase completa ausência de informações a esse respeito.

A solução metodológica adotada restringiu o universo de ativistas àqueles setores que foram mapeados pela historiografia ou pela pesquisa social desenvolvida pelos memorialistas do movimento. Assim, o setor ligado à imprensa e, em menor medida, ao meio sindical, foi sobrerrepresentado em detrimento de ativistas ligados a outros setores, tais como os grupos de teatro, escolas etc. Essa solução pode ter desnivelado a amostra em um duplo sentido: excluindo perfis sociológicos diferenciados (por exemplo, mulheres) e

ativistas que estiveram envolvidos com outros tipos de ação - eventualmente, ações violentas (expropriação, atentados etc.). Entretanto, como deixei explícito ao longo da pesquisa, essa amostra qualitativa de casos múltiplos permitiu iluminar os traços de trajetórias possíveis com base em trajetórias reais. O avanço de pesquisas em fontes primárias poderá com toda a certeza ampliar essa amostra e solucionar alguns dos problemas apresentados.

Banco de dados "Estruturas de mobilização"

Geralmente, em Sociologia, a porta de acesso principal para o estudo dos movimentos sociais são as suas organizações. Em virtude disso, historicamente as teorias que lidaram com os movimentos sociais direcionaram o seu foco empírico para movimentos fortemente institucionalizados e formalizados. Dessa maneira, o menor grau de institucionalização do movimento anarquista constituiu um problema. Como realizar a sociologia histórica de um movimento sem organizações? A invisibilidade relativa do movimento anarquista representou um desafio inicial.

Por isso, utilizei o conceito mais maleável de “estruturas de mobilização” que, quando lidas do ponto de vista simbólico ou cultural, podem ser convertidas em “contextos de micromobilização”, tal como explicado no texto da tese. Esse conceito abarca, mas não implica necessariamente, a existência de organizações altamente institucionalizadas. Com ele, é possível lidar com formas de organização de baixa institucionalização. Ademais, o conceito correspondeu à definição de movimento social adotada.

Para a coleta de informações a respeito das estruturas de mobilização do movimento anarquista utilizei como fonte principal os seus periódicos publicados entre os anos de referência da pesquisa.

Decidi incluir os periódicos como estruturas de mobilização em virtude de sua centralidade no interior do movimento anarquista. Conforme definiu Turcato (2007), os periódicos não funcionam somente como veículos de propaganda. São também fóruns do movimento, estruturas de agrupamento de ativistas envolvidos em sua redação e circulação.

Os periódicos formaram o conjunto de estruturas de mobilização de mais fácil obtenção de informações. A historiografia a respeito do anarquismo na Primeira República praticamente pautou sua descrição do movimento na identificação desses periódicos. São as estruturas de mobilização mais formalizadas e visíveis do movimento. As pesquisas de

Isabele Felici (1994) e Claudia Baeta Leal (2006) foram fontes inestimáveis para a identificação da época de circulação desses periódicos. Igualmente, a forma de organização do material disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, permitiu a identificação de eventuais lacunas documentais e a estimativa para a época de circulação dos periódicos.

Na consulta aos periódicos, foi possível verificar que eles noticiavam de forma intermitente a criação de grupos. Por outras vezes, anunciavam a realização de reuniões ou de eventos conduzidos por grupos já existentes. Poucas vezes os periódicos chegaram a noticiar a dissolução de grupos. Dada a impossibilidade de determinar exatamente a sua data de constituição e de dissolução, incorporei a mesma solução que Aziz Simão (1981) e Tânia De Luca (1990) imaginaram ao lidar com suas próprias lacunas documentais. Na ausência de notas e relatos sobre a criação de grupos, considerei como data aproximada para sua constituição a primeira notícia publicada a respeito de sua existência.

Pelos motivos já expostos na tese, a investigação sobre a duração dos grupos foi abandonada. Contudo, um problema permaneceu. Como dar conta da coexistência de grupos no mesmo período ou ano? Nesses casos, utilizei o mesmo critério que foi mobilizado para a definição do pertencimento dos ativistas a determinado período. Considerei como existente em determinado período ou ano apenas os grupos cujos nomes foram mencionados nos periódicos na data correspondente. Da mesma forma que no caso dos ativistas, esse recurso pode ter subdimensionado os dados, mas jamais sobredimensionado. Os grupos que foram citados como ativos em determinado período e ano foram, de fato, mencionados nos periódicos na época correspondente. Aqueles que tiveram a sua reconstituição expressamente afirmada nos periódicos foram contabilizados por duas vezes. O entendimento foi o de que, para todos os efeitos, representaram uma nova estrutura de mobilização no contexto de cada período, mesmo que sob o mesmo nome.

Com base nessa perspectiva, obtive dados a respeito de 42 grupos existentes entre os anos de 1892 e 1908. Defini como informações que deveriam constar no banco de dados o ano de fundação/primeira referência nos periódicos, o tipo de atividade desempenhada, a localização territorial, a quantidade e os nomes de seus integrantes. Como era de se esperar, as informações sobre a localização dos grupos ou sobre a quantidade e nome dos integrantes foram as mais difíceis de obter. Esses grupos – periódicos inclusive –, quando não possuíam uma sede ou uma estrutura formal, reuniam-se nas residências dos ativistas.

Devido à baixa institucionalização e à repressão, nunca divulgavam o número de integrantes ou o nome da totalidade de seus membros. Os periódicos deram conta de nomear integrantes de grupos que simultaneamente desempenhavam ações na imprensa anarquista. Graças às pesquisas historiográficas, foi possível identificar o múltiplo pertencimento de alguns deles. Mas a interação e a conexão em rede entre esses grupos a partir do múltiplo pertencimento de seus ativistas permanecem uma lacuna de pesquisa. Dificilmente foi possível obter informações a respeito da composição morfológica desses grupos ou associá-los à realização de algum evento de protesto específico.

A tipificação dos grupos em ‘afinidade’, ‘círculo/centro de estudos sociais’, ‘escola’, ‘grupo de teatro social’ e ‘periódico’ só foi feita após a coleta dos dados, quando tive a oportunidade de ter uma visão de conjunto. Foram classificados como “grupos de afinidade” aqueles para os quais não foi possível obter uma informação mais concreta a respeito da finalidade ou aqueles que desempenhavam mais de uma atividade que preferencialmente estava circunscrita aos demais tipos. Acredito que esta tipificação tenha dado conta do quadro geral obtido.

Banco de dados "Formas de ação"

A classificação das formas de ação foi um procedimento metodológico que foi executado por etapas. Inicialmente, eu havia pensado em trabalhar somente com os eventos de protesto, utilizando a metodologia consagrada na área de estudo dos movimentos sociais, a *Protest Event Analysis* (PEA) (cf. ROOTES, 2003a; ROOTES, 2003b; JIMÉNEZ, 2003). Todavia, conforme me apropriei das teorias sobre os movimentos sociais e de informações a respeito do anarquismo, considerei que uma análise desse tipo não daria conta da dinâmica de formação do movimento. Isso porque a maior parte do trabalho do movimento é realizada nos bastidores do confronto político. O anarquismo, em especial, é um tipo de movimento cuja proposta é trabalhar principalmente na dimensão submersa. Sua manifestação pública em eventos de protesto, em momentos de afirmação exclusiva do movimento, é bastante rara.

Por outro lado, o material teórico que consultei não indicou a necessidade de tratar empiricamente e de maneira sistemática as atividades desenvolvidas nas “redes submersas” como “formas de ação”. Considerei que esse tratamento poderia e deveria ser realizado. A solidariedade, o recrutamento, a constituição da identidade coletiva de um movimento

também apresentam formas de execução limitadas histórica e geograficamente. A seleção dessas formas também é uma decisão estratégica.

Assim, defini que a coleta de informações deveria atender para formas de enfrentamento e para formas de (re)produção do movimento. Usualmente, a PEA elege como fontes para a coleta de informações os jornais de maior circulação em determinada circunscrição territorial. Dada a dupla caracterização que fiz das formas de ação, essas fontes dificilmente poderiam me fornecer a quantidade e a totalidade de tipos de informações que eu necessitava para construir o meu banco de dados. Decidi então continuar a utilizar os periódicos do próprio movimento para obter as informações desejadas.

As formas de ação foram classificadas em duas dimensões principais, conforme a sua orientação mais geral: se fossem orientadas pelo enfrentamento, pelo confronto, ou pela afirmação do movimento no espaço público, pertenceriam à dimensão visível; se sua orientação fosse pelo recrutamento e pela produção de solidariedade interna, estariam relacionadas à dimensão latente.

Fixei um conjunto de informações que deveria constar no banco de dados para cada forma de ação; data, número de participantes, objetivos, público, opositores, resultado, local, bairro, horário e verbo de referência. Esse último critério, adotado por Tilly (2008) para analisar eventos de protesto ou, como ele denomina, “encontros contenciosos” (*contentious gatherings*) foi de grande valia para que eu pudesse criar a classificação em categorias e tipos que utilizei nesse trabalho. Essa classificação foi indutiva, construída paulatinamente conforme a pesquisa nas fontes avançava. Como se pode imaginar, a maior parte dos registros careceu da totalidade de todas essas informações.

Restringi a coleta de informações a respeito de formas de ação que ocorreram no território municipal de São Paulo. Assim, no caso das denúncias, por exemplo, recolhi apenas aquelas que se referiam à capital paulista. A única exceção a esse caso foram as denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas. Elas constituíram uma forma de ação que determinou os rumos tomados pelo movimento no período entre 1904 e 1908. E, por definição, não poderiam se referir a fatos que tiveram ocorrência na capital. Não obstante, considere que a enunciação dessas denúncias no território municipal trouxe consequências para a interação contenciosa do movimento com os seus opositores locais. Da mesma maneira, as excursões de propaganda. Embora fossem realizadas em outros locais do

território do estado, elas constituíram, do ponto de vista dos ativistas situados no território da capital paulista, um tipo específico de difusão.

Pude coletar 496 registros de “formas de ação”. Relacionei 273 deles à dimensão visível e 223 à dimensão submersa. Analisando os registros das formas de ação relativas à dimensão visível, criei a tipologia que diferenciou entre demonstrações públicas, declarações públicas e ações sediciosas. Para a dimensão latente do movimento, fiz a distinção entre ações de difusão (isto é, direcionadas mais fortemente para o recrutamento) e ações de mobilização (ações norteadas para a produção da solidariedade interna e do comprometimento dos participantes, em qualquer das escalas geográficas do movimento).

Por meio dessa classificação em categorias reagruei os registros encontrados e realizei o exercício de aproximar e de afastar uns dos outros. Dessa maneira, cheguei, por exemplo, à classificação de manifestações de rua (passeatas, procissões e cortejos), de festas comemorativas (eventos realizados em alguma data do calendário do movimento e que envolveram mais de uma forma de ação) ou de denúncias (comunicações verbais a respeito de fatos que tenham envolvido personagens reais, com indicação do caso e de seus resultados).

DIMENSÃO VISÍVEL

CATEGORIA	TIPO
DECLARAÇÕES PÚBLICAS	Apoio
	Denúncias
	Desafios
DEMONSTRAÇÕES PÚBLICAS	Comícios
	Manifestações de rua
	Conferências públicas
	Festas comemorativas
AÇÕES SEDICIOSAS	Boicotes
	Chuva de boletins
	Colagem de cartazes
	Pichação

DIMENSÃO LATENTE

CATEGORIA	TIPO
DIFUSÃO	Festas
	Encenações/espetáculos
	Excursões de propaganda
	Panfletagem
	Lançamento de periódicos
	Lançamento de números únicos/ especiais ou suplementos
MOBILIZAÇÃO	Reunião
	Assembleia
	Subscrição
	Incentivo à denúncia
	Incentivo à ação popular
	Constituição de grupos

REFERÊNCIAS

1. Arquivos Consultados

AEL - Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

2. Fontes

2.1. Periódicos

L’Hydre Anarchiste (1884)

Correio Paulistano (1891-1893)

Gli Schiave Bianchi (1892-1893)

L’Asino Umano (1893-1894)

L’Avvenire (1894-1895)

XX Settembre (número único – 1897)

Ribattiamo il chiodo (número único – 1897)

Il Risveglio (1898-1899)

Palestra Social (1900-1901)

La Terza Roma (número único – 1901)

Germinal (1902-1903)

Amigo do Povo (1902-1904)

Rivolta (número único – 1903)

La Nuova Gente (número único – 1903)

La Voz del Destierro (número único – 1903)

La Nuova Gente (1903)

La Battaglia (1904-1908)

L’Azione Anarchica (número único – 1905)

A Terra Livre (1905-1908)

Il Libertario (1906)

2.2 Sites

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo histórico. Disponível em < http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm > Acessado em 22 de julho de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística do Século XX. Disponível em : < http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm > Acessado em 14 de fevereiro de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística do Século XX. Disponível em : < <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/seculoxx.pdf> > Acessado em: 5 de janeiro de 2013.

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo da Revista do IHGB. Disponível em < <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php> > Acessado em 20 de janeiro de 2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm > Acessado em 7 de outubro de 2012.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 121, de 29 de outubro de 1892. Manda observar com alteração de varias disposições, o regulamento da Repartição Central da Policia do Estado, que baixou com o decreto n. 13, de 20 de Janeiro do corrente ano. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto%20n.121,%20de%2029.10.1892.htm> > Acessado em 25 de março de 2013.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9, de 31 de dezembro de 1891. Dispõe sobre a reorganização da secretaria de polícia deste Estado. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1891/decreto%20n.9,%20de%2031.12.1891.htm> > Acessado em 25 de março de 2013.

SÃO PAULO (Município). Histórico Demográfico do Município de São Paulo. Disponível em: < http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas.php > Acessado em 25 de março de 2013.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Biblioteca Digital SEADE. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/index.php> > Acessado em 19 de agosto de 2012.

3. Bibliografia consultada

- ANDERSON, Benedict. (2005). **Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination**. London/New York: Verso.
- ANDRADE, Carlos Eduardo F. de. (2009). **Blasfemos e sonhadores: ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas Anarquistas em A Lanterna (1909-1916)**. São Paulo: 209 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História – FFLCH/USP.
- BAKUNIN, Mikhail. (2008). **La Política de la Internacional**. Disponível em: <http://miguelbakunin.wordpress.com/2008/01/02/la-politica-de-la-internacional/>. Acessado em 22 de fevereiro de 2013.
- BATALHA, Claudio (2000). **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BENNETT, W. Lance. (2005). Social movements beyond borders: organization, communication, and political capacity in two eras of transnational activism. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. (eds.). (2005). **Transnational protest and global activism**. Lanham-Seabrook/Prince George's County: Rowman & Littlefield Publishers. pp. 203-226.
- BIONDI, Luigi (2002). **Entre associações étnicas e de classe**. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). Campinas: 575 fls. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP
- BIONDI, Luigi. (2006). Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges; FILHO, Daniel Aarão Reis. (Org.). (2006). **História do Anarquismo no Brasil** (Volume 1). Rio de Janeiro: EdUFF. pp. 251-278.
- BLAY, Eva (1985). **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel.
- BONDUKI, Nabil. (1998). **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade.
- BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. (2009). “Com ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 14, nº 26. pp. 183-216.
- BRICHANTEAU, Edoardo Compans de. (1894). Rapport du Consul Italien a São Paulo sur les anarchistes présents dans cet état en 1894. In: FELICI, Isabelle. (1994). **Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920**. Thèse de Doctorat (Nouveau doctorat): Études italiennes, dir. Mario Fusco, co-dir. Jean-Charles Vegliante. Université de la Sorbonne nouvelle-PARIS 3 : 1994. [S.l.] : [s.n.]. p. 390-391.
- BUENO, Bento Pereira. (1896). Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia, Bento Pereira Bueno, em janeiro de 1896, São Paulo, Tipografia a Vapor Espindola Siqueira e Comp., 1896, pp. 10-11. In: PINHEIRO,

- Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (1981). **A classe operária no Brasil: 1890-1930 - documentos**. Vol. 2 Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Editora Alfa Omega. pp. 240-241.
- CALHOUN, Craig. (1995). New Social Movements' of the Early Nineteenth Century. In: TRAUGOTT, Mark. (ed.). (1995). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham and London, Duke University Press. pp. 89-115.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1997). Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org). (1977). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano - estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Tomo III, Vol. 1, Livro Primeiro (O sistema oligárquico nos primeiros anos da República). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 13-50.
- CARIATI. Di Cariati al Ministero, Rio de Janeiro, 23 ago, 1903. ROMA, Ministério degli Affari Esteri, Archivio Storico, Serie política (1891-1916), pac. 47, posiz. 8. Anarchici, 1900-1908. in: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. (1981). **A classe operária no Brasil: 1889-1930 - Documentos**. São Paulo: Brasiliense. Volume II, p. 245.
- CARONE, Edgad. (1974). **A República Velha** (evolução política). São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- CARVALHO, José Murilo de. (2004). **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CENNI, Franco. (2003). **Italianos no Brasil - "Andiamo in 'Merica"**. São Paulo, EDUSP.
- CHABOT, Sean. (2010). Dialogue matters: beyond the transmission model of transnational diffusion between social movements. In: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE, Sarah A. (eds.). (2010). **The diffusion of social movements**. Actors, mechanisms and political effects. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 99-124.
- COLOMBO, Eduardo. (2004). A FORA. O "finalismo" revolucionário. In: COLOMBO, Eduardo (org.). (2004). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Editora Imaginário. pp. 75-123.
- COOKE, Philip. (1990 [1985]). Class practices as regional markers: a contribution to Labour Geography. In: GREGORY, Derek; URRY, John. (eds). (1990 [1985]). **Social relations and spatial structures**. London: Macmillan. pp. 213-241.
- CROSSLEY, Nick. (2002). **Making sense of social movements**. Buckingham/Philadelphia: Open University Press.
- DAVID, HUW T. (2007). Transnational advocacy in the eighteenth century: transatlantic activism and the anti-slavery movement. **Global Networks** 7, 3. pp. 367-382.
- DE LUCA, Tania Regina (1990). **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto.
- DEFLEM, Mathieu. (2005). "Wild Beasts Without Nationality": The Uncertain Origins of Interpol, 1898-1910. In: Reichel, Philip. (ed). (2005). **The Handbook of Transnational Crime and Justice**. Thousand Oaks: Sage Publications. Pp. 275-285. Disponível em:

<http://deflem.blogspot.com.br/2005/05/wild-beasts-without-nationality.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

- DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. (2005). Transnational Processes and social activism: an introduction. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. (eds.). (2005). **Transnational protest and global activism**. Lanham-Seabrook/Prince George's County: Rowman & Littlefield Publishers. pp. 1-17.
- DIANI, Mario (1992). The concept of social movement. **The Sociological Review**, v. 40, nº 1. pp. 1-25.
- _____. (1995). **Green Networks. A structural analysis of the Italian Environmental Movement**. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- _____. (2003). **Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: 'From Metaphor to Substance'?** In: DIANI, Mario and McADAM, Doug. (eds.) (2003). *Social Movements and Networks – Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press. pp. 1-20.
- DIAS, Everardo. (1962) **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- DONATI, AUGUSTO. (1902). Recordemos, pois... **O Amigo do Povo**, nº 4, 24/05/1902.
- DULLES, John W. F.. (1980). **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FACCIO, Luiza. (1991) **Libertários no teatro**. Campinas: 114 fls. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas - IEL/UNICAMP.
- FAUSTO, Boris. (1976). **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. São Paulo: Difel.
- FELICI, Isabelle. (1994). **Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920**. Thèse de Doctorat (Nouveau doctorat): Études italiennes, dir. Mario Fusco, co-dir. Jean-Charles Vegliante. Université de la Sorbonne nouvelle-PARIS 3 : 1994. [S.l.] : [s.n.].
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. (1977). A Força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (org). (1977). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano - sociedade e instituições (1889-1930)**. Tomo III, Vol. 2, Livro Primeiro (Movimentos Sociais e Sociedade). Rio de Janeiro: Difel. pp. 235-256.
- FLORES, Elio Chaves. (2011). A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs). (2011). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 45-88.
- FONSECA, Guido. (1997). O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XCIII.
- FOREL, Auguste; MAHAIM, Albert. (1902). **Crime et Anomalies Mentales Constitutioneles**. Paris: Félix Alcan, Éditeur. Disponível em: http://www.archive.org/stream/crimeetanomalie00foregoog/crimeetanomalie00foregoog_djvu.txt. Acesso em 22 de março de 2012.

- GALLO, Ivone Cecília D'Avila. (2002). **A Aurora do socialismo**: fouverismo e o Falanstério do Saí (1839-1850). Campinas: 290 fls. Tese (doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/Unicamp.
- GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE, Sarah A. (2010). The dimensions of diffusion. In: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE, Sarah A. (eds.). (2010). **The diffusion of social movements**. Actors, mechanisms and political effects. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-15.
- GOHN, Maia da Glória. (2007). **Teorias dos Movimentos Sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.
- GOODWIN, Jeff and JASPER, James M. (2004). Caught in a Winding, Snarling Vine: The structural bias of Political Process Theory. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James. (eds.). (2004). **Rethinking Social Movements**. Structure, meaning, and emotion. New York: Rowman & Littlefield Publishers. pp. 3-30.
- GORDON, Eric Arthur. (1978). **Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920**. PHD of Philosophy at Department of History: Tulane University.
- GUILLAUME, James. (2009). **A Internacional** - documentos e recordações. São Paulo: Editora Imaginário.
- HAHNER, June Edith. (1996). **A mulher brasileira e suas lutas sociais: 1859-1937**. São Paulo: Brasiliense.
- HALL, Michael. (2004a). Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 121-151.
- HALL, Michael. (2004b). O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 259-290.
- HAMON, August. (1895). **Psicologia del socialista-anarquista**.
- HARDMAN, Francisco Foot. (1984). **Nem Pátria, Nem Patrão**. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. (2000). **Mundos do trabalho** - Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUNT, Scott; BENFORD, Robert. (2004). Collective Identity, Solidarity, and Commitment. In: SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hanspeter. (eds). (2004). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden: Blackwell Publishing. 433-457.
- ÍÑIGUEZ, Miguel: (2008). **Enciclopedia histórica del anarquismo español**. Asociación Isaac Puente, Vitoria.
- JASPER, James. (1997). **The art of moral protest**. Culture, Biography, and Creativity in Social Movements. Chicago: The University of Chicago Press.
- JENSEN, Richard Bach. (1981). **The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the Origins of Interpol**. Journal of Contemporary History, Vol. 16, No. 2 (Apr.), pp. 323-347.

- _____. (2004). **Daggers, Rifles and Dynamite: Anarchist Terrorism in Nineteenth Century Europe.** *Terrorism and Political Violence*, Vol.16, nº 1. Month? pp. Disponível em: <http://deflem.blogspot.com.br/2005/05/wild-beasts-without-nationality.html>. Acesso em: 09 de janeiro de 2013.
- _____. (2009). **The International Campaign Against Anarchist Terrorism, 1880-1930s.** *Terrorism and Political Violence*, Vol.21, nº 1. Jan. pp. Disponível em: <http://deflem.blogspot.com.br/2005/05/wild-beasts-without-nationality.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.
- JIMÉNEZ, Manuel. (2003). Spain. In: ROOTES, Christopher (ed.). (2003). **Environmental Protest in Western Europe.** New York: Oxford University Press. pp. 166-199.
- JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. (1995). The Cultural Analysis of Social Movements. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. (eds.). (1995). **Social Movements and Culture.** [Serie Social Movements, Protest, and Contention, Volume 4]. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 3-25.
- JOLL, James. (1977). **Anarquistas e anarquismo.** Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- KHOURY, Yara M. A. (1988). **Edgard Leuenroth: uma voz libertária.** São Paulo: 321 fls: Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP.
- KOUKI, Hara; ROMANOS, Eduardo. (2011). Transnational Approaches to contentious politics: an introduction. In: KOUKI, Hara; ROMANOS, Eduardo. (eds.). (2011). **Protest Beyond Borders: Contentious Politics in Europe since 1945.** Oxford/New York: Berghahn Books. pp. 1-14.
- KOWARICK, Lucio. (1994). **Trabalho e vadiagem - A origem do trabalho livre no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KRIESI, Hans Peter (2004). Political Context and Opportunity. In: SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hans Peter (eds). **The Blackwell companion to social movements.** Malden: Blackwell. p. 67-90
- LEAL, Claudia Feirabend Baeta. (1999). **Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916).** Campinas: 271 fls. Dissertação (Mestrado). Departamento de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas - IEL/UNICAMP.
- _____. (2006). **Pensiero e Dynamite.** Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890. Campinas: 308 fls. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP.
- _____. (2010). Subversivos Italianos em São Paulo: Vigilância e Controle Policiais nos Anos de 1890. In: Carneiro, Maria Luiza; Croci, Dederico & Franzina, Emilio (orgs.). **História do Trabalho e Histórias da Imigração – Trabalhadores italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. (1976). **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-Ômega.

- LEITE, Renato Lopes. (2007). **'Caminhos libertários e partilhas culturais'**: o jornal La Battaglia e a formação da intelectualidade anarquista. Curitiba: 91 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná - UFPR.
- LIMA, Mariângela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. (1986). Teatro operário em São Paulo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). (1986). **Libertários no Brasil** – memórias, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense. pp. 162-250.
- LOMBROSO, Cesare. (1977). **Los Anarquistas**. Madrid: Júcar.
- LOPREATO, Christina Roquette. (2000). **O espírito da revolta** – a greve anarquista de 1917. São Paulo: Annablume.
- _____. (2003). O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. **Verve** – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária. São Paulo, nº 3, Abr.
- LUIZETTO, Flávio Venâncio. (1984). **Presença do anarquismo no Brasil**: um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920. São Carlos: 341 fls. Tese (Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP.
- MADRID, Francisco. (2004). Anarquismo e organização na Espanha. "Solidaridad Obrera" e as origens da CNT. In: COLOMBO, Eduardo (org.). (2004). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Editora Imaginário. pp. 45-54.
- MAGNANI, Silvia Lang. (1982). **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense.
- MALATESTA, Errico. (1981). Sindicalismo : a crítica de um anarquista. In: WOODCOCK, George. (org.). (1981). **Grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre : L&PM. pp. 207-212.
- MARAM, Sheldon. (1979). **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS, Ana Paula. (2010). **Educação para o trabalho no contexto libertário**. São Paulo: 156 fls. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE-USP.
- MARTINS, José de Souza. (2004). O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula. (org.). (2004). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 153-213.
- MELUCCI, Alberto. (1985). **The symbolic challenge of contemporary movements**. Social Research, vol. 52, nº 4 (winter 1985). pp. 789-816.
- MELUCCI, Alberto. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, nº 17, São Paulo, jul. pp. 49-64.
- _____. (1995). The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. (eds.). (1995). **Social Movements and Culture**. [Serie Social Movements, Protest, and Contention, Volume 4]. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 41-63.
- MONATTE, Pierre. (1981). Em defesa do sindicalismo. In: WOODCOCK, George. (org.). (1981). **Grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre : L&PM. pp. 201-207.

- MORAES, José Damiro de. (1999). **A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura social**. Campinas: 76 fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - FE/Unicamp.
- MORSE, Richard M. (1970). **Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- MOTA, Benjamin. (1919). 'Notas para a história' - Violências Policiais contra o Proletariado - Ontem e hoje. *A Plebe*, 31/05/1919. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (1979). **A classe operária no Brasil: 1890-1930 - documentos**. Vol. 1 O movimento operário. São Paulo: Editora Alfa Omega. pp. 23-26.
- MUNHOZ, Sidnei.(1997). **Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX**. Tese (Doutorado). 291 págs. São Paulo: Departamento de História. FFLCH-USP.
- NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. (2000). **Florentino de Carvalho: pensamento social de uma anarquista**. Rio de Janeiro: Achiamé.
- _____. (2006) Florentino de Carvalho, um professor indisciplinado. In: DOMINICIS, Rafael; FILHO, Daniel Aarão Reis. (orgs). (2006). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD. Vol. 1. pp. 181-201.
- NETLAU, Max. (2008). **História da anarquia - das origens ao anarco-comunismo**. São Paulo: Hedra.
- OLIVEIRA, Walter da Silva. (2008). **Narrativas à luz d'"A Lanterna": anticlericalismo, anarquismo e representações**. São Paulo: 130 fls. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.
- PANSARDI, Marcos Vinícius. (1993). **Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)**. Campinas: 248 fls. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista - IFCH/Unicamp.
- PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. (2004). São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 53-99.
- PAULA, Amir El Hakim de. (2005). **Os operários pedem passagem! - A geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)**. São Paulo: 164 fls. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. FFLCH/USP.
- _____. (2011). **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial**. São Paulo: 242 fls. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. FFLCH/USP.
- PERES, Fernando Antonio. (2004). **Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: 213 fls. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE-USP.
- PINHEIRO, Paulo Sergio. (1997). O proletariado industrial na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org). (1997). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano - sociedade e instituições (1889-1930)**. Tomo III, Vol. 2, Livro Primeiro (Movimentos Sociais e Sociedade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 137-170.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (1981). **A classe operária no Brasil: 1890-1930 - documentos**. Vol. 2 Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Editora Alfa Omega. PINTO, Maria Inez Machado Borges. (1994). **Cotidiano e Sobrevivência**. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, Edusp.
- POLLETTA, Francesca. (1997). Culture and its discontents: recent theorizing on the cultural dimensions of protest. **Sociological Inquiry**, Vol. 67, nº 4, Nov, 431-450.
- _____. (1999). 'Free spaces' in Collective Action. **Theory and Society**, Vol. 28, nº 1, Feb., pp. 1-38.
- _____. (2004). Culture is not just in your head. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James. (eds.). (2004). **Rethinking Social Movements**. Structure, meaning, and emotion. New York: Rowman & Littlefield Publishers. pp. 97-110.
- POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. (2001). Collective identity and social movements. **Annual Review of Sociology**, nº 27, aug. pp. 283-305.
- PORTIS, Larry. (2004). Os IWW e o internacionalismo. In: COLOMBO, Eduardo (org.). (2004). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Editora Imaginário. pp. 55-68.
- QUEIROZ, Suely Robles de. (1986). **Os radicais da República - Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2004). Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula. (org). (2004). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra. Volume 3. pp. 15-51.
- RAGO, Luzia Margareth. (1984). **Sem fé, sem lei, sem rei: Liberalismo e experiência anarquista na República**. Campinas: 328 fls. Dissertação (mestrado). Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. (2011). O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). (2011). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 89-120.
- RODRIGUES, Edgar. (1969). **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Laymert.
- RODRIGUES, Edgar. (1984). **Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil**. São Paulo: Editora Global.
- RODRIGUES, Edgar. (1993). **Os libertários - José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz**. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- RODRIGUES, Edgar. (1994). **Os companheiros**. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados. Vol. I - A-C.
- RODRIGUES, Edgar. (1995). **Os companheiros**. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados. Vol. II - D-I.
- RODRIGUES, Edgar. (1997). **Os companheiros 4**. Florianópolis: Insular. 232p.

- ROLNIK, Raquel. (1988). São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lucio. (ORG.). (1988). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.. pp. 95-112.
- ROMANI, Carlo. (2002). **Oreste Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume.
- ROOTES, Christopher. (2003a). The Transformation of Environmental Activism: An Introduction. In: ROOTES, Christopher (ed.). (2003). **Environmental Protest in Western Europe**. New York: Oxford University Press. pp. 1-19.
- ROOTES, Christopher. (2003b). Britain. In: ROOTES, Christopher (ed.). (2003). **Environmental Protest in Western Europe**. New York: Oxford University Press. pp. 20-58.
- SAMIS, Alexandre. (2002). **Clevelândia** - Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil. São Paulo: Editora Imaginário.
- _____. (2004). Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário.
- _____. (2009). **Minha pátria é o mundo inteiro**: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos. Lisboa: Livraria Letra Livre.
- SANTOS, Luciana Bezerra dos. (2009). **A trajetória anarquista do educador João Penteado**: leituras sobre educação, cultura e sociedade. São Paulo: 309 fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE/USP.
- SAUNDERS, CLARE. (2007). **Using Social Network Analysis to Explore Social Movements**: A Relational Approach. *Social Movement Studies*, Vol. 6, No. 3, 227–243, December.
- SCHIMDT, Afonso. (1942). **Colônia Cecília**: uma aventura anarquista na América. São Paulo: Editora Anchieta Ltda.
- SCHMIDT, Benito Bisso. (2007). Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 131-183.
- SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. (2009). **Black Flame**: The revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland/Edinburgh: AK Press.
- SCOTT, James. (2000). **Los dominados y el arte de la resistencia** - discursos ocultos. Ciudad de Mexico: Ediciones Era.
- SEDLMEIER, Alexander. (2007). The consuming visions of late nineteenth- and early twentieth-century anarchists: actualising political violence transnationally. **European Journal of History** - Revue Européenne d'Histoire, Vol. 14, nº 3 (Sep.), pp. 283-300.
- SEIXAS, Jacy. (1982). **Mémoire et oubli**. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.
- SIMÃO, Aziz. (1981). **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus.
- SIMÉANT, Johanna. (2010). La transnationalisation de l'action collective. In: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle. (dir.). (2010). **Penser les mouvements sociaux**.

Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Découverte. pp. 121-144.

- SILVA, Edson Santos; RIGOLON, Wilma. (2010). Teatro São José: presença portuguesa nos palcos paulistanos. **Labirintos** - Revista do Núcleo de Estudos Portugueses da Universidade Estadual de Feira de Santana, nº 7, 1º Semestre de 2010. Disponível em: http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2010/07_artigo_edson_santos_silva_wilma_rigolon.pdf. Acesso em: 26 de outubro de 2012.
- SIQUEIRA, Uassyr de. (2008). **Sindicatos, clubes e botequins**. Identidade, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Campinas: 192 fls. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.
- SOARES, Larissa Helena de Nadai. (2011). **Educação Libertária**: o trabalho pedagógico na Escola Moderna de Barcelona e nas Escolas Modernas de São Paulo. Campinas: 65 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - FE/Unicamp.
- SURIANO, Juan. (2001). **Anarquistas**. Cultura e política libertaria en Buenos Aires - 1890-1910. Buenos Aires: Manantial.
- SWIDLER, Ann. (1986). Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, Vol. 51, nº 2, Apr. 273-286.
- TARROW, Sidney. (2005). **The new transnational activism**. New York: Cambridge University Press.
- _____. (2009). **O Poder em movimento** – Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.
- TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy. (1992). Collective Identity in Social Movement Communities: Lesbian Feminist Mobilization. In: MORRIS, David; MUELLER, C. M. (eds). **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press. pp. 104-129.
- TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy. (1995). Analytical approaches to social movement culture: the culture of Women's movement. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. (eds.). (1995). **Social Movements and Culture**. [Serie Social Movements, Protest, and Contention, Volume 4]. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 163-187.
- TAYLOR, Verta ; VAN DYKE, Nella. (2004). "Get up, Stand up": tactical repertoires of social movements. In: SNOW, David A. Snow; SOULE, Sarah A. Soule; KRIESI, Hanspeter Kriesi (eds). (2004). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden : Blackwell. pp. 262-293.
- THOMPSON, Edward Palmer. (1987). **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 Vols.
- TILLY, Charles. (2008). **Contentious performances**. New York: Cambridge University Press.
- TOLEDO, Edilene. (1993). **O Amigo do Povo**: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Campinas: 144 p. Dissertação (Mestrado). IFCH/Unicamp.

- _____. (2002). **O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália**: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo. Campinas: 494 fls. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.
- TOLEDO, Edilene. (2004). **Anarquismo e sindicalismo revolucionário** – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- TRENTO, Angelo. (1988). **Do outro lado do Atlântico** - um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- TURCATO, Davide. (2007). Italian Anarchism as a transnational movement, 1885-1915. **International Review of Social History**, Vol. 52, Nº 3 (Dec.), pp. 407-444.
- VARGAS, Maria Thereza. (coord). (1980). **Teatro operário na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Informação e Documentação Artísticas.
- VENEZIANO, Neyde. (2006). **De pernas para o ar**: o Teatro de Revista em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial.
- WOODCOCK, George. (2008). **História das ideias e movimentos anarquistas**. Volume 2: O movimento. Porto Alegre: L&PM.